



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Letras

Cleyciara dos Santos Garcia Camello

**A filha do conselheiro: cientificismo, licenciosidade e promoção publicitária  
em O homem, de Aluísio Azevedo**

Rio de Janeiro

2018

Cleyciara dos Santos Garcia Camello

**A filha do conselheiro: cientificismo, licenciosidade e promoção publicitária em O  
homem, de Aluísio Azevedo**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de mestre, ao Programa de Pós-graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Estudos de Literatura.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Mendes

Rio de Janeiro

2018

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/B

A994 Camello, Cleyciara dos Santos Garcia.  
A filha do conselheiro: cientificismo, licenciosidade e promoção publicitária em O homem, de Aluísio Azevedo / Cleyciara dos Santos Garcia Camello. - 2018.  
209 f. : il.

Orientador: Leonardo Mendes.  
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras.

1. Azevedo, Aluísio, 1857-1913 – Crítica e interpretação – Teses. 2. Azevedo, Aluísio, 1857-1913. O homem – Teses. 3. Publicidade – Teses. 4. Livreiros e livrarias – Teses. 5. Libertinagem – Teses. I. Mendes, Leonardo Pinto 1964-. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.

CDU 869.0(81)-95

Bibliotecária: Eliane de Almeida Prata. CRB7 4578/94

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Cleyciara dos Santos Garcia Camello

**A filha do conselheiro: cientificismo, licenciosidade e promoção publicitária em O  
homem, de Aluísio Azevedo**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de mestre, ao Programa de Pós-graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Estudos de Literatura.

Aprovada em 21 de agosto de 2018.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Leonardo Mendes (Orientador)  
Faculdade de Formação de Professores - UERJ

---

Prof. Dr. Júlio César França Pereira  
Instituto de Letras - UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Claudete Daflon dos Santos  
Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro

2018

## **DEDICATÓRIA**

Ao Santhyago Camello.

## AGRADECIMENTOS

Ao Santhyago Camello - marido, amigo e maior apoiador.

Aos meus queridos pais, Luiz Fernando Garcia e Ana Isabel dos Santos Garcia, por me ensinarem, desde muito cedo, a dar valor e a tomar gosto pelos estudos. E ao meu irmão Luiz Fernando Garcia Júnior, pelos estímulos constantes.

Às minhas chefes amorosas e incentivadoras, Maria Lucia Melo Teixeira de Souza e Maria Beatriz Costa Soares, por flexibilizarem minha jornada de trabalho para eu assistir às aulas do mestrado e participar das demais atividades exigidas.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Leonardo Mendes, um presente na minha vida acadêmica, por sua presença atenta e constante neste percurso, bem como pela sua paciência, ensinamentos, trocas, contribuições e amizade. E por encorajar os (as) seus (as) alunos (as) a pensarem diferentemente da forma que pensam e a perceberem diferentemente da forma que veem, pois isso é indispensável para o (a) pesquisador (a) continuar a olhar e refletir.

Aos meus examinadores, Prof. Dr. Júlio César França Pereira e Prof. Dr. Carlos Eduardo Soares da Cruz, pelas valiosas contribuições. E à minha examinadora querida Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Claudete Daflon, por ter me mostrado o significado da máxima “o coração é a região do inesperado” e por ter feito parte da concretização deste sonho.

Ao Programa de Pós-graduação em Estudos de Literatura Brasileira da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, pela oportunidade.

A você, por se dispor a ler este trabalho.

## RESUMO

CAMELLO, Cleyciara dos Santos Garcia. *A filha do conselheiro: cientificismo, licenciosidade e promoção publicitária em O homem*, de Aluísio Azevedo. 2018. 209 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Literatura) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

A notabilidade de Aluísio Azevedo (1857-1913) nos círculos intelectuais brasileiros veio com a publicação de *O mulato* (1881) e *Casa de pensão* (1884), já a sua consagração como o maior nome do naturalismo nacional, com *O cortiço* (1890). No entanto, o triunfo literário do maranhense deveu-se, em parte, ao seu romance esquecido e relegado pela historiografia em virtude do seu aspecto licencioso *O homem* (1887), fundamental nesse processo, e apropriado como escrita pornográfica por leitores comuns à época do seu lançamento. A obra foi um sucesso de vendas, garantindo ao literato o fechamento dos seus primeiros contratos com a L. B. Garnier, editora que publicava Machado de Assis e uma das mais importantes do período. O êxito de *O homem* foi resultado de uma arrojada campanha publicitária colocada em curso pelo próprio autor e sua influente rede de amigos da imprensa. Com foco imediato nas vendas, eles divulgaram o livro de maneira ambígua, destacando ao mesmo tempo o seu cientificismo e a sua licenciosidade. Mas, na percepção do leitor comum e dos críticos, a obscenidade avultava-se frente à patologia abordada. Por isso, o Rio de Janeiro ficou escandalizado ao ler os sonhos eróticos da protagonista, descritos para tratar o tema da histeria feminina. Por causa de *O homem*, Aluísio Azevedo sofreu ataques dos detratores da escola naturalista, que o acusaram de escrever “pornografia” disfarçada de ciência. Esse fato aumentou mais ainda a polêmica e o interesse sobre a obra, aquecendo o comércio e fazendo surgir a 4ª edição do livro em menos de um ano depois de sua primeira publicação. Era uma façanha para a época, pois sabemos que o campo literário nacional lutava contra a falta de incentivo e reconhecimento de editores, livreiros e diretores de teatro. Era uma tarefa penosa ganhar os leitores brasileiros diante de títulos europeus famosos que circulavam no país. Por esse motivo, Aluísio e o seu grupo, buscando ganhar o público, bem como consolidar espaço no campo literário brasileiro, investiram fortemente na publicidade do livro. Esta pesquisa visa contar o polêmico surgimento de *O homem*, obra que contribuiu no processo de ascensão da carreira de Aluísio como um grande escritor naturalista. Para tal, este estudo consultou fontes primárias, bem como realizou leituras interdisciplinares relativas aos temas abordados.

Palavras-chave: Aluísio Azevedo. Cientificismo. Licenciosidade. Publicidade. Mercado livreiro.

## ABSTRACT

CAMELLO, Cleyciara dos Santos Garcia. *The adviser's daughter: scientism, licentiousness and advertising campaign in O homem, from Aluísio Azevedo*. . 2018. 209 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Literatura) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

The notoriety of Aluisio Azevedo (1857-1913) in Brazilian intellectual circles came from the publication of *O mulato* (1881) and *Casa de pensão* (1884), and his achievement as the greatest name of naturalism on national level, with *O cortiço* (1890). Nevertheless, the literary triumph was due, in part, to his forgotten work (*O homem*, 1887) by historiography due to its licentious aspect, fundamental in this process, and appropriate as pornographic writing by common readers in the period of its launching. The work was a best seller, guaranteeing the writer to sign his first contracts with L.B. Garnier, the publishing house that published Machado de Assis and it was one of the most important works of the period. The success of *O homem* was the result of a bold publicity campaign performed by the author himself and his influential social press network. With an immediate focus on sales, they publicized the book in an ambiguous way, highlighting at the same time scientism and licentiousness. However, as far as the common reader and the critics were concerned the obscenity instead of the pathology is what stood out. Therefore, Rio de Janeiro was shocked by reading the protagonist's erotic dreams, described to address the theme of female hysteria. Because of *O homem*, Aluísio Azevedo was attacked by detractors from the naturalist school, who accused him of writing "pornography" disguised as science. This fact further increased the controversy and interest in the work, influencing the market and bringing out a fourth edition of the book in less than a year after its first publication. It was a feat for the time, because we know that the national literary field was struggling against the lack of encouragement and recognition of publishers, booksellers and theater directors. It was a difficult task to conquer the Brazilian readers instead of famous European titles that circulated at the time. For this reason, Aluisio and his group seeking to earn the public recognition as well as to consolidate space in the Brazilian literary field, they had invested heavily in the book's publicity. This research aims to tell the controversial emergence of *O homem*, a work that contributed to the process of the rise of Aluisio's career as a great naturalist writer. Therefore, this study consulted primary sources, as well as conducted interdisciplinary readings related to the topics addressed.

Keywords: Aluísio Azevedo. Scientism. Licentiousness. Publicity. Bookstore market.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1 A TRADIÇÃO CRÍTICA SOBRE O NATURALISMO BRASILEIRO.....	20
1.1 A aliança da literatura com a ciência.....	20
1.2 Uma breve revisão da crítica dominante sobre o naturalismo.....	21
1.3 “A terra, de Emílio Zola, e <i>O Homem</i> , de Aluísio Azevedo” por Araripe Júnior....	32
1.4 A histeria na literatura naturalista – instrumentalização de controle.....	43
1.5 A histeria em <i>O homem</i> de Aluísio Azevedo.....	46
2 A HISTÓRIA NÃO CONTADA DE <i>O HOMEM</i> .....	53
2.1 <i>A filha do conselheiro</i> .....	53
2.2 O lançamento de <i>O homem</i> .....	66
2.3 A polêmica de <i>O homem</i> .....	73
3 A CONSAGRAÇÃO LITERÁRIA DE ALUÍSIO AZEVEDO.....	123
3.1 <i>A revista de ano o homem</i> .....	123
3.2 <i>O homem</i> continua na boca da imprensa em 1888.....	128
3.3 <i>O homem</i> e a questão dos direitos autorais no Brasil do final do oitocentos .....	139
3.4 Aluísio Azevedo – o corifeu do naturalismo brasileiro.....	144
3.5 Germano Hasslocher retira todo o mérito de <i>O homem</i> .....	153
3.6 Os últimos lampejos de <i>O homem</i> .....	168
4 O HOMEM APROPRIADO COMO PORNOGRAFIA NO FINAL DO SEC. XIX.....	172
4.1 O lugar do sexo na literatura naturalista.....	172
4.2 O papel dos livreiros do oitocentos na difusão do naturalismo.....	176

4.3	<b>O baú do Mário de <i>O aborto</i>, de Figueiredo Pimentel.....</b>	<b>177</b>
4.4	<b><i>O homem</i> – diálogos com a escrita pornográfica.....</b>	<b>181</b>
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>195</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>199</b>
	<b>ANEXO - Tabela de Periódicos consultados na Hemeroteca Digital Brasileira.....</b>	<b>203</b>

## INTRODUÇÃO

Em março de 2016, ingressei no programa de pós-graduação de Letras da UERJ com um projeto de pesquisa desenvolvido na Universidade Federal Fluminense, dentro da perspectiva dos estudos tradicionais do naturalismo e do seu tema mais polêmico – a histeria feminina, entendidos, ao meu ver, naquele momento, como instrumentos de controle do corpo e da sexualidade feminina. Uma leitura totalmente plausível quando nos propomos a analisar a ficção naturalista, pressupondo que a literatura tem o poder de formar mentes e criar hábitos, como ensinar as mulheres a casarem e a procriarem, em consonância com o discurso científico e médico sobre o feminino do final do oitocentos. Essa abordagem sustentava a tese médica a respeito da histeria feminina. Defendi essas ideias inicialmente.

No primeiro semestre, quando comecei a cursar a disciplina de título provocador “Naturalismos e Pornografia no final do século XIX: Brasil, França e Portugal”, ministrada pelo Prof. Leonardo Mendes, imediatamente fui acometida por estranhamentos e resistência ao “novo” paradigma (modo de pensar) a ficção naturalista, apresentado no decorrer das aulas. O professor nos encorajava a mudar a nossa perspectiva. Sua proposta nos estimulava a olhar em outros lugares. Esse fato me deixava desconfortável por dois motivos: a) obrigava-me a pensar de forma diferente da que eu estava acostumada, introjetada pela própria Faculdade de Letras; b) o novo paradigma proposto por ele não é bem visto pela Academia, pois haveria resistências. Por mais que eu me posicionasse combatente a essas novas ideias, o entrecruzamento das leituras dos textos críticos, dos romances e das discussões em sala eram críveis demais para eu continuar me manifestando contra eles. Não imaginava e não aceitava bem que romances naturalistas, especificamente *O homem* (1887), de Aluísio Azevedo (1857-1913), *corpus* do meu projeto e, na minha concepção, escrito sob rígidos preceitos cientificistas, pudesse ter sido lido e apropriado como escrita “pornográfica” pelos leitores “não especialistas” (usamos essa expressão para demarcar oposição ao leitor crítico literário) no momento de sua primeira circulação. Só me convenci definitivamente desse fato quando entrei em contato com o romance *O aborto* (1893), de Figueiredo Pimentel (1869-1914).

Vencidos os primeiros preconceitos, convidei o Prof. Leonardo Mendes para me orientar nesta pesquisa. Deparei-me com outro desafio no caminho: a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional Digital. Hesitante, questionava-me: quais respostas as fontes primárias podem me fornecer? A plataforma é um universo que impõe medo e dúvidas nos seus

iniciantes, mas com uma boa dose de paciência e persistência, ela se torna imprescindível quando percebemos a sua importância na história cultural da trajetória de um livro.

Nos primeiros dois meses de levantamento de fontes primárias acerca de *O homem*, tínhamos em mãos inesperadamente um volumoso material documental inédito que não podia continuar desconhecido. Por esse motivo, decidimos abrir mão de *Livro de uma sogra* (1895), *corpus* inicial dessa pesquisa, e nos concentrarmos na história do surgimento do primeiro romance. Não tínhamos ideia da enorme polêmica causada na imprensa no período do seu lançamento.

“A filha do conselheiro”, que nomeia esta dissertação, era o título inicial da história de Magdá, protagonista do romance *O homem*, conforme provam as fontes nos primeiros anúncios referentes à obra. Alguns articulistas manifestaram à época reprovação ao nome definitivo, pois ele não representaria adequadamente o “estudo de caso” proposto pelo autor. A nossa hipótese é que a alteração tem a ver com a experiência negativa de Aluísio Azevedo quando da publicação do folhetim *Filomena Borges* (entre 1883 e 1884). A intensa publicidade em cima da heroína circense promoveu imensa expectativa e sucesso de vendas de artigos comerciais, mas em termos literários acabou em frustração (LAMONICA, 2015). Provavelmente por essa razão, o autor teria preterido o nome feminino do título e optado por *O homem*, mais austero.

Considerado pela crítica tradicional o romance mais científico da produção ficcional naturalista do autor maranhense, tivemos conhecimento por meio das fontes primárias que a obra foi anunciada de forma dúbia (pelos homens das letras – grupo de Aluísio Azevedo) como literatura licenciosa e cientificista ao mesmo tempo. Essa jogada dupla visava, num primeiro momento, à venda do livro. Descobrimos também ter sido o romance apropriado como escrita “pornográfica” pelos leitores comuns, independentemente dos anúncios. O aspecto licencioso se sobressaía frente ao cientificismo da narrativa. O livro foi percebido dessa forma pelos críticos e pelos livreiros.

O objetivo dessa dissertação é contar a história desconhecida dessa apropriação, compreender seus mecanismos e processos. Os interesses de Aluísio Azevedo eram complexos, iam além da vendagem de livros. O seu maior objetivo era se tornar um escritor consagrado nacionalmente. Cômico de que qualidade literária não era requisito único para tanto, lançou-se à publicidade. Assim, o seu mais novo romance (de teor “pornográfico”) passou a ser facilmente comercializado. Azevedo só fez isso porque sabia que os livros naturalistas eram confundidos com “pornografia”, de modo que ele se aproveitou dessa

“confusão” para impulsionar a extração de *O homem* nas livrarias. Ao contarmos essa história, o nosso intuito é rever a historiografia canônica do naturalismo no Brasil, bem como contribuir para um olhar renovado sobre a estética.

É difícil para o leitor de hoje imaginar que o principal nome do naturalismo brasileiro foi apropriado como leitura licenciosa. Aluísio Azevedo é um dos autores canônicos da literatura nacional, dedicou-se incansavelmente a investigar o comportamento do ser humano sob a ótica das teorias científicas. Ele pertenceu a um seleto grupo de intelectuais respeitados, ao lado de seu irmão, Artur Azevedo, e de Pardal Mallet, Coelho Neto e Valentim Magalhães, no Rio de Janeiro, do final do oitocentos (MELLO, 2007). Se por um lado o seu prestigiado nome o protegeu de ser acusado de imoral pelos seus pares quando da publicação de *O homem* (eles mesmos destacavam o aspecto obsceno da obra como atrativo para as vendas), por outro não impediu os seus detratores de o acusarem de ser “um escritor perigoso para a sociedade”.<sup>1</sup> Tal acusação veio de um articulista, certo de que Aluísio Azevedo teria influenciado Júlio Ribeiro (1845-1890) a escrever *A carne* (1888). Este romance também escandalizou a sociedade por sua materialidade “pornográfica”. A dualidade conflitante entre “escritor consagrado” e “escritor perigoso” deve causar surpresa aos ouvidos dos contemporâneos, pois a crítica literária tradicional glorificou o nome de Aluísio Azevedo como “pintor de quadros realistas” em virtude de seu grande poder de observação (ARARIPE JÚNIOR, 1978; ROMERO, 1978; VERÍSSIMO, 1977).

Convém lembrar que um texto lido como pornográfico no final do sec. XIX não “afete os leitores de hoje da mesma forma como fazia com os de séculos anteriores, pois a leitura de hoje ocorre num mundo mental em que seus pressupostos, valores e códigos sociais” (DARTON, 1996, p. 35) diferem do mundo de então. Embora Robert Darnton se refira ao século XVIII francês, essa formulação serve também para refletir a questão colocada em outros locais e períodos, como o final do oitocentos no Brasil. Assim, é necessário buscar entender esse fenômeno dentro do imaginário da época do leitor (não especialista) do passado. Ele consumiu *O homem* livre da obrigatória leitura pelo viés científico. Em muitos casos, estava interessado somente no prazer sexual despertado pelas passagens eróticas dos sonhos idílicos da protagonista Magdá. Isso não significa negar a presença do estudo teórico sobre a patologia abordada no romance, mas compreender que, embora ela estivesse presente, era ignorada pelo leitor não especializado e pelo livreiro.

---

<sup>1</sup> “A carne, Júlio Ribeiro, Editores – Teixeira e Irmão – São Paulo”. *Gazeta da tarde*, Rio de Janeiro, edição 201, 04/09/1888, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 07/05/17.

Mesmo parecendo estranho hoje, era normal os romances naturalistas, na capital do antigo império do Brasil no último quartel do sec. XIX, serem apropriados como escrita “pornográfica”. Isso ajuda a compreender o motivo dessas obras terem desaparecido e serem somente citadas de maneira superficial nos manuais de estudos literários. Quando observamos o ensino do naturalismo nas escolas, os livros didáticos destacam apenas o romance *O cortiço* (1890), de Aluísio Azevedo. Esta obra faz parte do cânone literário por ser considerada um documento histórico social da época, de acordo com a crítica tradicional (ver capítulo I).

Muitos escritores naturalistas, por exagerarem no realismo das descrições de corpos nus e atividades sexuais não aceitáveis pela moral burguesa e religiosa da época, foram acusados de “pseudonaturalistas” pelos críticos, caso de Aluísio Azevedo.<sup>2</sup> Essas obras eram categorizadas pelos livreiros como “romances para homens”, um eufemismo para referirem-se aos livros de caráter “pornográfico”, considerados impróprios para as mulheres (EL FAR, 2004). Na visão dos livreiros, os livros “sucesso de escândalos” também eram sucesso de vendas. Era normal o leitor não especialista comprar essas obras apreciando-as apenas pelo lado da “bandalheira”<sup>3</sup>, como faz a personagem Maricota ao ler às escondidas os livros de Mário, no romance *O aborto*, de Figueiredo Pimentel. Este autor também sofreu constantes ataques da crítica, acusado de imoral e pornográfico. *O aborto* é mais uma comprovação de que *O homem* foi consumido como escrita licenciosa no referido período (ver capítulo IV).

Para Hunt (1999), quando novos padrões biológicos e morais de diferença sexual se desenvolveram nesse período, “os textos pornográficos [ou apropriados como tais] pareciam ter se tornado até mesmo mais perigosos, e por isso precisaram ser erradicados, já que tornavam possível pensar a igualdade sexual em desafio aos valores morais em voga” (HUNT, 1999, p. 43) à época, impostos pelas elites e pela Igreja católica. Nessa sociedade patriarcal e controladora, em que a intimidade passa a ser interdita pelo discurso da norma médica, sobretudo a das mulheres (COSTA, 1989), romances apropriados como obras licenciosas (caso de *O homem*) eram proibidos às moças de “boa família”. Mesmo assim, elas os liam às escondidas de pais e maridos. Do ponto de vista da leitura licenciosa e secreta, esses textos reconheciam que as mulheres possuíam desejo sexual tanto quanto os homens, sendo essa a equidade sexual. Não nos referimos aqui à equidade social, impossível naquele contexto.

---

<sup>2</sup> *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, edição 283, 12/10/1887, p. 1. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 14/05/17.

<sup>3</sup> *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, edição 296, 23/10/1887, p. 2. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 19/05/17.

Nesse sentido, essas leituras podem ser entendidas como “libertadoras” e não “controladoras”, como afirma a historiografia tradicional. Como o sexo sempre significou emblema de respeito e poder sociais, utilizado para os mais diversos mecanismos de controle (FOUCAULT, 1999), essas obras precisavam ser eliminadas para a manutenção do *status quo*.

Para Mendes (2014), a adversidade à ficção naturalista pela tradição crítica esconde a hostilidade ao materialismo e o apego a uma concepção sagrada de homem e de literatura, por efeito do “imaginário romântico” de arte. Se o objetivo da literatura deve ser o de “elear” o ser humano, como ela poderia representar o que era considerado “imundo”, “imoral”, “podridão”, “repugnante”, “torpe”? Esses termos foram frequentemente utilizados pelos críticos do final do sec. XIX para depreciar os romances naturalistas. Na maioria das vezes, o caráter científico dessas obras era entendido como “pretexto” para os escritores produzirem bandalha escudada pela ciência. Ao se defenderem, os escritores invocavam uma intenção pedagógica por trás do enredo (KENDRICK, 1987). A historiografia literária, que naturaliza a autoimagem do autor, prefere ler esses romances considerando apenas o paradigma do controle, baseado na suposta intenção do autor e partindo do pressuposto de que o sentido da obra se realiza completamente na leitura (CHARTIER, 1994). Essa visão universaliza a percepção dos escritores dominantes e desconsidera a forma como esses livros foram apropriados por leitores não especialistas e livreiros, omitindo experiências reais de indivíduos históricos.

Nesse sentido, esta pesquisa pauta-se nos estudos do historiador francês Roger Chartier (1988) acerca da história do livro e da leitura nas práticas culturais da humanidade. Então nos afastamos do exame limitador dos objetos culturais, tomados de maneira autônoma, mais ou menos desvinculados da sociedade que os produziu. Diferentemente, a História Cultural de um livro, proposta por Chartier, considera quaisquer campos temáticos atravessados pela noção de “cultura”. Entram em ação os sujeitos produtores e receptores de cultura – que contempla tanto a função social dos “intelectuais” de todos os tipos até o público, o leitor não especialista. Também as agências (os sistemas educativos, a imprensa, os meios de comunicação, as organizações socioculturais e religiosas), pois todos esses elementos são produtores de cultura que se valem de “práticas” (“modos de fazer”) e de “representações” (“modo de ver”) do mundo. Essa abordagem nos permite, ao traçarmos o percurso histórico-cultural de um livro “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, dada a ler” (CHARTIER, 1988, p. 16-17).

A História Cultural deve ser entendida como o estudo dos processos com os quais se constrói um sentido. Essa percepção contribui para romper “com a antiga ideia que dotava os textos e as obras de um sentido intrínseco, absoluto, único – o qual a crítica tinha a obrigação de identificar” (CHARTIER, 1988, p. 27). A proposta é nos dirigirmos “às práticas que, pluralmente, contraditoriamente, dão significado ao mundo” (CHARTIER, 1988, p. 27). As práticas culturais não se tratam apenas da criação de um livro, uma técnica artística ou uma modalidade de ensino. São também os modos como, em uma certa sociedade, as pessoas se relacionam, comunicam e se calam, comem e bebem, sentam-se e andam, conversam ou discutem, solidarizam-se ou hostilizam-se, morrem ou adoecem, e tratam os seus pobres, por exemplos. As práticas culturais variam de acordo com o seu contexto histórico-social.

Assim, as noções complementares de “práticas” (modo de “fazer”) e de “representações” (modos de “pensar” e de “sentir” – mas não se restringem a eles) são bastante úteis porque através delas podemos examinar tantos os objetos culturais produzidos, como os sujeitos produtores e receptores de cultura, os processos que envolvem a produção e difusão cultural, os sistemas que dão suporte a esses processos e sujeitos e às normas a que se conformam as sociedades quando produzem cultura, mediante a consolidação de seus costumes. Para Chartier, as “representações” inserem-se “em um campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação” (CHARTIER, 1988, p. 17), ou seja, aqui são produzidas verdadeiras “lutas de representações”. Essas lutas geram inúmeras “apropriações” possíveis das representações, de acordo com os interesses sociais, com as imposições e resistências políticas, com as motivações e necessidades que se confrontam no mundo.

Para encaminhar esta interação entre cultura e poder, faz-se necessário considerar não apenas as noções de “representação” e “prática”, mas também a de “apropriação”. Esta última, segundo Chartier, é o ponto de partida para se decifrar o imaginário cultural das sociedades de épocas passadas, porque revela a história social das interpretações. Cada leitor recria o texto original de uma nova maneira, de acordo com os seus âmbitos de “competência textual” e com as suas especificidades (inclusive a sua capacidade de comparar o texto com outros que leu, não previstos ou sequer conhecidos pelo autor do texto original). Assim, ao ler um livro, um leitor comum também está produzindo cultura. A leitura é prática criadora – tão importante quanto o gesto da escritura de um livro. Portanto, uma prática cultural não é constituída apenas no momento da produção de um texto ou de qualquer objeto cultural, ela também se constitui no momento da recepção. A partir da leitura e difusão do conteúdo do

livro, poderão ser geradas inúmeras representações novas sobre os temas que o atravessam, estes em alguns casos poderão passar a fazer parte das representações coletivas.

No período estudado, a circulação crescente dos impressos mudou os modos de sociabilidade, autorizou novos pensamentos e transformou as relações de poder (CHARTIER, 1988). Dessa forma, a investigação da rede de relacionamento da cultura letrada permite entender o percurso histórico de *O homem*, bem como as convenções que delimitavam os processos de apropriação e disseminação da leitura. O historiador pontua que os textos literários não existem sem o regime de interdependência das relações sociais.

No intuito de realizar uma análise mais adequada de *O homem*, consideramos o proposto por Chartier: observação da trajetória do livro por meio da constituição das experiências literárias registradas em periódicos, documentos e dados bibliográficos. Assim, o romance será estudado dentro do seu contexto de produção, circulação e recepção, com ênfase na atuação do livreiro, do leitor não especialista e dos articulistas da imprensa do final do oitocentos. As fontes primárias utilizadas nesta pesquisa para recriar o cenário midiático carioca do referido período, são notícias, resenhas, poemas, críticas de jornais e anúncios publicitários. Essas fontes foram conciliadas com estudos voltados para os aspectos interdisciplinares relativos à escrita pornográfica e ao lugar que ela ocupa na literatura, sobretudo na produção ficcional do naturalismo, a partir de reflexões apresentadas por Robert Darnton, Dominique Maingeneau e Lynn Hunt. Ademais, são utilizados os conhecimentos de Alessandra El Far, fundamental para se compreender o funcionamento do mercado da literatura popular e pornográfica na referida época, bem como os estudos de Leonardo Mendes, em razão dele desenvolver o argumento de que a literatura naturalista foi apropriada como leitura licenciosa no momento citado.

Para esta pesquisa, foram consultados os periódicos circulantes no Rio de Janeiro e em outras províncias do Brasil, publicados no período de 1886-1888, disponíveis na Hemeroteca Digital. Através da sua ferramenta de busca, as ocorrências foram encontradas ao ser digitada uma lista de expressões combinadas: “Aluizio Azevedo”, “Aluisio Azevedo”, “Aluizio Azevedo + O homem”, “Aluizio Azevedo + Magdá”, “Aluizio Azevedo + Madá”, “Aluizio Azevedo + naturalismo”, “Aluizio Azevedo + teatro”, “filha do conselheiro”, dentre outras. É importante frisar que as fontes primárias referentes ao romance certamente não foram esgotadas. O nosso levantamento é resultado do encontrado dentro do tempo da pesquisa. Além disso, o sistema Reconhecimento Ótico de Caracteres (Optical Character Recognition – OCR) do sítio apresenta algumas falhas que dificultaram as buscas, como a não identificação

de caracteres por causa dos erros tipográficos e das páginas digitalizadas de microfilmes com baixo contraste. Outros problemas são a ausência de algumas páginas e mesmo de edições inteiras de alguns periódicos. Por fim, o título do romance, por sua característica genérica, também se constituiu num obstáculo.

A partir do repertório crítico apresentado e das fontes primárias, buscamos investigar em que medida *O homem* foi consumido como “literatura para homens”, dentro daquela sociedade do final do oitocentos. A narrativa traz a representação de um caso de histeria feminina. O autor tem bastante cuidado para tratar as teorias referentes à “doença”, pois apresenta os estágios do seu desenvolvimento. O histerismo é mostrado como consequência da cruel interdição do sexo à mulher, em virtude das convenções sociais impostas. As moças e senhoras (de boa família) à época só poderiam ter relações sexuais dentro do casamento e para fins de procriação. Eram impedidas de viver plenamente a sua sexualidade. Essa é a grande crítica do romance. Por abordar um tema sexual, o livro era escandaloso por si só. Isso esclarece a sua apropriação como leitura licenciosa.

Homem das letras e atento às novidades culturais e científicas em voga, o autor tinha total consciência de que cenas de sexo explícitas descritas nas narrativas naturalistas eram imediatamente desqualificadas como “pornográficas” pelos críticos. Dessa forma, e não por acaso, as cenas picantes presentes nos sonhos de Magdá são narradas com o auxílio de recursos linguísticos perfeitamente alegóricos, no intuito de torná-las aceitáveis aos críticos (que se incomodavam frequentemente com a linguagem “crua” do autor) e “interessantes” para os leitores não especialistas.

Visamos também trazer à tona uma outra história, percebida por meio das fontes, ocorrida simultaneamente à da apropriação. O final do XIX foi um período em que os homens das letras estavam batalhando para construir um campo literário propriamente nacional. Era difícil ganhar o mercado livreiro e o gosto do público frente aos romances famosos europeus. Nesse sentido, a polêmica aparição de *O homem* contribuiu para seu autor manter lugar de destaque na literatura brasileira e colaborou para a sua ascensão como grande escritor naturalista. Contamos como foram realizados esses esforços.

Durante o trajeto de revisitação a 1887 (lançamento da obra) e 1888, em que o livro continuou sendo amplamente citado e discutido na imprensa, notamos ser o sucesso de *O homem* não acidental. O forte apelo “pornográfico” do romance facilitou a rápida extração dos seus exemplares. A sua 4ª edição surgiu em menos de um ano após o seu lançamento. Isso era uma façanha para a época, pois os escritores brasileiros tinham de lutar contra a falta de

incentivo e reconhecimento de editores, livreiros e diretores de teatro. Assim, a história de Magdá foi um marco na carreira de Aluísio Azevedo, pois possibilitou a ele o fechamento dos primeiros contratos com a L. B. Garnier. Ter livros editados por ela representava uma forma de consagração literária. O nome do naturalista não se conservou na historiografia por conta de *O homem*, é verdade. Mas ajudou imensamente nesse processo.

É possível que o aspecto licencioso, sozinho, do livro não fosse o suficiente para alcançar o feito. Foram necessários reclames de naturezas diversas. Coletivamente, Aluísio Azevedo e seu grupo se empenhavam para *O homem* estar nas páginas da imprensa diariamente. No intuito de promover obra e autor, as estratégias publicitárias envolviam desde eventos sociais (como conferências literárias, jantares e recepções), até discussões acaloradas nos jornais. Ao saírem em defesa da reputação literária do amigo romancista quando acusado de imoral, os articulistas atribuíam a Aluísio os louros alcançados nas letras brasileiras. Desse modo, percebemos a ocorrência de duelos literários. O escritor e o seu grupo, empenhados na criação, ocupação e consolidação de um campo literário genuinamente nacional, reivindicavam a glória pela sua concretização.

O primeiro capítulo deste trabalho traz um levantamento da visão crítica tradicional presente nos principais manuais trabalhados nas faculdades brasileiras de Letras a respeito do naturalismo e da produção ficcional de Aluísio Azevedo (especificamente *O homem*, nosso foco) e o tema da histeria. Mostramos as opiniões inflexíveis de José Veríssimo, Machado de Assis e Silvio Romero (só para citar alguns nomes de peso), e como os seus pareceres ecoaram nos estudos de autores renomados contemporâneos que basicamente repetem e robustecem as ideias desses críticos mais conservadores do final do sec. XIX. Já as opiniões do crítico Aderbal de Carvalho, por exemplo, simpático ao naturalismo e seu primeiro historiador entre nós, foram suprimidas pela historiografia literária brasileira.

Por ser de grande importância para a renovação dessa visão hegemônica negativa acerca da estética realista-naturalista, julgamos vital apresentar nesta pesquisa todas as fontes primárias encontradas (nem todas na íntegra). Por isso, antecipamos que os capítulos dois e três são especialmente extensos e densos, mas extremamente ricos de informações e de fatos desconhecidos do universo letrado brasileiro do final do oitocentos. Essas fontes nos possibilitaram decifrar, nos gestos sociais da época, as suas práticas culturais, representações e apropriação de *O homem*. Devido ao número enorme de documentos históricos levantados sobre o romance, não pudemos dar a devida atenção e análise minuciosa a cada um deles.

O segundo capítulo traz a reconstrução da arrojada campanha publicitária para alavancar as vendas de *O homem* realizada por Aluísio Azevedo juntamente com a sua influente rede de amigos articulistas, com o auxílio principalmente da imprensa escrita que “foi, por décadas, o veículo de comunicação por excelência no Brasil” (ELEUTÉRIO, 2008, p. 84). Além de escritor, jornalista e caricaturista, o autor maranhense foi também publicitário destacado. Fez uso de estratégias de marketing extremamente eficientes para seus livros serem vendidos, procedimento adotado a partir da publicação de *O mulato* (1881) (MÉRIAN, 2013). Nesta parte da pesquisa, também é possível perceber o esforço do grupo do literato maranhense para alçá-lo como o maior nome do naturalismo.

No terceiro capítulo, a briga por espaço no campo literário brasileiro fica mais perceptível. Assim, passamos a compreender os motivos de alguns acontecimentos ganharem destaques constantes na imprensa, como as citações diárias a Aluísio Azevedo (mesmo não tendo livro novo lançado em 1888), a razão dos amigos atribuírem ao literato o triunfo da letras nacionais e o título “corifeu do naturalismo”, e, finalmente, o motivo deles defenderem *A carne* (1888), *Lar* (1888), *O cromo* (1888) e *Hortênsia* (1888), livros sobre históricas surgidos no período, como cópias de *O homem*. Na visão do grupo, era positivo afirmar que o naturalista brasileiro estava sendo imitado, como Zola foi. Esse último argumento a historiografia se apropriou de forma pouco crítica.

As encenações da *Revista dos acontecimentos do ano* de 1887, peça homônima ao recém-lançado livro do autor, escrita por seu irmão, Artur Azevedo, e por Moreira Sampaio, também foi utilizada como estratégia publicitária para que o interesse do público sobre o livro não diminuísse. A obra continuou sendo foco de polêmica nos círculos literários do Brasil e além-mar (encontramos texto sobre o romance vindo de Portugal), provando existir a circulação transatlântica dos impressos e de uma comunidade leitora luso-brasileira no final do século XIX, com gostos, valores e interesses compartilhados. Observamos também que o amontoado de críticas surgidas acerca do romance apresentavam-se em três frentes, conforme apontam Mendes & Catharina (2018): 1) interessada em atacar o aspecto licencioso do livro, elemento inadmissível na literatura; 2) desde que os escritores fizessem concessões e “correções”, os romances naturalistas poderiam ser aceitos como arte; 3) empenhada no triunfo da nova escola, esta frente alegava que o naturalismo não era “pornografia”, era a representação do mundo materialista como ele é.

O quarto e último capítulo reflete como foi possível o rótulo “pornografia” ter sido colado à narrativa de Magdá pelos articulistas na imprensa no final do oitocentos (visto nos

capítulos II e III). Isso se deu porque as práticas culturais e as representações manifestantes à época de produção, circulação e recepção do livro concorriam para o fenômeno. A apropriação do livro como leitura licenciosa era o resultado de determinadas motivações e necessidades sociais. No sentido de iluminar essas ocorrências, falamos nesta parte da pesquisa sobre o paradoxo da existência da escrita pornográfica na sociedade (MAINGUENEAU, 2010); apresentamos as distinções existentes no interior da escrita “pornográfica”, desdobrada em dois tipos: as “sequências pornográficas” e as “obras pornográficas propriamente ditas”. Pontuamos as diferenciações entre os termos “obscenidade”, “erotismo” e “pornografia”. Tais separações só aparecem na metade do sec. XX; essas distinções não ocorriam no final do oitocentos, pois tudo que se referisse à representação de coisas imorais ou obscenas eram tomadas como pornográficas dentro do imaginário da sociedade da época. Neste capítulo, falamos também sobre o acesso aos livros, possível graças à nova realidade vivida no Rio de Janeiro no período, como a crescente alfabetização e o processo de modernização tecnológica. Estes promoveram o barateamento dos impressos, possibilitando a população mais pobre comprar todos os tipos de livros (EL FAR, 2004). Trazemos, ainda, uma análise das cobiçadas passagens picantes de *O homem*, as quais a crítica especializada chamou de “pormenores deprimentes”<sup>4</sup>. Essas partes foram entendidas como “pornografia” e não como literatura científicista. Ademais, apresentamos os diálogos do livro com três obras tipicamente pornográficas, em virtude do compartilhamento de temas e configurações narrativas.

Acreditamos que, com este trabalho, podemos de fato contribuir para atualização e renovação dos estudos críticos referentes a *O homem* de Aluísio Azevedo e da estética realista-naturalista, de maneira geral.

---

<sup>4</sup> *Revista Ilustrada*, Rio de Janeiro, Edição 516, 28/09/1888, p. 7. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 22/05/17.

# 1 A TRADIÇÃO CRÍTICA SOBRE O NATURALISMO BRASILEIRO

## 1.1 A aliança da literatura com a ciência

A autora portuguesa Maria Helena Santana (2007) realizou um estudo atento a respeito da aliança da literatura com a ciência, refletida na ficção naturalista, acontecida há um pouco mais de um século. Embora o seu olhar sobre a estética posicione-se dentro do paradigma tradicional, consideramos o seu trabalho pertinente para a compreensão do fenômeno, bem para a contextualização do período. Por isso, trazemos para este trabalho algumas de suas reflexões sobre o assunto.

De acordo com a estudiosa, a partir da segunda metade do oitocentos e nas primeiras décadas do sec. XIX, o mundo testemunhou a supremacia do estatuto e da importância social da ciência frente ao espaço disputado pela religião e às humanidades, até então paradigmas dominantes da cultura ocidental (SANTANA, 2007). Neste cenário, a literatura passou a ocupar lugar central, o qual se caracterizou pela luta ideológica e institucional entre as duas culturas – literária e científica. Consolidou-se, então, a ideia de que a crescente importância atribuída à ciência e à técnica conduziria à perda do reconhecimento social do literato-humanista “cada vez mais confinado a uma esfera de intervenção restrita, de caráter lúdico ou especulativo” (SANTANA, 2007, p. 14).

Diante desta problemática, restava aos romancistas da segunda metade do sec. XIX cederem ao apelo “cientista” do tempo, aliando-se à ciência, visto ser o único caminho para estabelecerem um novo e relevante estatuto da sua atividade. A literatura passou, então, a se apropriar da metodologia e dos discursos científicos e a se autoneomear “naturalista”, confirmando a aceitação desta realidade: “estar com a ciência é estar com seu tempo e participar na grande marcha do progresso social” (SANTANA, 2007, p. 30). Conforme ocorreu com o cientista, a autora esclarece que ao romancista coube o papel de revelador dos mistérios do mundo através da convicção, fundamentada na ciência, de uma ética libertadora e orientada para a felicidade humana, convertida facilmente em discurso de salvação, instituindo-se assim em modelo explicativo da realidade humana.

Dessa forma, tornou-se lugar comum associar o século XIX à emergência de uma visão organicista da natureza, de matriz biologista, que “privilegiava uma leitura do universo

compatível com a diversidade e a evolução natural dos seres vivos” (SANTANA, 2007, p. 33). Nesse processo, o positivismo assumiu papel de destaque na difusão do paradigma biologista, fornecendo um sistema filosófico racionalista e antimetafísico, simultaneamente estabelecia uma teoria do conhecimento baseada nos métodos das ciências naturais – observação e experimentação. Na literatura, o positivismo tendia a desvalorizar o papel da individualidade criadora, pois a atividade artística era resultado do estágio civilizacional coletivo. Sendo assim, o valor da obra não emergiria tanto do talento individual, mas da capacidade de o romancista dar testemunho da época em que se insere. Na concepção de Émile Zola (1840-1902) isso era positivo, conforme propõe no seu tratado sobre a escola: “nós nos apoiamos sobre a fisiologia, nós tomamos o homem puro das mãos do fisiologista para continuar a solucionar o problema e resolver cientificamente a questão de saber como se comportam os homens, desde que estão em sociedade” (ZOLA, 1982, p. 19-20).

Assim, numa fase de reação antirromântica, a literatura se vinculou ao sentido “eufórico da positividade”, tornando-se um veículo privilegiado do saber instituído. Houve, então, a crença exagerada de que a literatura teria o poder de “educar” e “criar hábitos”, influenciando no comportamento de indivíduos, sobretudo no das mulheres. Por sua vez, a crítica literária procurou a seu modo atestar a estética realista-naturalista recorrendo a paradigmas de cientificidade. Paradoxalmente, a aliança da literatura com a ciência à época não foi bem aceita pela historiografia tradicional brasileira, conforme se pode observar, a seguir, nos estudos da crítica contemporânea e extemporânea.

## 1.2 Uma breve revisão da crítica dominante sobre o naturalismo

Mendes & Catharina (2018), num estudo inédito, propõem uma revisão do posicionamento da historiografia literária brasileira acerca do naturalismo, apresentando os motivos da estética ser considerada “literatura menor”, sendo menos valorizada se comparada aos movimentos romântico e modernista. Para eles, o diagnóstico de insuficiência está relacionado ao que a tradição crítica percebe como a renúncia ao mandamento (romântico) da literatura da nacionalidade e da “cor local” (MENDES; CATHARINA, 2018, no prelo). Essa visão é a principal responsável pelo estigma negativo atribuído à escola, visto que os

romancistas ao se aliarem com a ciência, representando na literatura o mundo materialista, teriam deixado de lado os preceitos citados – fundamentais – da literatura nacional.

Na visão dos pesquisadores, esse modo de pensar vai ao encontro do conceito de “pré-modernismo”, trazido em vários manuais de literatura brasileira, o qual propaga a ideia errônea de que esse processo teria servido para a culminância de um movimento mais legítimo e fecundo: o modernismo. Por isso, o romantismo e o pré-modernismo costumam ser interpretados e difundidos como etapas preparatórias para o alcance de algo maior e melhor. Todavia, esse esquema de pensamento negligencia autores e subvaloriza estéticas, ignora também o fato de que um escritor possa percorrer vários gêneros literários e fazer concessões ao mercado para garantir o seu sustento (MENDES & CATHARINA, 2018, *idem*).

O olhar negativo a respeito do naturalismo, sobrevivente até os dias de hoje, tem suas bases lançadas no seu período em voga no Brasil, sendo possível identificar pelo menos três posicionamentos críticos em relação à estética entre os homens de letras, no final do oitocentos. Tal divisão diz respeito às discordâncias nos aspectos formal e moral com relação à escola, ocorrida entre os membros do grupo dominante (os fundadores da Academia Brasileira de Letras). Embora as opiniões deles divergissem em alguns pontos, nenhum dos três grupos abriu mão da tríade de fundamentos clássico-românticos: a obra bem-feita, o escritor genial e a literatura da nacionalidade (MENDES & CATHARINA, 2018, *idem*) como parâmetro de avaliação da ficção naturalista. Entre eles, a dúvida era se esses romances obedeciam ou não esses fundamentos. Além disso, para os pesquisadores, a tradição crítica brasileira trabalha com o conceito estreito de naturalismo, no qual Zola aparece como único porta-voz da estética, sendo que as fontes primárias provam ter circulado no Brasil outros “tipos” de naturalismos. Ao eleger o modelo da ficção zolista como matriz e padrão, é feita a comparação da produção do francês com a dos escritores brasileiros, gerando a ideia equivocada de “importação” e “cópia malograda”.

Dos três grupos, o primeiro era o de opinião mais radical, conservadora e moralista. Trazia Alfredo d’Escragnolle Taunay (1843- 1899), conhecido como “Visconde de Taunay”, e os católicos que tendiam a ser monarquistas e associavam o naturalismo ao republicanismo, ao ateísmo, à pornografia e às revoluções que guilhotinam reis e bispos (MENDES & CATHARINA, 2018, *idem*). Era frequente a acusação, por parte desse grupo, de que o naturalismo era pretexto para se escrever obscenidades em nome da ciência. Logo, eles não se convenciam acerca da presumível intenção pedagógica dos romances naturalistas. O autor de *Inocência* (1872) elaborou algumas ideias que podem ser conferidas em resenhas de críticos

coetâneos à estética (ver capítulos II e III), e nos estudos do sec. XX, como os de Lucia Miguel Pereira (1901-1959), são elas: linguagem imprópria ao literário e preferência por retratar o comportamento baixo dos personagens. Para esses intelectuais, o naturalismo não podia ser considerado arte.

O segundo grupo, o mais influente, elenca os dois nomes que são as principais fontes das histórias literárias do sec. XIX: José Veríssimo (1857-1916) e Machado de Assis (1839-1908). Para eles, a nova estética rompia com os limites do decoro e rebaixava a literatura (MENDES & CATHARINA, 2018, idem). Refutaram o teor pedagogizante da ficção naturalista, criticaram os “personagens-tipo” (entendidos como falsos), o exagero do descritivismo e o predomínio da vida física sobre a vida moral. Partilhando dessa visão, Valentim Magalhães (1859-1903), jornalista e crítico influente à época, incomodou-se com a presença exagerada da obscenidade e com a execução malfeita do “método experimental” na sua vertente brasileira. Já Silvio Romero (1851-1914) negou ser pornográfica a literatura de Zola, mas lamentava que o francês preferisse olhar para o baixo, descrevendo exageradamente o sujo e o torpe. Apesar de todos os pontos negativos destacados, para esses intelectuais, o naturalismo poderia ser “salvo”, desde que os escritores fizessem as devidas “correções”.

A conhecidíssima opinião detratora de Machado de Assis sobre o *Primo Basílio* (1878), de Eça de Queirós (1845- 1900), publicada no periódico *O cruzeiro* em 16 e 30 de abril de 1878, traz de maneira um mais pouco detalhada as objeções que os escritores dominantes e a crítica hegemônica reservavam à nova escola realista. No artigo, o autor de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881) rechaça o excesso de descrições (de lugares, de cenas e das “coisas mínimas e ignóbeis”) porque isso resultava na substituição do principal pelo acessório. Machado não se convence acerca da finalidade pedagógica do romance em questão e de outros livros naturalistas (esta não era opinião unânime entre os críticos); rejeita os dogmas cientificistas da escola, contudo reconhece o talento dos escritores (assentindo com entusiasmo o dom de observação de Eça de Queiroz); não admite a representação de comportamentos não condizentes, sobretudo os das mulheres, com os códigos sociais aceitos pela burguesia e igreja, porque isso convertia-se na vulgaridade das ações dos personagens em detrimento aos atos dignificantes de efeito moral. O escritor cobra o propósito dos livros naturalistas, critica a linguagem “crua” vista como inadequada à decência literária e aponta o “hibridismo” da estética, um problema porque se distanciava da arte pura, segundo ele. Ao ler Eça de Queiroz, o autor de *Dom Casmurro* (1899) percebeu que os romances naturalistas ganhariam facilmente o público, por isso chega a advertir os jovens romancistas de Portugal e

do Brasil: “não se deixem seduzir por uma doutrina caduca, embora no verdor dos anos”<sup>5</sup>. Definitivamente, o naturalismo não agradava ao seu paladar literário. Os principais aspectos negativos do naturalismo, repisados através dos anos, na opinião da crítica tradicional, “bebem” nesse texto de Machado e nos estudos de José Veríssimo.

O último e terceiro grupo era formado pelos irmãos Artur Azevedo (1855-1908) e Aluísio Azevedo, Pardal Mallet (1864-1894), Coelho Neto (1864-1934) e Olavo Bilac (1865-1918). Todos os escritores desse grupo eram jovens, pró-republicanos e abolicionistas. Destacava-se Artur pela facilidade que possuía em transitar diversos espaços do cenário cultural do período de forma influente, promovendo o naturalismo em variadas oportunidades. Ligado a esse grupo também, Tristão de Alencar Araripe Júnior (1848-1911), que divulgou a estética de maneira positiva. Ele foi um grande aliado de Aluísio Azevedo, pois elaborou diversas teorias literárias para que a ficção do maranhense fosse aceita pela crítica, como o argumento da “cor local” em *O cortiço*, fundamental no processo de canonização do autor. As ideias defendidas por ele rompiam com as relações hierárquicas entre centro e periferia, ao valorizar a imaginação e as experiências locais (MENDES & CATHARINA, 2018, idem). Esse ponto de vista é uma grande contribuição deixada pelo crítico, porque ele conseguiu identificar e valorizar rupturas com a tradição, operadas por Zola, que outros críticos à época não foram capazes de enxergar ou não quiseram.

Identificamos essa postura na maior parte dos estudos críticos sobre a estética. Muitos deles se empenharam em justificar o fenômeno. Na opinião de José Veríssimo, a falta do sentimento de nacionalidade e a “fatal imitação a Zola” ocorreram porque os escritores se deixaram levar por um “certo” aspecto da escola (a licenciosidade), por isso o povo e a pátria brasileira não teriam sido representados no naturalismo, motivo de ser este o movimento menos nacional das escolas literárias do país. Na visão de Romero, o naturalismo não obteve êxito aqui porque os seus “discípulos” imitaram o modelo estrangeiro de maneira não habilidosa. As opiniões de Veríssimo e Romero ganharam fôlego nas vozes de Sodré (1969) e Pereira (1988). Estes afirmaram que escritores naturalistas teriam simplesmente importado o naturalismo porque era a escola da moda. Para Sodré, nas suas origens (na França), o movimento correspondeu à transformação social, pois atendia a uma necessidade de expressão, enquadrando-se no espírito da época e servindo aos interesses dominantes. No Brasil, no conjunto, “colocava-se como excrescência, antepondo-se antes que se encaixando,

---

<sup>5</sup> *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, Edição 119, 30/04/1878, p. 1. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 22/09/17

numa sociedade que não o exigia e que até o repudiava” (SODRÉ, 1969, p. 230). Mendes & Catharina (2018) clareiam essa visão equivocada da perspectiva dominante. Para eles, é trivial os escritores naturalistas brasileiros serem acusados de produzir imitações malfeitas de modelos franceses mal assimilados, subentendo que o naturalismo era “estranho” ao sistema literário brasileiro. As relações entre a literatura brasileira e as estrangeiras, sobretudo a francesa, são deslegitimadas, pois prefere-se ver nesse trânsito um efeito de “cópia” da parte dos escritores que teriam perdido a capacidade de produzir literatura verdadeiramente nacional. Dessa forma, a historiografia e os manuais escolares associam o naturalismo a uma visão artificial e afrancesada da realidade. Essa suposta ausência de brasilidade na literatura nacional só viria a ser retomada como os modernistas, no início do sec. XX.

Como já sinalizamos, Araripe Júnior não partilhava da concepção estreita de que o naturalismo brasileiro fosse “cópia” do francês. Ele refutou o fato com a explicação de dois fenômenos: o da obnubilação (esquecimento) e o da aclimatação (adaptação), os quais teriam assegurado que o naturalismo europeu (o correto) ao ser importado para o Brasil (distante de seu lugar de origem), não poderia jamais permanecer o mesmo. Em solo brasileiro, o movimento encontrou um país e uma sociedade diferentes da França. Por essa razão, transformar-se-ia inevitavelmente em outro naturalismo (o errado), isso o convertia em qualidade. Para o crítico, Aluísio Azevedo foi o escritor que melhor soube adaptar satisfatoriamente para os seus romances o naturalismo europeu ao estilo tropical e ao exotismo do país.

O mapeamento de Mendes & Catharina (2018) nos ajuda a perceber que a crítica dominante do sec. XX apresenta visão mais restrita com relação ao naturalismo, quando comparada à boa parte da concepção crítica do final do sec. XIX. Aquela representada nas vozes de Lucia Miguel Pereira, Afrânio Coutinho (1911-2000), Alfredo Bosi (1936-) e Nelson Werneck Sodré (1911-1999), principais nomes estudados nas faculdades de Letras brasileiras, apresentam estudos sobre a estética bastante influenciados pelas ideias do grupo de Machado e Veríssimo. Sodré chega a admitir “nesse diapasão, manteve-se a crítica, através dos anos” (SODRÉ, 1969, p. 183-184), indicando que as sentenças lançadas pelos dois intelectuais permanecem solidificadas na História da Literatura Brasileira. Esse é um dos motivos que dificulta a desconstrução dessas ideias desfavoráveis conferidas ao naturalismo.

Desde o aparecimento no Brasil, no último quartel do sec. XIX, de romances como os do escritor português Eça de Queirós e do francês Émile Zola, a crítica nacional, com algumas ressalvas, tem se posicionado combatente à nova escola realista. Silvio Romero (1978), um

dos principais incentivadores da virada antirromântica, afirmou que o termo “naturalismo” foi utilizado mais para marcar uma diferença e uma oposição frente ao romantismo. Para Veríssimo (1888), o vocábulo estabelecia uma contraposição à escola precedente que necessariamente não preconizava uma nova forma de conhecer e fazer literatura. Por isso, a escola, no Brasil, não foi um movimento estético-literário pronto e acabado, daí seus inúmeros defeitos. Veríssimo apontou como um dos grandes empecilhos da teoria naturalista a sua “pretensão” de levantar a pintura da vida tal qual é, “no que ela tem de mais cru e até de mais torpe” (VERÍSSIMO, 1888, p. 182), para apreendê-la em plena realidade. Por ser essa uma tarefa impossível, o naturalismo acabava por consubstanciar-se simplesmente na negação da mesma arte pelo seu próprio princípio estético, segundo ele. Apenas a “arte pura”, que não tem por finalidade doutrinar, poderia ser o produto de uma civilização imaculada com o respeito do gosto e da decência, pontua Veríssimo.

O hibridismo da estética realista-naturalista, incompatível com o ideal romantizado de arte reivindicada pela crítica, foi apontado como um dos grandes problemas da escola, sendo esse o maior entrave de *O mulato* (1881), de Aluísio Azevedo, por exemplo. À época, Urbano Duarte (1855-1902) declarou sobre os escritores naturalistas: “não há nada mais perigoso do que um poeta *soi-disant* [que se intitula] realista e que se dispõe de uma imaginação romântica” (DUARTE, 1880, p. 28), querendo dizer que a pena dos romancistas era, na realidade, romântica e não naturalista. Partilhando da mesma visão, Pereira (1988) declara: “no fundo, eram românticos [os naturalistas] que se ignoravam, mas que nem por isso deformavam menos a realidade” (PEREIRA, 1988, p. 128). Sodré (1969) afirmou mais categoricamente “o naturalismo ficou fortemente embebido de romantismo, foi mais uma mistura do que um produto puro, e era o romantismo que atendia às parcas exigências artísticas de nossa gente, naquela época” (SODRÉ, 1969, p. 230-231).

Uma das estratégias utilizadas pela crítica tradicional para desqualificar a nova escola realista era compará-la à precedente. Se por um lado os estudiosos admitiam ter sido o naturalismo um fato natural na evolução literária, em virtude do cansaço do romantismo, por outro o fato da estética realista-naturalista ter exagerado até o escândalo a sua fórmula contribuiu para a sua curta existência, conforme Machado de Assis observa: “sair de um excesso para cair em outro, não é regenerar nada; é trocar o agente da corrupção”<sup>6</sup>. Por isso, de nenhum modo a nova estética teria colaborado para o desenvolvimento das letras nacionais

---

<sup>6</sup> *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, Edição 119, 30/04/1878, p. 1. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 22/09/17.

ou da arte, “porque o seu defeito principal foi querer fazer feio demais” (2005 apud LEVIN; LIMA, 1912), em contraposição ao romantismo que sublimava as pessoas e os seus atos. Na visão de Veríssimo, prova ainda da “inferioridade” e “fraqueza” do naturalismo foi não ter podido influir nas outras formas de arte, como foi possível na escola precedente. Aquela não excedeu quase os extremos do romance e do teatro, não teria havido propriamente uma poesia, escultura e pintura naturalista (VERÍSSIMO, 1888). Alfredo Bosi, quando compara as duas escolas, critica o ato de “descrever por descrever” (BOSI, 2006, p. 172) da ficção naturalista, conforme fizera Machado em texto mencionado, argumentando “é claro, há mais participação emotiva no ato de descrever no romântico que no naturalista; este não raro se compraz no puro inventário” (BOSI, 2006, p. 140).

Para Lucia Miguel Pereira, a inconciliável aliança entre o artista e o cientista, dois domínios excludentes, causava inevitavelmente a confusão entre observar e inventariar. Isso tornava a ficção naturalista fragmentada, antiartística e penosa de ler. Ela chama de “pedantismo cientificista” a intromissão da ciência na literatura, a qual acabava transformando a narrativa naturalista num relatório de miudezas sem relação direta com a ficção, quebrando a harmonia do conjunto da obra. Além disso, para a estudiosa, em todos os escritores dessa época notam-se as limitações impostas pelas regras adotadas, como a “escravização ao concreto”. Com essa expressão, ela criticava o fatalismo que privava o arbítrio das personagens e lhes mecanizavam os conflitos, reduzindo-os a bichos submetidos aos mesmos processos de outros organismos. E com a expressão “misticismo fisiológico”, a estudiosa criticava o fato de, no naturalismo, a natureza sobrenatural do corpo ter sido substituída pelo mecanicismo. Todos esses elementos teriam pesado contra a escola. Na opinião dela, por mais que os escritores se esforçassem, não poderiam conduzir-se como um homem de ciência por ser o seu domínio mais voltado para a sensibilidade do que para o raciocínio. Mas a “moda impunha o exame da criatura humana como se fosse um animal de laboratório” (PEREIRA, 1888, p. 128). Toda essa exagerada preocupação com o cientificismo assinalada pela estudiosa, visava ao mesmo tempo difundir o naturalismo e representar o “baixo” na arte, na opinião de Sodré:

Como o interesse científico e a valorização do homem se confundiam, num mesmo plano, quando o naturalismo fez a sua irrupção tormentosa, por motivos que a análise da sociedade do tempo nos permitiria desvendar sem dificuldade, surgiu a fascinação unilateral, e portanto descomedida, no sentido de reduzir as ligações humanas aos traços fixados pela fisiologia. Essa primária confusão entre arte

literária e vulgarização científica do pior quilate trouxe tantos prejuízos à literatura como à fisiologia (SODRÉ, 1969, p. 216).

A partir da década de 1880, houve o aparecimento de diversos romancistas naturalistas brasileiros: Aluísio Azevedo (1857-1913), Pardal Mallet, Júlio Ribeiro (1845-1890), Adolfo Caminha (1867-1897), Inglês de Souza (1853-1918) e outros. No entanto, são pouquíssimos os títulos desses escritores sobreviventes ao tempo, em virtude do que foi exposto até aqui. Confirmando o baixo prestígio da estética, Sodré declara: “quando se trata da escola, realmente, os seus livros mais importantes acodem rapidamente à lembrança: são poucos, são conhecidos, são os mesmos” (SODRÉ, 1969, p. 225). Dentro desse rol minguaado, o nome do literato maranhense, Aluísio Azevedo, aparece destacado como o maior representante do naturalismo brasileiro, que teve o seu talento confirmado com o aparecimento de *O cortiço* (1890), este “realmente um grande livro” (PEREIRA, 1988, p.142). Para Mendes (2003), a crítica aceita o romance de forma completa porque foi o que mais atendeu ao projeto literário nacionalista da “cor local” e por ser o mais documental do autor. Isso explica o motivo de ser o único livro lido nas escolas secundárias do país. Na visão de Bosi, com exceção de *O cortiço*, toda a obra literária de Aluísio Azevedo perdeu o rumo. Assim, o restante da produção ficcional do escritor divide-se “nos seus altos e baixos” (BOSI, 2006, p. 189).

Veríssimo, buscando resposta para a causa do “desnível” entre os romances “sérios” de Aluísio (*O mulato*, *Casa de pensão*, *O cortiço*) e os seus dramas de “pura inspiração industrial” (*Condessa Vesper*, *Girândola de Amores*, *A mortalha de Alzira*), aponta como motivo “a luta com a pena pelo pão”. Com essa afirmação, o crítico justificava que os seus livros “menores” tinham por objetivo garantir o sustento do autor, atendendo a lógica de mercado. Afrânio Coutinho partilha da mesma perspectiva, a obra do maranhense está dividida em duas: “(...) ora realizando obras-primas, como *O cortiço* e *Casa de pensão*, ora resvalando para o folhetim destituído de importância literária, como *A mortalha de Alzira* ou *Girândola de amores*” (COUTINHO, 1997, p. 76). Bosi assinala que, quando Aluísio Azevedo não está sendo influenciado por Zola e Eça, “é mau sinal: o romancista virou produtor de folhetins” (BOSI, 2006, p. 187). Pereira (1988) acusa a ficção de Aluísio sofrer de “desigualdades chocantes” (PEREIRA, 1988, p. 141). De modo sintético, o excerto a seguir ilustra bem o olhar da crítica tradicional sobre toda a obra de Aluísio Azevedo:

Em dezesseis anos de atividade literária produziu doze romances, dez peças de teatro, que variavam do drama à revista, um volume de contos, sem falar nas colaborações na imprensa. De tudo isso só ficaram *O cortiço*, *O mulato* e *Casa de Pensão*, sendo que destes apenas o primeiro é realmente um grande livro. Os outros, mesmo aqueles que fez caprichadamente como *O homem*, *O coruja*, *Filomena Borges* e *Livro de uma sogra*, são hoje, a bem dizer, ilegíveis. Mas *O cortiço* basta para assegurar-lhe a posição de primeiro plano na nossa literatura (PEREIRA, 1988, p. 141-142).

Os estudos mais recentes discordam dessa divisão simplista imposta à obra de Aluísio Azevedo. Jean-Yves Mérian (2013) aponta que a produção ficcional do literato foi habituada equivocadamente a estar dividida em duas pela tradição crítica e pelo próprio autor: de um lado os romances-folhetins, indignos de história literária; de outro, os romances naturalistas, com exceção de *O cortiço* (1890), alguns deles aceitáveis. Angela Fanini (2003) defende serem os folhetins de Aluísio Azevedo de caráter híbrido, no sentido de reunir características do romantismo folhetinesco e do naturalismo na mesma narrativa. Para Lucas Lamonica (2015), há uma continuidade apontando para um viés político e um projeto estético que vai se alterando aos poucos ao longo de toda a ficção do maranhense. Concordamos com a opinião dos três estudiosos por entendermos não ser possível dividir dicotomicamente a obra do autor.

Se de um lado é unânime a opinião de ser *O cortiço* o maior legado deixado por Aluísio Azevedo, por outro não é consenso *O mulato* (1881) ter sido o iniciador do naturalismo no Brasil. Na concepção de Pereira, o mérito deveria ser do romance *Coronel Sangrado* (1877), de Inglês de Sousa (1853-1918), “o primeiro livro realista entre nós, [o qual] passou despercebido” (PEREIRA, 1988, p. 121). Sodré (1969) compartilha do mesmo ponto de vista da estudiosa: “*Coronel Sangrado* (...) revela muito mais traços naturalistas que *O mulato*, aparecido quatro anos depois e aceito como marco inicial da nova escola entre nós” (SODRÉ, 1960, p. 175). Para Afrânio Coutinho, “Inglês de Sousa e Celso Magalhães [com *Um estudo de temperamento*] arrebatam a Aluísio Azevedo o mérito da implantação do naturalismo no Brasil” (COUTINHO, 1997, p. 69). A rejeição dos críticos a *O mulato* explica-se por seu “sabor marcadamente romântico de algumas de suas cenas” (COUTINHO, 1997, p. 70), que lhe conferia o hibridismo na forma. Apesar das ressalvas, os manuais literários consideram *O mulato* (1881) o divisor de águas entre o romantismo e a nova escola. De acordo com o exposto no capítulo III, a escolha da historiografia, na realidade, tem a ver com fatores que extrapolam os domínios literários.

Conforme vimos constatando nos parágrafos anteriores, dois aspectos estão fortemente marcados nas avaliações da tradição crítica: o moral e o formal. Para Leandro Tomaz (2013),

no aspecto moral, as queixas concentram-se na falta de posicionamentos mais enfáticos do narrador na condenação do vício e no elogio da virtude, dado que o escritor permanece impassível diante do espetáculo do mal e do bem. Essa cobrança pode ser verificada na concepção de Afrânio Coutinho quando ele afirma: “o romancista caminha em terra firme, por vezes como espectador um tanto frio do mundo que vibra a sua volta” (COUTINHO, 1997, p. 71). No entanto, nem todos os críticos se convenceram do apagamento do narrador na ficção naturalista. Na aceção de Bosi, a “pretensa neutralidade” não ocultava os “tons sombrios o destino das suas criaturas” (BOSI, 2006, p. 172) impostas pelos romancistas. De qualquer forma, as duas visões evidenciam que o objetivo desses livros não podia ser o de “melhorar” o indivíduo. Assim, a conclusão chegada por alguns críticos é a de que a obsessiva objetividade em nome da “pura observação” do narrador, exigida pela cartilha naturalista, não poderia trazer consigo a reivindicada finalidade pedagógica, utilizada como artifício de proteção pelos escritores, quando denunciados como impudicos. Machado de Assis negou o efeito moral que pudesse estar presente em *O primo Basílio*, porque o caráter indecoroso do livro se sobressaía frente à sua suposta doutrinação:

Se eu tivesse de julgar o livro pelo lado da influência moral, diria que, qualquer que seja o ensinamento, se algum tem, qualquer que seja a extensão da catástrofe, uma e outra coisa são inteiramente destruídas pela viva pintura dos fatos viciosos; essa pintura, esse aroma de alcova, essa descrição minuciosa, quase técnica, das relações adúlteras, eis o mal.<sup>7</sup>

Em contrapartida, Santana (2007) defende que o “plano doutrinal” dos romances naturalistas aparece no não dito, escondido por detrás da narrativa. Sendo a sua lição basicamente a mesma: alienação, degradação e morte:

A pedagogia é um elemento central no romance naturalista que, em geral, se apresenta como romance de tese. Concluir-se-á que estamos em presença de um gênero essencialmente temático ou conceitual, em que o interesse se desloca da intriga propriamente dita para o seu sentido ou lição (SANTANA, 2007, p. 372).

Conquanto a opinião dos críticos divergisse nesse quesito, era lugar-comum os naturalistas serem acusados de escrever imoralidades — disfarçadas de ciência — conferidas nas mínimas descrições eróticas das volúpias amorosas e dos vícios, cujo resultado era uma

---

<sup>7</sup> *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, Edição 119, 30/04/1878, p. 1. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 22/09/17.

aproximação muito “perigosa” entre a vida humana e a vida animal. Na visão de Pereira (1988), os escritores se aproveitaram do fato de a ciência moderna estabelecer correlação entre os fenômenos físicos e morais para “apresentar criaturas governadas por instintos depravados” (PEREIRA, 1988, p. 128). Pelo mesmo motivo, Veríssimo declarou ser o principal demérito da nova escola a vulgarização que o naturalismo em si trazia para a arte (VERÍSSIMO, 1888, p. 180). Na visão dele, isso acontecia em virtude dos seus assuntos prediletos e processos estarem ao alcance de toda a gente (democratização dos impressos), fazendo o público se deliciar com as obscenidades “da vida ordinária que se compraziam na descrição minudenciosa, dando ares de entender literatura” (VERÍSSIMO, 1888, p. 180). Além disso, na sua concepção, isso ocorreu porque muitos romancistas optaram por copiar a faceta mais extrema da doutrina zolista, no intuito de ganhar nome pelo escândalo.

Também nesse sentido, para Urbano Duarte, o naturalismo cometia “crime literário” (DUARTE, 1880, p. 29) por colocar uma fantasia ardente a serviço do “ultrarrealismo desbragado, que se compraz em alcouces e podridões” (idem). Todavia, os próprios críticos admitiam que a licenciosidade era o principal responsável pelo sucesso de vendas das obras naturalistas: “todos o leem, atraídos pelo pomo vedado, mas todos em breve sentem-se saciados e enojados” (DUARTE, 1880, p. 29).

Para Sodré, nos romances naturalistas nacionais havia o “mesmo materialismo vulgar” dos livros de Zola. Isso se dava porque a maior preocupação da escola era desnudar aquilo que velhas crenças, costumes e preconceitos solidamente ancorados no tempo tinham tido o cuidado de conservar escondido, segundo o crítico. Daí a “imoralidade” que fazia surgir a ação moralizadora (ou pretensamente moralizadora) era na realidade uma estratégia muito inteligente dos escritores, “longe de deter a difusão da obra julgada perniciosa, antes ajudava tal difusão, pelo escândalo suscitado” (SODRÉ, 1969, p. 214). Para esclarecer essa questão, o crítico chega a utilizar o termo “pornografia” para denominar a faceta “vergonha” da escola que visava, na realidade, as vendas:

A escola naturalista apresentou, no seu tempo, trabalhos de ficção muito mais rudes nos cenários e mesmo nas palavras. Alguns autores em voga na época, cujos nomes estão hoje esquecidos, especializaram mesmo no processo e até escolheram temas propícios ao alarde de um desnudamento completo. Está claro que, em dose muito alta, entrava nisso a ânsia publicitária, o desejo em fazer nome pelo escândalo, a vontade de provocar, com a simples pornografia, aquilo que não podia ser provocado pela presença de qualidades específicas da grandeza literária (SODRÉ, 1969, p. 215).

Mesmo críticos menos avessos às “imoralidades”, como Aderbal de Carvalho (1872-1915), não deixam de apontar o incômodo causado pelo estilo “cru” da nova escola realista. Ao discorrer sobre a ficção do literato maranhense, o estudioso pontuou: “não sei por que sempre que Aluísio tem de escrever uma cena de imoralidade fá-la num estilo nervoso, esfuziando, racinante da luxúria carnal num colorido esmagador de vivacidade e repugnância” (CARVALHO, 1894, p. 178). Ou seja, facilmente o traçado “pesado” do naturalista resvalava da observação para a licenciosidade. Carvalho era um entusiasta da escola (e não um detrator), por isso a afirmação dele evidencia que a crítica, unanimemente, entendia o naturalismo como obsceno e impróprio na literatura.

Neste apanhado apresentado, vimos claramente que a conclusão chegada pela historiografia é a de que a estética realista-naturalista falhou no seu projeto literário (VERÍSSIMO, 1888) por variados motivos. Por outro lado, ela é capaz de reconhecer o talento de alguns romancistas. Aluísio Azevedo, por exemplo, é considerado o mais importante escritor do naturalismo, em virtude do seu grande poder de observação e pela sua maestria em fixar conjuntos humanos (BOSI, 2006; PEREIRA, 1988; COUTINHO, 1997; SODRÉ, 1969; ARARIPE JÚNIOR, 1978; ROMERO, 1978; VERÍSSIMO; 1977), atributos suficientes que o inseriram no panteão dos autores canônicos da literatura brasileira. No entanto, mostraremos no capítulo III não terem sido tais atributos, sozinhos, responsáveis pelo prestígio alcançado.

### 1.3 “*A Terra, de Emílio Zola, e O Homem, de Aluísio Azevedo*”, por Araripe Júnior

No intuito de elevar a um patamar superior a ficção naturalista de Aluísio e amenizar o impacto “negativo” (em termos literários) que foi a publicação de *O homem*, Araripe Júnior dispensa tempo enorme para escrever uma série de textos intitulada “*A Terra, de Emílio Zola, e O Homem, de Aluísio Azevedo*”, publicados no periódico *Novidades*, nos meses de fevereiro, março e abril de 1888. Nesse ensaio, ele compara o último romance do maranhense com *La Terre* (1887). Este, considerado por Araripe e outros críticos o livro mais audacioso do escritor francês, foi cotejado mais de uma vez com *O homem* (ver capítulo II). Não era a primeira vez que o estudioso se debruçava sobre a ficção do literato, pois já havia dedicado atenção aos romances *O mulato* e *Casa de pensão*, considerados por ele, até aquele momento,

os seus livros mais bem executados. Com essa coletânea, a intenção de Araripe era promover o romancista e o conjunto de sua produção ficcional naturalista. Cabe lembrar que o estudioso fazia parte do mesmo “grupo” de intelectuais do escritor.

Com senso crítico apurado, Araripe discorre acerca de alguns temas literários antes de ocupar-se propriamente da narrativa de Magdá. Em 19 de março de 1888, em artigo denominado “Aluísio Azevedo – O romance no Brasil” (*Novidades*, edição 61), ao situar a nova escola realista no Brasil, afirma que José do Patrocínio (1854-1905), com *Mota Coqueiro* (1877) e Hop-Frog, pseudônimo de Tomás Alves Filho (1856-1920), que escreveu diversos contos na *Gazeta de notícias*, seriam as primeiras experiências zolaicas no país, embora considere *O mulato* o primeiro grande momento do naturalismo aqui. Essa percepção se reitera com Aderbal de Carvalho (1869-1915): “foi com a publicação do *Mulato* do sr. Aluísio Azevedo que despertaram para as letras nacionais as auroras do novo ideal artístico e científico no romance” (CARVALHO, 1894, p. 149). O posicionamento favorável ao maranhense dos dois críticos revela a disputa no campo literário brasileiro que acontecia no período. No momento seguinte do artigo, Araripe Júnior destaca o talento como “observador de raça” do literato, prenunciando o sucesso (e ao mesmo tempo divulgando precocemente) *O cortiço*. Embora fosse um admirador da ficção do amigo escritor, pondera que apenas dois de seus romances são merecedores de elogio:

(...) N’*O Mulato* existe, em germe, o Aluísio Azevedo que depois se manifestou na *Casa de Pensão*, na *Filomena Borges*, n’*O Coruja*, n’*O Homem*; e as qualidades que ali esplendem são as mesmas que lhe têm tem criado tropeços na execução de alguns livros, não contidas na fórmula de sua índole; são as mesmas que já anunciaram, em dois de seus romances, um observador de raça, e que farão d’*O Cortiço*, segundo todas as probabilidades, um romance nacional, na verdadeira acepção da palavra.<sup>8</sup>

Para o ensaísta, o naturalista poderia ter representado um papel correspondente ao de Honoré de Balzac (1799-1850) se quisesse entregar-se à mesma “ginástica a que este se entregou”.<sup>9</sup> Isto é, se Aluísio Azevedo tivesse estudado mais, teria conquistado a ilustração do século, segundo Araripe. Concepção esta partilhada por Aderbal de Carvalho (1894), pois haveria faltado conhecimento científico de base para o naturalista, que entrou em contato com o cientificismo por meio da leitura de outros romances:

---

<sup>8</sup> *Novidades*, “Aluísio Azevedo. O romance no Brasil”, Rio de Janeiro, Edição 61, 19/03/1888, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 10/06/17.

<sup>9</sup> Idem.

Não me refiro aqui à ilustração relativa desse homem de letras, que, afinal, para os nossos costumes, tem-na quanto bastaria para satisfazer às necessidades médias dos nossos círculos de leitores; falo nessa educação, nesse preparo gigantesco, nesses aparelhos modernos de erudição, nessas armaduras terríveis, fundidas nas forjas dos novos ciclopes, sem as quais todo o passo na literatura será acompanhado de uma concomitante dispersão de forças e de um naufrágio no ideal.<sup>10</sup>

A forma como Aluísio Azevedo observa a realidade está diretamente associada ao clima do Brasil e a sua voluptuosidade (teoria desenvolvida melhor no artigo seguinte). Assim, autores e leitores, influenciados fortemente pelo ambiente tropical, estariam predispostos a uma tendência arrebatadora como o naturalismo. Por causa disso, além do intelecto, o romancista deveria possuir certa vitalidade, como as locomotivas. Haveria a necessidade da força na escrita. Portanto, a literatura realista brasileira precisaria ser realizada por mãos fortes e firmes, para não resvalar em outra coisa que não fosse a literatura de observação, em virtude da exalante luxúria brasileira:

Em um país cujo clima entorpecedor e voluptuoso até o momento atual, só tem sido favorecido um lirismo alto e incomparável, na frase de um desafeto orgânico; em um país aonde a mocidade é constantemente flagelada pelas congestões hepáticas, aonde não se trabalhar senão por intermitências, no meio de langores intercidentes, é óbvio que o romance realista, o romance de observação, de notação contínua e de estudo profundo não pode ser desempenhado senão por um escritor de pulso rijo, de natureza equilibrada, pujante e completamente isenta de *blue devils*. O autor d'O Homem não deu ainda as suas provas decisivas; mas, pelo que conhece o público dos seus livros, e pelo que já se antevê, e está perfeitamente de acordo com a observação colhida do seu temperamento, do seu *modus vivendi*, ele pertence à raça dos compositores fortes, desanuviados e isentos de preocupações que sejam avançar, - que não se seja a gana do andamento, com mui bem define Bain.<sup>11</sup>

No artigo subsequente, publicado no *Novidades*, em 20 de março de 1888, Araripe Júnior discorre sobre o tipo de linguagem empregada por José de Alencar (1829-1877) e Aluísio Azevedo nos seus romances, elemento que os aproxima. Na opinião do crítico, as “incorrecções linguísticas” (como ele chama o uso não rebuscado utilizado pelos dois escritores na escrita), também aplicadas por Joaquim Manuel Macedo (1820-1882) e José do Patrocínio, denunciam a existência de uma “lei”, ignorada pelos escritores românticos, a tradução do “espírito da terra, do espírito nacional”<sup>12</sup>. Por isso, o crítico considera a “correção da língua” (uso impecável da gramática) um fenômeno impossível de se dar na terra

<sup>10</sup> *Idem*.

<sup>11</sup> *Novidades*, “Aluísio Azevedo. O romance no Brasil”, Rio de Janeiro, Edição 61, 19/03/1888, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 10/06/17.

<sup>12</sup> *Novidades*, “Aluísio Azevedo. O romance no Brasil”, Rio de Janeiro, Edição 62, 20/03/1888, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 10/06/17

tupiniquim. Então evoca a figura do padre Sena Freitas, chamando-o de ignorante por buscar nos escritores brasileiros, que optam pela forma como as pessoas se comunicam no Brasil, o rebuscamento das formas como principal componente numa obra de arte:

Em todo o caso, foi ele o primeiro que se abalançou a dizer que os lábios que chupavam a mangaba e o caju não podiam pronunciar palavras pelo mesmo feitio, nem se exprimir do mesmo modo que os lábios que premiam a maçã e a uva alentejana. Seja, porém, como for, o que é exato é que a semente plantada pelo autor do *Guarani* frutificou; e, atualmente, que entre gramáticos, quer entre literatos, romancistas e poetas, nota-se uma salutar tendência para esse Ipiranga das letras: o que não constitui razão suficiente para poupar o crítico acima referido um capítulo sobre as escabrosidades filológicas d’*O Homem*, de Aluísio Azevedo. O Sr. Padre Sena Freitas ainda faz questão da colocação dos pronomes – no Brasil! – e censura o escritor o emprego de termos como – cangote, – de junto, – e outros muitos, que, nesta boa terra, desde os tempos áureos de Gregório de Mattos, deviam ter passado à categoria de clássicos, por ser o único modo por que o povo se corresponde e se entende.<sup>13</sup>

Em 21 de março de 1888, o *Novidades* (edição 63) publica a nota: “O nosso romancista Aluísio Azevedo foi hoje honrado no *Paiz* com um lisonjeiro artigo de Maria Amália Vaz de Carvalho”<sup>14</sup>. Araripe Júnior, que leu o texto da escritora e crítica portuguesa (ver capítulo III), não deixa de referenciá-la no seu próximo artigo, de 22 de março de 1888. Neste intitulado “Estilo tropical - A fórmula do naturalismo brasileiro”, ele desenvolve o argumento da tropicalidade, termo para se referir à criação de uma civilização particular, de modo que o progresso do Brasil passa a ser concebido como uma adaptação da cultura, da estética e da sociedade europeia (MURARI, 2007). Estas, ajustadas à posição geográfica ocupada pelo país, produz um estilo singular da literatura nacional, distintivamente “incorreta” por refletir a instabilidade dos trópicos e a exuberância da sua natureza. Por isso, a “deliciosa insensatez equatorial” do brasileiro teria origem em fatores de ordem climática e fisiológica. Isso explicaria a ação determinante da natureza sobre o organismo dos indivíduos:

Não são só os aspectos feéricos da natureza intertropical que embebedam o homem. (...) Há horas do dia em que o brasileiro, ou o habitante de cidades como o Rio de Janeiro, é um homem envenenado pelo ambiente. A falta de tensão do oxigênio tortura-o desmesuradamente; a sua respiração ofega, e a imaginação delira numa deliciosa insensatez equatorial. E nestas horas é justamente que o comércio se agita, que, na bolsa, as transições se fecham, que as repartições trabalham, que, nos escritórios de advogados, nos tribunais, convolve-se a chicana, que na Rua do

<sup>13</sup> *Novidades*, “Aluísio Azevedo. O romance no Brasil”, Rio de Janeiro, Edição 62, 20/03/1888, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 10/06/17

<sup>14</sup> *Novidades*, Rio de Janeiro, Edição 63, 21/03/1888, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 22/06/17.

Ouvidor se intriga, se namora, que nas redações dos jornais se escreve, se faz política, se literaliza. Agora, responda-se francamente: nessa constante *surmenage*, quando os corpos, atrelados a uma imaginação superexcitada, a todo o instante gravitam para o leito, há estilo que resista, há correção que se mantenha? O tropical não pode ser correto. A correção é fruto da paciência e dos países frios; nos países quentes, a atenção é intermitente. Aqui, aonde os frutos amadurecem em horas, aonde a mulher rebenta em prantos histéricos aos 10 anos, aonde a vegetação cresce e salta à vista, aonde a vida é uma orgia de viço, aonde tudo é extremoso, e extremados os fenômenos; aqui, aonde o homem sensualiza-se até com o contato do ar e o genesismo terrestre assume proporções enormes, vibrando eletricidade, em que certas ocasiões parece envolver toda a região circundante em um amplexo único, fulminante, - compreende-se que fora de todas as coisas a mais irrisória por peias à expressão nativa e regular o ritmo da palavra pelo diapasão estreito da retórica civilizada, mas muito expansiva.<sup>15</sup>

Onde a maioria dos críticos enxerga problema na ficção naturalista brasileira, Araripe Júnior compreende como algo legítimo que tem a ver com o espírito nacional, o seu tropicalismo, o qual impulsiona a sensibilidade, o sensualismo e a vitalidade da população. Na concepção do ensaísta, Aluísio Azevedo seria o escritor de maior talento para representar o estilo tropical do país na literatura pátria, oposta à decadente realidade francesa de Zola. Por conta disso, o crítico rejeita a ideia de que o naturalismo brasileiro tivesse sido imitação do francês. Ademais, neste mesmo artigo, o romancista é chamado de “corifeu do naturalismo” pelo estudioso, expressão que será utilizada em vários momentos pelos amigos de Aluísio para fins de homenagem e promoção (ver capítulo III).

O estilo, nesta terra, é como o sumo da pinha, que, quando viça, lasca, deforma-se, e, pelas fendas irregulares, poreja o mel dulcíssimo, que as aves vêm beijar; ou como o ácido do ananás do Amazonas, que desespera de sabor, deixando a língua a verter sangue, picada e dolorida. É esse estilo desprezado pelos rigoristas que justamente me apraz encontrar na mocidade que agora surge no Brasil; e se há um escritor capaz de incorporá-lo a uma literatura crescente, como é a nossa, imprimindo-lhe direção salutar, isocrômica e frutificante, esse escritor é o autor d’O Mulato, em cujas páginas já se encontram audácias dignas dos melhores, e que, nos capítulos inéditos d’*O Cortiço*, vai derramando todo o luxuriante tropicalismo desta América do Sul. Emigrando para o Brasil, o naturalismo não podia deixar de passar por uma modificação profunda. Zola, neste clima, diante desta natureza, teria de quebrar muitos dos seus aparelhos para adaptar-se ao sentimento do real, aqui. O fato é intuitivo, e eu direi porquê. A concepção do mestre, os seus métodos de expectação, os seus processos experimentalistas, tiveram em vista uma sociedade decadente, de natural tristonha, que decresce, míngua dentro das próprias riquezas, perante sua antiguidade, cansada, exausta, senão condenada a perecer. No Brasil, o espetáculo seria muito outro, - o de uma sociedade que nasce, que cresce, que se aparelha, como a criança, para a luta. Ora, nada mais natural do que uma inversão nos instrumentos. Um cadáver não se observa do mesmo modo que um ser que ofega de vigor. Aluísio Azevedo, constituindo-se o corifeu do naturalismo em sua terra, não cometeu erro de copiá-lo servilmente; ele compenetrou-se, primeiro, do

<sup>15</sup> *Novidades*, “Estilo tropical. A fórmula do naturalismo brasileiro”, Rio de Janeiro, Edição 64, 22/03/1888, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 22/06/17.

espírito da revolução operada pelo mestre; mas, organicamente diferente de Zola, impelido pela força de sua índole, talvez mais do que ele pensa, enveredou pela trilha única que o há de levar ao acampamento triunfante.<sup>16</sup>

Araripe chama a atenção para o artigo de Maria Amália Vaz de Carvalho sobre *O homem*. Para ele, a portuguesa estaria equivocada quanto à afirmação de que o maranhense teria traçado, assim como outros “escritores modernos”, o pessimismo em sua ficção (a palavra “moderno” aparece aqui remetida ao naturalismo 30 anos antes da “Semana de Arte Moderna” e surgirá com frequência ao longo dos capítulos II e III desta pesquisa). Na visão do crítico, as características singulares do Brasil teriam permitido a produção do lirismo dos escritores românticos, mas também possibilitaram o surgimento do que realmente se dá nesta terra:

Quanto não se ilude a gentil escritora Maria Amália Vaz de Carvalho, pensando que o romancista brasileiro vai, caminhos dos tristes, vítima do impaludismo do Rio de Janeiro e da anemia intertropical, cultivar o pessimismo que bafeja os elementos gastos do velho continente! Engana-se redondamente. Nesta terra, a languidez dos anêmicos produz o lirismo de Casimiro de Abreu; mas também os sanguíneos, que se refazem na higiene e escapam ao torpor, quando nada, ou são loucos furiosos, ou vivem em uma perene embriaguez de luz, de azul, de crepúsculos rubros, de felicidade tropical, que é, na frase engenhosa do meu amigo Capistrano de Abreu, a dos lagartos verdes, dos camaleões, nos dias claros, de sol límpido, subsequentes às grandes trovoadas. O naturalismo, ou se subordina a esse estado de coisas, ou se torna uma planta exótica – de mera curiosidade. A nova escola, portanto, tem de entrar pelo trópico de Capricórnio, participando de todas as alucinações que existem no fermento do sangue doméstico, de todo o sensualismo que queima os nervos do crioulo. O realismo, aclimando-se aqui, como se aclimou o europeu, tem de pagar o seu tributo a endemias dos países quentes, aonde, quando o veneno atmosférico não se resolve na febre amarela, na cólera, transforma-se em excitações medonhas, de um dantesco luminoso.<sup>17</sup>

Por fim, o crítico aponta a “limitação” do naturalismo brasileiro não como uma adversidade – derivada da luta do cientificismo desanimado do europeu e o lirismo nativo opulento do americano – mas como uma característica positiva:

A fórmula que melhor nos cabe para exprimir a nova fase literária não pode ser senão esta: - O naturalismo brasileiro é a luta entre o cientificismo desalentado do europeu e o lirismo nativo do americano pujante de vida, de amor, de sensualidade. É da limitação apenas das tendências dessa mestiçagem, reconhecida por todos que têm estudado o problema do nosso nacionalismo; é dessa, e não de outra limitação, que tiraremos toda a nossa força, toda a nossa segurança, e riquezas literárias. Um realismo quente, em oposição a um realismo decadente, frio; a realidade do lirismo

<sup>16</sup> *Idem.*

<sup>17</sup> *Novidades*, “Estilo tropical. A fórmula do naturalismo brasileiro”, Rio de Janeiro, Edição 64, 22/03/1888, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 22/06/17.

ou o lirismo da realidade, como mais apropriado entendam. Não há fórmula que mais convenha ao nosso crescimento atual, principalmente agora, que, pela força imigrantista, o Brasil começa a sentir o movimento de deslocação, como um grande paquiderme que esteve longamente em repouso. Tudo estremece, o anseio de andar circula com estrépito.<sup>18</sup>

Em 23 de março, em “O romance no Brasil. Invasão do naturalismo” (*Novidades*, edição 65), Araripe Júnior examina qual seria a tradição literária dos escritores brasileiros. Na concepção dele, a única herança preservada de escritor para escritor seria a do “instinto”, resultado do “fenômeno de desordem tropical”.<sup>19</sup> Esse legado estaria presente até no “castíssimo autor de Guarani”.<sup>20</sup> No entanto, as demais tradições (como a das formas) seriam quase nulas entre os autores brasileiros:

Acode-me que a literatura brasileira, nas suas manifestações legítimas, não pode, tão cedo, ser uma literatura simétrica e disciplinada, senão uma convulsão entremeada de longos períodos de repouso, de languidez. E, demais, isto não é fato recente, de longa data este fenômeno de desordem tropical se fez sentir. A vida literária de Gonçalves Dias é bastante conhecida; um desordenado tropical. Os tumultos afrodisíacos da imaginação de Castro Alves, de Varela, de Junqueira Freire, de Tobias Barreto são evidentes, mais que evidentes, para que me demore em comentá-los. O próprio castíssimo autor do Guarani, o criador cavalheiresco da ideal Ceci, não escapou a tais desordens e, conquanto estas não apareçam senão furtivamente, no idílio final do seu primeiro romance indígena, logo depois rompem com ferocidade na *Lucíola*, na *Diva*, especialmente na *Iracema*, o mais quente quantos poemas se têm escrito no Brasil. No romance brasileiro, pode-se dizer que é esta é a única tradição que se tem mantido de autor para autor, - uma tradição de instinto, porque, quanto às outras, as das formas, no Brasil são quase nulas.<sup>21</sup>

No intuito de provar ter sido o realismo bem acolhido pelos homens das letras no Brasil, Araripe Júnior narra um episódio sobre a reação da mocidade (*Nova Geração*, 1877), que “encheu-se de febre” quando entrou em contato com os livros de quatro portugueses: Guerra Junqueiro (1850-1923), Ramalho Ortigão (1836-1915), Guilherme de Azevedo (1839-1882) e Eça de Queiroz (1845-1900). Este último, segundo o crítico, exerceu nas redações dos jornais da capital do antigo império, uma influência maior do que se imaginaria.

Ainda tenho presente a sensação que me causou, não o *Primo Basílio*, pois que, já em 1874, eu, então residente na província do Ceará, lera o *Crime do Padre Amaro* na *Revista Ocidental*, mas a febre de quem estavam possuídos, em vista daquele livro, alguns rapazes, com particularidade José do Patrocínio, que escrevia *Mota Coqueiro* na *Gazeta de Notícias*. Era no café de Londres, e pela primeira vez, me

<sup>18</sup> *Idem.*

<sup>19</sup> *Novidades*, “O romance no Brasil. Invasão do naturalismo”, Rio de Janeiro, Edição 65, 23/03/1888, p.2.

Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 22/06/17.

<sup>20</sup> *Idem.*

<sup>21</sup> *Idem.*

apresentavam ao escritor que fazia as suas primeiras armas. Em seguida a uma ligeira conversação, passou-se a questão do dia.

- Mas qual é a questão? Inquiri eu, com alguma timidez, porque devido a circunstâncias particulares, de deslocação de meio, andava à gaita em matéria de letras – Qual é a questão? – O *Primo Basílio!* Eça de Queiroz. Uma revolução” O diabo! O realismo! Românticos *enfocés!*

- Mas que românticos?

Foram citados alguns nomes; e eu, que não esperava tão rapidamente essa diferenciação na literatura nacional, fiquei a pensar, mergulhado numa abstração verdadeiramente estúpida. Os interlocutores me pareceram inebriados. Nós somos todos assim... E então os projetos choveram. O realismo, no Brasil, havia de ser descascado com uma ferocidade que assombraria ao próprio Eça de Queirós.<sup>22</sup>

O frenesi dos jovens letrados brasileiros, revelado pelo relato de Araripe Júnior, mostra como o Brasil estava aberto a esta nova forma do romance – o realismo – porque este traduzia melhor o espírito nacional, em oposição à exaustiva fórmula de imaginação da escola romântica. O crítico destaca, admirado, o tipo de linguagem empregada, a qual tinha a coragem de nomear as coisas pelos nomes delas, com o argumento de que a natureza é isenta de moralismos. Este relato é importante porque descreve a experiência de um contemporâneo que narra como conhecer a ficção naturalista foi uma experiência liberalizante.

As coisas seriam ditas com todas as letras: o boi, boi; o ladrão, ladrão. A natureza não tem recantos nem pudores, e aquilo mesmo que ela esconde, trar-se-ia, por desaforo, para o meio da rua. E mil outras proposições de que não me lembro agora. Tudo isto produziu em mim o efeito de uma pilha elétrica, e o que mais me encantou, não foi o realismo em tese, mas a ebriedade que causava naquelas cabeças de mestiços e crioulos, festinantes, felizes, o ato de haverem surpreendido a natureza em flagrante delito de hipocrisia.<sup>23</sup>

Dentro dessa série de artigos de Araripe Júnior, o *Novidades* (edição 69), de 28 de março de 1888, traz mais um texto do crítico, dedicado a analisar os romances *Mota Coqueiro* (1877) e *Os retirantes* (1879) de José do Patrocínio. Nenhum dos dois livros agradou ao estudioso. Criticar negativamente esses romances era uma forma de enaltecer a ficção naturalista de Aluísio Azevedo, prática corriqueira adotada pelos articulistas da época, conforme veremos nos capítulos II e III. A continuação desse artigo foi para as páginas do periódico em 2 de abril de 1888, mas esta edição do *Novidades* não está disponível na Hemeroteca, como também não estão as datadas em 05/04/1888, 07/04/1888 e 11/04/1888.

<sup>22</sup> *Novidades*, “O romance no Brasil. Invasão do naturalismo”, Rio de Janeiro, Edição 65, 23/03/1888, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 22/06/17.

<sup>23</sup> *Idem*.

De qualquer forma, a coletânea do crítico pode ser conferida na *Obra Crítica de Araripe Júnior: 1888- 1894* (Volume II), organizada por Afrânio Coutinho, na qual falta apenas o exemplar do *Novidades*, de 02/04/1888 (mas a mesma se encontra disponível na edição 90, de 19/04/1888 do *Diário de Pernambuco*)<sup>24</sup>.

Em 05 de abril de 1888, com o título abrangente “Tendências de Aluísio Azevedo. Eça de Queirós. *O mulato*. *Casa de pensão*. *O coruja*. Concreção. *O Homem*”, Araripe Júnior investiga as influências literárias do autor maranhense. Apesar de ser um incentivador da sua ficção, não deixa de pontuar os “defeitos” dos romances, procurando a todo momento justificá-los. Destaca as marcas híbridas de *O mulato* (românticas e naturalistas), grande obstáculo do livro, porque se afastava do ideal da “arte pura” (mesma opinião da crítica tradicional, como vimos). Por outro lado, exalta o talento do literato para a descrição das massas e da “psicologia das multidões”, bem como o seu alto grau de “espírito de observação ligado ao mais cabal sentimento do real”, provindo do seu apuro para a caricatura (COUTINHO, 1997, p. 81). O ensaísta também afirma que Eça de Queirós teria sido a primeira influência do maranhense, mas ela se deu apenas superficialmente e por pouco tempo. Aluísio teria se afastado do autor de *Crime do Padre Amaro* porque este estaria mais voltado para as lucubrações psicológicas:

Aludo a Eça de Queirós, é; com efeito, a influência que este gentilíssimo escritor exerceu no autor d’*O Mulato* foi considerável, se atendermos que não chegou-lhe até a alma, mas somente até as raízes da expressão literária. E não podia ser por menos, porquanto dois autores só se penetram completamente quando há entre os mesmos identidade ou proximidade de temperamento. Ora, Eça de Queirós, pelo sentimento, está tão longe de Aluísio como o Rio de Janeiro de Lisboa. As respectivas zonas mentais têm fauna e flora de todo diferentes. (...) sendo pouco racional que Aluísio Azevedo acompanhasse o autor d’*O Primo Basílio*, o que sucedeu foi libertar-se rapidamente o estreador de processo psicológicos que tiravam ao seu talento a largueza para a qual nascera. Um despreocupado de ordinário não serve para as desfibrações de caracteres requintados. Se usa da psicologia, é a psicologia das multidões (COUTINHO, 1997, p. 79).

No penúltimo artigo da série, publicado em 7 de abril de 1888 no *Novidades*, Araripe Júnior dá continuidade aos assuntos colocados em pauta no texto anterior, tornando a discorrer sobre a maestria de Aluísio Azevedo para compor “personagens coletivas”, excepcionalmente executadas em *Casa de pensão*. Nesse ensaio, o crítico dispensa atenção somente aos romances *O Mulato* e *Casa de pensão*, afirmando ser este último, até o momento,

---

<sup>24</sup> *O Diário de Pernambuco* republicou a coletânea de textos de Araripe nos meses de março e abril de 1888, nas edições 67, 68, 69, 80, 81, 82, 83, 90. As únicas partes que não constam no periódico são as datadas em 07/04/1888 e 11/04/1888, no *Novidades*.

“a que mais cabalmente afirma a sua *vis* naturalista e descritiva. Todos os talentos denunciados n’*O Mulato* aí aparecem no estado adulto, senão em quase completa maturidade” (COUTINHO, 1997, p.83-84). Ademais, passa ligeiramente pelos folhetins *Memórias de um condenado* (1882) e *Os mistérios da Tijuca* (1882), alegando terem sido escritos por conta da demanda do público, para exclusivamente “satisfazer a avidez dos leitores de rodapés” (Idem). Vale ressaltar que neste ponto, a opinião de Araripe também se aproxima da visão da tradição crítica. Ambos defendem haver uma dicotomia de valoração literária na produção ficcional do maranhense.

No último artigo da série, publicado em 11 de abril no *Novidades*, o ensaísta conclui o raciocínio sobre *Casa de pensão*, sobre o qual argumenta possuir alguns tropeços. Em seguida, analisa *O coruja*, que não lhe agradou em virtude de seus inúmeros “defeitos”. Passa finalmente a dissertar sobre *O homem* em paupérrimas páginas, fato justificado por ele, pois alega ter realizado a crítica sobre a história de Magdá ao trazer para a análise os outros livros do autor. De maneira bastante taxativa, Araripe Júnior defende que o talento de Aluísio Azevedo está a serviço apenas da descrição das grandes massas. Ao se afastar da sua verdadeira aptidão, concentrando-se “a um ponto fixo de observação”, resultou o fracasso do livro.

O ensaísta reconhece ter sido *O homem* escrito com cuidado e mais estudo que os livros anteriores. No entanto, o autor só é exitoso quando “penetra em uma região de complexidade exterior mais acentuada” (COUTINHO, 1997, p. 88), como na representação dos “cenários do princípio do livro, a descrição da pedreira e o casamento na estalagem” (Idem). Em virtude dessas bem executadas passagens, o crítico torna a enaltecer o que seria, na sua opinião, a melhor face do literato, o seu grande potencial para descrever o real, pelo seu alto poder de observação. Exatamente esses elementos não aparecem no “caso patológico”, segundo o crítico. Por isso a narrativa não foi observada do concreto, o literato encontrou a sua heroína nos livros sobre o assunto. Para Araripe, se Magdalena tivesse sido inserida no contexto de *Casa de pensão*, o “estudo de caso” teria mais fôlego. Mas o autor se entregou a um “labor insano” (leviano), ao expor a histérica em todos os processos da “doença”, ao invés de descrevê-la em antagonismo com o mundo circundante, por conta do seu estado de loucura. Assim, o literato acabou optando pelo caminho da licenciosidade “diante do automatismo da máquina nervosa” para descrever a histeria na moça e não o do cientificismo.

Não obstante tudo isso, e pela razão muito cabal de que o tipo de Magdá, a histérica não foi por dois terços observado em natureza, mas deduzido dos casos patológicos classificados pelos médicos e confeccionado de acordo com uma técnica rigorosa, o que sucedeu n’*O Homem* foi dar-se Aluísio Azevedo a um labor insano, a que se teria poupado se mergulhasse a sua heroína em um ambiente correspondente e movimentado, como o de *Casa de Pensão*. Uma histérica, embora atravessando todas essas fases curiosas de desordens, de monomania religiosa, de coreia, de vida dupla e de erotismo, de que tratam os autores, pode oferecer grande curiosidade científica, quando estudada em seus sintomas caprichosos, e, mesmo, interesse literário, quando descrita em suas transformações psíquicas no período obscuro e duvidoso; logo, porém, que a enfermidade declara-se francamente e a responsabilidade do personagem anula-se de todo, diante do automatismo da máquina nervosa, só há um meio de tirar-lhe a monotonia e conceder-lhe importância artística; é pô-la em antagonismo com o mundo que a cerca. Uma histérica desconhecida pode constituir-se, em um momento dado, um centro de dramas indescritíveis, - e como o barão de Hulot, de que nos fala Zola, agindo como temperamento, pode provocar - desgraças indefinidas e a decomposição de uma família (COUTINHO, 1997, p. 88).

Embora não fosse um crítico conservador para sua época, o que mais incomoda Araripe Júnior em *O homem* é a sua característica obscena. O romancista extrapolou na dose. Fato curioso, pois o ensaísta é complacente com a “pornografia zolesca”, sobre a qual afirma ser um elemento da atualidade, sem importância: “como se [se] tratasse do pedaço de carne sangrenta que o domador atira a um bando de feras esfaimadas. Querem carne crua; pois aí a tem em abundância. Não me falte o público, eis o essencial” (COUTINHO, 1997, p. 55). A presença do elemento “pornográfico” na ficção de Zola conta com a compreensão de Araripe Júnior, pois ele a entende como um atrativo para as vendas. Com Aluísio Azevedo, o crítico é implacável:

Não foi este, entretanto, o caminho seguido pelo romancista brasileiro, aliás o que mais convinha à sua índole e à sua maneira de atacar os assuntos. E sabem o que esta compressão determinou? Aluísio Azevedo, encontrando entre os fenômenos descritos pelos médicos o caso da vida dupla e dos sonhos contínuos, não se pôde conter mais nos moldes estreitos da monografia; asfíxiado, atirou-se por essa janela aberta à sua imaginação, abandonou as deduções científicas e, do meio do romance para o fim, fez-se de vela em um idílio soberbo, voluptuoso, quente, oriental, brilhante de todas as luzes tropicais, e tão pulverizado de íris como uma verdadeira embriaguez de haxixe. Não é, pois, o romance dedutivo o gênero que mais apetece ao naturalista (COUTINHO, 1997, p. 90).

Como vimos, o estudioso preocupou-se em traçar, cuidadosamente, toda a trajetória literária do naturalista até aquele momento, para só então dar o seu parecer a respeito de *O homem*. Depreende-se da estratégia adotada que o maranhense se equivocou quanto à execução do seu último romance porque escolheu o caminho infrutífero, concentrando-se num único ponto de observação e se desviando do “estudo de caso” para a obscenidade. *O homem*

foi um erro, na opinião do crítico, deve importar seus melhores trabalhos até ali, *O mulato* e *Casa de pensão*. Contudo, sabemos que o estudioso se alinhava ao grupo de Aluísio Azevedo e foi um grande patrocinador da sua ficção naturalista. Por isso, acreditamos que a posição de Araripe Júnior revela, na realidade, proteção à reputação literária do amigo. Ele fez isso porque sabia que *O homem* poderia ser facilmente confundido com “pornografia”, colocando em risco o posto de escritor “sério”, elemento imprescindível para a canonização literária do naturalista. Essa coletânea é muito importante porque mostra a percepção de um estudioso inclinado ao naturalismo, no calor da circulação desses romances.

Apesar da opinião de Araripe Júnior se aproximar em alguns pontos da visão da crítica tradicional acerca da ficção de Azevedo (grande observador do real, capacidade de formar conglomerados humanos, obra bifurcada dicotomicamente entre livros “sérios” e de “entretenimento” e crítica severa à licenciosidade), o olhar do estudioso não é igual ao dos críticos detratores do naturalismo. O crítico é um entusiasta da “nova” fórmula do romance. Isso explica o seu empenho em desenvolver teorias para valorizar a estética na sua vertente brasileira, explicando os seus processos literários, os quais ele percebia na pena de Aluísio Azevedo.

#### **1.4 A histeria na literatura naturalista - instrumentalização de controle**

A “histeria” e a “nevrose” ocuparam lugar destacado dentro do imaginário cultural e literário do século XIX ao trazerem significados transcendentais às suas significações específicas, resultado de construções culturais em que eram projetadas convenções e ansiedades (SANTANA, 2007). Os seus sentidos fixavam-se com a compreensão de fenômenos diversos, como a natureza da mente e da sexualidade feminina, ou serviam, ainda, de expressão ao estado permanente de enfado (desgosto e vazio) sem causas aparentes, gerado pela vida urbana.

Na visão da crítica tradicional, a literatura e a ciência do oitocentos transformaram a histeria em figura central do discurso sobre o sexo da mulher, servindo para ancorar um conjunto de ideias preconcebidas em torno das necessidades e motivações femininas, como a ideia de que são frágeis, carentes de afeto, de proteção, inferiores ao homem, etc. Esse discurso paternalista, pautado nos discursos cientificistas, impôs como centros organizadores

da identidade da mulher três eixos: “a maternidade, a sociabilidade, a harmonia familiar” (SANTANA, 2007, p. 317-318).

Costa (1983) discorre que a função feminina vivia uma espécie de reciclagem nesse período. A higiene, acompanhando a urbanização, retirou a mulher do confinamento doméstico, expondo-a ao convívio social moderado e ao consumo comercial. Ao mesmo tempo, reintroduziu-a na família, passando a ocupar a posição nuclear, aumentando assim a sua responsabilidade e os cuidados para com os filhos, em conformidade com os serviços dos médicos higienistas, importantes aliados na implementação dos projetos da medicina social. Em oposição à mãe higiênica estavam as prostitutas e a mulher mundana, vistas como egoístas e não higiênicas por dissiparem energias que deveriam ser canalizadas para os filhos e à família.

Ainda, segundo Costa, a sanidade física da família de elite aumentou no fim do século XIX, na medida em que as condutas sexuais masculina e feminina foram sendo respectivamente reduzidas às novas funções do pai higiênico e da mãe higiênica. Todavia, esta mesma educação higiênica desencadeou uma epidemia de repressão sexual intrafamiliar que transformou a casa burguesa numa verdadeira filial da “polícia médica”. Incitados pelo discurso da higiene imposto pelos médicos, homens passaram a oprimir mulheres com o machismo; e mulheres, a governar homens com o “nervosismo” (histerismo).

O dicionário Larousse (1873), em consonância com a perspectiva tradicional da ciência sobre o tema à época, aponta que a sede das “doenças” (histeria e nevrose) tinha origem no útero ou no encéfalo. Já os motivos provocadores do histerismo seriam a “hereditariedade, a educação, as impressões espirituais, os choques emocionais e, acima de todas, a sexualidade reprimida. Por isso, o casamento é unanimemente recomendado” (SANTANA, 2007, p. 319). Extrapolando o seu sentido de moléstia, acreditava-se também que o termo histeria referia-se a um modo doentio de ser tipicamente feminino, “pela sua sensibilidade mórbida e natureza caprichosa, na maioria das vezes envolvendo uma componente sensual, cuja natureza se desconhece e se teme” (SANTANA, 2007, p. 325).

É nesse contexto que a figura da mulher histérica ganha foro de importância e se transforma em “objeto de estudo” para os escritores naturalistas, aparecendo ora “santificada no altar doméstico”, ora “demonizada enquanto sujeito de desejo”, identificada negativamente como “ninfomaniaca” e “predadora”. Em contrapartida, a “nevrose mística” teria representado na época positivista uma das vitórias da ciência sobre a religião, da razão sobre o obscurantismo, segundo Santana. Por isso, sob os aspectos culturais e ideológicos

relacionados com a “doença”, o tema “se prestou a forte instrumentalização, visível nos textos naturalistas” (SANTANA, 2007, p. 316). Importante assinalar que essa conclusão da grande parte da crítica tradicional tem a ver com paradigma (modo de pensar) escolhido para analisar como esse fenômeno se deu na literatura. Esses estudos se baseiam na “intenção” dos romancistas e pressupõem que objetivo do livro era alcançado (com sucesso) durante o ato de leitura (CHARTIER, 1994). Para a historiografia, os naturalistas teriam pretendido impor novos padrões de comportamento, pautados na política de higienização executada pela medicina social para controlar o corpo feminino.

Nessa perspectiva, para a crítica tradicional, a literatura tinha o poder de influenciar o comportamento de quem a lê, como ensinar as mulheres a casarem cedo e não negarem o seu destino natural de mães (para não ficarem histéricas). Essa doutrinação atendia o proposto pelo discurso científico e médico sobre o feminino do final do oitocentos.

Ao relativismo da razão e do livre-arbítrio responde a medicina com a tirania do corpo. Instintos, temperamentos e pulsões formariam uma rede de causalidade de natureza essencialmente orgânica; sendo previsível, o comportamento humano poderia, portanto, a prazo tornar-se controlável (SANTANA, 2007, p. 62).

Maria Helena Santana assinala que o termo “nevrose” e a sua variante “histeria” têm diferenças. A segunda expressão “é mais negativamente conotada com um sentido de debilidade moral e intelectual, por norma atribuída às mulheres” (SANTANA, 2007, p. 316). Já a “nevrose” é “tendencialmente masculina e elitista, própria de espíritos sofisticados” (idem). Elemento em comum das duas expressões era o seu efeito, pois ambas levavam à desmoralização dos costumes e à decadência cultural, interpretadas como sintoma de patologia social à época. Na concepção da estudiosa, todos esses motivos impeliram escritores a se apropriarem do tema, que passou a fazer parte do programa pedagógico naturalista. Portanto, a missão deles era denunciar as causas da “doença” à luz da ciência, opondo-lhe soluções de ética positivista.

O interesse dos naturalistas pelo tema “histerismo”, bem como a sua “liberdade total” na escolha da matéria literária sempre se configurou num imenso incômodo para a crítica tradicional, por serem considerados indignos de arte. Em parte, por esse motivo, os romancistas foram acusados de estarem alheios aos problemas sociais brasileiros. Veríssimo chega a questionar a relevância do tema da histeria na literatura, queixando-se de serem “objetos de estudos” justamente os “fatos mórbidos” (de conotação sexual) e não as moléstias

sem associação ao sexo. Ele alegou que casos de histeria já se encontravam nos livros de medicina, não havendo propósito de serem representados nas narrativas naturalistas.

Lucia Miguel Pereira partilhou da mesma visão de Veríssimo. Para ela, enquanto havia intensa inquietação política no país, em que “os homens de ação pública se agitavam, redigiam o manifesto republicano, iniciavam a campanha abolicionista, os escritores naturalistas, em sua maioria, continuavam a escrever como se nada mudara” (PEREIRA, 1988, p. 119). Coutinho afirmou que o naturalismo, na sua vertente nacional, esteve despreocupado com os problemas sociais por quais passava o Brasil. A visão dos escritores estaria orientada em outras direções, deixando de lado “o grande e doloroso assunto que lhes estava debaixo dos olhos” (COUTINHO, 1997, p. 74).

O protesto da tradição crítica não traduz a realidade da escola. A polêmica do naturalismo não se notava apenas pela abordagem de assuntos considerados “imorais”, mas também por trazer para a reflexão temas de relevância social. O movimento assumia uma posição sociológica de combate: contra os padres (anticlericalismo), contra o preconceito racial (abolição da escravidão), contra o governo imperial (pró-república) e contra o puritanismo da sociedade imperial. Para Dantas (1979), esses elementos davam corpo ao naturalismo brasileiro e estão presentes em vários romances da estética. Todavia, na concepção de Pereira, que inclui o maranhense na sua análise, “os ficcionistas só patenteavam uma orientação ideológica: o anticlericalismo; não que o clero constituísse entre nós grave problema, mas porque era combatido em França” (PEREIRA, 1988, p. 140), ressaltando a ideia de que a estética realista-naturalista foi aqui mera cópia do francês.

Outra prova que serve de contestação a essa ideia equivocada, sobrevivente através dos anos, são os folhetins de Aluísio Azevedo, cujo conteúdo também trazia discussões sociais polêmicas, caso de *Filomena Borges* (1883-1884). Entretanto, a historiografia se esforça para reduzi-lo à “literatura de divertimento” (CÂNDIDO, 1960). Por atacar o imperador D. Pedro II, a publicação do folhetim, que acontecia na *Gazeta de notícias*, foi suspensa (LAMONICA, 2015). Considerado um gênero relegado na literatura, a frente política da narrativa não teve sua importância reconhecida pela crítica.

### 1.5 A histeria em *O homem* de Aluísio Azevedo

Por Azevedo ter tocado no tema da histeria em vários de seus romances, Aderbal de Carvalho assinalou, descomedidamente, ter sido somente essa a inquietação da pena do autor, “no conjunto de toda a obra (...) encontra-se uma nota característica da sua única preocupação artística: - a histeria. (...) Ana Maria, no *Mulato*, Hortênsia e Nini na *Casa de Pensão*, Filomena Borges no romance desse título, Magdá no *Homem*, etc.” (CARVALHO, 1894, p. 177). Implicitamente, o crítico afirmava que o sexo, tema central da histeria, dominava as atenções da ficção naturalista do literato maranhense.

Nos livros anteriores a *O homem*, a “doença” aparecia discretamente. Por isso, a crítica posicionava-se indiferente ao tema. Mas, com o surgimento da narrativa de Magdá em que o “grande personagem literário é o corpo” (SANTOS, 2010, p. 276), a passividade dos críticos acabou. Por causa desse romance, José Veríssimo acusou Aluísio Azevedo de copiar a “face má” do naturalismo de Zola e a chamá-lo de “artista vulgar”. Pereira afirmou entender o porquê de o corpo ocupar lugar privilegiado na trama, no entanto queixou-se da sua tamanha importância. Para ela, o sexo, antes banido da literatura, ganhou presença exagerada com o naturalismo, resultando em uma mudança de ponto de vista com relação às mulheres, já que os antigos anjos foram transformados em fêmeas. Por conseguinte, afirma serem “aberrações” o que se passa com Magdá “rigorosamente (...) condicionada pelo meio físico e social” (PEREIRA, 1988, p. 133).

*O homem* foi lançado diretamente no formato livro (e não em folhetim), com isso o autor visava configurar a narrativa da filha do conselheiro como literatura naturalista “séria”, ao trazer a representação de um “estudo de caso”, com bases científicas, sobre a histeria feminina. Intrínseco ao tema, o sexo era atraído para o cerne da história. Na concepção de Sereza (2012), isso acontecia porque a ciência, sobretudo a biologia e a medicina, criou condições para o sexo entrar nos romances de forma explícita e diversificada, permitindo que os romancistas pudessem elaborar um discurso detalhado e classificatório sobre as sexualidades. “O estudo ‘sério’ justificava o tratamento de um tema ‘proibido’” (SEREZA, 2012, p.185). Mas a crítica tradicional não entendeu desse jeito. Para ela, o cientificismo era utilizado como pretexto para os escritores produzirem “pornografia”.

Côncio de que seria acusado de escritor imoral por causa da obscenidade do romance, Aluísio Azevedo criou a “advertência”, de sentidos ambíguos ao nosso ver, para se precaver. Por esse fato, muitos não ficaram convencidos de o livro se tratar, verdadeiramente, de tese científica. Para esses, o proêmio era um anúncio estratégico do seu aspecto licencioso, visando despertar a curiosidade do leitor. Segue-o transcrito: “Quem não amar a verdade na

arte e não tiver a respeito do naturalismo ideias claras e seguras, fará, deixando de ler esse livro, um grande obséquio a quem o escreveu”. Essa ambiguidade levou muitos críticos a se posicionarem de maneira desfavorável a ele, durante a sua primeira recepção (ver capítulos II e III), pois rondava a dúvida: *O homem* era “literatura naturalista/séria” ou “literatura para homens/licenciosa”?

Para Santana, os “paratextos doutrinários”, caso do prólogo da narrativa de Magdá, foram utilizados pelos autores mais inseguros para reforçar o sentido temático dos textos e para assegurar a reciprocidade do leitor. Ou seja, eram inseridos para reforçar o objetivo pedagógico do livro. Embora a reflexão da estudiosa se refira à ficção naturalista de Portugal, pode-se pensá-la no contexto do Brasil, e especificamente em *O homem*. O prólogo deste foi interpretado dessa forma por muitos críticos por naturalizarem a autoimagem do autor.

Na visão da historiografia, o maior problema do romance em questão era a obscenidade em ação, travestida de ciência. Alguns críticos procuraram justificativa para entender o motivo de Aluísio Azevedo ter ido por esse caminho. Na concepção de Veríssimo, a presença da imoralidade do livro se deu, em parte, porque o maranhense buscou escapar à monotonia do “estudo de caso” (de caráter técnico), e optou pela “luta dramática” em que, como diz o Dr. Lobão ao pai de Magdá, “a matéria impõe e a vontade que resiste” (AZEVEDO, 1989, p. 39). Veríssimo discorda da tese, defendida pelos naturalistas na sua opinião, que homens e mulheres fossem organismos físicos inteiramente dominados pelas leis fisiológicas. Para ele, a moral deveria vencer os instintos da carne, e não ser dominada por eles, devendo ser isso representado nos romances naturalistas. Contudo, esse não foi o caso de Magdá, que se rendeu aos reclames do corpo. Por isso, o crítico argumenta que a castidade e a virgindade não devem ser “tão impossíveis como se afigura à fisiologia literária” (VERÍSSIMO, 1888, p. 186), ou seja, ele se coloca favorável à imposição da castidade e virgindade às mulheres sem marido. A negativa de Veríssimo acabava por endossar o discurso opressor — patriarcal e religioso — que reprimia a sexualidade das mulheres à época, interditando esse direito natural, por não estarem na condição de casadas.

Na mesma linha de pensamento, Santana (2007) refuta a ideia generalizada de que os comportamentos se explicam ou virão a se explicar através de leis fisiológicas. Bosi discorda do fato de personagens e enredos serem submetidos “ao destino cego das ‘leis naturais’ que a ciência da época julgava ter codificado” (BOSI, 2006, p. 168). Percebemos, em decorrência da resistência apresentada ao argumento naturalista sobre a sexualidade das mulheres, que os críticos conservadores contemporâneos (também os extemporâneos) avessos às

“imoralidades” dos romances, estiveram na realidade a serviço da manutenção do *status quo*. Eles contribuíram incisivamente para que essa percepção a respeito do tema permanecesse inalterável.

Além do “problema” do sexo em *O homem*, o romance apresentava algumas “insuficiências”, oriundas das deficiências da escola, “proclamadas por todos os críticos e historiadores da literatura, os contemporâneos como os posteriores” (SODRÉ, 1969, p. 182-183) apresentadas nas “descrições falsas, declamatórias, inverossímeis, ausência de tipos, desconexão de episódios, tudo condena o livro [*O homem*]” (idem). Ao destacar os defeitos da estética e do romance, o crítico assinala serem estes os motivos da unânime e solidificada opinião negativa atribuída ao movimento e à obra. As afirmações de Sodré podem explicar o motivo dele transcrever, exageradamente, para as suas páginas de *O naturalismo no Brasil* (1965) uma variedade enorme de excertos de estudos críticos, anteriores a ele, de posição desfavorável à nova escola realista. Sodré reproduziu as mesmas ideias, ao mesmo tempo em que as robustecia. Os demais críticos extemporâneos, trazidos neste trabalho, tiveram a mesma conduta.

A medicina do final do oitocentos defendia que o não uso de órgãos ligados ao sexo, especialmente do útero (*histera*, em grego) ou a ocorrência de traumas neles levaria a “nevropatias” e a “inflamações”, resultando nos quadros histéricos. Por isso, para Santana (2007), os médicos têm no naturalismo o seu momento de glória, “explicando aos ignorantes a natureza dos sintomas, como num livro aberto” (SANTANA, 2007, p. 332). Esse raciocínio, na visão da historiografia, é simplificado em *O homem* pela figura do médico Dr. Lobão, que prescreve o casamento como forma de curar Magdá. Santos (2010) afirma que o médico “nos lembrará, a cada momento, da natureza mecanicista do corpo” (SANTOS, 2010, p. 281), ele se move na trama “revestido de absoluta autoridade, como se fosse o protagonista, descrevendo, analisando e prescrevendo soluções para o corpo indócil de Magdá, que será apresentado em todo o romance em estado permanente de desequilíbrio” (SANTOS, 2010, p. 281). Para Veríssimo, Dr. Lobão é “um tipo usado do médico brutal, bonacheirão, materialista e sábio” (VERÍSSIMO, 1888, p. 184). Como se observa, a crítica tradicional defende ser o médico da família do conselheiro Pinto Marquês a personificação da ciência, já que ele está disposto “a atribuir valores absolutos ao corpo frente a outros sistemas de verdade” (SANTOS, 2010, p. 282).

Contraopondo-se a essa visão restrita, Sereza (2012) não verifica no médico de Magdá uma figura respeitada: “Lobão é um médico um tanto ridículo, caricato, que se contenta em

festejar os diagnósticos e prognósticos, sem imaginar saídas para o tratamento da jovem além de dizer ao pai que a filha precisava de ‘coito’” (SEREZA, 2012, p. 187-188). Partilhando da mesma visão, Silva (2011) argumenta que a prepotência da ciência é figurada “na caricatura de um psiquiatra que é prepotente tanto no trato com os pacientes e com seus próximos, quanto na imposição da ‘verdade’ científica que julga possuir” (SILVA, 2011, p. 66)<sup>25</sup>. Concordamos com os dois estudiosos em virtude da forma como o Dr. Lobão é representado na trama. A figura dele não impõe respeito, nem sabedoria.

As causas clínicas da histeria apontadas pelo médico — criticadas no romance — são naturalizadas pela historiografia, como pode ser visto na voz de Pereira: “desde que, apenas formadas, não tivessem um marido para enchê-las de filhos, todas se tornavam nervosas, desorientadas, infelizes” (PEREIRA, 1988, p. 145). Ao descrever a personagem Ana Rosa, de *O mulato*, que, para a autora, teria “ousadias absolutamente inverossímeis” (idem) por causa da correta educação recebida, sem notar, a estudiosa acaba endossando o discurso médico da época que difundia a ideia de que as mulheres não deveriam sentir desejo sexual. As heroínas não obedientes a essa regra foram chamadas pejorativamente de ninfomaníacas ou hiperssexualizadas. Em Bosi se verifica a mesma visão, em Magdá se operava “distorções psicológicas grosseiras” (BOSI, 2006, p. 172).

Veríssimo e Romero afirmaram que de *O homem* teriam derivado *A carne* (1888), de Júlio Ribeiro (1845-1890), *Hortênsia* (1888), de Marques de Carvalho (1866-1910), *Lar* (1888) de Pardal Mallet e *O cromo* (1888) de Horácio Carvalho (1857-1933), opinião reiterada nos estudos de Afrânio Coutinho, Nelson Werneck Sodré e Lucia Miguel Pereira. No entanto, conforme ver-se-á no capítulo III, isso se deu porque Veríssimo e Romero foram influenciados pela propaganda realizada, nesse sentido, pelo grupo de Aluísio Azevedo na imprensa. Os dois críticos aceitaram-na sem refletir cuidadosamente, pois essa afirmação servia como argumento para a falta de atributos literários desses livros.

Romero (1888) defendeu existir “parentesco” direto entre as histéricas do naturalismo brasileiro, por serem todas elas odiáveis, cultas e de comportamento lascivo. Para ele, Lenita, de *A carne*, é “uma pedantesca moça, a quem a leitura e o estudo desorientado não puderam soffrear os ímpetos da carne e que se prostituiu soffregamente com o primeiro que lhe apareceu e lhe dava lições” (ROMERO, 1888, p. 190). A dura afirmação do crítico sobre a moça

---

<sup>25</sup> SILVA, André Luiz Barros da. “Romance da histeria – *O homem* e as transformações na arte e na psiquiatria nos anos 1889”, p. 66. Revista *Cultura Crí-ti-ca*, nº 13. São Paulo: Apropuc, 2011. Disponível em: <http://www.apropucsp.org.br/revistas/revista-cultura-critica>.

baseia-se no fato de ela fazer sexo fora do casamento com um homem comprometido. A sentença sobre Ester, de *O Cromo*, é tão severa quanto a anterior: “uma preciosa da pior espécie que, apesar de suas incursões nos domínios da ciência e da filosofia se entregou loucamente ao seu médico” (ROMERO, 1888, p. 192). Já Magdá “da família das cultoras da meia-ciência” também pertence, na opinião do crítico, aos “estudos indigestos”. O crítico afirma que se sucederam as “cópias” porque faltou invenção por parte dos naturalistas, bem como “observação direta, segura e pessoal” (idem).

Coutinho, fazendo uso das palavras do crítico anteriormente citado, reiterou a mesma ideia difundida sobre o assunto:

É de Silvio Romero a observação de que pelo menos três romances naturalistas se pautam pelo modelo de *O homem*, de Aluísio Azevedo, *Hortênsia*, de Marques de Carvalho, *O cromo*, de Horácio de Carvalho e *A carne*, de Júlio Ribeiro. Não somente no processo de composição desses romances se assemelham, dentro dos lineamentos comuns da escola: o que sobretudo os identifica, de acordo com o reparo de Silvio Romero, é a extraordinária similitude da heroína central de cada um deles. A Magdá, de Aluísio, parece ter sido o figurino da Ester, de *O cromo*; da *Hortênsia*, do livro de Horácio de Carvalho, e da Lenita, de *A carne* (COUTINHO, 1997, p. 83).

Pereira também afirma serem os livros citados no excerto de Coutinho repercussões de *O homem*: “aparecido no ano anterior, causara forte impressão e inaugurara a chocante mistura de tiradas pedantes e cenas escabrosas, a que se deu em regra no Brasil o nome de naturalismo” (PEREIRA, 1888, p. 127). Logo, a opinião da crítica sobre *Lar* não é positiva: “preso [o romance] a um quotidianismo abafado, é uma pobre amostra do horror que a muitos realistas – inclusive a Aluísio Azevedo – inspirava a realidade”. Incisivamente, a estudiosa afirma: “E todas vêm da Magdá de *O homem*. A esse livro seguiu-se um chorrilho de outros do mesmo teor, ou piores ainda, que não pertencem a literatura” (PEREIRA, 1888, p. 131). Para ela, os exemplos de Aluísio Azevedo, estudando na *Casa de pensão* e em *O cortiço* o problema das habitações coletivas e de sua influência na existência íntima dos moradores, não teve eco, mas “pelo escuso atalho aberto com *O homem* enveredaram imediatamente muitos romancistas” (PEREIRA, 1888, p. 129). Partilhando da mesma visão, Sodré afirma que entre os romancistas havia a mesma fascinação pela histeria feminina e pelas manifestações patológicas, trazendo todas a mesma inverossimilhança, motivo que levou os naturalistas a criarem um tipo falso, “as detestáveis heroínas embaladas de filosofia que foram as Magdás e suas cópias” (SODRÉ, 1969, p. 222). Essa afirmativa, solidificada e reiterada pela historiografia através dos anos, de que as narrativas com protagonistas históricas teriam vindo

na esteira de *O homem* é sem fundamento. O único fato que une esses quatro romances é terem sido publicados no ano seguinte ao primeiro, dado que eles possuem caráter inteiramente diversos.

Para Veríssimo, a importância isolada de *O homem* foi mínima, como literatura e como estudo de temperamento. No entanto, admite tê-lo sido “mais uma monografia do histerismo erótico do que um romance no sentido aceito da palavra” (VERÍSSIMO, 1888, p. 183). A afirmação do importante crítico é mais comprovação de que os romances naturalistas eram entendidos, no imaginário da época, como licenciosos. Daí a impetuosa resistência a eles. Romero, avesso ao livro em todos os sentidos, afirmou ter sido “a patacoada do Romance Experimental” (ROMERO, 1888, p. 191). Para ele, a narrativa de Magdá e as suas cópias não poderiam ser consideradas literatura. Essas inflexíveis sentenças foram tomadas como verdades absolutas pela historiografia, como vimos.

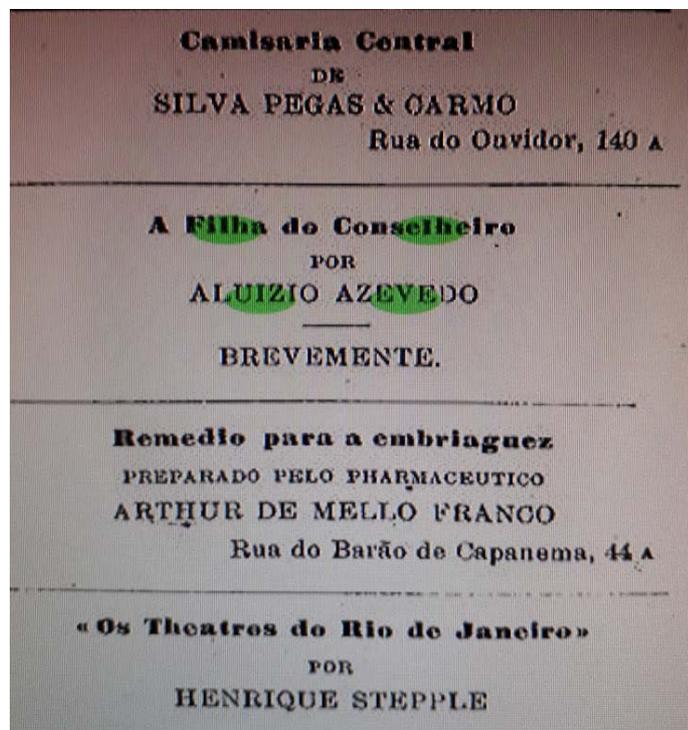
Contudo, graças aos estudos recentes que vêm buscando renovar o olhar sobre a estética, caso de Sereza, é possível compreender hoje porque o naturalismo foi demonizado veementemente pelos seus críticos contemporâneos e extemporâneos. Na concepção do estudioso, isso aconteceu porque é “o movimento que vai dizer com grande paixão que somos reprimidos sexualmente, que vai intensificar os discursos sobre o sexo e que acaba por colaborar na ‘construção’ e na difusão de novas sexualidades” (SEREZA, 2012, p. 185). O componente sexual “rebaixava” a literatura (por trazer a público aquilo que deveria estar ocultado) ao mesmo tempo se configurava num perigo para a sociedade, por retratar algo inapropriado para a época: mulheres que sentiam desejo pela carne. As mulheres (na literatura) deviam ser descritas como castas e virgens, como defendeu Veríssimo, páginas atrás. O naturalismo vai romper com o extremo decoro imposto a elas. Por esses motivos, o naturalismo precisou ser erradicado. E foi.

## 2 A HISTÓRIA NÃO CONTADA DE *O HOMEM*

### 2.1 A filha do conselheiro

A divulgação do romance “*O Homem*” (com o artigo “O” e a letra “H” em caixa alta, forma como o livro foi anunciado com frequência nos periódicos da época) tem início em 1886. A folha trimestral *Gryphus* (edição 9) traz um discreto anúncio da obra em meio a propaganda de camisaria, remédio para embriaguez e peça teatral. É provável que, por conta da grande antecedência ao lançamento, o livro não tivesse recebido título definitivo até aquele momento, pois é anunciado como “A filha do conselheiro” (um nome bem mais adequado à trama, ao nosso ver). O nome escolhido pelo autor para a obra causou protestos por parte da crítica de então, e ainda hoje provoca certo estranhamento nos leitores.

Figura 1 – anúncio de *O homem*



Legenda: título provisório “A filha do conselheiro”.

Fonte: *Gryphus*, Rio de Janeiro, 1886, ano I, Edição 9, 04/12/1886, p. 6. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 22 ago. 2017

Duas semanas antes, em 20 de novembro de 1886, *A Semana* (edição 99), periódico de Valentim Magalhães, faz homenagem a Aluísio Azevedo na “Galeria de Elogio Mútuo”, com texto assinado pelo francês Emílio Rouède (1848-1908), que escreveu várias peças de teatro com o literato. Essa seção oportunizava os amigos íntimos escreverem uns sobre os outros. A estratégia era uma necessidade para promoção de escritores brasileiros, pois a concorrência com romances portugueses e franceses era desleal. Rouède aproveita a oportunidade para divulgar o mais novo romance de Aluísio Azevedo: *A filha do conselheiro*, como foi inicialmente intitulado o livro. Antes disso, ele relata a difícil história de vida do maranhense (começou a trabalhar aos 12 anos) e a sua trajetória profissional. Desde a publicação de *O mulato* foi cercada de polêmicas, consequência do uso da publicidade para divulgação e venda dos seus livros, bem como pelos temas abordados. O comediógrafo destaca a versatilidade na escrita de Aluísio, a sua extensa produção literária e a forma como ela foi recebida à época, entre: “bênçãos” (dos jovens intelectuais) *versus* “maldições” (pelos “velhos escravocratas” e “padres”). Essa dicotomia deixava transparecer as inclinações ideológicas e políticas de Aluísio Azevedo e do seu grupo: abolicionistas e republicanos. O avanço do naturalismo incomodava os conservadores, monarquistas e religiosos. Outro elemento importante no “elogio” do francês é a tática que os amigos do literato utilizaram em demasia na imprensa para promovê-lo, destacando-o entre os demais romancistas da época. Essa era uma forma de conquistar espaço no campo literário. Nas palavras de Rouède, Aluísio “ocupava lugar saliente” nas letras nacionais.

Aluísio nasceu nessa ilhazinha privilegiada que fica ao norte do Brasil; ilha que o Anil e o Bacanga fecham em murmurosa cadeia de prata, mas que avulta enorme no espírito dos brasileiros porque dela saíram gigantes da estatura de Gonçalves Dias e Gomes de Sousa. Trabalha desde os doze anos de idade para manter-se; foi mestre-escola, despachante da alfândega, guarda-livros, desenhista de jornal, cenógrafo, professor de desenho em casas particulares, jornalista e retratista, e até gerente de um hotel, e tudo isto antes dos vinte anos de idade. Então atirou aos quatro ventos o seu romance *O Mulato*. *O Mulato* produziu uma reação literária em todo o Brasil, e uma voz ergueu-se no Rio de Janeiro gritando: - Romancista ao norte (1). Aluísio ouviu essa voz e arrojou-se de novo para o sul. Seu nome tinha sido escrito por todos os jornais da corte. A sua província acompanhou-o com uma tempestade de bênçãos e maldições; as bênçãos eram dos moços, e o anátema era dos velhos escravocratas, e dos padres, a quem ele tinha combatido atrozmente, que como romancista, quer como redator do *Pensador* e da *Pacotilha*, jornais fundados por ele mesmo em colaboração com outros rapazes. *O Mulato* apareceu entre lutas e polêmicas de imprensa em que Aluísio ocupava o lugar mais saliente; nessa ocasião ele sofria um processo com os seus companheiros de redação; o povo da província o

aclamava cheio de entusiasmo. A edição do *Mulato* vendeu-se rapidamente, na redação do *Pensador*, a três mil réis o volume. No Maranhão todos leram essa obra, que estava destinada a abrir a porta ao romance naturalista no Brasil. Só a *Civilização*, o jornal dos padres, a amaldiçoou. Como a *Civilização* não deve estar hoje envergonhada e arrependida dessa cólera ridícula contra um adversário que, se a esporeou algumas vezes, foi sempre com esporas de ouro! Foi com o produto do *Mulato* que Aluísio tornou ao Rio de Janeiro, encarando para o futuro com uma tranquilidade de herói. Ah! Mas que duras decepções! Que dolorosas transigências literárias! Que sacrifício para não afrouxar nessa terrível empresa de viver dos seus livros! Aluísio nasceu pobre, nunca recebeu um só vintém por intermédio do governo ou coisa que o valha. Depois que se fez escritor nunca dispensou um real que não fosse ganho com as letras. Imagine-se! Mas só assim se explica como, ainda, tão moço, já vê atrás de si uma esteira de trabalhos que aparecem escritos em uma longa existência. Sem contar com as suas composições jornalísticas, lançadas dia a dia na província, em artigos de fundo, em crônicas, em folhetins; sem contar com os seus inúmeros contos, que dão para dois ou três bons volumes sem contar com as suas poesias, que são muitas. Aluísio produziu nada menos de dezessete obras, das quais algumas são mui grandes proporções.<sup>26</sup>

No momento seguinte, Rouède elenca toda a produção ficcional de Aluísio Azevedo até aquele momento, destacando a sua preferência pelas obras: *O mulato* (1881), *Casa de Pensão* (1883) e *O coruja* (1885), por traduzirem perfeitamente o grande talento observador do naturalista. Ademais, percebe-se na fala do francês a necessidade de se demarcar, em pleno 1886, a superioridade da “nova” escola realista, por esta representar “sério estudo social”, com seus personagens de “carne e osso”. Muito diferente das histórias de “imaginação” do romantismo.

(...) é nesses três romances que Aluísio se revela tal qual é, e tal como há de ser julgado no futuro; é nesses três volumes que todo aquele que, como eu, não procura no romance somente um produto da imaginação, senão um sério estudo social, um estudo dos homens e dos costumes, há de ver no privilegiado escritor maranhense um naturalista de raça, um realista original, não por sistema, como tantos há agora, mas por convicção, por temperamento e por uma espécie de consequência lógica da sua sinceridade, da sua inteireza de caráter e da pujança da sua saúde alegre e fecunda. (...) o seu talento eminentemente observador, o seu modo de ver e julgar com clareza e precisão, afastam-no do convencionalismo da frase e da situação de efeitos; é um pintor que escreve, tem uma bela compreensão da luz, tem a vista dupla de um artista; a ação das suas obras baseia-se principalmente no estudo sincero do natural; ele vê, sente e diz francamente o que viu; os seus personagens em vida própria, mexem-se, caminham, sem auxílio dos cordéis desta ou daquela escola; são todos de carne e osso: o Raimundo do *Mulato*, o Amâncio da *Casa de Pensão* e o Teobaldo do *Coruja* são conhecidos nossos, que nos acotovelam todos os dias e a quem encontramos por toda a parte.<sup>27</sup>

<sup>26</sup> *A Semana*, Rio de Janeiro, Edição 99, 20/11/1886, p. 1. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 10/11/17.

<sup>27</sup> *Idem*.

Rouède passa a promover, com um ano de antecedência do lançamento, *A filha do conselheiro*. Ele afirma ser o livro a “guarda avançada” da série de romances de Aluísio Azevedo, intitulada “Brasileiros antigos e modernos”, projeto literário não concretizado. Em seguida, destaca ambigualmente o profundo estudo sobre a histeria e, sutilmente, o aspecto licencioso do livro, com as expressões “bela e ardente brasileira” para referir-se à Magdá e “fugoso temperamento de brasileiro do norte” ao romancista. Já sobre a obra, utiliza os termos “ardor”, “vibrante”, “elétrica”, “iluminada de vermelho quente como os arreais do Amazonas” para remeter à luxúria presente no livro e à aliança da literatura naturalista com o progresso/ciência. Além disso, o francês lamenta que a crítica só reconheça a obra de um artista após a sua morte. Com essa afirmação, infere-se que, embora o maranhense fosse respeitado nos círculos intelectuais desde o aparecimento de *O mulato* (1881), o literato só ganhou notoriedade nacional quando entrou para o prestigioso rol de autores da Livraria Garnier, após grande sucesso de vendas de *O homem*. Por fim, o articulista compara o autor aos cavaleiros espanhóis representados na “Rendição de Breda” (conhecida também como “As Lanças”), tela famosa do pintor Diego Velázquez (1599- 1660), a qual retrata o episódio histórico de rendição dos holandeses protestantes para os espanhóis católicos, após ocupação por quase um ano da cidade de Breda, situada no Brabante do Norte, nos Países Baixos. Conquanto os espanhóis tenham saído vitoriosos, a tela não explora uma comemoração convencional. Ela simboliza respeito recíproco pelos exércitos inimigos, conduta correspondente a de Aluísio Azevedo com os detratores do naturalismo, na concepção do teatrólogo.

Para este romance, que ainda está no prelo, o nosso romancista estudou conscienciosamente os pormenores mais delicados da histeria, cercado-se dos autores que discutem a moléstia e consultando os médicos mais entendidos na matéria. Neste livro, a heroína, uma bela e ardente brasileira, contrariada em seus amores, honesta apesar disso, é acometida violentamente por aquela enfermidade e cria na sua imaginação uma nova existência que está em completo antagonismo com a sua vida real. Uma obra-prima, cheia de originalidade e relumbrante de poesia. É nessa obra que Aluísio mais prodigaliza o seu fugoso temperamento de brasileiro do norte; é uma obra escrita com ardor, vibrante, elétrica, iluminada de vermelho, quente como os areais do Amazonas. Nela descobre-se um belo progresso de forma e de concepção; mas, para que falar nisto, se as dimensões deste jornal não me permitem dizer tudo o que tenho a dizer a respeito de Aluísio Azevedo?... Não fecharei, porém, o meu artigo sem declarar que as suas produções, apesar do bom acolhimento que tem merecido do público, ainda não foram por muito analisadas como merecem, e entendo que isso se dá porque o autor ainda vive e é um bom rapaz, sem pose, sem afetação, que ri e conversa com todo o mundo e não desdenha aceitar uma xícara de café do primeiro que se apresenta. Ah! Se ele pudesse morrer por algum tempo, que grande serviço não faria ao seu prestígio literário! E como não ficaria admirado amanhã, ao ressuscitar, se visse um grande homem admirado e

aplaudido pela sua geração inteira! Quanto ao físico, Aluísio é um guapo mocetão: imagine-se um cavalheiro espanhol, sem o chapéu de pluma, nem a espada à cinta, mas descido da Batalha das Lanças de Velázquez. Eis Aluísio!<sup>28</sup>

Figura 2 – Galeria do elogio mútuo

Ano 1886\Edição 00099 (1)

# A SEMANA

PUBLICA-SE AOS SABBADOS

ANNO II. | RIO DE JANEIRO, 20 DE NOVEMBRO DE 1886 | VOL. II-N. 99.  
DIRECTOR E PROPRIETARIO—VALENTIM MAGALHÃES

REDACÇÃO E GERENCIA—RUA DO CARMO N. 36

REDACTORES  
Valentim Magalhães, Filinto d'Almeida,  
A. de Souza e E. de Magalhães

SECRETARIO  
ARTHUR MENDES

GERENTE  
G. CABRAL

## GALERIA DO ELOGIO MUTUO

ALUIZIO AZEVEDO

Aluizio nasceu nessa ilha-silha privilegiada que fica lá no norte do Brasil; ilha que o Anil e o Bacanga fecham em murmurosa cadeia de prata, mas que avulta enorme no espirito dos brasileiros porque d'ella sahiram gigantes da estatura de Gonçalves Dias e Gomes de Sousa. Trabalha desde os tozo annos de idade para manter-se: foi mestre-escola, despachante da alfazega, guarda-livros, desenhista de jornal, scenographo, professor de desenho em casa particular, jornalista, retratista, e até gerente de um hotel, e tudo isto antes dos vinte annos de idade. Então atirou aos quatro ventos o seu romance *O Mulato*. O Mulato produziu uma reacção litteraria em todo o Brasil, e uma vez ergueu-se no Rio de Janeiro gritando: —Romancista ao norte! (1) Aluizio ouviu uma voz e outro



EXPEDIENTE

ASSIGNATURAS

CÓDICE	
Trimestre.....	25000
Semestre.....	45000
Anno.....	85000
PREVENIAS	
Semestre.....	15000
Anno.....	19000

Requeremos nos Srs. Agentes do Correio a Buena de nos devolverem os exemplares d'A SEMANA que nos forem enviados

Legenda: Caricatura de Aluísio Azevedo na seção de *A Semana*.

Fonte: *A Semana*, Rio de Janeiro, Edição 99, 20/11/1886, p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

<sup>28</sup> *A Semana*, Rio de Janeiro, Edição 99, 20/11/1886, p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 10/11/17.

Em 11 de dezembro de 1886, *A Semana* (edição 102) torna a divulgar *A filha do conselheiro*, na sessão “Gazetilha Literária”, assinalando que a narrativa foi produzida, integralmente, sob os sinceros princípios da nova estética, o “puro realismo”. Contudo, no momento seguinte, o articulista afirma ser o romance todo atravessado por “um forte sopro de vida”, “um ar quente”, “uma grande luz que a tudo fecunda”. Essas expressões, surpreendentemente, remetem às descrições das relações sexuais de Magdá com o cavouqueiro Luís. Nesse início de divulgação do romance, os amigos de Azevedo já denunciavam a estratégia de finalidade ambígua que seria utilizada para a difusão da obra. Há, ainda, destaque para a editora em que o livro seria impresso, fato não ocorrido, conforme ver-se-á adiante. Os editores são citados porque eles desempenhavam papel fundamental na circulação dos livros no período. Por fim, é oferecido extrato do romance para degustação do público.

Acha-se no prelo, em casa dos Srs. Moreira Maximino & C. a obra que Aluísio Azevedo acaba de escrever com aquele título. Este trabalho vai abrir uma nova época literária na vida do nosso romancista; é o primeiro escrito na sua nova maneira; é já o puro naturalismo, completamente emancipado de todo e qualquer prejuízo; não há concessões ao público nem armadilhas engatilhadas contra o leitor; o que há é muito escrúpulo de forma, muita originalidade no dizer, muita concisão nas pinturas e principalmente muita sinceridade na exposição. Há em todo o livro um forte sopro de vida, um ar quente, uma grande luz que a tudo fecunda. (...) aguardamos ansiosos o aparecimento da obra, da qual não podemos fazer uma ideia justa e decisiva sem que a tenhamos lido atentamente, ou relido, o que seria mais provável. Que os Srs. Moreira Maximino & C. que não nos detenham por muito tempo em sua casa a desejada filha do Sr. Conselheiro.<sup>29</sup>

Meses adiante, juntamente com a sua rede de amigos respeitados da mídia carioca, Aluísio Azevedo coloca em marcha uma arrojada campanha publicitária para impulsionar as vendas do seu novo romance. Os meios utilizados na imprensa foram anúncios, notas com pequenas intrigas em torno do livro e resenhas favoráveis escritas pelos seus companheiros das letras. Além disso, foram realizados jantares, festas, conferências literárias e recepções para o lançamento de *O homem* e até panfletagem manual nas principais ruas do Rio de Janeiro. Os textos críticos impulsionaram o surgimento de diversos artigos sobre a obra, os quais acabaram por servir como publicidade. Para que as atenções sobre o livro se mantivessem, houve a estreia da peça homônima como a *Revista dos acontecimentos de ano* de 1887. Isso ajudou a promover mais curiosidade e barulho em volta do romance. Por

<sup>29</sup> *A Semana*, Rio de Janeiro, Edição 102, 20/11/1886, p. 3. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 10/11/17.

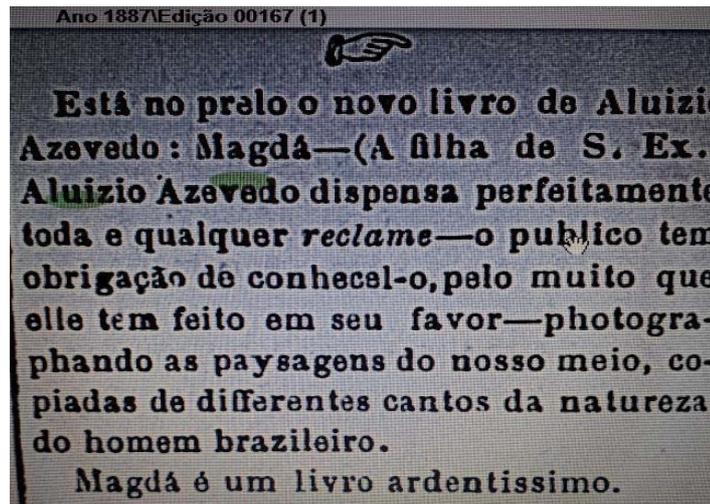
consequente, ao longo de 1888, emerge mais uma leva de opiniões favoráveis e desfavoráveis ao livro, publicadas nos periódicos da corte e de outras regiões do país.

As táticas utilizadas para divulgação de *O homem* foram extremamente diferentes da forma como foi anunciada a narrativa *Filomena Borges* (1883-1884), publicada em folhetim. A personagem que dá nome à trama foi criada de forma coletiva pelos colunistas do “Balas de Estalo”, coluna da *Gazeta de Notícias*. Esta trazia uma série de crônicas, muito estudada devido à participação de Machado de Assis, “os assuntos contemplavam os acontecimentos cotidianos mais variados, com tom de humor ácido, foi grande sucesso durante o período de sua existência, de 1883 a 1886” (RAMOS, 2005, p.55). Para despertar interesse pelo folhetim, o nome da heroína foi largamente divulgado por articulistas em diversos periódicos para os mais diferentes tipos de interesse - que nada tinham a ver com literatura - pois ligava-se a bailes, recepções, moda, etc., conforme conta Lucas Lamonica (2015). Todo esse reclame criou uma imensa expectativa na recepção da história de Filomena quando da sua publicação, convertida em fracasso literário.

Assim como *Filomena Borges*, *O homem* traz uma protagonista feminina. Talvez por esse motivo, Aluísio Azevedo foi cuidadoso e não repetiu os mesmos procedimentos de divulgação do folhetim. Desta vez, desejoso para ser lido e obter sucesso, o romancista maranhense e os amigos apostaram no caráter licencioso da narrativa de Magdá. Sabiam que isso atraía polêmica e leitores. No entanto, de modo dúbio, o aspecto cientificista da obra também era destacado nas folhas com a mesma importância. Entrava em cena uma jogada engenhosa de marketing para promoção e venda do livro.

Referências a *O homem* reaparecem a partir da metade do ano de 1887. Em 25 de junho, a *Gazeta da tarde* (edição 167) publica um texto de Arthur Azevedo (1855-1908), irmão mais velho de Aluísio e seu maior apoiador, anunciando o novo romance como “Magdá (A filha do Sr. Ex.)”. O caráter impróprio da obra recebe destaque: “livro ardentíssimo”. Contudo, ao explicar o enredo, o articulista ressalta: “é tão naturalista quanto *Casa de pensão* e o *Coruja*”. Tal estratégia visava defender, antecipadamente, a obra de possíveis ataques (futuros) de imoralidade, isso ocorria com frequência com os escritores naturalistas, que se viam obrigados a atribuir intenção pedagógica nas entrelinhas do enredo. Segue imagem do primeiro e segundo parágrafos.

Figura 3 – anúncio de O homem



Legenda: anúncio de sentidos ambíguos.

Fonte: *Gazeta da tarde*, Rio de Janeiro, Edição 167, 25/06/1887, p. 2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 16 maio 2017

Apesar de o articulista afirmar ser dispensável qualquer reclame por ser Aluísio Azevedo um autor já bastante conhecido à época, ele não abre mão do recurso. Este artigo não é o único feito por Artur para enaltecer o talento do irmão, conforme veremos ao longo desta pesquisa. O teatrólogo contribuiu imensamente para a difusão de *O homem* e para seu sucesso. No excerto anterior (ver imagem), o dom de “fotógrafo” do escritor maranhense é enfatizado por ser um elemento imprescindível na pena de um romancista realista-naturalista.

Depois, o crítico passa a discorrer sobre o “estudo de histeria”, o qual chama de “romance sonho”, por conta da fluidez entre a realidade e a fantasia experienciada pela protagonista. O estado dela é atribuído a um amor frustrado, cujo sofrimento gera um “mal que a envenena lentamente” e a obriga a utilizar o sonho como refúgio. Por isso, a imaginação da narrativa deve se compreendida como uma representação do “tipo” da personagem, por ser ela uma doente delirante. Artur salienta: “a fantasia não é do autor, é do tipo. O real do histérico é sonho”. O proceder de Magdá era realista:

Um estudo de histeria – um romance sonho. Esboçar aquele galope mirífico de fantasia não é possível a quem escreve estas linhas, ligeiramente, olhando o relógio e obedecendo ao paginador. Imagine-se a vida de uma mulher-sombra, uma fada, se quiserem ou uma doida. A moça heroína afasta-se constantemente do limite terreno, cria longas asas de plumas, agita-se e ala-se por esse azul infinito procurando meandros de nuvens, descobrindo paisagens imaginárias, onde a vida rebenta em explosões inconcebíveis de todos os lados, de todos os pontos. Magdá é um vampiro de si mesma – ela suga a própria vida com a boca de seu eterno sonho, que a definha, que a inutiliza – parece que a miseranda ao acordar descansa da grande

viagem fantástica pelas regiões onde vagou muito tempo, pelo braço de um amante loiro, que lhe dava a respirar o hálito de sua boca, mais cheirosa que as pétalas das violetas. Magdá delira por um amor sonhado e sofre de um mal que a envenena lentamente e que a obriga a recorrer ao sonho para não sofrer: uma paixão. De olhos abertos, ela pensa que sonha um sonho mau, horroroso, cheio de sombras e de espectros. Dormindo sim, dormindo e sonhando que ela vive. A vida do amor errante, a vida das valquírias correndo pelas nebulosas, ao clarão romântico da lua, um instrumento batendo na garupa do gabinete e a brisa ferindo-o, ferindo-o e arrancando uma serenata amorosa que acompanha a carreira rápida da viajora aérea por todo o tempo do seu sonho lânguido. Magdá com todo esse arroubo, com essa acumulação de névoa é tão real, tão naturalista, como “A casa de pensão” ou “O coruja”. A fantasia não é do autor, é do tipo. O real do histérico é o sonho. Daí parecer este novo livro uma aberração do autor, quando é nada menos do que um estudo aturado e lindo de uma desgraçada mulher enferma (...)<sup>30</sup>.

No mesmo dia, *A Semana* (edição 130) publica uma breve nota para promoção do novo romance, chama-o de “A filha do conselheiro”. Até junho de 1887, o livro receberia mesmo um título que destacaria a protagonista:

Uma boa notícia: - Entrou, afinal, para o prelo A filha do conselheiro, o último romance de Aluísio Azevedo. É de crer que a tenhamos brevemente a conversar conosco, em agradável e íntimo *tête à tête*.<sup>31</sup>

À medida que a data do lançamento do livro se aproxima, surgem inúmeros reclames diariamente nos periódicos mais importantes da corte. Em 27 de setembro de 1887, no *Jornal do Commercio*, lê-se: “Já está no prelo o romance *O homem*, do Sr. Aluísio Azevedo”.<sup>32</sup> Conforme se vê, somente é divulgado o título definitivo da obra poucos dias antes de seu lançamento. Dois dias depois, o periódico *Novidades* (edição 211) também comunica o aparecimento do romance, confiante no seu sucesso. Oferece aos leitores o trecho que a protagonista colhe a flor proibida na Ilha dos Segredos:

O Homem

Brevemente aparecerá à luz da publicidade o novo romance de Aluísio Azevedo – O Homem. Tudo pressagia que esta produção do autor da *Casa de pensão* e do *Coruja* obterá o mais lisonjeiro êxito. O trecho que em seguida publicamos pertence a um dos primeiros capítulos da obra.<sup>33</sup>

<sup>30</sup> *Gazeta da tarde*, Rio de Janeiro, Edição 167, 25/06/1887, p. 2. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 16/05/17.

<sup>31</sup> *A Semana*, Rio de Janeiro, Edição 130, 25/06/1887, p. 5. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 17/05/17.

<sup>32</sup> *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 27/09/1887, edição 269B, p. 4. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 18/05/17.

<sup>33</sup> *Novidades*, Rio de Janeiro, Edição 211, 29/09/1887, p.1. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 23/05/17.

Em 30 de setembro de 1887, o *Jornal do Commercio* (edição 272) informa sobre a conferência literária a respeito tese do romance pelo colega escritor Henrique Maximiano Coelho Neto (1864-1934), no Teatro Príncipe Imperial do Rio de Janeiro. Tal palestra parece reforçar a ideia de a narrativa de Magdá tratar-se de ficção naturalista “séria”. A assembleia também é comunicada no *Novidades* (edição 212), destacando a ansiedade do público pela leitura de *O homem*. A *Revista Illustrada* (edição 466) igualmente informa sobre a conferência, mas aqui é contada uma suposta história de que a obra estivesse sofrendo censura da polícia.

Aluísio Azevedo tem em via de publicação um novo romance intitulado: *O homem*. É esperado, com verdadeira ansiedade, o novo romance, por todos que presam as boas letras. Tem corrido, porém, a versão de que a polícia procura obstar à publicação desse livro, por ser uma obra realista. Ora, a polícia...<sup>34</sup>

Já na *Gazeta de Notícias* (edição 273), um dos periódicos que mais se empenhou na publicidade do novo romance (que registra o maior número de ocorrências na Hemeroteca Digital), é divulgada nota “desmentindo” o boato sobre a tal censura imposta à obra:<sup>35</sup>

Não é exato que a polícia tenha proibido a publicação do livro – *O Homem*, de Aluísio Azevedo. Esse boato, que já ganhou guarida em algumas folhas, não tem o menor fundamento. Domingo, 8 de outubro, o Sr. Coelho Neto, fará no Teatro Príncipe Imperial, uma conferência literária, na qual tratará do *Homem*<sup>36</sup>.

Esses rumores merecem atenção por revelarem que a leitura licenciosa era motivo para as autoridades tomarem duras providências. As pessoas que acionavam a polícia nesses casos faziam-no com muita preocupação e seriedade. No imaginário da época, associar o romance naturalista ao ilegal e pornográfico não era incomum. No caso de *O homem*, não houve envolvimento da polícia, mas a existência do boato — e ele vinha de pessoas ligadas a Aluísio Azevedo (e talvez do próprio) — significava que era crível associar a ficção naturalista ao fora da lei. Há outros "casos de polícia" ligados ao naturalismo no Brasil, *A carne* (1888) e *O*

<sup>34</sup> *Revista Illustrada*, Rio de Janeiro, Edição 466, 30/09/1887, p. 3. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 23/05/17.

<sup>35</sup> “Publicado pela primeira vez na Corte no dia 2 de agosto de 1875, a *Gazeta de Notícias* inaugurou uma forma barata e popular de fazer jornais e, com ela, a imprensa ganharia, aos poucos, ares de grande empreendimento comercial, tornando-se verdadeiramente acessível a um número cada vez maior de leitores”. RAMOS, Ana Flávia Cernic. *Política e humor nos últimos anos da monarquia: A série “Bala de estalos” (1883- 1884)*.

<sup>36</sup> *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, Edição 273, 30/09/1887, p. 1. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 26/05/17.

*aborto* (1893), à época de seus lançamentos, foram considerados crimes graves por ferirem os códigos morais, conforme discorre Leonardo Mendes (2000; 2016).

A nove dias da publicação de *O homem, A Semana* (edição 144) aponta previsões que não tardarão para se realizarem. Conforme prognóstico da folha, a obra será extensamente discutida nos periódicos e sucesso de vendas nas livrarias. A ideia do reclame é instigar a curiosidade dos leitores e chamar a atenção dos críticos, os quais logo apontarão os “defeitos” da obra:

Por toda a seguinte semana estará na rua o novo romance naturalista de Aluísio Azevedo – *O Homem*. A julgar pela impaciência com que esta obra é esperada pelo público e a julgar pelo interesse que todos os jornais da corte têm mostrado por ela, a primeira edição voará como pólvora e há de ocupar longamente a pena e o tinteiro dos senhores críticos. O Aluísio que se prepare, porque estes já se acham todos de adjetivos engatilhados.<sup>37</sup>

Em 2 de outubro, a *Gazeta de Notícias* (edição 275) publica elogiosa resenha de apresentação de *O homem*, escrita por Ferreira de Araújo (1848-1900), diretor do jornal. Na opinião dele, o romancista maranhense despertará a ira dos detratores da nova escola realista:

*O homem*, porém, não é um passo, é um pulo, ou antes, um voo, que o coloca não diremos em primeira plana, porque por lá já andava Aluísio Azevedo, com os seus dois bonitos olhos em terra de cegos, mas em uma plana a que não sobe quem quer (...) o escritor realista vai aqular contra si: com este livro a malta dos pudibundos (...) *O homem*, de Aluísio Azevedo, vai levantar uma tempestade de doestos e recriminações, vai ser discutido no fundo e na forma. A crítica folheará os livros de medicina e discutirá aquele caso de histerismo, em suas causas e em suas manifestações. Talvez se diga, em desabono da obra, a par de muito disparate, filho da raiva da escola, muita coisa sensata; talvez se lhe faça muita observação justa, muito reparo merecido, mas o que ninguém dirá, a não querer correr o risco de ser apupado, é que *O homem* não é trabalho de um rapaz de muito talento, que não é um livro que faz honra à nossa pobre literatura<sup>38</sup>.

A previsão apontada pelo dono da *Gazeta de Notícias* se realiza, rapidamente, em 12 de outubro de 1887, quando o *Jornal do Commercio* (edição 283) divulga na seção “Gazetilha” a primeira resenha crítica desfavorável ao romance (ver adiante), na qual o discute ironicamente “no fundo e na forma”, conforme apontou o articulista. Ainda na edição

<sup>37</sup> *A Semana*, Rio de Janeiro, Edição 144, 01/10/1887, p. 6. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 13/05/17.

<sup>38</sup> *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, Edição 275, 02/10/1887, p. 1. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 31/05/17.

275 da *Gazeta*, comunica-se que o conferencista, Coelho Neto, adiou a palestra literária do referido romance para o dia 9 de outubro, um dia antes do seu lançamento.

No dia seguinte, 3 de outubro, o *Novidades* (edição 214) traz resenha de Arthur Azevedo a respeito do novo romance do seu irmão. Comprometido na promoção do naturalismo, o teatrólogo afirma ser o estudo fisiológico de *O homem* uma representação do “progresso das letras nacionais”, muito superior às “baboseiras do Macedo” (ele já havia criticado o romantismo em resenha mencionada anteriormente). Ademais, alfineta a falta de incentivo de editores e livreiros para com os escritores brasileiros, no entanto afirma que nem isso tem impedido a narrativa de Magdá estar na boca da imprensa diariamente. Por fim, engajado também na venda da obra, toca na sua faceta escandalosa, a qual fará muitos pais de família proibirem as filhas a leitura de algumas páginas.

O novo romance de Aluísio Azevedo, *O Homem*, vai aparecer em condições excepcionais. Nesta terra há o costume de guardar-se absoluto silêncio a respeito dos livros que se publicam, mas *O Homem* está ainda inédito, e já tem dado muito que falar. Uma vez; é a primeira! Não conheço o romance, de que li apenas trechos publicados na *Cidade do Rio* e no *Diário de Notícias*; mas tenho uma fé robusta no talento de Aluísio, e a certeza de que, com a publicação do seu novo livro, ele se colocará ainda acima das coisas amáveis que nestes últimos dias se lhe têm dito. Pessoas de muita circunspeção literária afirmam que *O Homem*, além de ser um tesouro de observação fisiológica, interessa o leitor pelos episódios e pelos personagens. A principal figura do romance, Magdalena, é uma histérica muito curiosa. O romancista observou à luz da ciência os mais extraordinários fenômenos dessa moléstia, que hoje tanto preocupa as sumidades médicas dos países mais adiantados. *O Homem*, é sobretudo, um livro moderno e petulante, independente e altivo, que, se por um lado vai torcer nariz a muita gente empanturrada das baboseiras do Macedo, por outro vai dar um alegrão aos que se interessam verdadeiramente pelo progresso das letras nacionais.

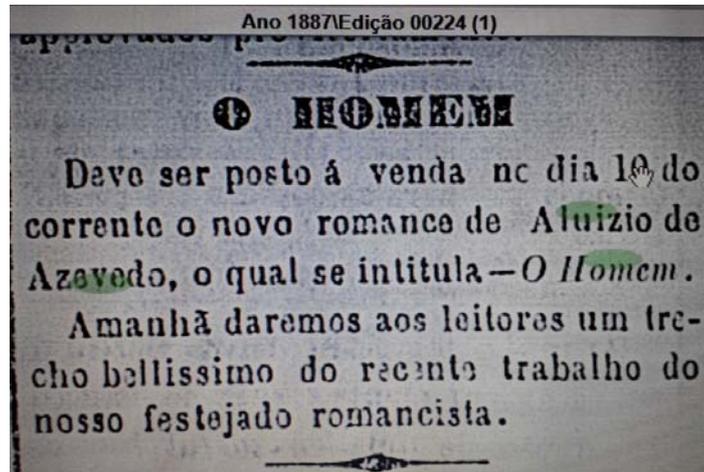
Alguns pais de família hão de fazer sentir à respectiva prole que onde está *O Homem* está o perigo, e só deixarão que as meninas o leiam depois de suprimidas algumas páginas audazes. As pobres pequenas darão naturalmente o cavaco por não terem um Homem inteiro, e a pudicícia paterna não intimidará o autor, que, com a galhardia habitual, dirá que o Homem é um homem e o gato é um bicho. Em compensação, muitos leitores do romance hão de reconhecer que *O Homem* é honesto e de bons costumes, exclamando os mais exigentes, logo às primeiras páginas: - Sim, senhor, desta vez temos *Homem*!

Faço votos para que os Srs. Garnier, Laemmert, João Pinto e outros livreiros vendam, pelo menos, vinte mil *Homens*.<sup>39</sup>

<sup>39</sup> *Novidades*, Rio de Janeiro, Edição 214, 03/10/1887, p. 1. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 30/11/17.

Ainda em 3 de outubro, a *Gazeta da tarde* (edição 224) avisa que o novo romance de Aluísio Azevedo será colocado à venda dentro de uma semana. No dia seguinte, o periódico disponibiliza para degustação do público o capítulo VIII de *O homem*, conforme prometido.

Figura 4 - anúncio



Legenda: divulgação da data para a aquisição do livro.

Fonte: *Gazeta da tarde*, Rio de Janeiro, Edição 224, 03/10/1887, p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 22 maio 2017.

Em 5 de outubro, o *Diário de Notícias* (edição 848) informa sobre um grupo de rapazes na rua do Ouvidor, onde estariam em prosa animada discutindo o romance do momento. No local estaria presente o autor do livro. Ao descrevê-lo fisicamente, a nota destaca o procedimento social do romancista, em desacordo com o realismo de suas obras: “Aluísio é simples, sem vícios, sério e ninguém ouvi-o jamais sair de seus lábios uma frase que não pudesse ser repetida entre moças bem educadas”.<sup>40</sup> Evidentemente, o objetivo da nota é autorizar as moças de boa família a lerem a narrativa, pois *O homem* não seria do tipo “romances para homens”. A nota se vale da suposta imagem de rapaz íntegro do literato para defender a obra como “leitura para todos”.

Nos dias 6 e 8 de outubro, o *Novidades* (edição 217 e 219) volta a anunciar insistentemente a conferência literária sobre o novo romance de Aluísio Azevedo, ministrada por Coelho Neto, ao meio-dia no Teatro Imperial. Em 9 de outubro, *O Apostolo* (edição 114), periódico “religioso, moral e doutrinário”, informa aos leitores sobre a mesma conferência, já

<sup>40</sup> *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, Edição 848, 05/10/1887, p.2. Disponível em:< <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 02/06/17.

anunciada exaustivamente em outras folhas. Dez meses depois, *O Apostolo* ter-se-á arrependido da propaganda feita a *O homem* (ver capítulo III).

Um outro recurso utilizado por Aluísio Azevedo nos dias que precederam a publicação de *O homem* foi a distribuição de panfletos nas principais ruas do Rio de Janeiro. Ele fez o mesmo para o lançamento de *O mulato* (MÉRIAN, 2013).

Nas vésperas do aparecimento de *O Homem*, Aluísio Azevedo, que conhecia a fundo o meio tórpido em que vivia, pôs-se em campo para fazer a propaganda da obra e, auxiliado por alguns companheiros corajosos, tal estardalhaço fez que, no dia da exposição do livro, foram vendidos ao balcão uns 300 exemplares.<sup>41</sup>

Como se vê, os esforços do maranhense e dos seus amigos para promoção e venda de *O homem* não foram pequenos. Eles se utilizaram largamente da imprensa, de eventos sociais e até da velha e conhecida forma de divulgação manual. Num ambiente hostil para escritores brasileiros, era preciso recorrer a todos os métodos de publicidade para que livros da literatura nacional sobressaíssem frente aos títulos europeus famosos. Além do mais, Aluísio Azevedo e seu grupo sabiam que qualidade literária não bastaria para consagrar o romancista como o principal nome do naturalismo no Brasil.

## 2.2 O lançamento de *O homem*

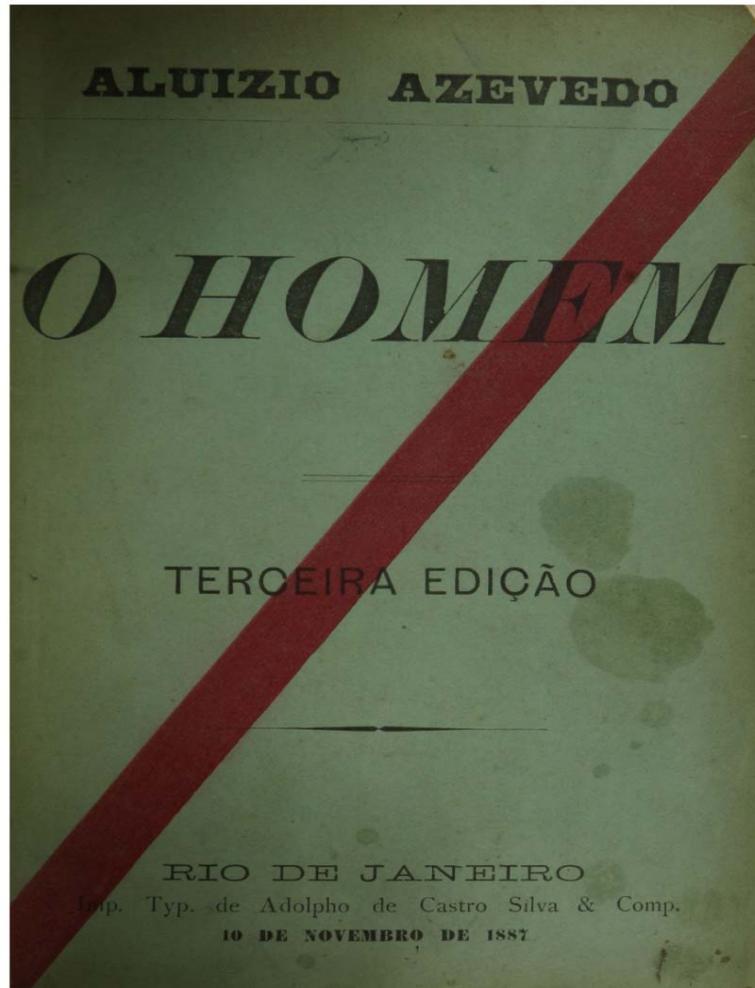
Em 10 de outubro de 1887 foi publicada no Rio de Janeiro a primeira edição de *O homem*, sob o selo da modesta Tipografia de Adolfo de Castro e Silva & Cia (assim como as duas edições subsequentes), localizada na Rua da Quitanda, 115. A Tipografia e Lit. Moreira Maximino & C. acabou não assinando contrato com Aluísio Azevedo, conforme fora divulgado n' *A Semana*, em dezembro de 1886. Até o lançamento de *O homem*, o romancista maranhense não possuía exclusividade com nenhuma editora. No entanto, com o triunfo de vendas da história de Magdá, essa situação começaria a mudar, em virtude das três primeiras edições do livro (1900 exemplares cada uma) se esgotarem entre outubro e dezembro de 1887 (MÉRIAN, 2013, p. 398). O fenômeno possibilitou a Aluísio Azevedo fechar os seus

---

<sup>41</sup> COELHO NETO, Henrique. *O meu dia*. Porto: Chardron, 1922, p. 103. Apud MÉRIAN, Jean-Yves. *Aluísio Azevedo: vida e obra (1857-1913)*. Trad. Claudia Poncioni. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Garamond, 2013, p. 402.

primeiros contratos com a Garnier, em 1888, ano em que a editora lançou a 4ª edição de *O homem* e reimprimiu *O mulato*, *O coruja* e *Casa de pensão* (conforme ver-se-á no capítulo III). A figura a seguir exhibe a folha de rosto da 3ª edição de *O homem*, datada em 10 de novembro de 1887. Em apenas um mês de comercialização da obra foram vendidos 3800 exemplares, números animadores para a época.

Figura 5 – Folha de rosto da 3ª edição de *O homem*



Legenda: Em um mês, *O homem* estava na 3ª edição.

Fonte: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4893>. Acesso em: 10 ago. 2017.

Neste dia, a *Gazeta da tarde* (edição 230) estampa na sua primeira página um poema composto por 8 estrofes com 4 versos cada, intitulado “Comédia Humana”, referenciando Balzac. É possível que o poeta buscasse remeter o caso de histeria vivido pela “musa gamenha” Magdá aos fatos ridículos e jocosos da vida social. Ao mesmo tempo, o poema serve para sinalizar a estreia de *O homem*, em forma de *revista*, nos tablados da corte, em

início de 1888. Prevendo a recepção negativa pelos críticos conservadores, o artista pede que se celebre o novo romance “sem preconceitos”.

Comédia Humana

I

Prólogo

Quem desta musa a primícias  
Goza, que a tenha completa,  
Que vá na primeira seta  
O beijo de uma carícia

Nem sempre do amor a flecha  
Fere cruel, mortalmente,  
Gosta-se até dessa brecha,  
Fira-se dela contente.

Neste pequeno proscênio  
Nesta nesga de ribalta,  
Faz-se elogio do gênio,  
O ridículo do peralta

Portanto, a musa gamenha,  
Que põe do burguês a pista  
Um garroche fantasista  
Armado d’acha de lenha;

Que tem chapéu de gazetas  
Para os fidalgos do Império  
E faz torcidas caretas  
A’ gente do ministério

Sem recuar, valorosa,  
Erga o fino reposteiro  
E do moço brasileiro  
O livro exiba orgulhosa

Que destas páginas d’ouro  
Cante o concerto divino,  
Que faz nas almas tesouro  
E tem melodias de hino

Que resoluto, sem medo,  
Sem preconceitos que a domem  
Celebre o romance – *O Homem*  
De Aluísio Azevedo.<sup>42</sup>

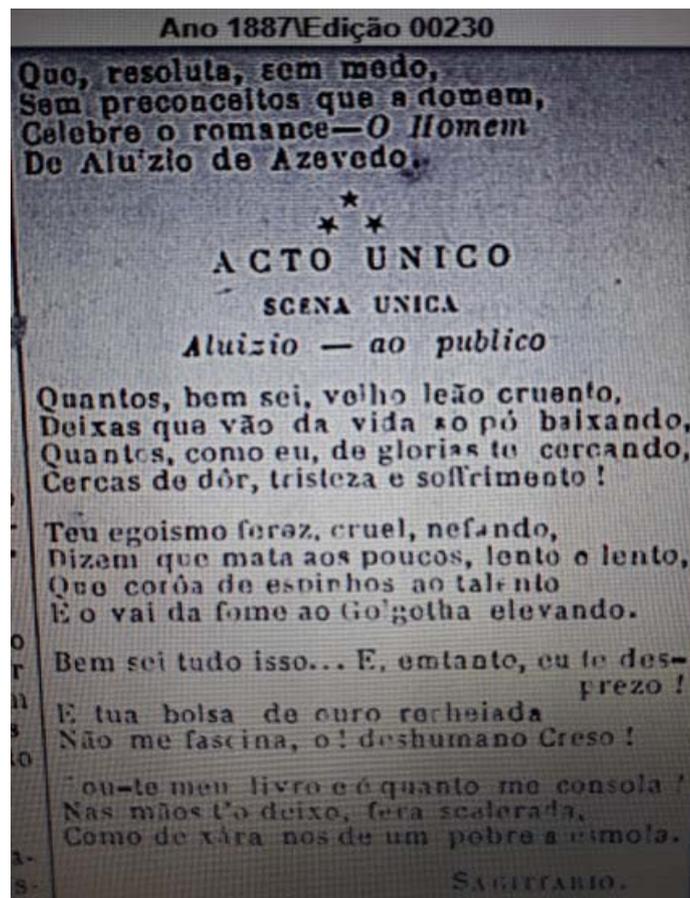
Ainda nessa mesma edição da *Gazeta da tarde*, abaixo do poema transcrito anteriormente, é publicado um outro. Este, de autoria de Aluísio Azevedo, é dirigido ao

---

<sup>42</sup> *Gazeta da tarde*, Rio de Janeiro, Edição 230, 10/10/1887, p. 1. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 02/06/17.

público. Ele assina com o pseudônimo “Sagittario”. Sabemos que o romancista se colocava como um homem da ciência e anticlericalista. O poema ilustra bem esses posicionamentos do escritor. O “eu-lírico” começa questionando a quantidade de pessoas ludibriadas durante toda a vida pelo “velho leão cruento”, que só sabe levar “dor, tristeza e sofrimento” pelo “egoísmo feroz, cruel, nefando”. As alegorias referem-se a tudo que representa a igreja e o clero (a fé cega na religião e em Deus), bem como a imposição dos dogmas cristãos aos seus fiéis. Também critica duramente a “salvação” pelo martírio, “vai da fome ao Gólgota [calvário] elevando”. O poeta despreza todos esses elementos por estarem em oposição às luzes da ciência. Nesse sentido, o único instrumento que ele pode oferecer para combater as trevas é o conhecimento: “Dou-te o meu livro e é quanto me consola”.

Figura 6 – Poema de Aluísio Azevedo



Legenda: Aluísio Azevedo escreveu o poema com o pseudônimo Sagittario.

Fonte: *Gazeta da tarde*, Rio de Janeiro, Edição 230, 10/10/1887, p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 02 jun. 2017.

No *Diário de Notícias* (edição 853) é divulgada uma nota sobre a conferência de Coelho Neto, ocorrida no dia anterior. O palestrante analisou e expôs ao público toda a carreira do escritor maranhense e narrou a obra, deixando “no ânimo de numeroso auditório a mais violenta e agradável impressão”.<sup>43</sup> Já o *Novidades* (edição 220) destacou o almoço em solenidade ao aparecimento do romance *O homem*, realizado pelos amigos e admiradores de Aluísio Azevedo, neste mesmo dia, no Hotel de Londres.

A conferência literária, o almoço e a divulgação de resenhas elogiosas (redigidas pelos companheiros das letras do maranhense) sobre o novo romance eram estratégias de marketing similares as que Zola e seu grupo (na França) empreenderam para fundar o naturalismo no país. Nem todos os expedientes publicitários utilizados pelo grupo de Aluísio eram semelhantes aos dos franceses, dado que o viés licencioso apenas os brasileiros destacaram.

David Baguley (1990) aponta como um dos mitos da história do naturalismo francês: o Banquete Trapp (no restaurante Trapp), em Paris, acontecido em 16 de abril de 1877. O jantar contou com a presença de Zola, Flaubert, Edmond de Goncourt, Joris-Karl Hysmans, Henry Céard, Guy de Maupassant, Octave Mirbeau e, não por acaso, o livreiro Georges Charpentier, o editor dos naturalistas. Anunciado nos jornais com antecedência, o jantar era uma forma de tornar conhecidos os escritores naturalistas, e também era uma declaração de apoio a Zola, que naquele momento era acusado de pornográfico devido à publicação de *L'Assommoir* (1877). O “menu de fantasia”, criado para o jantar e difundido na imprensa, era uma forma de fazer publicidade para as obras dos escritores: Sopa de “Madame Bovary”, truta “Fille Elisa”, galinha recheada “Saint Antoine”, alcachofra “Cœur Simple”, parfait naturalista de sobremesa, acompanhado de vinho de Coupeau e licor “Assommoir” (CATHARINA, 2006, p. 107). Esse acontecimento inspirou o grupo de Aluísio na confecção do *menu* francês, publicado na imprensa brasileira, para divulgação de toda a obra do maranhense até 1887, conforme veremos adiante.

Ainda, na sessão “No Bond” do *Novidades* (edição 220), lê-se que mal o novo romance foi colocado à venda, já estava sendo um sucesso. Esse feito acontecia com os títulos portugueses e franceses frequentemente, mas não com os livros de escritores brasileiros. Daí a estupefação do articulista. Conforme o grupo de Aluísio vinha engendrando, de modo dúbio a obra é divulgada:

---

<sup>43</sup> *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, Edição 853, 10/10/1887, p. 2. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 11/05/17.

Até às 9h da manhã de hoje a livraria Garnier tinha vendido 108 exemplares do *Homem*. Este fato é único nos anais da literatura brasileira e indica um movimento de curiosidade do público bastante animador. (...) O hino da vitória é hoje cantado pelo autor do *Homem*, livro poderoso, sério, profundamente estudado e ao mesmo tempo escrito com aquele ardor belicoso e comunicativo dos apóstolos de uma ideia nova. (...) agora vemo-lo garboso e desassombrado, cavalgando a hidra pudibunda da hipocrisia nacional e cravando-lhe os acicates nas anquinhas, a ver se aí existe algum fundo de verdade.<sup>44</sup>

Um dia após o lançamento do livro, a *Gazeta de Notícias* (edição 284) traz nota explicativa sobre a mesma festividade citada no *Novidades* (edição 220), acrescida a informação de que, na ocasião, o próprio autor anunciou *O homem* como o embrião de seu próximo romance, *O cortiço*. Afirmção problemática, pois ela será reiterada na fala de vários críticos à época e da posteridade.

Estiveram presentes poetas, jornalistas e vários escritores (...) durante toda a festa a maior animação e cordialidade. Foram levantados muitos brindes a Aluísio Azevedo, ao editor da obra e as outras pessoas presentes, e também a vários homens de letras, que por motivos de força maior não puderam comparecer. Durante o almoço foram lidos vários telegramas e cartas de saudação a Aluísio Azevedo. Em um dos brindes este apreciado escritor declarou que *O homem*, era o precursor de um outro romance francamente realista – *O cortiço*. Tratando-se de uma festa de homens de letras e jornalistas, é bom dizer-se que não terminou por nenhuma reconciliação.<sup>45</sup>

Em 11 de outubro, a *Gazeta da tarde* (edição 231) publica “Uma bonita festa”. Os senhores citados podem ser facilmente reconhecidos como pertencentes ao grupo de intelectuais a que Aluísio Azevedo estava alinhado:

Aluísio Azevedo recebeu ontem de seus amigos e admiradores significativa prova de apreço e estima. Em um dos salões do Hotel de Londres reuniram-se uns 20 rapazes, que festejaram devidamente o autor d’*O Homem*, o delicado romancista brasileiro que tem coragem para fazer revoluções literárias em meio tão indiferente por esses cometimentos. Ao redor de uma bem preparada mesa, sentaram-se Aluísio Azevedo, Fernando Mendes, Murat, Alfredo Gonçalves, Mucio Teixeira, Xavier da Silveira, Domingos M. Gonçalves, Coelho Neto, Guanabara, Campos Porto, Adolfo de Castro, Monteiro Silva, Guimarães Passos, Eugenio Carvalho, Cabral, Viriato Guimarães, Carapebus e Coelho Lisboa. Durante o almoço que foi perfeitamente servido, trocaram-se as mais entusiásticas saudações a Aluísio, a vários escritores presentes e ausentes, alguns trocadilhos e calembourgs. Foi uma festa íntima, toda cordial e cheia de animação<sup>46</sup>.

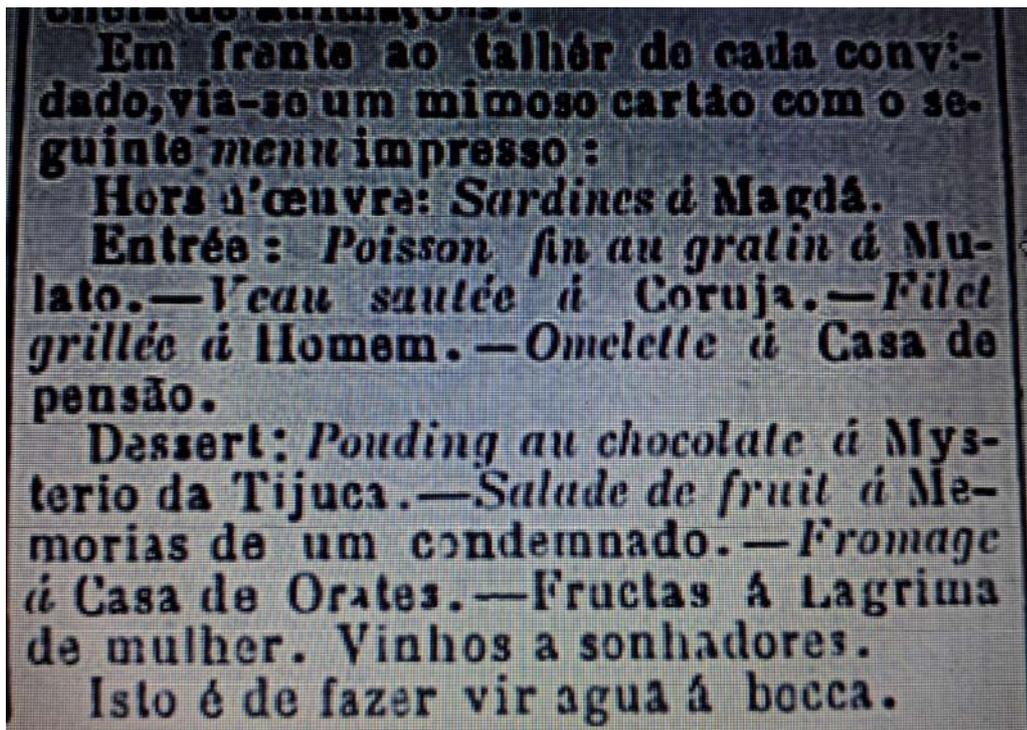
<sup>44</sup> *Novidades*, Rio de Janeiro, Edição 220, 10/10/1887, p. 1. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 17/05/17.

<sup>45</sup> *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, Edição 284, 11/10/1887, p. 1. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 13/06/17.

<sup>46</sup> *Gazeta da tarde*, Rio de Janeiro, Edição 231, 11/10/1887, p. 2. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 10/05/17.

O texto anterior segue acompanhado do cardápio francês (citado páginas atrás) servido durante o almoço de recepção (ver figura a seguir). Os “pratos” são uma brincadeira com os títulos das obras já publicadas do autor. Percebe-se um esforço orquestrado para divulgar não só *O homem*, mas também toda a obra de Aluísio. O *menu* contempla até uma peça de teatro, *Casa de Orates* (1882):

Figura 7 – Menu fantasia francês



Legenda: menu servido no almoço de recepção a Aluísio Azevedo.

Fonte: *Gazeta da tarde*, Rio de Janeiro, Edição 231, 11/10/1887, p. 2. Disponível em:  
<<http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 10 maio 2017.

Os eventos sociais serviam para colocar o nome do naturalista em evidência, simultaneamente faziam parte da campanha publicitária do lançamento do livro. Além disso, revelavam o prestígio e a influência literária de Aluísio Azevedo nos círculos intelectuais midiáticos da corte no período. No *Cidade do Rio* (edição 14), propriedade de José do Patrocínio (1853-1905), aparecem duas menções sobre o romancista maranhense: a primeira diz respeito ao banquete realizado para o “moço trabalhador que tanto se esforça por avivar o

amortecido brilho das letras brasileiras”;<sup>47</sup> já a segunda menção é um reclame para instigar a curiosidade das moças acerca do livro:

Ontem, numa das mesas do Paschoal, conversava-se sobre o aparecimento do livro de Aluísio Azevedo.

A Gregório, o encarregado da nossa seção elegante, disse uma das meninas presentes:

- Por alguns pedaços que já vi, gostei muito d’*O Homem*”.<sup>48</sup>

Por fim, n’*O Paiz* (edição 1101) é publicada breve exposição sobre o mais novo romance do “laborioso e brilhante escritor”. O articulista deixa transparecer que a obra pode conter “imoralidades” em nome do naturalismo:

haverá infernos lá dentro, naquelas 375 páginas, que o autor resguarda, ou defende, antecipadamente, em nome da verdade e da natureza, contra a convenção e as falsas regras da conveniência ruim e da moral piegas? (...) e só pode devassá-los a grande luz natural, a claridade sem véus, sem sombra? sem mistérios? Aluísio Azevedo não é um escritor desconhecido. Talento brilhante, abraçou a nova escola, e é dela o mais legítimo representante entre os nossos jovens literatos. Exemplo disso é já a sua *Casa de pensão*, livro bem aceito, que facilmente se popularizou, e serve hoje de apresentação honrosa a *O homem*, que recebemos como a um visitante distinto, com quem vamos entreter conversa amistosa, da qual daremos conta ao público. Cumprimentamos, entretanto, o laborioso e brilhante escritor, dando parabéns às letras pátrias por mais este valioso mimo, que acabamos de receber.<sup>49</sup>

Como vimos, o dia do lançamento e o seguinte foram marcados por homenagens ao escritor, resenhas positivas sobre o livro, festa, *menu* francês e 108 exemplares de *O homem* vendidos em uma hora. Tudo isso foi resultado de um empenho conjunto.

### 2.3 A polêmica de *O homem*

A partir de 12 de outubro de 1887, começam a surgir na imprensa muitas críticas favoráveis e desfavoráveis acerca de *O homem*. À medida que os artigos apontam agrados e desagradados na narrativa, licenciosidade ou cientificismo, outros críticos sentem-se motivados

<sup>47</sup> *Cidade do Rio*, Rio de Janeiro, Edição 14, 11/10/1887, p. 1. Disponível em:< <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 13/06/17.

<sup>48</sup> *Idem*.

<sup>49</sup> *O Paiz*, Rio de Janeiro, Edição 1101, 11/10/1887, p.1. Disponível em:< <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 11/07/17.

a opinar também, formando assim uma cadeia de comentários sobre o mesmo objeto: *O homem*. Por vezes, há críticas que analisam o novo romance, aproveitando-se para abordar o naturalismo de maneira geral. O fenômeno (teia de comentários) é análogo ao que ocorre nas redes sociais de hoje, com exceção da instantaneidade. Por conseguinte, o falatório em torno do livro impulsionava as vendas. Esse período imediato ao surgimento da obra também pode ser entendido como uma continuação da sua promoção publicitária. No entanto, este segundo momento ocorreu de forma um pouco mais natural, dado que a ampla divulgação do romance já havia sido feita.

Neste dia, o *Diário de Notícias* (edição 855) celebra o surgimento de *O homem* e comenta a recepção realizada dois dias atrás para o literato maranhense, dando destaque aos padrinhos da obra. O *menu* francês publicado na *Gazeta da tarde* (edição 231 – visto páginas atrás) acompanha o texto seguinte:

O Homem. Apareceu anteontem o desejado e esperado romance de Aluísio Azevedo O Homem. Bem impresso, formato elegante, capa original, O Homem convida a leitura. Vamos lê-lo e relê-lo e na nossa seção bibliográfica diremos o que nos sugeriu a sua leitura. Para solenizar o fausto acontecimento reuniram-se vários amigos de Aluísio Azevedo e convidados deles no elegante salão do Hotel Londres e às 2 horas da tarde foi servido um suculento almoço, de que damos abaixo o menu. Muitos brindes foram levantados ao escritor maranhense e em amena e agradável palestra estiveram amigos e convidados até bem tarde. Destacaremos entre os brindes os que foram dirigidos a Monteiro da Silva e Adolpho de Castro e Silva, os paraninfos do Homem. Foram lidos telegramas e cartas congratulatórias. Pretendíamos dar de tudo notícia circunstanciada em nosso folhetim literário; mas motivo de urgência nos faz apressar a relação do acontecimento literário do dia.<sup>50</sup>

Por sua vez, o *Jornal do Commercio* (edição 283), “órgão que se distinguiu pela defesa leal aos interesses conservadores da sociedade”, não estava no mesmo ritmo de festa das outras folhas<sup>51</sup>. É divulgada na sua sessão “Gazetilha” crítica desfavorável a *O homem*. Num tom de zombaria, o articulista inicia maldizendo o exagerado reclame criado em torno da obra. Ele reconhece a importância da divulgação e seus efeitos “a larga antecipação por todos os meios reconhecidos para auxiliar o comércio, apareceu finalmente o novo romance do Sr. Aluísio Azevedo, O Homem”. Ademais, fica evidente a preocupação do periódico com os códigos moralmente aceitáveis à época, feridos no livro. Isso explica o incômodo do crítico com as passagens mais picantes do romance e com a linguagem empregada, “era um

<sup>50</sup> *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, Edição 855, 12/10/1887, p.1. Disponível em:< <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 01/06/17.

<sup>51</sup> *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, Edição 296, 23/10/1887, p. 4. Disponível em:< <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 01/09/17.

crecendo de termos cada qual mais grosseiro”. Segundo ele, esses motivos tornavam a obra inadequada para moças e rapazes. Por isso, acusa-a de “pseudonaturalista”, mostrando-se importunado com o preâmbulo:

A larga antecipação por todos os meios conhecidos para auxiliar o comércio, apareceu finalmente o novo romance do Sr. Aluísio Azevedo, O Homem. Numa advertência ao leitor o autor pede que ‘não lhe leia o livro quem não amar a verdade e tiver a respeito do naturalismo ideias claras e seguras’. De amar a verdade, temos convicção, tanto que vamos dizê-las aqui mesmo, ignorando, porém, se serão claras e seguras as nossas ideias do naturalismo atiram-nos à leitura numa hora desocupada. Começamos por uma descrição do portão, chácara, escada e salas do conselheiro, tão minuciosa que dissemos a nós mesmos. Ora eis um livro que vai muito procurado pelos leiloeiros; encontrarão aqui excelentes modelos para catálogos de leilão. É, pois, um naturalismo que para alguma coisa serve. Em breve nos arrependemos. À medida que avançamos pela leitura, era um crescendo de termos cada qual mais grosseiro para descrever coisas e atos aliás muito naturais, quanto a isto não há dúvida. Fazemos ao autor a justiça de acreditar que ele nunca proferirá tais palavras numa sala de boa sociedade, entretanto escreve-as. Numa roda de rapazes, falando de cenas como as que se descrevem, a linguagem seria muito mais crua, breve e enérgica. Para que serve este pseudonaturalismo, que não é leitura nem para homens nem para senhoras?<sup>52</sup>

O excesso de descritivismo, apontado pelo articulista, é um dos aspectos mais criticados do naturalismo, no plano formal. O ensaio de Machado de Assis (ver capítulo I) sobre o *Primo Basílio* (1878) é um documento importante, pois é uma fonte de autoridade para a visão detratadora sobre a escola, nesse aspecto, que predomina na historiografia tradicional. Machado critica o fato de os naturalistas descreverem em demasia e sem selecionar. Denomina essa prática de “estética do inventário”, dando a entender que o escritor clássico em oposição tinha o cuidado de “observar”, “analisar”, “selecionar” e só então “descrever”. Na visão de Machado, isso não ocorria na pena dos escritores naturalistas. Para estes, “descrever” significava “descrever tudo”. Essa falta de seleção levaria a descrição de coisas desimportantes para a história. Partilhando da mesma visão de Machado, o crítico (do *Jornal do Commercio*) alega que a narrativa de Magdá serviria para “alguma coisa” para “catálogo de leilão”. Muitos indagam, ainda hoje, sobre qual seria a finalidade das exageradas descrições do naturalismo. Num mundo científico descrente em força transcendental superior que rege o universo, sobra apenas matéria. Logo, as coisas não significam nada além delas mesmas. Elas são seus próprios contextos, não precisam de propósitos.

---

<sup>52</sup> *Jornal do Commercio*, Edição 283, 12/10/1887, p. 1. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 01/06/17.

Discutida “a forma” do romance, o articulista prossegue para “o fundo” da história, fazendo clara referência irônica ao prenúncio da *Gazeta de Notícias* (edição 275), visto anteriormente. Consciente que, ao falar da obra, mesmo com desaprovação, estaria involuntariamente contribuindo com a publicidade do livro:

Isto pela forma; e o fundo? Este parece ser difusa análise de uma enfermidade. Servirá para a ciência? Os médicos cá de casa, embora não presumam de celebridades, afirmam que não aprenderão nada ali; os profanos esses hão de bocejar mais de uma vez. A tese parece ser (tornamos a dizer parece porque confessamos que não fomos além do meio livro) a necessidade que há para as moças casarem antes dos vinte anos. Disso todas estão já convencidas, e se algumas têm deixado de o fazer, fique o autor com a consciência tranquila que não foi por não ter aparecido há mais tempo seu livro. Pela muita deferência que nos merece o autor, que todos dizem ser moço muito simpático exaramos aqui esta nossa opinião certos que ela renderá mais para a venda de exemplares do que qualquer elogio que fizéssemos ao estilo um tanto pesado e desconexo e à frase incorreta.<sup>53</sup>

A leitura do articulista é a mesma que a historiografia naturaliza. A “necessidade” de casar a mulher antes dos vinte anos para controlá-la, mantendo sua sexualidade dentro do casamento. A tese do romance defende ser isso um crime. Critica as convenções sociais e a religião por proibirem as mulheres de exercerem a sua sexualidade de maneira livre, ou seja, sem marido. Esses “dispositivos” de controle (FOUCAULT, 1999) são mostrados como algo terrível porque reprimem o sexo das mulheres e as conduzem à “doença”.

Um outro ponto importantíssimo levantado nesse texto diz respeito à finalidade pedagógica de *O homem*, defendida por Artur Azevedo, como vimos. O crítico do *Jornal do Commercio* não se convence dela, pois afirma: “a tese parece ser”. Nem todos os homens de letras aceitavam essa justificativa, mesmo assim ela foi invocada muitas vezes pelos entusiastas da escola (além dos próprios romancistas) para suggestionar a leitura. Os dois artigos abordados a seguir, escritos por conterrâneos e amigos de Aluísio Azevedo, publicados na *Pacotilha*, periódico maranhense, ilustram perfeitamente essa questão.

No primeiro, de 2 de abril de 1888, edição 91 da folha, o articulista P. Bessa, de maneira muito espontânea, afirma tratar-se a narrativa de Magdá de assunto fisiológico, pois o sexo seria uma necessidade da natureza do ser humano (homens e mulheres). Sendo esse direito privado, viria a doença histérica. Prevendo interpretação equivocada, pelo viés licencioso, o articulista esclarece que a moléstia de Magdá só pode ser bem compreendida e apreciada por quem tiver “a alma civilizada pelas leis do naturalismo”. Os conhecedores dos

<sup>53</sup> *Jornal do Commercio*, Edição 283, 12/10/1887, p. 1. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 01/06/17.

dogmas da escola não lerão a obra pelo lado da bandalheira. A leitura “correta” deve considerar os preceitos científicistas. Se o leitor lê (e se apropria) o romance da forma que lhe convém, não é responsabilidade do escritor. O livro é um “estudo de caso” sobre a histeria, defende P. Bessa. Dessa forma, a palavra escrita de Aluísio Azevedo levaria à geração moderna, dentre outras utilidades, “*ensinamento e condenação*” (*grifo nosso*), tendo como objetivo denunciar imoralidades (e não incentivar), como é o caso de *O homem*. A assertiva do articulista vai na contramão da opinião de muitos intelectuais do período. Para estes, o naturalismo corrompia o indivíduo, sendo incapaz de “instruí-lo”. O efeito da sua leitura era o de bestializá-lo.

(...) é na realidade o seu romance – O Homem – uma verdade inesgotável do estudo patológico da histeria na mulher, produzida pela urgente necessidade do próprio homem na idade justamente que a constituição desta o reclama, que admira e arrebatava a quantos o apreciam. Sejam quais forem as circunstâncias das cenas, nunca o talento observador e prodigioso de Aluísio Azevedo sente-se enfraquecer; nunca deixa de acudir de improviso ao reclamo da situação e do momento. Há nele páginas de admiráveis concepções; provações íntimas de uma alma de pai que expia as consequências de um crime no fruto do mesmo crime, de uma alma de filho que ama ardentemente a sua própria irmã até a hora de lhe ser dada a condenação desse amor, de uma alma de mulher histérica que não tem razão, que ama e que não ama, que não tem vontade, que sofre sob a influência de uma moléstia enorme, tão bem descritas, tão bem observadas, que só podem ser compreendidas e apreciadas por quem tiver também uma alma civilizada pelas leis do naturalismo. Finalmente, o conjunto do romance – O Homem – é bom, é útil, é soberbo, e mostra a observação larga e o estudo profundo e simpático do filósofo que tem o sopro credor do gênio e que no mágico poder do estilo muito dificilmente pode ser substituído. Aluísio Azevedo é um desses moços que protestam energicamente contra a indiferença do tempo que atrofia a alma e a inteligência, porque é a negação do sentimento moral, ou, para verdadeiramente dizer, é o entorpecimento, a paralisia de espírito. Aluísio Azevedo é um desses moços que dia a dia mais se elevam protestando contra as influências mortíferas da sociedade em que vivem e que procuram infundir na alma desta a sensibilidade e o entendimento próprio, para que se lhe não entorpeça a vida, que se lhe não fuja para sempre a luz da consciência. Aluísio Azevedo é um desses moços que tem um coração que murmura como a corrente suave no regato; um coração que se alegra e palpita ao simpático farfalhar da floresta, dourada pelos raios brilhantes do sol; um coração que se comove ante os esplendores da natureza, ora ouvindo a grande e sublime voz dos ventos, ora a orquestra imponente dos mares. Para Aluísio Azevedo o amor às letras, o amor de ser útil à geração que se levanta é a verdadeira vida; entusiasmo o belo; a esperança com todo o seu cortejo de seduções o nutre; as tempestades da vida nem sempre são dolorosas, às vezes tornam-se edificantes, quanto mais destroem na guerra dos elementos, tanto mais conseguem a força da vontade. A sua palavra escrita é como a lava que brilha e que se espalha; levando à geração moderna as suas ilusões e desilusões, crença, amor, ensinamento e condenação, e é acolhida nos braços do gênio da glória e nos braços do gênio da posteridade.<sup>54</sup>

<sup>54</sup> *Pacotilha*, São Luís (MA), Edição 91, 02/04/188, p.2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 12/06/17.

Outro conterrâneo de Aluísio Azevedo, A. Britto, assina artigo na seção “Publicações a Pedido” da *Pacotilha* (edição 140), de 22 de maio de 1888. Notável é o empenho dos amigos do romancista para promovê-lo. “A pedidos” era um espaço de livre colocação, mediante pagamento, servindo como “chamariz para o jornal, pela atração exercida sobre os consumidores para ali se posicionarem sobre assuntos variados” (MARTINS, 2011, p. 63). No texto, o amigo isenta o autor de *O homem* de qualquer responsabilidade quanto à forma do leitor se apropriar da obra, pois Aluísio teria tomado a devida precaução no próêmio para isso não acontecer. Todavia, admite que isso não impediria os detratores da nova escola acusarem-no de “impudico”.

Além disso, o articulista enaltece a coragem do maranhense por apresentar as coisas como são na realidade, sem pudores, pois ele “não é dos que se subordinam”. O crítico admira a preocupação do literato em evidenciar as teorias, esclarecendo o porquê dos acontecimentos, com a mesma importância que dá à observação, “ele não se contenta com a prática, gosta também das teorias”. Na visão do amigo, o único equívoco do romancista é o de ser um analista (a cartilha naturalista não admitia julgamentos por parte do narrador, apenas a observação), isso o faz incorrer no engano de acreditar que, em se alterando as leis sociológicas, os problemas da humanidade findariam. O crítico passa então a fazer divagações sobre o mundo ideal, onde as leis naturais deveriam suplantar as leis sociais, para a constituição do genuíno naturalismo. Na concepção dele, as leis sociológicas são responsáveis pela degeneração humana, por isso seriam incompatíveis com as leis naturalistas. Por fim, afirma ser o literato merecedor de elogio quanto à forma e ao conteúdo do livro porque denunciou os tipos espúrios da sociedade:

#### O Homem

Acabo de ler – O Homem – a última produção literária de Aluísio Azevedo. Contém apenas trinta e duas palavras que servem de introdução, ou, antes, de uma prevenção categórica, a quem a vai ler: salvam elas a responsabilidade do autor, perante o mundo intrigante. (...) Li tudo, num só dia, sem interrupção, até não encontrar uma folha para voltar. E quando, por força de tão poderoso motivo, deixei de apreciar o livro e compreender o seu autor, - inquiri a mim mesmo qual o meu pensamento sobre o mérito e o demérito da aludida obra. Considerei então os seguintes considerandos: Aluísio Azevedo não é dos que se subordinam – sem tugar nem mugir – às déspotas determinações; ele não se contenta com a prática, gosta também das teorias. É dos meus. Isto da gente andar ao impulso de força estranha e sem compreender ao certo para onde lhe arremessam, o resultado é caminhar sem direção segura, e, muitas vezes, dando volteios atoleimadamente. Entende ele que o homem dá pouca ação ao trabalho intelectual. Excita-o, pois, neste sentido a maiores cometimentos; para o que nada mais tem do que aplicar-se um pouco mais ao estudo da natureza. Ama, assim, o – Naturalismo, - e não compreende literatura noutra escola. Alguns, não! – muita gente há de murmurar-lhe malquerenças, chamá-lo

mesmo *impudico*; entretanto, Aluísio tem a nobreza de indagar dos segredos da nossa Grande Mestra, pela verdade, somente pela verdade genuína. Imbuído nestes pensamentos, não se preocupa com as pequeninas e fúteis paixões. Fale, portanto, mal dele, quem quiser; é o que não se dará comigo. Assim, quanto mais me entrego ao estudo das leis sociológicas, leis dimanadas por princípios inconscientes e que se apresentam como autoridades conscientes, mais me revolto contra elas, e nego resolutamente as virtudes utilitárias com que se inculcam. Seriam elas necessárias para presenciarmos todos esses soberbos espetáculos que a indústria humana tem preparado, e dos quais participa ela tantos gozos (...) a base da Sociologia é o Egoísmo. E para que, portanto, produza ela os efeitos desejados, é necessário haver muito engano, muita falsidade. Quem melhor souber iludir e atraíçoar, mais então folgará. Assim – regra geral – quando nela jeitosamente é dada carta da virtude a um de seus membros, entende-se tacitamente que tal sócio é um homem vicioso, e vice-versa em caso contrário. A sua principal arma é a mentira. Nela todos mentem, quer queiram, quer não, e maior guerreiro será quem mais destre se tornar em tal arma (...) portanto, eu não creio na eficácia do Naturalismo em colaboração com a Sociologia, a menos que não seja esta destruída pelas suas bases e raízes, e estabelecida nova associação, firmada sob vistas simples e singelas da solidariedade humanitária. Em todo o caso, muito faz quem como Aluísio Azevedo, em quadros vivos e naturais estereotipa vários senões da nossa sociedade. Negá-los seria rematado absurdo. É provável mesmo que tais cometimentos contribuam para que, um dia, muito longe ainda está, a sociedade se reorganize de acordo com as bases a que aludo e à boa razão aceita. Debaxo deste ponto de vista, aplaudo com entusiasmo legítimo o novo livro do meu talentoso comprovinciano e bom amigo, - livro que, quer pela forma, quer pelo fundo é digno de todo o apreço.<sup>55</sup>

No término do artigo, faz uma ressalva sobre a “forma” do romance, cuja oposição pertence aos preconceituosos, doutrinados pelas leis sociais conservadoras que os regem.

Eu bem sei que, quanto à forma – os castos ouvidos, amoldados, inconscientemente, aos vetustos preconceitos, autorizados pelas falsas leis porque se regem, hão de sentir asperezas; mas, em todo o caso, acredito que esses mesmos, quando a sós, e em calma reflexionarem, consultando somente a si e não ao mundo, hão de também, conceder-lhe alguma razão, e apreciar O Homem, como me acaba de suceder, belas páginas de singela literatura.<sup>56</sup>

Os artigos dos patrícios de Aluísio Azevedo cumprem duas funções. A primeira, empenha-se em defender o objetivo pedagógico do livro, pois a malícia estaria na mente de quem lê a história de Magdá e não na de quem escreveu o romance. Já a segunda, de forte apelo publicitário, busca promover o autor e a obra literária como material inesgotável sobre as leis naturais e sociais que governam os indivíduos.

---

<sup>55</sup> *Pacotilha*, São Luís (MA), Edição 140, 22/05/1888, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 03/06/17.

<sup>56</sup> *Idem*.

Dando prosseguimento à linha do tempo, ainda no dia 12 de outubro de 1887, o periódico *O Pharol* (edição 232), de Juiz de Fora (MG), anuncia: “segundo notícias da corte, sabe-se que tem causado grande sensação o romance *O homem*, de Aluísio Azevedo”<sup>57</sup>.

Desde o lançamento do livro, 13 de outubro foi o dia em que mais se comentou sobre ele na imprensa. Só na *Gazeta de Notícias* (edição 286) houve três menções. A primeira, tratou-se de um poema intitulado “Rimas por Flauta – Telegrama a Aluísio Azevedo”, assinado por um colunista do *Novidades*, Zé Daniel. Composto por 30 estrofes com 4 versos cada, chama a atenção o espaço generoso reservado na primeira página do periódico para promoção do autor e do seu mais novo romance. Nas quatro primeiras estrofes, o poeta saúda o talento do maranhense, comparando-o a Zola. Menciona a conferência de Coelho Neto e o almoço de solenidade no hotel Londres. Como não esteve presente nesses eventos, oferece o poema-telegrama a Aluísio. Além disso, confessa que a narrativa de Magdá o colocou frenético a aguardar pel’*O Cortiço*.

Nas estrofes seguintes, principia a discorrer sobre “o estudo de caso” vivido pela protagonista, “caso estranho e verdadeiro”. A história não se trata de imaginação, mas sim de observação de uma histérica, cujo sofrimento ocasiona “convulsões (...) sonhos, visões, delírios” por não poder ter o “Homem”. A medicina da época associava a “doença” a fatores sexuais, por isso o poeta passa a falar do “salvador” da enferma, “este homem tão desejado”, que não é Jesus, nem outra grande personagem importante da história, “não é gênio/nem talento/ nem herói/ sábio ou guerreiro/ não tem régio nascimento/ nem é fidalgo ou banqueiro”. Todavia, este *Homem* de Aluísio Azevedo é importante porque a carne grita por ele.

O poeta volta a frisar ser o romance um “estudo fisiológico”, pois é “certo, exato, verdadeiro!/ belo caso patológico/ da filha do conselheiro!”, escrito com “mão segura” (é tese científicista e não pornografia) “os horrores da nevrose”, ocasionada por “um desejo clandestino”. Então, são invocadas outras mulheres devoradas pela “doença”, dentre elas a famosa Santa Thereza de D’avila, personagem famosa da literatura libertina. O poeta torna a destacar o sofrimento da protagonista e de tantas outras, “vítimas condenadas”, consumidas pelos ardores do histerismo, por sentirem “anseios pelo Homem”, mas impedidas pelos códigos religiosos e morais da época. Ao trazer a verdade à luz, denunciando o verdadeiro

---

<sup>57</sup> *O Pharol*, Juiz de Fora, Edição 232, 12/10/1887, p. 1. Disponível em:< <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 02/06/17.

motivo do martírio das jovens enfermas, Aluísio é louvado por ter realizado “um primoroso trabalho!”.

Homem, Aluísio festa,  
Nome teu Brasil proclama;  
Não fui *Londres*, mas atesta  
Admiração, telegrama.

Salve, grande romancista!  
Salve, Zola brasileiro!  
És da escola realista  
Infatigável guerreiro

Não fui ouvir Coelho Netto,  
Não fui banquete, não pude;  
Em telegrama de afeto  
Certamente que te saúde

É teu Homem, francamente,  
Além de tudo um enguiço  
Que põe frenética a gente,  
A esperar pelo Cortiço!

Caso estranho e verdadeiro  
Nos dás de nevropatia!  
A filha do conselheiro,  
Magdá, sofre da histeria.

As convulsões, os martírios,  
Os desejos que a consomem,  
Os sonhos, visões, delírios,  
Que por alvo têm – o Homem.

Este Homem tão desejado,  
Este bípede bizarro,  
Não é do livro sagrado  
O que foi feito de barro;

Nem o *Homo Sapiens* que brilha  
De Lineu no pensamento;  
Nem de Darwin o gorila,  
Sem cauda, por ornamento.

Não entra a antropologia  
N’ esta questão; não se estuda  
Das raças a embriologia,  
Ciência grave e guedelhuda.

Não se quer saber se o cranco  
Sendo curto é braquicéfalo,  
Nem se longo, ele é, espontâneo,  
De símio – dolococéfalo.

Não há nada que denote  
Químico estudo – homogêneo:  
Se é o *Homem* feito de azote,

Carbono enxofre, hidrogênio.

Nem o *Homo Sapiens* que brilha  
De Lineu no pensamento;  
Nem de Darwin o gorila,  
Sem cauda, por ornamento.

Não entra a antropologia  
N' esta questão; não se estuda  
Das raças a embriologia,  
Ciência grave e guedelhuda.

Não se quer saber se o cranco  
Sendo curto é braquicéfalo,  
Nem se longo, ele é, espontâneo,  
De símio – dolocéfalo.

Não há nada que denote  
Químico estudo – homogêneo:  
Se é o *Homem* feito de azote,  
Carbono enxofre, hidrogênio.

Também teu *Homem* não visa  
A mostrar feitos, patranhas,  
Nem da História se enraíza  
Em façanhudas campanhas.

Não é gênio, nem talento,  
Nem herói, sábio ou guerreiro;  
Não tem régio nascimento,  
Nem é fidalgo ou banqueiro.

Não há d' ele heroico furto,  
Nem há feito que o abone;  
Não mata como fez bruto,  
Nem morre como Cambrone.

Não é teu *Homem*, Aluísio,  
Nem dos nulos, nem dos grandes  
Nem Alexandre ou Dionísio.  
Nem Cezar ou João Fernandes.

E, contudo, ele é tudo isso,  
Se acaso a paixão o excita:  
É o *Homem* posto ao serviço  
Da carne que n' ele grita.

Teu *Homem* se manifesta-se  
Em Magdá -lubrigo facho;  
É matéria, imunda besta,  
Galo sem penas, o macho.

Mas que estudo fisiológico,  
Certo, exato, verdadeiro!  
Belo caso patológico,  
Da filha do conselheiro!

Traçaste com mão segura

Os horrores da nevrose.  
D'essa que abre a sepultura.  
A negra tuberculose.

Histeria!... Horrendo abutre  
Do Promoteu feminino!  
Monstro infando que se nutre  
De um desejo clandestino!

Fantasma que ensombra a ideia,  
Demônio vil da impureza,  
Que nos dá Laís. Frinéa,  
Que nos dá Santa Thereza!

E' Magdá – flor estiolada!  
Por mal contidos anhelos,  
E sofre, martirizada  
Por tão bárbaros flagelos!

Quantas Magdás se consomem  
Nos ardores do histerismo,  
Sentindo anseios pelo *Homem*,  
Nas revoltas do organismo!

E' feliz a que engaiola  
O *Homem*, que mais deseja,  
No latim que um padre engrola,  
A' luz dos círios da igreja!

Que às outras Magdás, coitadas,  
Vistais do catolicismo,  
São vítimas condenadas  
A' morte pelo histerismo!

– A Gloria, Aluísio, te guia!  
A minha Musa ora exclama;  
E a saudar-te aqui te envia  
N'estas rimas – telegrama.

Pelo prazer que me deste.  
Agora “cantando espalho”.  
Meu Aluísio, que fizeste  
Um primoroso trabalho!

E repito que, em verdade,  
O teu Homem é o enguiço  
Que me põe n'esta ansiedade...  
A esperar pelo – *Cortiço!*<sup>58</sup>  
(Zé Daniel).<sup>59</sup>

No mesmo 13 de outubro, na *Gazeta da tarde* (edição 233), é publicado um ensaio crítico sobre o naturalismo. Embora o articulista anônimo não se refira diretamente ao recém-

<sup>58</sup> Talvez a repetição das estrofes 12,13,14 e 15 seja erro tipográfico do jornal durante a impressão.

<sup>59</sup> *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, Edição 286, 13/10/1887, p. 1. Disponível em:< <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 02/06/17.

lançado livro de Aluísio Azevedo, claramente a produção do texto foi motivada pelo aparecimento de *O homem*. Ele Argumenta que a liberdade de imprensa produziu um número considerável de jornais, permitindo os escritores exprimirem “sem fiscalização e sem perigo pessoal, todos os seus pensamentos, todos os seus *sonhos*” (*grifo nosso*), referindo-se aos devaneios de Magdá. Para ele, é inadmissível a linguagem obscena empregada pelos naturalistas, com “o pretexto de dizer as coisas como são”. Despreza, ainda, a atração destes “guias modernos” por tudo o que é “sujo” e “repelente”. Considera uma afronta pretenderem com a descrição do baixo e do repugnante a observação da “verdade na Arte”. Além do mais, revolta-se com o fato deles se compararem a Rabelais, “o imortal ousado”, quando interpelados sobre a licenciosidade, trivialidades e grosserias presentes nos seus romances.

Alguns romancistas pertencendo à escola do naturalismo, se permite ousadia de linguagem, de palavras cruas e de obscenidades tais que, por mais respeitoso que se seja da independência artística, se começa a sentir náusea, e certo espanto. Sob pretexto de dizer as coisas como são, de descrever a vida como é, os romancistas a quem nos referimos, sem preocupação do gosto que contestam, e da moral que negam, sem respeito para os respeitáveis pudores filhos do progresso da educação humana, os naturalistas se deram por missão examinar com microscópio tudo o que é sujo e chamar a atenção sobre tudo o que é repelente. Se eles têm de nos fazer visitar uma grande cidade, não é nem aos palácios, nem aos museus, nem aos belos monumentos aonde nos conduzem esses guias modernos; eles nos introduzem primeiramente no fundo dos esgotos e das cloacas, aonde se divertem em nos fazer respirar miasmas. Nos levam eles a passear pelos campos, em sua companhia? Não chamam nossa atenção para o encanto dos sítios, para os esplendores do deitar do sol, para as maravilhas da flora ou fauna; nos levam direitinho aos depósitos de esterco. No homem, eles não nos fazem ver senão a parte animal ou a besta e na natureza senão os detritos. Se esboçam o retrato de um cão, escolhem justamente o momento em que o pobre animal levanta o quadril, por detrás; e, se falam de um pássaro, ligam mais importância a seu excremento do que ao seu canto. Desse modo os discípulos do naturalismo pretendem observar a verdade na Arte. (...) se alguém dirige a esses escritores ousados e impossíveis tímidas censuras e se lhes faz queixas de suas trivialidades, de suas grosserias, mesmo de suas obscenidades, já se os encontra com a resposta pronta. Declara que somos leitores hipócritas e invocam, para sua defesa, o grande nome de Rabelais, o imortal ousado. É preciso considerar a defesa.<sup>60</sup>

Na sequência, o articulista passa a discorrer longamente sobre Rabelais (1494-1553), escritor renascentista francês, comparando a sua obra à dos escritores do naturalismo. Na concepção do crítico, a ficção do romancista visava atacar as velhas ideias e costumes, crenças absurdas e respeitos usurpados, herdados dos tempos anteriores. Por isso, Rabelais teria destruído ousadamente tudo que se opusesse ao estabelecimento do desenvolvimento da razão e da ciência. Era preciso atacar a classe grosseira dos seus contemporâneos, obscena em

<sup>60</sup> *Gazeta da tarde*, Rio de Janeiro, Edição 233, 13/10/1887, p. 2. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 02/05/17.

seus costumes e linguagem. Ele denunciava serem tais condutas “não das tavernas e das antecâmaras, mas dos *boudoirs*, dos salões, dos palácios e até da sala do trono”. Por esse motivo, Rabelais fazia questão de exibir esses comportamentos.

fez das palavras arriscadas, um véu necessário de seu pensamento. Tal é o espírito, tal é o fim do que deve ser considerado como uma sátira e não como uma pintura. Suas passagens libertinas são a forma sutil, o invólucro então necessário de suas lições. Seu exagero de linguagem revelou aos espíritos, que começavam a se exercitar, o sentido oculto de suas parábolas. Quando conta as léguas quadradas de veludo e de cetim necessárias para o vestuário de um príncipe criança, ele tem em mente fazer pensar nos farrapos dos miseráveis esmagados pelos impostos, quando enumera os oceanos de vinha, as montanhas de comestíveis que servem a festas dos grandes, gritam pela fome e pela sede do povo e, entretanto, certos quadros provocam hoje um desgosto legítimo naqueles que não encaram senão as minúcias de sua obra.<sup>61</sup>

O articulista defende que Rabelais utilizou-se, de forma legítima, de todos esses elementos transcritos anteriormente para atacar a sociedade da sua época. No entanto, ele não vê a mesma postura crítica do escritor francês nos romances naturalistas. Na opinião dele, o aspecto licencioso faz-se presente para os “literatos modernos” ganharem dinheiro, pois saciariam “uma curiosidade perigosa e má” dos leitores:

O que dizer das obras da nossa escola naturalista? Elas são, na verdade, vergonhosas e sem desculpa possível. Os que pretendem fazer do nome de Rabelais um escudo, não tem outro fim senão ganhar dinheiro satisfazendo uma curiosidade perigosa e má, um vil apetite. As letras tomam pouca parte em seus negócios. Felizmente, ao lado das necessidades materiais, das necessidades de que nossa espécie não se poderia libertar, há no coração dos homens pensamentos generosos, aspirações nobres, ideias grandes e fecundas. É para cima e não para baixo que se deve olhar, para que o futuro se torne melhor. Para que teriam servido os esforços dos antepassados se o papel dos literatos modernos devesse limitar d’aqui em diante ao estudo da podridão?<sup>62</sup>

Já o *Diário de Notícias* (edição 856), ainda no mesmo 13 de outubro, traz resenha assinada por Aderbal de Carvalho (1872-1915), um dos poucos críticos literários inclinados ao naturalismo à época. Ele defende *O homem* por seu caráter de tese científicista<sup>63</sup>. Afirma não ser tarefa fácil examinar um livro cuja transversalidade do conhecimento humano é requerida para se abordar tema tão árduo quanto o histerismo<sup>64</sup>:

<sup>61</sup> *Gazeta da tarde*, Rio de Janeiro, Edição 233, 13/10/1887, p. 2. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 02/05/17.

<sup>62</sup> *Idem*.

<sup>63</sup> Esta resenha de Aderbal de Carvalho foi publicada também no periódico maranhense *Pacotilha*, edição 283, sessão “Literatura”, em 03/11/1887, p. 2. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 02/06/17.

<sup>64</sup> Aderbal de Carvalho foi jurista e crítico literário. Autor de *O naturalismo no Brasil* (1894), obra esquecida pela historiografia literária brasileira.

análise crítica de um romance cuja forma literária haja abandonado o campo da idealização para a complexidade de um estudo aturado e consciencioso de tipos e fatos humanos, de fisiologia e psicologia, e de um fato patológico, que tem requerido do mundo científico as sérias atenções dos sábios – a histeria.<sup>65</sup>

Para ele, a crítica literária, em trabalhos como esse, deveria procurar enaltecer o mérito do seu autor, alegrar-se por ter sido Aluísio Azevedo o introdutor do naturalismo no Brasil, por ter abandonado as velhas escolas literárias, fundadas na “imaginação”. Ademais, o “estudo de caso” é esplendidamente executado na pena do literato, com destaque para a precisão “viva das paisagens e das situações descritas”:

a sua importância como trabalho de psicologia e fisiologia íntima está no vigor dessas mutações, na excitação dos resultados morais que as impressões da vida determinam no caráter primitivo exposto. De todas as obras de Aluísio Azevedo, esta é a única que encerra uma tese, aliás brilhantemente desenvolvida pelo escalpo da sua lógica. Uma das grandes qualidades que nos chama a atenção neste livro é o primor rigoroso de estilo, aquela precisão com que Aluísio busca as cores, a impressão viva das paisagens e das situações descritas. No fundo de cada personagem existem em estado os sentimentos de todas as suas paixões, de todas as indiferenças, de todas as fraquezas e de todas as forças. À maneira de Zola, as cores de suas paisagens são vivificantes; sente-se o resfolegar lascivo de Madá, atacadada ao pescoço de Luís numa luxúria embriagadora.(...) Não julguem os que me leem que este é o primeiro romance realista onde se trata da histeria, não, em Zola na *Page d'Amour*, o tipo de Jeanne, filha de Hélène, é o de uma perfeita histérica, e o de Claude na *L'Oeuvre*, não o deixa também de ser. Mas o que é fora de dúvida é que este é o primeiro romance que melhor desenvolve a tese. Aqui paro, desejando que nos apareçam sempre romances do pulso deste que honrem a seus autores, abrindo assim um novo espiráculo à literatura nacional.<sup>66</sup>

A resenha do *Jornal do Commercio* publicada em 12 de outubro de 1887 (edição 283) recebe resposta, em 15 de outubro, na seção “Macaquinhos no sótão” da *Gazeta de Notícias*. O texto assinado por José Telha, pseudônimo de Ferreira de Araújo, diz: “a Gazetilha [uma seção do Jornal do Comércio] corou até a raiz das Varias lendo *O homem*, de Aluísio Azevedo”<sup>67</sup>. Na visão do articulista, esse seria o real motivo do crítico ter desaprovado o romance. José Telha argumenta<sup>68</sup>:

<sup>65</sup> *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, Edição 856, 13/10/1887, p. 2. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 21/05/17.

<sup>66</sup> *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, Edição 856, 13/10/1887, p. 2. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 21/05/17.

<sup>67</sup> A rubrica “Várias” significava abreviação do título da seção “Várias notícias do Jornal do Comércio”. A expressão “Várias” foi dicionarizada como sinônimo de editorial e permaneceu nas páginas do jornal até 1997, quando foi substituída pelo título “Opinião”, algo que valeu a inclusão da palavra na lista de jargões jornalísticos como sinônimo de textos editoriais.

se ele nos dissesse que o novo livro de Aluísio Azevedo tem incorreção e descuidos, que por vezes ele acentua inutilmente a nota crua, que afronta as antipatias de uma parte do público não habituado a coisas da arte (...) se ele nos dissesse que este mesmo assunto podia ser tratado com verdade e observação, sem descer a certa ordem de minúcias; (...) depois apontasse as qualidades estéticas em que julgasse mais forte em erros que em qualidades recomendáveis o livro do jovem escritor, vá feito. (...) um livro que lhe custou estudo e esforços, e a quem se diz que ele não vale a pena passar o leitor da terça parte dele, porque não há nessa terça parte nada, nada, por onde se lhe pegue. Se é tão ruim que não tem por onde se lhe pegue, como é que ainda está na imprensa diária?<sup>69</sup>

Ferreira de Araújo enxerga uma possibilidade de esticar a intriga acerca da obra. Alega ser o livro possuidor de grandes qualidades literárias, por isso não seria possível desmerecê-lo por conta da “nota crua”, apesar de considerá-la “inútil”. No momento seguinte, defende que Aluísio Azevedo empregou “estudo e esforços”, ou seja, trata-se de um romance de tese e não de obscenidades. E critica quem diz não valer a pena passar o leitor da terça parte do livro, provocando: se é tão ruim por que ainda estão comentando sobre ele na imprensa?

No mesmo dia, *A Semana* (edição 145-146) traz também resposta à resenha negativa sobre *O homem do Jornal do Commercio* (edição 283). O texto se inicia destacando o sucesso de vendas do novo livro e fala da importância dos reclames em torno de qualquer publicação, sendo o artista conhecido ou não. No entanto, por mais que a publicidade seja necessária, a narrativa de Magdá é digna de todo o barulho feito em torno dela. Para o articulista, o detrator da obra não teria condições de dar qualquer parecer, pois não concluiu a leitura. Além disso, desdenha a opinião de um jornal que é do “comércio” escrever sobre literatura e arte:

Explica-se mais facilmente a enorme extração que têm tido os exemplares do *Homem*, o novo romance de Aluísio Azevedo. Está quase esgotada a edição e o autor espera que outras se sucedam. É que este livro precedeu um pouco de reclame, e sem ela convençam-se os nossos literatos não há publicação que vá por diante. Nós queixamo-nos invariavelmente da indiferença do público, mas em primeiro lugar nos deveríamos queixar da nossa própria indiferença. Em Paris, capital das letras e das artes, nenhum livro de autor conhecido é publicado, sem que se arrebente a *pellet* dos tambores do reclame. Com *O Homem* fez-se um ensaio que deu bom resultado; faça-se o mesmo sempre que se anunciar um livro novo, ajudem-se os escritores uns aos outros, e realizaremos esse ideal supremo – viver das letras. Revela notar que *O Homem* é digno de todo o barulho que se tem feito em volta dele. Aluísio Azevedo tem todas as qualidades de um bom romancista moderno.

---

<http://bndigital.bn.gov.br/artigos/jornal-do-commercio-rio-de-janeiro/>, <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/JORNAL%20DO%20COM%20C3%89RCIO.pdf>.

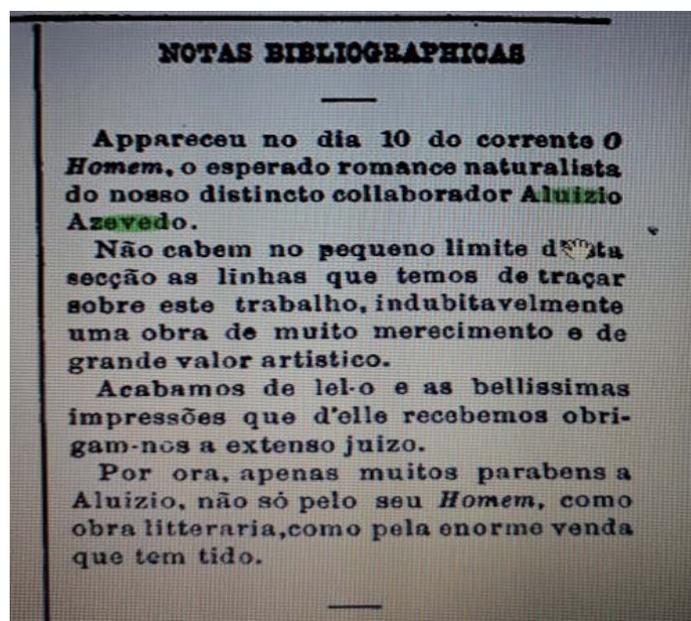
<sup>68</sup> Para identificação do pseudônimo “José Telha”, seguimos o trabalho de Ana Flávia Ramos (alguns deles aparecem identificados na nota 21 de sua dissertação) (RAMOS, 2005).

<sup>69</sup> *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, Edição 288, 15/10/1887, p. 1. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 22/05/17.

Estou convencido de que no inventário do nosso mesquinho espólio literário do presente século, nenhum outro escritor lhe levará as lampas em gênero tão difícil. Toda a imprensa tem sido concorda em dizer bem do livro. Desse unísono de elogios só destoou o Jornal do Comércio, que há sessenta anos explora os romances que os franceses fabricam vertiginosamente, *aduzam* das parteiras e cozinheiras parisienses. O velho órgão, que lá tem em Paris, O Montepin, O Lermina, O Richebourg e outros – a escrever-lhe de graça romances pantafaçados ao sabor dos seus assinantes e leitores, não pode realmente ver com bons olhos um rapaz de talento, ativo, independente e sobranceiro, pretender aclimar nestas regiões inóspitas a semente de novos processos literários. Verdade seja que o crítico da Gazetilha, com uma grosseria digna do Jornal do Comércio, declarou que leu apenas a metade da obra. Não me parece que ficasse conhecendo *O Homem*. Em todo o caso, não se incomode o autor com a opinião de um jornal que sendo de comércio, não tem nem pode ter voz ativa quando se trata de literatura e arte.<sup>70</sup>

Conforme se percebe, o articulista (não identificado, mas que poderia facilmente ser Valentim Magalhães, criador da “Galeria de Elogio Mútuo”, seção da *Semana*) reconhece a necessidade de haver um esforço coletivo deliberado para fomentar a venda de livros, dentro de um esforço maior de construção do próprio campo literário. A segunda referência à obra, no mesmo periódico, é um anúncio destacado nas “Notas bibliográficas”. O articulista enaltece o talento de Aluísio e o sucesso de vendas.

Figura 8 – anúncio



Legenda: divulgação de *O homem*.

Fonte: *A Semana*, Rio de Janeiro, Edição 145-146, 15/10/1887, p. 4. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 27 maio 2017.

<sup>70</sup> *A Semana*, Rio de Janeiro, Edição 145-146, 15/10/1887, p.1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 24/05/17.

No mesmo 15 de outubro, *The Rio News* (edição 29), periódico brasileiro publicado em língua inglesa, divulga resenha sobre o recém-lançado romance de Aluísio Azevedo. Na visão do crítico, o livro “disfarçado” de ciência tratar-se-ia, na verdade, de “leitura para homens” por ser o assunto ali tratado proibido de ser discutido na presença de senhoras e crianças. Isso basta para a obra não ser considerada literatura, na visão dele. Contrariado com o prêmio, acusa o “naturalismo” de se vestir de uma “máscara indecorosa para todos os pecados e fraquezas da humanidade sob a bandeira da ‘verdade à natureza’”. Coloca em discussão o que deveria servir ou não como objeto literário. Aponta como correta a ocupação pelos assuntos enobrecedores, como “honestidade, virtude, fidelidade, modéstia, pureza, reverência, integridade, caridade, honra” e não “as piores paixões da nossa natureza”. Problematiza: se o livro não é literatura, nem tratado científico, qual seria o seu propósito? Por conta da presença da licenciosidade, aponta ele, as mulheres não lerão *O homem* “abertamente”.<sup>71</sup>

*O Homem*; de Aluísio Azevedo. Rio de Janeiro: Adolfo de Castro e Silva & Co., 1887. Pode-se dizer que a regra mais segura a se seguir na literatura é escrever somente o que pode ser discutido em uma sala de estar na presença de senhoras e crianças. A escola dos “naturalistas”, da qual Zola parece figurar como o pai, e o autor desse livro como discípulo, deseja bem assente, no entanto, que assuntos proibidos pela educada e refinada sociedade devam ser introduzidos nas páginas de livros de pública circulação e defendidos com base em ser fidedignos à natureza. Fidelidade à natureza não requer que tudo na natureza deva ser assunto de discussão geral. O físico pode não discutir numa sala de estar tudo o que ele ouve em sala de aula, nem todos os experimentos que põe em prática; nem o advogado pode sentar-se à fogueira de casa e relatar todos os detalhes sórdidos de algum caso criminalístico no qual tem interesse profissional. Já esses “naturalistas” fazem-nos acreditar que pecados, intrigas e doenças da vida são assuntos apropriados para romances! O autor muito impertinente nos avisa, no início, para não lermos seu livro se não amamos a “verdade na arte” e se não temos claras e distintas ideias a respeito do naturalismo. Devemos nos declinar a permitir que o Sr. Azevedo defina para nós o que realmente é a verdade na arte, e quais ideias devemos ter. Nós temos, contudo, algumas “ideias” muito “claras e distintas” sobre o “naturalismo”, as quais vão no sentido de que isso é uma máscara indecorosa para todos os pecados e fraquezas da humanidade sob a bandeira da “verdade à natureza”. Honestidade, virtude, fidelidade, modéstia, pureza, reverência, integridade, caridade, honra – tudo isso dever parecer *inverídico* para a natureza. E, no entanto, acreditamos que a grande maioria dos homens amam e protegem esses atributos da humanidade, e preferem manter as piores paixões de nossa natureza fora de vista e longe da mente. Para ser “verdadeiro à arte”, contudo, a escola de Zola considera seu dever maior nos empurrar essas falhas e fraquezas da humanidade, com as quais não nos encorajamos a viver corretamente e não temos fé nas melhores e nobres qualidades

---

<sup>71</sup> A transcrição seguinte é uma tradução livre.

de nossa natureza. O *Homem* é um livro que pais cuidadosos tentarão manter longe das mãos de seus filhos, e que senhoras não lerão abertamente. Como ele não é um livro didático, nem um tratado profissional, parece não haver uma única razão para ter sido escrito.<sup>72</sup>

Ainda no mesmo dia, a *Pacotilha* (edição 265) escreve: “O Homem – é o título do novo romance do nosso provinciano Aluísio Azevedo”.<sup>73</sup> É possível ser o primeiro anúncio do livro na terra-natal do maranhense. Em 16 de outubro, a *Gazeta de Notícias* (edição 289) leva para a sua folha a crítica de Coelho Neto, conferencista do lançamento do romance. Ele aponta ser o cientificismo preterido pelo lirismo muitas vezes na narrativa. Essa argumentação se contrapõe ao que afirma a crítica tradicional. Esta considera *O homem* pouco literário por causa do excessivo uso de termos científicos:<sup>74</sup>

O novo livro de Aluísio Azevedo é uma circular de artista que se apresenta com todos os seus dotes de estilo, de poesia, de pintura e sobretudo de psicologia. (...) há vibração e lirismo, calor de sol e carícia de lua. Sente-se que Aluísio deixa de quando em vez o escalpelo de analista pelo alaúde lírico de poeta. Paisagens sucedem-se, cada qual mais esquisita, algumas lembrando cantos da província do artista, com toda a pompa floral dos trópicos, molhadas de águas correntes e cuja beira sacodem plumas, bandos voadores de garças alvinitentes e guarás sanguíneos.<sup>75</sup>

Depois, o articulista compara Magdá à deusa Afrodite por conta da nudez. Invoca o cenário da gênese do livro sagrado, onde os amantes dos sonhos idílicos do romance vivem na ínsula completamente nus:

Ilha de aromas, plantada na soledade do oceano para abrigo de duas criaturas que se beijam, que se adoram, dia e noite, rolando abraçadas pela verdura úmida, ao tom da sinfonia elétrica dos beijos. Ilha onde vivem como Adão e Eva, no aconchego paradisíaco dos ninhos, entendendo-se com as flores e com os animais - sem pudor, sempre nus, ela com os olhos no corpo poderoso do amante, ele deliciando-se voluptuosamente em passear os olhos pelos dois hemisférios lúbricos de carne da formosa companheira de sua alma.<sup>76</sup>

<sup>72</sup> *The Rio News*, Rio de Janeiro, Edição 29, 15/10/1887, p. 4. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 30/10/17.

<sup>73</sup> *Pacotilha*, São Luís (MA), Edição 265, 15/10/1887, p. 3. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 30/05/17.

<sup>74</sup> Esta resenha foi publicada também na *Gazeta da Tarde* no mesmo dia, edição 235, p. 2-4. Mas não está disponível na Hemeroteca Digital. Tivemos acesso à versão da *Gazeta da Tarde* pela obra *Aluísio Azevedo: Ficção Completa*. Organização Orna Messer Levin, Editora Nova Aguilar, Vol. I, 2005, p.80-83.

<sup>75</sup> *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, Edição 289, 16/10/1887. p. 1-2. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 09/05/17.

<sup>76</sup> *Idem*.

No momento seguinte, o articulista chama a atenção para o caráter de estudo do romance, há pesquisas, observações e análises, elementos contrapostos à “imaginação” da escola romântica. Como vimos observando, Coelho Neto não é o primeiro a sair em defesa do amigo literato nesse aspecto:

Parece, à primeira vista, que a protagonista da obra de Aluísio é uma criação cerebrina, uma fantasia extravagante, um desvio de imaginação, entretanto é uma criatura palpável, todo esse desregramento é uma vida, o fantástico é real. O romancista acompanhou pacientemente a peregrinação da alma transviada da pobre moça como um agente acompanha um réprobo para certificar-se de um crime. Estudou ponto por ponto a desventura da louca e ao fim, depois da última experiência, de volta da célula da louca, escreveu as Memórias dessa rapariga, sem omitir um episódio, sem sacrificar um trecho. É um canto de vida real, da vida que nós vivemos, sobremodo fantástica, e mais bizarra que a vida das lendas porque não há fadas, nem valquírias, nem gnomos, nem gigantes que impressionem tanto como Lear, Macbeth, Otelo, Shylock, Clitemnestra, Circe, Lady Macbeth e Ofélia, que são fotografias fiéis, apanhadas no correr da multidão secular.<sup>77</sup>

Essa resenha, de sentidos ambíguos, destaca a nudez das personagens e o “estudo de caso”, ilustrando adequadamente a maneira como o livro vinha sendo difundido. Coelho Neto fazia parte do mesmo grupo de intelectuais do maranhense, apoiava a ficção do autor e empreendia esforços na sua divulgação e venda.

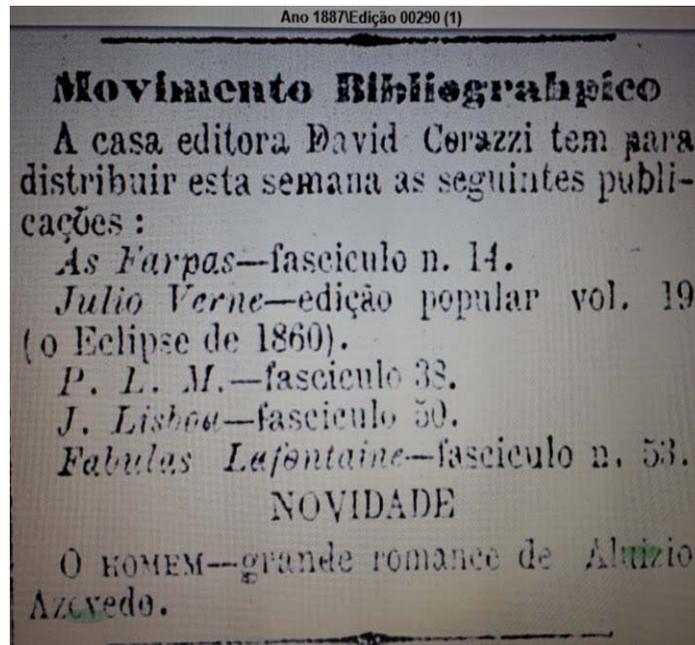
Ainda nessa edição da *Gazeta*, há um texto (não assinado) dirigido à crítica do *Jornal do Commercio* (edição 283). Convém lembrar ser esta a terceira resposta dada àquela opinião contrária à obra. O articulista desqualifica o parecer do detrator, por sua falta de entendimento sobre arte literária. Faz alusão às cortinas folhas de vinha (de uva), em contraposição às folhas grandes de inhame, para rebater a opinião do “douto conspícuo colega” que exige uma literatura “comportada”, ou seja, “vestida com folhas de inhame”. O defensor de Aluísio alega que a “nudez” seria uma característica intrínseca à escola, embora faltasse equilíbrio quanto a esse aspecto:

Apareceu durante a semana o livro de Aluísio Azevedo, intitulado *O homem*, a que já nos referimos nesta sessão. Por ora, na imprensa, só se levantou contra esse trabalho uma vez, uma única, muito autorizada, é certo, mas por enquanto única. Em compensação a sentença do jornal não é de meias medidas. Na opinião do douto e conspícuo colega, o livro não presta para nada. A opinião do jornal não causou surpresa, porque em coisas de arte está no polo oposto aquele em que vive Aluísio Azevedo. Ao passo que o jornal quer que se ampute a natureza, ou pelo menos, exige folhas de vinha do tamanho de folhas de inhame, Aluísio cultivava o extremo da escola, que faz garbo em ostentar as cruzeiras naturais. Estaremos todos de acordo,

<sup>77</sup> *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, Edição 289, 16/10/1887. p. 1-2. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 09/05/17.

talvez, no dia em que no justo meio se encontrarem o escritor e crítico. Ainda assim, enquanto lá não chegamos quem está no pior caminho não é de certo o moço que trabalha e merece ser estimulado, e é assim recebido por quem já fez o seu caminho.<sup>78</sup>

Figura 9 - anúncio



Legenda: divulgação de *O homem*.

Fonte: *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, Edição 290, 17/10/1887, p. 1. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 29 maio 2017.

Como mostra a figura anterior, no dia seguinte, a mesma folha persistentemente continua a anunciar o novo romance de Aluísio Azevedo. Agora aparece na seção “Movimento Bibliográfico”.

Em 17 de outubro, o *Novidades* (edição 226) dá notícias sobre a excelente extração de *O homem* em São Paulo:

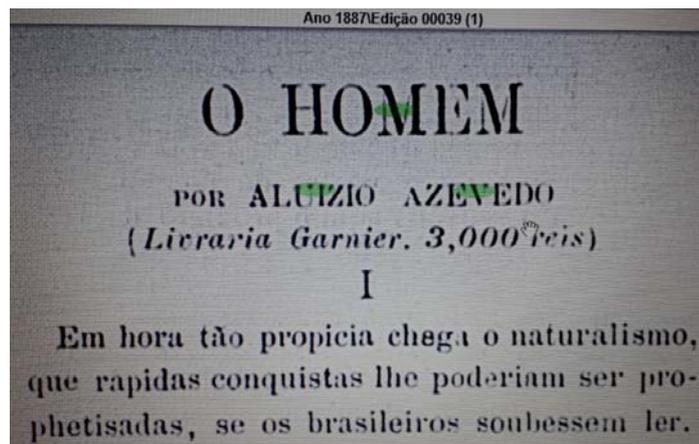
Diz o Diário Mercantil, de S. Paulo, que todos os exemplares do *Homem*, do Aluísio Azevedo, que foram para Livraria Teixeira & Irmão daquela capital voaram no mesmo dia em que chegaram. Muita gente retirou-se desapontada por não achar nenhum exemplar<sup>79</sup>.

<sup>78</sup> *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, Edição 289, 16/10/1887, p. 1. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 29/05/17.

<sup>79</sup> *Novidades*, Rio de Janeiro, Edição 226, 17/10/1887, p. 2. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 01/06/17.

Em 18 de outubro, *A Democracia: periódico político, literário e científico* (edição 39) leva para as suas páginas a primeira parte da sua impressão sobre *O homem*, informando a venda do romance ao custo de 3 mil-réis na Livraria Garnier<sup>80</sup>. Considerando que o valor de um livro, no período, variava de 1 a 10 mil-réis, o custo de *O homem* equivalia na época ao montante de uma refeição barata para duas pessoas no Largo da Carioca (EL FAR, 2004), um preço acessível.

Figura 10 – Preço de *O homem*



Legenda: *O homem* sendo anunciado por 3 mil-réis.

Fonte: *A Democracia*, Rio de Janeiro, Edição 39, 18/10/1887, p. 4. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 13 jun. 2017.

Para o articulista, o naturalismo chega em hora adequada. No entanto, lamenta o fato de o brasileiro não o entender (ver figura anterior). Essa afirmativa é uma prova de que o leitor não especialista compreendia os dogmas cientificistas propostos pela estética realista-naturalista, portanto a presumível intenção pedagogizante não se realizava durante o ato de leitura do brasileiro em geral. Apesar de o crítico mostrar-se farto das “pieguices românticas” da escola literária precedente, afirma “a arte procura o seu caminho e o encontrará sem recorrer à lanterna da ciência oficial”. Dando a entender não ser o naturalismo o “melhor” modo de fazer literatura. Esta só não pôde “escapar à corrente moderna”, por ter sido um movimento inevitável:

(...) tornou-se, de fantasia que era, uma aplicação da ciência. (...) não é, de certo, definitiva a nova forma literária, e tende desde já a modificar-se, à proporção que se alargam os horizontes sociais. Corresponde, porém, ao momento atual, reflete as

<sup>80</sup>A opinião d’*A Democracia* sobre *O homem* sai em 3 partes: em 18/10/1887, p. 4; em 02/11/1887, p. 3-4; e em 13/11/1887, p. 2-3. Esta folha publicava somente 3 vezes ao mês.

imagens dessa época de transição e significa uma conquista, um desdobramento da evolução<sup>81</sup>.

Na concepção do articulista, a democracia faz morada na ciência, emergindo dessa ligação as “classes oprimidas”. Então o motivo de a “vida do anônimo trabalhador” ter passado a ser representado na literatura, explica-se porque ela, a democracia, se apropriou da ciência. O menos abastado era um elemento impensável nas “velhas literaturas”, o crítico assinala. Por outro lado, ele se incomoda com o fato de o “romancista contemporâneo”, tomado de pessimismo, ter atração pelas “misérias que assombram a imaginação”:

(...) apeados todos os velhos ídolos, a democracia só encontra repouso na ciência, só tem esperança no advento das classes oprimidas. Daí a expressão literária, socorrendo-se dos resultados obtidos pela ciência, empregando o método experimental, fazendo-se determinista, e ocupando-se com predileção de estudar a vida do anônimo trabalhador, do nômade que tem passado sem deixar vestígios nas velhas literaturas. Contemplando e apalpando misérias que assombram a imaginação, o romancista contemporâneo, por mais impassível que se apregoe, deixa sempre entrever a sua personalidade, contagiada de pessimismo, ansiada pelo dia da justiça, que tarda tanto!<sup>82</sup>

O articulista invoca a figura do padre, pois só este se incomoda com a descrição de certos elementos “baixos” presentes no naturalismo em nome da ciência. O crítico faz essa afirmação porque existiam periódicos dirigidos por sacerdotes, que traziam frequentemente textos detratores acerca dos romances naturalistas e seus autores. Estes eram acusados pelos presbíteros de transgredir a moral e os bons costumes. Embora o crítico não seja radical como os religiosos, ele desaprova a exagerada investigação dos romancistas sobre o “repugnante”:

Já se lembrou alguém, a não ser algum cônego de achar imoral a anatomia, corruptora a estatística, indecente a botânica ou a fisiologia? O romance naturalista vai por vezes mais longe do que devia nesse desprezo das fórmulas e dos preconceitos. Chega a fazer bravata de indelicadeza, e parece comprazer-se, não já no estudo do nu, mas no esquadrihar do asqueroso.<sup>83</sup>

No momento seguinte, concentra-se no “estudo de caso” sobre a histeria de *O homem*. Contudo, o crítico não acredita na possível intenção pedagógica por detrás da trama. Elogia

---

<sup>81</sup> *A Democracia*, Rio de Janeiro, Edição 39, 18/10/1887, p. 4. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 13/06/17.

<sup>82</sup> *A Democracia*, Rio de Janeiro, Edição 39, 18/10/1887, p. 4. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 13/06/17.

<sup>83</sup> *Idem*.

a ausência da subjetividade do autor e o seu “fino tato de artista”, por ter compreendido a distância que separa a ciência do romance, evitando o “arsenal da medicina”. Para o articulista, o médico aparece adequadamente representado na narrativa:

O Sr. Aluísio não teve, ao que nos parece, a intenção que lhe atribuo um ingênuo de sustentar esta tese: que as raparigas se devem casar antes dos vinte anos. Estudou um caso de histeria, como tantos que passam despercebidos entre nós, deixando sepultados no seio das famílias as mais tristes devastações, ao passo que o vulgo, e até os homens de pedra verde no dedo, nas pobres alucinadas, tão fatais a si como aos seus, só veem santas ou mártires, ou perversas. Leu, observou, analisou, viu o seu assunto e fez um quadro perfeito. Teve o talento de ocultar o pintor e a palheta. Nunca falou de si, esteve sempre ausente. Evitou a tecnologia gasta, massuda, as dissertações, o arsenal da medicina, e com isso revelou fino tato de artista, e perfeita compreensão da distância que separa a ciência do romance. O Dr. Lobão, que aparece por instantes para fazer uma pergunta ou projetar um raio de luz sobre o fenômeno ocorrente, representa com justeza a medida de intervenção científica na obra de arte.<sup>84</sup>

Reclamações por parte dos críticos a respeito da linguagem empregada pelo literato maranhense eram recorrentes. Embora, ao destacá-la, o articulista defenda censura em alguns trechos, contraditoriamente argumenta ser o tipo necessário e que o entendimento sobre isso só viria com o tempo:

Por que não podemos dizer o mesmo da linguagem, descurada tantas vezes, e de uma crueza censurável em muitos trechos? As línguas transformam-se, plebeísmos adquirem foros de nobreza, do vocabulário que forma a gíria do vulgacho extraem-se pedras preciosas, mas...há delicadezas que ficam bem em todos os livros, e frases que nodoam todas as bocas. Bem sabemos que sempre a reação tem exageros, e que de uma escola nascente não se podem exigir a serenidade e as concessões que hão de vir com o tempo.<sup>85</sup>

Em 19 de outubro, a *Gazeta de Notícias* (edição 292) publica, em virtude de uma carta recebida de um senhor chamado Henrique Silva, um comunicado a respeito de um convite a Aluísio Azevedo dos alunos da escola militar do Rio de Janeiro para uma recepção. Como se vê, o lançamento de *O homem* foi marcado por homenagens e festividades.

Exatos dez dias após o lançamento do romance, alguns periódicos celebram o sucesso de vendas da 1ª edição de *O homem*. A *Gazeta da tarde* (edição A00240) dedica o feito à imprensa pela “maneira gentil e justiceira com que esta recebeu a obra”, referindo-se à ampla divulgação feita pelas folhas:

<sup>84</sup> *A Democracia*, Rio de Janeiro, Edição 39, 18/10/1887, p. 4. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 13/06/17.

<sup>85</sup> *Idem*.

*O Homem*, de Aluísio Azevedo, é um livro verdadeiramente milagroso. Depois de apresentar-nos o caso escandaloso de uma venda de 300 volumes no primeiro dia do seu aparecimento, eis que agora, ainda mal finda uma semana, e é de crer que este novo milheiro de volumes siga o caminho do primeiro. É fato este, aqui no Rio de Janeiro, para embasbacar. A nova edição d’*O Homem* é dedicada à imprensa, em reconhecimento à maneira gentil e justiceira com que esta recebeu a obra. Por nossa parte, agradecemos e fazemos voto para que o talentoso autor prossiga vitoriosamente, como até aqui, na difícil carreira que abraçou<sup>86</sup>.

*O Paiz* (edição 1110) também comemora a extração dos exemplares da 1ª edição:

Uma semana depois de haver aparecido o romance realista do Sr. Aluísio Azevedo, *O Homem*, estava esgotada a edição, e dava estampa uma segunda edição, que ofereceu a imprensa fluminense. Parte mínima dessa imprensa, agradecemos a gentileza da oferta, e felicitamos o talentoso escritor pela aceitação, que obteve o seu livro, tendo alcançado em poucos dias o que aqui nenhum outro conseguiu em meses.<sup>87</sup>

A nota anterior é publicada no *Pharol* (edição 241), Juiz de Fora, em 21/10/1887, p.1, com algumas pouquíssimas alterações no texto. A *Pacotilha* (edição 292) também a republica em 12/11/1887, p. 3. Isso prova que a trama de Magdá foi divulgada e lida em outras regiões do Brasil.

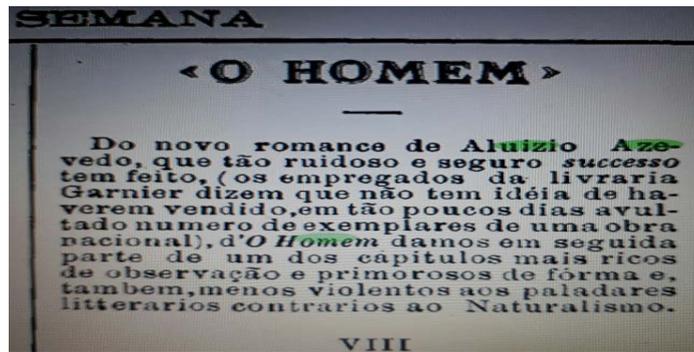
A *Semana* (edição 147) destaca o êxito de vendas do livro, aproveitando o ensejo para oferecer ao público um dos capítulos “mais ricos de observação”, e também “menos violentos aos paladares literários contrários ao Naturalismo” (ver a figura seguinte), deixando evidenciar intencionalmente a existência de capítulos considerados “mais violentos” pelos detratores da nova escola. O capítulo disponibilizado narra os acontecimentos seguintes à morte da tia de Magdá, no qual ocorre a contratação da criada Justina.

---

<sup>86</sup> *Gazeta da tarde*, Rio de Janeiro, Edição A00240, 20/10/1887, p. 2. Disponível em:< <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 26/06/17.

<sup>87</sup> *O Paiz*, Rio de Janeiro, Edição 1110, 20/10/1887, p.1. Disponível em:< <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 20/06/17.

Figura 11 – anúncio



Legenda: divulgação de *O homem*.

Fonte: *A Semana*, Rio de Janeiro, Edição 147, 22/10/1887, p. 4. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

Na mesma edição d'*A Semana*, há mais um reclame sobre o romance. Este dá a entender que a partir da publicação de *O homem*, a literatura tornou-se séria (de adulto), e não mais das moçoilas românticas:

Observação de um crítico após a leitura do último romance de Aluísio Azevedo:  
- Ora ainda bem que a literatura brasileira já cheira *A Homem!* Bibiano.<sup>88</sup>

Já a *Revista Illustrada* (edição 468), menos entusiasmada quanto as outras folhas, chama Aluísio Azevedo de intransigente por conta do preâmbulo. Para o articulista, o livro vem dividindo opiniões:<sup>89</sup>

*O Homem*. Tal é o título do novo romance, que, há dias foi publicado, e que estamos lendo, assim como a maioria dos nossos colegas de imprensa. Em redor do romance há, já, algum ruído, alguma controversa, algumas opiniões, pró e contra, tendo já tido o autor de pronunciar-se, em artigo, a respeito destas últimas. 'Quem não amar a verdade na arte e não tiver a respeito do naturalismo ideias bem claras e seguras, fará, deixando de ler este livro, um grande obséquio a quem o escreveu'. Há, ali, com certeza, alguma intransigência, pois quer nos parecer que se o livro só for lido por quem tiver ideias bem definidas sobre a escola literária, a que se filia o autor, o círculo dos seus apreciadores, à semelhança, dos antigos incêndios, ficará desde logo, circunspecto. Felizmente, os que não tiverem ideias muito seguras a tal respeito, lerão o novo romance, *O Homem*, a ver se assim se esclarecem. Pela nossa parte, tendo transposto esse novo pórtico de Dante, vamos ativar a leitura, depois do que, como os nossos colegas diários, diremos a impressão que nos causou.<sup>90</sup>

<sup>88</sup> *A Semana*, Rio de Janeiro, Edição 147, 22/10/1887, p. 4. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 23/06/17.

<sup>89</sup> Não conseguimos localizar o artigo de Aluísio Azevedo que o articulista Thomé J. menciona.

<sup>90</sup> *Revista Illustrada*, Rio de Janeiro, Edição 468, 22/10/1887, p. 4 e 6. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 21/06/17.

Em 23 de outubro, um articulista anônimo da *Gazeta de Notícias* (suspeitamos ser Ferreira de Araújo, por conta do estilo ácido), ao falar da aparição da 2ª edição de *O homem*, desafia os críticos, de maneira estratégica, para apontarem ao autor o motivo pelo qual não aprovaram o livro. O intuito é dar continuidade ao falatório em torno da obra. Por isso, alfineta os detratores “pudicos”<sup>91</sup>.

A gente não-me-toques, a gente de pudor assustadiço, a gente que cultivaria a parreira, ainda que esta não desse uva, só para se fornecer de folhas com que andasse por aí a cobrir os erros da natureza. O que é realmente pena, é que esses pudicos senhores não tenham modos. Se esbravejassem menos; se não descompusessem tanto; se, em vez de condenar as ortigas um livro em que há tanta coisa apreciável, em que se manifesta tanto talento, apontassem ao autor o que é excessivo, o que é inutilmente escabroso, discutissem, fizessem realçar a própria virtude, pondo-a bem e castamente vestida, ao lado da impudente nudez do escritor, talvez aproveitássemos todos mais; nós que gostamos do livro, o autor que escreveu, e até a crítica que não o leu. Ainda ontem apareceu um folhetim em que se atira mais uma pedra<sup>51</sup> a Aluísio Azevedo. Fala-se ali na fundação da sociedade, dos homens de gênio, sucursal do Elogio Mútuo, e composta só de realistas. Um dos romances apresentados é um estudo sobre a cólica; grandes aplausos, entusiasmo geral. Já se vê que o folhetinista assistiu à sessão, como representante do jornal, que não podia deixar de ser convidado para a fundação da sociedade dos homens do grêmio; e, levado por este, o folhetinista, sem o querer, espontaneamente gravou o lema da nova sociedade, de que ele será um dos ornamentos. Lá está ele, nesta simples frase: ‘Aqui ouviram-se bater palmas’. É assim que um homem que condena uma obra, exhibe os seus documentos de autoridade para o fazer.<sup>92</sup>

Neste mesmo dia, no *Jornal de Recife*, folha de Pernambuco, lê-se uma história de uma suposta briga entre articulistas de dois periódicos cariocas. Eles teriam entrado em confronto físico na Rua do Ouvidor. O texto, assinado pelas iniciais X. Y., não diz o motivo da peleja, mas serve para provar que a narrativa de Magdá chegou em Recife.

Sobre letras, só posso anunciar-lhes que o *Homem* de Aluísio Azevedo está fazendo furor por aqui e dando lugar a boas reclamações. Finalmente, ainda sobre letras, ontem dois representantes delas esmurraram-se convictamente na rua do Ouvidor, mostrando que se servem tão bem da pena como do pão. Diz-me um repórter que a luta se estabeleceu entre o redator das *Novidades* e o da *Semana*. Não me dizem, porém, qual apanhou mais.<sup>93</sup>

O crítico Edmundo de Barros, da *Revista da Família Acadêmica* (edição 1), escreve notinha alegando não poder opinar tão rápido sobre *O homem*. No entanto, elogia-o

<sup>91</sup> Não conseguimos localizar o “folhetim em que se atira mais uma pedra a Aluísio Azevedo”, publicado supostamente em 22/10/1887, mencionado pelo articulista da *Gazeta de Notícias*.

<sup>92</sup> *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, Edição 296, 23/10/1887, p. 1. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 25/06/17.

<sup>93</sup> *Jornal do Recife*, Recife, Edição 242, 23/10/1887, p. 2. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 03/06/17.

imediatamente “um dos proto-monumentos da verdadeira forma de literatura no Brasil”<sup>94</sup>. Ainda nesta edição (p. 36), há uma breve resenha, assinada por “Dalucio & Medd Uno”. Ao argumentarem ser o “escândalo” secundário na narrativa, os articulistas defendem o livro como adequado para as moças. Contudo, a afirmativa deixa evidenciar a presença da obscenidade. O artifício da “negação” era uma forma de confirmar a imoralidade do livro<sup>95</sup>.

Qual de nós dois é seco por um escândalo..., mas até hoje, nada de chegar até nós ‘uma esperteza do Sr. Teófilo Braga, do Sr. Sylvio Romero’!... Enquanto não vem, saboreamos as páginas d’O Homem – e N.B.: isto não veio a propósito de escândalos: neste romance de Aluísio Azevedo o escândalo ocupa um lugar muito secundário. - Pais de numerosas famílias, e já com filhas moças, entendemos cá para nós que devíamos lê-lo... E agora é que nos sugeriu um propósito: - V. Exc., não recebeu, a 9, um convite? ... - Conferência literária... Príncipe Imperial... Coelho Neto... levava-se O Homem... não foi lá, não é assim? Pois fomos nós... E logo nós, a quem pouco se dá que o progresso literário no Brasil esteja assim... ou assado!...<sup>96</sup>

Em 29 de outubro (edição 302), a *Gazeta de Notícias* divulga nota de repúdio, assinada pelo pseudônimo “O caboclo”, dirigida ao *Jornal do Commercio*. O “Variás” teria proibido referências à obra e ao autor de *O homem* em suas páginas<sup>97</sup>:

Foi tal o desespero que causou ao *Jornal do Commercio* o sucesso do último romance de Aluísio Azevedo, que o Variás ordenou há dez dias a toda a redação de sua folha que não escrevesse o nome do festejado e jovem escritor brasileiro, como nenhum dos títulos das suas belas obras. Não há até hoje exemplo de ódio tão ridículo e tão mesquinho.<sup>98</sup>

No mesmo dia, o periódico *Gazeta da tarde* (edição A00248) informa que “os senhores “A.A & B.” estão escrevendo uma *revista*, em um prólogo, três atos e 12 quadros. A peça terá o mesmo nome do novo romance de Aluísio Azevedo.

Na distante São Luís (MA) saem duas menções acerca da narrativa de Magdá e do seu autor na *Pacotilha* (edição 279). A primeira, com foco na tese cientificista sobre o histerismo, é uma curta resenha ovacionando o surgimento da obra, feita com “muito estudo e muita

<sup>94</sup> *Revista da Família Acadêmica*, Rio de Janeiro, Edição 1, 25/10/1887, p. 34. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 03/06/17.

<sup>95</sup> Há divergência na numeração desta página. A Hemeroteca Digital indica o número 36, no entanto o próprio documento aparece paginado como 32.

<sup>96</sup> *Revista da Família Acadêmica*, Rio de Janeiro, Edição 1, 25/10/1887, p. 36. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 03/06/17.

<sup>97</sup> Provavelmente, pelo contexto, o “Variás” deveria ser algum redator-chefe da folha, além de ser a abreviação de uma sessão do jornal, conforme indicado na nota nº 42.

<sup>98</sup> *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, Edição 302, 29/10/1887, p. 2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 01/06/17.

observação”. Ademais, o crítico assinala a sua grande aceitação pelo público e pelos críticos da imprensa da corte. Para ele, o literato é o maior nome do naturalismo no Brasil:

*O Homem*. Com este título oferece-nos Aluísio Azevedo o seu último romance, que teve grande aceitação do público e imensos louvores e justas apreciações da imprensa da corte. A leitura rápida que fizemos desse brilhante trabalho não nos permite formular um juízo largo e demorado sobre ele e por isso limitamo-nos a dar aos nossos leitores uma ideia do que é essa obra, onde há talento, muito estudo e muita observação. Filiado à escola realista, de que é hoje o seu representante mais saliente do Brasil. Aluísio descreve-nos no seu novo livro, com uma naturalidade e verdade assombrosas, o tipo de uma mulher boa de sociedade e princípios austeros, bebidos no seio de sua família honrada e honesta, que é reduzida pelo histerismo a loucura, vendo o seu primeiro amor malogrado, por sabê-lo impossível, porque ama o seu próprio irmão. E nisto se resume o romance, que oferece nas suas 375 páginas, de um estilo correto, todo o sofrimento dessa pobre moça, devorada aos poucos pela sua primeira paixão e pela terrível enfermidade que depois de tirar-lhe o espírito, arranca-lhe do corpo, que foi esculturalmente belo, o último pedaço de seda para enfiar-lhe uma camisola de força. E, no entanto, esta história tão simples prende-nos toda a atenção pelo modo que está escrita, e indo-se de capítulo a capítulo sempre com um novo encantamento, não se tem vontade de largar o livro, sem que se haja lido o último. Parabéns, pois, ao nosso distinto comprovinciano.<sup>99</sup>

Já a segunda menção é a transcrição da provocativa resenha escrita por Ferreira de Araújo e publicada na *Gazeta de Notícias* (RJ), em 02 de outubro de 1887. Conforme já se mostrou páginas atrás, a estratégia utilizada pelo dono da *Gazeta* foi afirmar que a narrativa incomodaria os mais pudicos, revelando assim o seu aspecto licencioso. As duas publicações na mesma edição da folha maranhense seguem a lógica utilizada para difusão de *O homem*, ora promovido como romance naturalista “sério”, ora como livro imoral.

No mesmo 29 de outubro, o periódico capixaba *O Espírito-Santense* (edição 87), na seção “Correspondência” (datada em 15/10/1887) traz resenha assinada por Honório Pinto, sobre *O homem*. Nela, o articulista sai em protesto contra um crítico pernambucano que tentou retirar de Aluísio Azevedo o mérito de “chefe do naturalismo”, dando-o a um outro escritor sem merecê-lo. Percebe-se a existência de um esforço coletivo e deliberado de intelectuais (de várias regiões do Brasil) ligados ao literato, empenhados em alçá-lo como o maior nome da nova escola. Esse fato ficará mais claro em 1888 (ver capítulo III).

Apareceu o já célebre – livro de Aluísio Azevedo – *O Homem*. Dizem coisas admiráveis do livro, ainda não li porque o Direito e as leis, poucos momentos de folga, dão-me atualmente. Aluísio Azevedo firma completamente os foros de grande romancista com este seu livro. O vacilante autor de tantas obras boas como *O*

<sup>99</sup> *Pacotilha*, São Luís, Edição 279, 29/10/1887, p. 2. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 04/06/17.

*Mulato, A Casa de Pensão, O Coruja*, e outros, mostra-se desassombradamente adepto das grandes ideias naturalistas. Sobre o naturalismo no Brasil acabo de ler um livro crítico de jovem pernambucano, que se revelando rapaz de talento e de grande futuro, comete uma injustiça atroz com o nosso Aluísio. Quer-lhe tirar o lugar que a tanto custo conseguiu alcançar – o de chefe do naturalismo no Brasil e dá-lo a um outro, que se inspirou nos seus escritos e que encontrara a estrada já limpa, pelo simpático maranhense. Não pode passar sem protesto esta injustiça. Eu saúdo pelo aparecimento do *Homem* ao chefe do naturalismo no Brasil.<sup>100</sup>

No segundo dia de novembro, na “Seção Literária” d’A *Democracia* (edição 40), é publicada uma longa e curiosa análise de estilo e construções gramaticais da narrativa de *O homem*<sup>101</sup>. O articulista afirma: “pecados contra a vernaculidade, pureza de dicção, elegância e correção do estilo, não são raros no livro do Sr. Aluísio”<sup>102</sup>. Então passa a comentar e retificar vários trechos da obra.

Ainda neste dia, a seção “Literatura” de *O Espírito-Santense* (edição 88) traz um texto de Honório Pinto sobre *O homem*, após realizada a sua leitura. O crítico declara sem titubear: “o melhor romance que se tem publicado nos últimos tempos”. Aplauda a 1ª edição esgotada em menos de dez dias, contudo destaca o esforço de Aluísio Azevedo para vencer a “indiferença” do público. O crítico se refere ao intenso trabalho de marketing para divulgação da obra. Depois, ele exprime sua ânsia em ver reeditados alguns dos romances do autor com a 1ª tiragem vendida (fato realizado em 1888) “*Coruja, Mulato e Lágrimas de mulher*”. Fala também do desejo do maranhense em ter a sua profissão reconhecida financeiramente, sem a necessidade de um emprego público, sina de muitos intelectuais da época. Por fim, reitera ser Aluísio Azevedo o “nome brilhante no nosso escasso mundo literário”, parabenizando-o pelo lugar alcançado com “*O Homem*” e como “primeiro romancista naturalista”.

*O Homem*. Aluísio Azevedo é um dos escritores nacionais, quem mais tem trabalhado e lutado com o público. A indiferença do público opõe Aluísio a sua tenacidade e perseverança. Quer Aluísio que o escritor viva dos seus livros, sem necessitar, como é de uso entre nós, de um emprego público. Aluísio tem se arranjado até hoje. De hoje em diante o seu *desideratum* está alcançado e pode deixar desabrochar desassombradamente o seu belo e brilhante talento. Aluísio tem publicado até hoje oito romances, alguns dos quais tem esgotada a edição. Com a publicação desses romances foi Aluísio alcançando um nome brilhante no nosso escasso mundo literário. A *Casa de Pensão*, veio provar que Aluísio era capaz de dar muito mais do que tinha dado: que o talento era capaz de produzir furtos mais

<sup>100</sup> *O Espírito Santense*, Vitória, Edição 87, 29/10/1887, p. 2-3. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 15/11/17.

<sup>101</sup> A opinião d’A *Democracia* sobre *O homem* sai em 3 partes: em 18/10/1887, p. 4 (já mencionada); em 02/11/1887, p. 3-4; e em 13/11/1887, p. 2-3. Esta folha publicava somente 3 vezes ao mês.

<sup>102</sup> *A Democracia*, Rio de Janeiro, Edição 40, 02/11/1887, p. 3-4. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 15/06/17.

saborosos do que os já produzidos, finalmente que Aluísio ainda não tinha mostrado o que viria a ser. *O Homem*, este trabalho grandioso, que acaba de alcançar o mais ruidoso sucesso que tem havido em nossa literatura, traça definitivamente o característico de Aluísio. Se a sua forma não é impecável, se algumas vezes o escritor abusa dos termos usuais, à baixa burguesia, esse meio termo entre os canalhas e os burgueses, em compensação o estilo é diamantino, belo e o romance bom. Aquele caso de histeria, que nos é apresentado às claras – completamente estudado até suas minudências mais insignificantes, é deveras grandioso. O livro desgostará à grande massa do público, mas não deixará de ser com isso o melhor romance que se tem publicado nos últimos tempos e de todos os nossos romances o mais digno de ser lido. Em dez dias foi esgotada a 1ª edição – o que quer dizer que o editor da obra já ganhou dinheiro, que tirou enfim resultado da obra. O público está interessado pelo autor. O autor tem algumas obras completamente prontas para serem publicadas. Tem outras cuja 1ª edição está esgotada. Um livro que agora aparecer com o nome de Aluísio, será disputado pelo público; alcançará franco sucesso. Tendo em vista tudo isto, espero breve ver anunciada aparição do – Ruy-Vaz, ou a reedição – do *Coruja, Mulato e Lágrimas de mulher*, para nos fazer esperar mais descansado pela publicação do *Cortiço*. Saudamos, pois a Aluísio Azevedo, pelo sucesso alcançado pelo *Homem* e pelo lugar que definitiva e merecidamente alcançar de nosso primeiro romancista naturalista.<sup>103</sup>

Em 5 de novembro, a *Gazeta de Notícias* (edição 309) expõe texto de um crítico anônimo. A divulgação refere-se ao novo romance do maranhense, no entanto o articulista aproveita-se da ocasião para difundir também *O mulato* e *Casa de pensão*, nos quais ele verifica o trabalho magistral de observação do seu autor, escritos com “pulso possante”. Na concepção dele, *O homem* teria sido escrito dentro de um “novo” jeito de se fazer literatura, parecer contrário à opinião de Silvio Romero e José Veríssimo (ver capítulo I). O crítico festeja a aparição da 2ª tiragem do livro em menos de 7 dias após o seu lançamento. Depois passa a refletir sobre a narrativa da histérica Magdá, cujo drama leva muitas vezes o leitor ao desânimo e à desistência da leitura.

Quem leu o *Mulato*, de Aluísio Azevedo, não pode furtar-se a reconhecer que, quaisquer que fossem os seus defeitos, uma qualidade fundamental os dominava – a força. No meio daquelas cenas variadas, no desenho dos caracteres, na descrição de paisagens, como na transcrição do viver provinciano, trazia-se pulso possante, peito de fôlego largo, ombros de carregarem grandes pesos. Esta mesma impressão colhe-se da *Casa de pensão*, em que há páginas verdadeiramente magistrais, e *d'O Homem*, quer rompendo com todas as nossas tradições de literatura e de livrarias, foi lido, discutido e, o que é mais significativo, comprado, de modo a aparecer em segunda edição sete dias depois de sair à luz. O *Homem* é a história de uma moça histérica, levada com minuciosidade crua e impassibilidade cruel, desde os antecedentes que provocaram a moléstia, até ao duplo assassinato e à loucura em que culminou. Triste e pungente história! Muitas vezes fecha-se o livro desanimado, e só se continua a leitura na esperança que o autor se comova, e condoído deixe

<sup>103</sup> *O Espírito-Santense*, Vitória, Edição 88, 02/11/1887, p. 4. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 15/09/17.

enfim cair sobre a mísera filha de sua fantasia um lampejo de clemência e de misericórdia<sup>104</sup>.

No momento seguinte, passa a discorrer sobre o boçal Dr. Lobão. Para o articulista, a sua figura escandaliza por conta do trato com as suas pacientes e pelas ordens clínicas, mas não deixam de trazer à tona a verdade. A personagem teria contribuído para robustecer a tese cientificista sobre o histerismo representada na história. Detentor dos conhecimentos acerca da moléstia, só o médico saberia conduzir-se frente aos seus perigosos estágios. O articulista defende ter sido o romance produzido sob vigilantes estudos e observações, por isso não se atreve a avaliar o “valor da parte medical”. A parte “psicológica”, traçada com “cuidado e agudeza”, esclarece o porquê dos fatos e a sobreposição do “físico sobre o moral”.

A história de uma histérica pode ser contada de modos muito diversos; mas Aluísio Azevedo limitou os seus meios, pondo junto à doente que padece, o facultativo que a medica. Introduzindo o Dr. Lobão ‘sistematicamente grosseiro, rude, abusando da sua grande nomeada de primeiro cirurgião do Brasil, maltratando os seus os seus doentes’, ele tinha de justificar estes característicos e mostrá-los funcionando. Daí uma série de palavras e frases derronçadas, que talvez escandalizassem muito por si, mas que avultaram, sublinharam-se, depois que sobre elas se chamou a atenção. E o pior é que o Dr. Lobão contagiou o autor e outros personagens, como em um dos sonhos de Magdá, em que o conselheiro Pinto Marques tem ainda menos papas na língua, que o desbragado Hipócrates. A presença do Dr. Lobão ainda influenciou a outro respeito sobre *O Homem*; comunicou-lhe caráter medical pronunciado. Dá-se qualquer acidente, diz-nos logo o douto: estamos em tal período; ou: agora vai começar tal período; ou: ainda falta um período. E no fim de tal modo se realizam suas previsões, que ele acha aquele o mais belo caso que tem conhecido, e na penúltima página pragueja furioso por lhe não permitirem as leis carregar a paciente consigo no mesmo instante para sua casa de saúde. Qual o valor da parte medical *d’O Homem*, é o que não nos meteremos a decidir. Mas Aluísio é moço inteligente, leu os livros sobre o assunto antes de começar a escrever, teve forçosamente de voltar amiudadas vezes a eles enquanto escrevia; deve, portanto, estar a par da ciência, quanto é possível em assuntos como estes, em que com os pontos de partida variam as consequências, e os pontos de partida diferentes são muito numerosos. Na parte psicológica, é incontestável que foi traçada com muito cuidado e agudeza a evolução ou antes a dissolução de Magdá. O fato narrado aqui é aparentemente insignificante, traz no bojo consequências que adiante amplamente se elucidam; a reação do físico sobre o moral é apanhada no flagrante da realidade; a gradação é disposta habilmente, e quando dispara a catástrofe, quase que não nos surpreende, porque já a esperávamos<sup>105</sup>.

Se há alguma parte da narrativa geradora de controvérsias no parecer do crítico é a reza da tia ensinada a Magdá, provavelmente entendida como ataque ao clero, por seu caráter “excitante”. É uma evidente referência ao passado de combate anticlerical de Aluísio

<sup>104</sup> *Gazeta de notícias*, Rio de Janeiro, Edição 309, 05/11/1887, p. 2. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 01/08/17.

<sup>105</sup> *Gazeta de notícias*, Rio de Janeiro, Edição 309, 05/11/1887, p. 2. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 01/08/17.

Azevedo, quando ele morava no Maranhão e escrevia para o jornal *O Pensador*. O articulista chama a atenção para a performance lasciva e sensual do literato, pintada nos sonhos da protagonista.

Se há discordâncias, e atritos são de pequeno momento, como os que se ligam ao beatismo de Camila e à sua oração excitante, em que Aluísio do Homem lembrou-se talvez de mais do Aluísio d'*O Pensador*, no Maranhão. Grande parte da obra – a partir da pag. 145 – compõe-se de sonhos que se repetem com fundo comum, porém com grande variedade de circunstâncias. Neste mundo meio real e meio fantástico, e onde enfim a fantasia afoga a realidade. Achou Aluísio Azevedo páginas primorosas, coloridas, em que o estilo se move largo, amplo e rigoroso. Há quadros verdadeiramente belos, em que se revela artista verdadeiramente notável, - sensual, e talvez lúbrico, sem dúvida, mas genuíno artista<sup>106</sup>.

Por fim, o crítico compara *O homem* com *Casa de pensão* em termos de qualidade literária, assinalando ser o segundo merecedor de sua preferência pela complexidade da trama e por ser mais “brasileiro”. O autor teve de “inventar o molde”. Já no primeiro romance citado, a tarefa teria sido menos trabalhosa, porque o “esqueleto” da história já se encontrava pronto. A maior preocupação do articulista, na verdade, é pela “cor local”. Ele a identifica, de alguma maneira, em *Casa de pensão*, mas não em *O homem*. Diz que esse elemento aparecerá em sua plenitude em *O cortiço*, confirmando “com mais consagração” o talento do maranhense.

Tem-se perguntado qual das duas obras é superior – *O Homem* ou a *Casa de pensão*. A resposta é difícil. É incontestável que no último romance Aluísio melhorou extraordinariamente de estilo, e se puséssemos a questão neste terreno, a decisão seria favorável à sua última produção. Mas *O Homem* é, como se diz, o histerismo segundo a ciência, a tarefa era relativamente mais fácil do que na *Casa de pensão*. Lendo nos autores quais os períodos da terrível enfermidade, quais as afecções que caracterizam cada período, o autor de antemão tinha o esqueleto, e o trabalho consistiu em cobri-lo. Na *Casa de pensão*, o autor teve de inventar o molde; não teve regras preestabelecidas a exemplificar; o drama é mais complicado, a ação mais extensa e o livro mais brasileiro. Mas no fundo esta pergunta não importa e nem mesmo pode se responder-lhe agora. A resposta depende do *Cortiço*, que já está quase terminado e em breve se afirmará com mais uma consagração do talento de Aluísio Azevedo.<sup>107</sup>

No mesmo dia, Honório Pinto de *O Espírito-Santense* (edição 89) torna a escrever sobre o romance da moda. Ao anunciar os últimos lançamentos literários do período, frisa terem sido vendidos, em dois dias, 631 exemplares de *O homem*. Um feito histórico:

---

<sup>106</sup> *Idem*.

<sup>107</sup> *Gazeta de notícias*, Rio de Janeiro, Edição 309, 05/11/1887, p. 2. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 01/08/17..

(...) temos como novidades literárias; *Os Latifúndios* de Hipólito da Silva, e o *Homem*, de Aluísio Azevedo. (...) O *Homem*, forma um grosso volume, elegantemente impresso. Dele ocupar-me-ei em artigo especial. Até o dia 12, isto é, nos dois primeiros dias de sua aparição, foram vendidos 631 exemplares. É o maior sucesso, que alcança um livro de escritor brasileiro! Já não é sem tempo!<sup>108</sup>

No dia 8 de novembro, a sessão “Folhetim” do *Diário de Notícias* (edição 882) traz um texto intitulado “Serenata e Charivaris”, assinado pelo pseudônimo “Esfinge”. O crítico propõe-se a comentar brevemente sobre pautas literárias do momento, conforme aparecem nos subtítulos. Nos tópicos: “As caretas do sol. – A rua do Ouvidor no estilo realista. – A *Ilíada* de Aluísio Azevedo”, o articulista faz crítica ao movimento naturalista, de maneira figurada. Segundo ele, a nova escola realista transformou as ruas da capital do antigo império em “lamacentas”, referindo-se à preferência dos romancistas “modernos” pela representação dos elementos impróprios. O crítico reprova o fato de os costumes virtuosos terem dado lugar a modos ultrajantes, como na imagem do “dia” amanhecer agora com a cara de um “marinheiro vermelho e bêbado” que passara a noite em algum prostíbulo; ou o cenário do belo “amanhecer” da “gentil Guanabara dos românticos descabelados”, contar agora com a presença da “rapariga desgrenhada e suja, saída do bordel”.

O dia amanheceu hoje rindo-se, embrulhado em um manto de neblina branca e espreguiçando-se em um leito de ondas miúdas e saltitantes. Por entre os morros pelados e prosaico, cobertos apenas de enfezadas capoeiras, surgiu um sol de maio, ridente, com a cara de um marinheiro vermelho e bêbado; parecia que passara em moafas os dias caliginosos da última semana, que dormira ao domingo em alguma taverna enfumaçada do Olimpo, e agora achando-se o céu espancado de nuvens e borrascas, se exibia do alto, mirando com olhos flamejantes as ruas desta lamacenta cidade, em que deslizam as magras vacas de leite e os vendilhões de verduras, sujos e rotos. Não lhe invejo os gozos de apreciação. A nossa gentil Guanabara dos românticos descabelados e Guanabara dos Tamoios, não passa, ao amanhecer, de rapariga desgrenhada e suja, saída do bordel com o vestido amarrotado e com as botinas cambaias. Traz a saia meio de fora, orlada de lama, e pelo peitilho meio aberto, divisa-se a camisa amarrotada, sebenta, semeada de nódoas avinhadas.<sup>109</sup>

O crítico atribui as mudanças negativas operantes na literatura ao naturalismo. Na visão dele, o lirismo, a beleza, o encantamento, as palavras bonitas da escola anterior foram substituídas pelas coisas mais repugnantes. Isso gerou o “despoetizamento” da cidade. Assim, a rua do Ouvidor, antes um primor de “passeios embutidos, de asseio, de luz, de perfumes”,

<sup>108</sup> *O Espírito-Santense*, Vitória, Edição 89, 05/11/1887, p. 2. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 15/11/17.

<sup>109</sup> *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, Edição 882, 08/11/1887, p. 1. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 03/07/17.

agora não passa de “um cano velho de esgoto”, onde depois de certas horas “joga-se o soco e se dizem grosserias”.

Este gás da nova empresa, gás torto, zarolho, com cheiro a laranjas podres, com luz de candeeiro velho, alimentado pela mamona, acabou de despoetizar a cidade, que os calçadores da Ilustríssima já haviam convertido em lameiro fedorento. A nossa ideal rua do Ouvidor de outrora, esse cenáculo dos políticos de mamadeira e poetas de pé quebrado, onde F. Otaviano improvisava versos à Sinhá, à pianista sem igual, e J. de Alencar descobriu o tipo de fantasista de Lucíola, - a Rua do Ouvidor, que era um primor de calçada em mosaico, de passeios embutidos, de asseio, de luz, de perfumes, já não é senão o símile de um cano velho de esgoto semeado de altos e baixos, orlada de confeitarias e botequins, onde à tarde e à noite, depois das carraspanas, joga-se o soco e se dizem grosserias.<sup>110</sup>

No momento seguinte, o crítico invoca o autor de *A moreninha*, que não está vivo para presenciar o “despoetisamento” da literatura nacional. O articulista refere-se à descrição de elementos “feios” que não deveriam estar na literatura e ao aspecto licencioso do naturalismo, impensável na ficção dos românticos:

Pobre J. M. de Macedo, o poeta azul da *Moreninha*, o vate perfumado da *Nebulosa!* Como não enrugaria aquele rosto em que as privações e flagícios andavam estampados em nódoas roxas e brancas, se ele, o historiador entusiasta da rua da moda, desse com esses destroços bolorentos, despoetisados, vulgares, como os cestos de batatas e laranjas que agora lhes enfeitam as portas!<sup>111</sup>

Por fim, ele afirma ironicamente: “o poeta do nosso tempo é, sem dúvida, o Aluísio Azevedo, e *O Homem* será a *Ilíada* dos heróis modernos da Rua do Ouvidor”. Apesar do sarcasmo, na concepção do crítico, o literato maranhense é o mais destacado da nova escola realista. Então a ação promocional ao nome de Aluísio, realizada pelo seu grupo, vinha dando certo. Além disso, o articulista acredita ser a história de Magdá um perfeito exemplar da maneira “moderna” de se fazer literatura, contudo lamenta a mudança ocorrida.

Em 13 de novembro, a *Democracia* (edição 41) publica na sessão “Letras” a terceira e última parte de opinião sobre *O homem*, assinada por “Gersan”. Em um parágrafo, o articulista destaca o ataque à religiosidade, personificada em Camila. Segundo ele, a tia de Magdá foi impelida à morte por conta da sua própria carolice:

---

<sup>110</sup> *Idem.*

<sup>111</sup> *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, Edição 882, 08/11/1887, p. 1. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 03/07/17.

Na agonia de Dona Camila dir-se-ia que estamos vendo a velhinha que por devoção ajuda a bem morrer, ladeada de duas escravas peritas nisso de lidar com defuntos; o assombro dos circunstantes, o chamado de Nosso Pai, o toque da campa, a compostura do padre a engrolar o seu latim, a vela benta, as rezas, e por fim, repugnante de realismo, o passamento da ‘velha barata de sacristia’.<sup>112</sup>

Depois, o crítico põe-se a comentar sobre os moradores do cortiço situado ao lado do sobrado onde vivem a protagonista e o pai. Na visão do articulista, este é núcleo da história melhor executado, em virtude do realismo na representação das personagens e dos acontecimentos. Ele destaca o divertido episódio da chegada da cama de jacarandá na estalagem:

Com rara felicidade são traçados os tipos e costumes populares, Justina, enfermeira nata, caridade singela e espontânea; Custódia, velhinha engraçada, a tia Zefa, a Rosinha, o Luiz da Pedreira, formam um grupo de pobres remediados, que vivem, pensam, movem-se, trajam e falam com tanta propriedade, que o leitor chega a supor que os conheceu algures, e assistiu a algumas das cenas transplantadas para o livro. São irrepreensíveis as páginas consagradas ao episódio do casamento de Luiz. A chegada da cama é trecho perfeito.<sup>113</sup>

Ao tratar sobre o caso patológico de Magdá e a observação médica, o crítico assinala o paradoxo do naturalismo. Para ele, basta a verdade da arte, sendo esta não precisamente a da ciência. Por isso, afirma não ter competência para analisá-lo. Todavia, esclarece que a personagem da obra satisfaz plenamente as exigências da lógica e os preceitos literários, pois todos os antecedentes vividos pela protagonista (hereditariedade da “doença”, escola de freiras, a convivência com a tia beata, temperamento romântico, amor frustrado) contribuíram para o desenvolvimento da histeria:

Magdalena tinha de ser o que foi. Não podia subtrair-se à lei da hereditariedade, à tirania da nevrose, e ao império das circunstâncias que lhe rodearam a infância e a adolescência. Dos antecedentes sabe-se vagamente que ‘havia moléstia da família, a mãe acabara mal’. Privada do amor materno logo ao nascer, Magdalena passou dos braços da ama para o colégio das irmãs de caridade; de onde trouxe a semente do misticismo que devia em oportuna sazão produzir os seus amaldiçoados frutos. Em casa tinha por companheira uma velha beata, cuja influência esteve a psique de ser vencida pela de Fernando, estudante de medicina, tido e havido por afilhado do Conselheiro. Juntos cresceram, a menina delicada e sensível, impressionável e o rapaz, em que alvorecia já o homem superior, estimaram-se, a estima substituiu o amor. Não se realiza o casamento, porque o conselheiro revela um terrível segredo: Fernando era também filho, e fruto de um duplo crime, conforme os livros santos e o código. Até esse ponto o autor inventou, daí em diante limitou-se a registrar os

<sup>112</sup> *A Democracia*, Rio de Janeiro, Edição 41, 13/11/1887, p 2-3. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 04/07/17.

<sup>113</sup> *A Democracia*, Rio de Janeiro, Edição 41, 13/11/1887, p 2-3. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 04/07/17.

progressos da moléstia, cujo gérmen mal se pudera suspeitar em Magdalena, e a derivar dos antecedentes as consequências, inexoráveis como o destino pagão, que não se mostra grandemente modificado pela lei da graça.<sup>114</sup>

Na concepção do articulista, Aluísio Azevedo saiu-se muito bem até o desenvolvimento da histeria de Magdá, pois os fatores desencadeantes de sua condição de enferma são lógicos e plausíveis. A vida dupla da moça, “a da vigília, cortada de padecimentos, e a do sono, povoada de sonhos deleitosos”<sup>115</sup>, era uma espécie de compensação da natureza à sua vítima. Essa dicotômica existência teria sido uma “saída de mestre”, o autor se utilizou desse recurso para não ter de recorrer à imaginação “que tão suspeita é e tão vigiada anda em domínios do naturalismo”<sup>116</sup>. Quanto ao título do livro, o crítico julga ser um verdadeiro contraste porque dá ideia de ser uma obra completamente científica, mas não é. O assunto tratado é natural, provindo do instinto do ser humano. Por isso não haveria necessidade de teses científicas para dizê-lo:

O Homem dá ideia de uma obra puramente científica, e de enorme vastidão. Entretanto, o Sr. Aluísio Azevedo quis apenas indicar uma função animal do homem, que teria em bom português expressão mais adequada...ou em grego.<sup>117</sup>

Ao final do texto, o articulista reflete sobre o papel do crítico e como a sua opinião, muitas vezes, não é imparcial porque “analista” e “escritor” fazem parte do mesmo grupo. Gersan busca com essa afirmação alfinetar os amigos “letrados” de Aluísio Azevedo. Os textos publicados por eles sobre *O homem* não teriam por objetivo a crítica literária, senão a promoção da obra. Como o jornalista da *Democracia* não se alinha ao grupo do romancista, o seu parecer seria neutro.

Críticos de nossa estofa, filisteus como dizia o adorável Hein, não se abalançam a proferir sentenças, nem a formular preceitos e conselhos, mas não estão inibidos de aplaudir o que de aplauso lhes parece digno. É o direito que se compra à porta do teatro e da livraria. O nosso louvor vale o que vale o parecer de um anônimo, incompetente, mas em condições de ser imparcial, porque nem pertence a confrarias de espécie alguma, nem conhece o Sr. Aluísio Azevedo.<sup>118</sup>

---

<sup>114</sup> *Idem.*

<sup>115</sup> *Idem.*

<sup>116</sup> *A Democracia*, Rio de Janeiro, Edição 41, 13/11/1887, p 2-3. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 04/07/17.

<sup>117</sup> *Idem.*

<sup>118</sup> *Idem.*

Em 21 de novembro de 1887, nas “Notas críticas”, do periódico *Cidade do Rio* (edição 53), “João Sincero” afirma ocorrer enorme insensatez na literatura desde o advento do realismo. Diz não haver, dentre os autores aclamados por esse “difícilíssimo” gênero, melhor ou mais verdadeiro. Todos apresentam algum ponto positivo, no entanto falham pelo “excesso”. Destaca a preferência dos leitores brasileiros pelos romances russos, por causa do “fundo moral e fim moralizador”, e pelos romances franceses. Dessa afirmativa, depreende-se que a literatura devesse cumprir algum tipo de “função” ou “finalidade”. Por isso, o crítico rejeita os romances reduzidos à “monografia psicológica” e aos “violentos e escandalosos processos verbais” dos livros de Zola. Embora o crítico considere a obra do francês de “grandeza excepcional e de pujança estilística”, ela estaria repleta de “pessimismo voluntário e rebuscado”. Os naturalistas foram vistos como indivíduos negativos porque levaram para o romance “moderno” tudo aquilo que era impensável de se configurar como literatura:

A dizer a verdade reina uma grande, uma quase completa desorientação na literatura moderna acerca de gênero difícilíssimo em que se têm celebrizado Hugo, Dumas, Balzac, Sand, Kock, Sue, Dickens, Tolstoi, Terrail, Flaubert, Julio Verne, Stendal e Zola. Cada nome destes representa uma variedade do gênero, desde o romance apocalíptico até ao realista radical. Qual a melhor, a mais sã, a mais verdadeira? Todas têm alguma coisa de bom e quase todas pecam pelo excesso, pelo exagero. Modernamente temos a escolher entre os romances russos, de fundo moral e fim moralizador, mas pouco variados na maneira e um tanto pesados, um tanto primitivos, e os romances franceses. Quanto aos das outras literaturas da Europa, a exceção da portuguesa (que se molda pela francesa), confesso, com a sinceridade de que me orgulho e com que me assigno, inteiramente ignorante. Em França não encontro o desejado mediador plástico entre os estafados romances de aventuras, de Montépin, Chavette, Richebourg e outros, e quase de todo a esperança de ver aproveitadas as boas lições do autor da *Madame Bovary*. Eis reduzido o romance às secas e ásperas monografias psicológicas, como *Chérie*, de Goncourt, *L’Evangeliste* e *Sapho*, de A. Daudet, *Cruelle Enygme* e *André Cornelis*, de P. Bourget e aos violentos e escandalosos processos verbais de Zola, assombrosos de grandeza excepcional e de pujança estilística, mas incontestavelmente, eivados de um descompassado pessimismo voluntário e rebuscado<sup>119</sup>.

Na visão do articulista, Aluísio Azevedo também teria sofrido a influência do pessimismo da escola realista. Prova disso é ter produzido “monografias fisiológicas e patológicas” como *O homem*. Apesar de considerá-lo “uma obra de mestre”, o crítico faz reparo ao título porque dá ideia errada, ao generalizar um caso excepcional. Por isso, rejeita a ideia preconcebida pela ciência à época de que as mulheres necessitassem “fisiologicamente” de um “homem”. O articulista acredita ser essa a tese médica defendida pelo romance. Para ele, o fato de Magdá ter morrido virgem a desqualificou. Se o desfecho da narrativa a levasse

<sup>119</sup> *Cidade do Rio*, Rio de Janeiro, Edição 53, p. 3. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 10/07/17.

ao casamento ou ao concubinato, a proposição se confirmaria. Por fim, argumenta que o romance “acompanhando os mestres franceses” resvalou para o “cientificismo extremo”, motivo de não agradar a arte nem a medicina.

a esta influência decisiva, ao contágio deste vivo exemplo, não se pode furtar o nosso Aluísio Azevedo. E ei-lo, depois dos largos quadros da *Casa de pensão* e d’*O coruja*, atirando também as monografias fisiológicas e patológicas com *O homem*. Antes de mais, e para tranquilizá-lo o quanto às consequências das observações que vou expender, vou declarando que gostei muito do seu livro e que o reputo uma obra de mestre. O primeiro reparo que faço é a impropriedade do título. Ele caberia bem ao livro se Magdá não fosse uma exceção mórbida do sexo, se em vez de ser uma mulher enferma, fosse simplesmente *A mulher*. A prova de que Magdá não queria *O homem* é que acaba, doida sim, mas virgem. Nos casos comuns, de sanidade de corpo e alma, essa necessidade do homem termina sempre, fatalmente, ou pelo casamento ou pelo *coup de tetê* da manceba. Se o livro tivesse, - como esteve para tê-lo, ao princípio - um título como *A filha do conselheiro* ou *Magdá*, representaria um caso curioso mais particular, singular, de histeria, ao passo que se intitulado *O homem* parece que se generalizou o caso, que se trata das condições comuns em que a mulher obedece à lei geral da natureza que povoa de animais a terra. A modalidade do romance ora preferida por Aluísio, aliás acompanhando os mestres franceses, descamba no cientificismo extremo fatal à literatura, da prosa como do verso. Afinal *O homem*, com todo o enorme vigor do seu colorido, com toda a grande firmeza do seu desenho, com toda a sua força pintoresca, não é verdadeiramente nem romance nem tratado científico. Não satisfaz nem aos literatos nem aos médicos.<sup>120</sup>

O articulista mostra-se contrariado com o exagero de algumas cenas e com a forma da linguagem empregada por Aluísio Azevedo (reclamação recorrente). A palavra francesa “Argot”, citada pelo crítico, significa jargão. No contexto, o termo insinua um tipo de linguagem secreta ou especializada. Desse modo, haveria uma obscenidade “secreta” em *O homem*, que poderia ser decodificada por quem conhecesse os códigos, ou seja, entendesse as metáforas:

Quanto à crueza de algumas cenas, à obscenidade de algumas frases, só não me agradaram por não me parecerem naturais e serem dispensáveis. Aceito, com indiferença, todas as palavradas e todo o schoking de Zola, quando é logicamente exigido pela situação ou pela natureza do personagem: é a verdade: passe. Aluísio faz Magdá sonhar umas patifarias e um argot obsceno que ela, educada como foi e pudorosa como era, não podia absolutamente conhecer. Ora, como só se pode sonhar com o que se conheceu fora do sono, essas violências são falsas; e, por isso, não as posso admitir. Não obstante os reparos feitos, é *O homem* uma obra admirável pelo equilíbrio perfeito que revela e pela magistral segurança da execução. Tem, além disso, abundantíssima observação do natural. Toda a parte relativa a gente do cortiço é admirável, é completa, como descritivo e como verdade. O episódio da cama de Rosinha e Luiz podia ser assinado pelo autor do *Assomoir*. Em suma: um livro que

<sup>120</sup> *Cidade do Rio*, Rio de Janeiro, Edição 53, p. 3. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 10/07/17.

honra a nossa literatura e que, si erra, quanto ao fundo, erra com gente de estofa de Goucourt, Daudet, Bourget e Camille Lemonier, que escreveu *A histórica*.<sup>121</sup>

Na sociedade do final do sec. XIX era ideia inconcebível as mulheres manifestarem desejo sexual, por causa das normas de comportamento moralmente aceitáveis pela religião e burguesia. Elas deveriam ser castas e não podiam externar apetite sexual, pois eram esses os comportamentos esperados de moças de “boa família”. O direito ao sexo (sem fins reprodutivos) era privilégio exclusivo dos homens, daí o incômodo do articulista sobre o comportamento “singular” hiperssexualizado da pudorosa Magdá. Ao final da resenha, ele destaca a brilhante forma como a “gente do cortiço” é representada na narrativa. Este seria o único mérito do livro.

Em 26 de novembro de 1887, é a vez do médico, ensaísta e importante membro do “movimento intelectual da geração de 1870”, Tito Lívio de Castro (1864-1890), expor a sua impressão sobre *O homem*, n’ *A semana* (edição 157). Para ele, o Brasil passava no período estudado por um momento de “esterilidade literária” com escritores impecáveis na “forma correta”, mas com “ideias velhas”. O romance nacional teria chegado ao fim com Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882), José de Alencar (1829-1877) e João Franklin da Silveira Távora (1842- 1888). Por isso, o leitor brasileiro buscava a forma romântica dos franceses, como Octave Feuillet (1821-1890) e Georges Ohnet (1848-1918). Na concepção do crítico, livros do calibre desses escritores não apareciam no Brasil porque não havia forma barata para produzi-los. A historiadora Alessandra El Far prova o contrário (ver capítulo IV). Dentro desse contexto desiludido surge *O homem* de Aluísio Azevedo, obra merecedora de atenção pelo momento dado e pela filiação literária. Os senões ao naturalismo estariam superados e aceitá-lo “como a mais genuína expressão de arte” era necessário por ser sua fórmula “nova”. Feitas as reflexões sobre a situação da literatura nacional à época, o médico se propõe a analisar o livro considerando dois fatores exigidos pela acepção naturalista: a “natureza” das personagens e o “temperamento” (tudo aquilo que concorre para a formação e manifestação da individualidade do artista):

Ainda mesmo tomando-se as precauções necessárias para evitar as ilusões tão frequentes quando se comparam duas épocas, não é possível negar que a literatura ou pelo menos um ramo da literatura está em completa decadência (...) Forma correta e ideias velhas eis o que possuem os melhores. O romance não existe. Perdoem-nos aqueles que têm ensaiado o gênero recebendo da imprensa elogios que só podem ter a significação de um incentivo. O romance de costumes acabou ainda em vida de Macedo; o indianista fantasiado por José de Alencar extinguiu-se com o

---

<sup>121</sup> *Idem*.

entusiasmo fictício de Silvícola; o romance histórico não passou de Távora. Há uma forma romântica apreciada no Brasil, a dos romances de Feuillet e Ohnet, *littérature ohnete*, como a denominaram. Fariamos injustiça aos escritores brasileiros supondo-os incapazes de produzir muitos e muitos *Le Maître de forges*, *Mariage dans le monde* etc. Se estes não existem, é tão-somente porque não temos no Brasil uma publicação barata, que facilite a produção do gênero nacional. É neste meio literário que aparece o romance do Sr. Aluísio Azevedo. Qualquer que seja o valor intrínseco dessa produção, o momento em que ela aparece e a fórmula a que se filia tornam-se credora da atenção da crítica. Não discutiremos a razão de ser do naturalismo. Já o fizemos em outra ocasião e não havendo argumentos a discutir, seria isso perder tempo. Não é justo que se não possa dar um passo em crítica literária sem responder aos repisadíssimos argumentos, velhos de meio século, apresentados contra o naturalismo e centenas de vezes refutados. Ninguém melhor do que Zola em *Une Champagne* e *Le roman expérimental* disse o que havia a dizer a tal respeito. E para essas obras devem ser enviados todos quantos por falta de argumentos novos não têm direito a nova refutação. Aceitamos o naturalismo como a mais genuína expressão da arte no século XIX, e é sob esse ponto de vista que vamos fazer algumas considerações relativas ao livro do Sr. Aluísio Azevedo. Consideraremos dois pontos: a natureza e o artista, o objeto de observação e o observador, ou finalmente nos termos próprios, a natureza e o temperamento.<sup>122</sup>

No quesito “natureza” dos personagens, Tito Lívio concentra-se na representação do Dr. Lobão, a qual estaria em desacordo com a realidade, em virtude de sua grosseria, do seu procedimento indelicado com as pacientes e da sua inaceitável negligência ao “caso grave” da protagonista. Essa explanação endossa o sentido crítico que o autor emprega para construção da figura do médico. O romance condena a aceitação plena e pacífica da ciência pela sociedade. Isso esclarece a falta de naturalidade do médico e seu tipo boçal, os quais não teriam como objetivo “elevar” o patologista, mas sim caricaturá-lo para descreditar sua palavra.

Passando a uma rápida revista aos tipos que se subordinam ao de Madá, encontramos ainda falta de naturalismo em um, o Dr. Lobão. Se o romancista nos garantisse a realidade desse tipo não teríamos remédio senão acreditar. O que, porém, asseveramos é a falta de naturalidade. (...) O Sr. Aluísio Azevedo apresenta-o como íntimo da família de Madá e como respeitada notabilidade. A indelicadeza, a grosseria desse personagem não se explica, e ainda menos se explica porque o toleram. Sua intervenção médica é nula ou irrisória e dificilmente se encontraria em todo o Brasil um médico de tal modo desprovido de recursos diante de um caso grave de histeria. Não é muito natural no Brasil chamar o médico para casos de histeria, mas será digno de nota que esse médico seja um Lobão.<sup>123</sup>

Ainda no mesmo quesito, De Castro não concorda com o procedimento da gente do cortiço após tomarem conhecimento da desgraça realizada por Magdá aos jovens noivos. A

<sup>122</sup> *A Semana*, Rio de Janeiro, Edição 157, 26/11/1887, p. 4-6. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 11/07/17.

<sup>123</sup> *Idem*.

reação pacífica estaria desviada da “natureza” dos personagens. Mais uma vez, o articulista não depreendeu o recado deixado pela narrativa, cuja crítica dirige-se à autoridade não questionada do médico.

Sabido o crime, o povo, os parentes e conhecidos das vítimas invadem a casa. Ora, essa gente toda, a população do cortiço, que é tão expedita na manifestação de suas paixões, que sabe odiar como sabe amar violentamente, excitada pelo local do crime, pela presença das vítimas, acalma-se miraculosamente ante a figura de Lobão<sup>124</sup>.

Com relação ao realismo na representação dos populares, o crítico partilha da mesma visão de João Sincero (do *Cidade do Rio*), eles estão perfeitamente retratados por conta do talento observador de Aluísio Azevedo. Assim, a “natureza” das personagens e os respectivos comportamentos estariam em consonância com a veracidade.

os tipos secundários são perfeitos, e entre todos eles destaca-se como mais estudado o da criada Justina. É nessa parte do romance que o autor põe em evidência seu talento de observador. O cavouqueiro que passa a vida entre a sua pedreira e sua viola monotonamente plangente; a Rosinha, a velha Custódia, a tia Zefa, essa população do cortiço que se agita como um enxame de abelhas foi estudada minuciosamente, denota vida, está ali no romance como está pelos recantos da cidade; trabalha, ri, canta satisfeita por sentir-se viver, que é satisfação primitiva, a das fortes, daqueles cuja organização, ainda não retocada pela civilização, entoa diariamente os hinos às vitórias obtidas na conservação da vida.<sup>125</sup>

No fator “temperamento”, o qual diz respeito ao *estilo* dos escritores naturalistas, o amálgama entre o “vestuário da ideia” e, de algum modo, “a própria ideia”, o crítico foca basicamente nas falhas de verossimilhança de observação da manifestação da “doença” de Magdá. Para ele, o “estudo de caso” apresenta muitos “defeitos” e poucos “méritos”. A dupla personalidade da protagonista, tão elogiada pelo articulista d’A *Democracia*, não teria possibilidade de observação. Para De Castro, o leitor só poderia ter acesso aos acontecimentos do inconsciente da moça pela hipnose, como as experiências com pacientes históricas (conhecidas à época) dos médicos franceses Eugene Etienne Azam (1822-1899) e Charles Robert Richet (1850-1935). O fato de Aluísio Azevedo ter utilizado a “imaginação” e não os estudos pela observação para compor os sonhos da filha do conselheiro, levou o naturalista ao fatal erro da “impersonalidade”. Este, um grande mérito dos romances “modernos” (a palavra

---

<sup>124</sup> *Idem.*

<sup>125</sup> *A Semana*, Rio de Janeiro, Edição 157, 26/11/1887, p. 4-6. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 11/07/17.

aparecendo novamente) não é possível de se verificar em sua inteireza em *O homem*, na visão do crítico.

Faremos ainda duas observações relativas ao estilo se bem que uma delas pareça mais relativa à ideia do que à forma. O autor de *O homem* descreve-nos a histeria de Madá caminhando até a dupla personalidade; uma vez aí, desdobram-se ante nossos olhos duas vidas de Madá, uma é a vida comum, outra uma vida puramente subjetiva, sem equivalente objetivo, sem manifestações externas. Ora, no caso particular de Madá essa dualidade psíquica nasce e evolui, sem que os circunstantes, o pai, o médico e a criada da histérica tenham disso conhecimento. Força é, portanto, que se reconheça em toda essa fase a presença do romancista face a face com o leitor e a infração ao imprescindível preceito da *impersonalidade* do romance naturalista. Um grande mérito do romance moderno é que o escritor nos diz suas observações e seus pensamentos sem podermos, entretanto, surpreender o momento em que ele nos dirige a palavra. É o extremo oposto ao costume romântico segundo o qual o romancista ocupa-se tanto com suas ideias quanto com o leitor, e, receoso talvez de não sugerir os pensamentos e sentimentos convenientes, encarrega-se ele próprio dos comentários, das exclamações, de tudo enfim, como se devesse ser lido por olhos sem comunicação com um cérebro. Essa preciosa qualidade naturalista, a *impersonalidade*, não existe em parte do romance do Sr. Aluísio Azevedo. Não é só isso. O desdobramento da personalidade de Madá não é no romance um simples incidente; assume largas proporções e o romancista descreve-nos minuciosamente o que se passa no cérebro enfermo da histérica, as passagens que só ali existem, os diálogos que só ali se ouvem, aquela vida cheia de peripécias, cuja esfera de ação é a consciência ou mais rigorosamente o inconsciente da histérica. É possível saber o que se passa em um cérebro como o de Madá, mas para isso é necessário ou provocar pela hipnose e a declaração do que o indivíduo pensa e sente, como fez Richet em suas experiências sobre a objetivação dos tipos, ou estudar as modificações do caráter, dos gestos, a expressão fisionômica, como fez Azam no célebre caso de Férida X. Madá não se pode assimilar a nenhum desses exemplos; se nas proximidades da catástrofe terminal há sinais capazes de mostrar aos que rodeiam o seu desarranjo cerebral, até aí não é possível suspeitar do que se passa. O romance falseia nesse ponto o naturalismo, porque a dupla personalidade de Madá não oferece possibilidade de observação.<sup>126</sup>

O crítico expõe o seu incômodo pelas passagens descritas minuciosamente (os devaneios da protagonista) porque parecem “falsas”, fantasiadas pelo autor e não apreendidas do real. As circunstâncias em que se encontra o cérebro “doente” da moça, somando-se a determinação da sua “herança” familiar e o “meio” vivido não seriam compatíveis com o conteúdo sonhado.

Quando em um romance naturalista encontra-se o pensamento íntimo de um personagem, nada se pode objetar porque o romancista baseia-se no princípio corrente: a um dado conjunto de circunstâncias, a um determinado movimento, a um estado psicológico conhecido, corresponde comumente um determinado estado de consciência. É possível que o romancista se equivoque, mas o seu ponto de partida é lógico, não é invenção nem privilégio seu, e até onde pôde chegar a ciência atual, é verdadeiro. Mas, uma frase, um pensamento determinado pelas circunstâncias em que o romancista coloca seu personagem, determinado ainda pela herança e meio,

<sup>126</sup> *A Semana*, Rio de Janeiro, Edição 157, 26/11/1887, p. 4-6. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 11/07/17.

que o romancista conhece, não é o mesmo que uma série de ideias e paixões germinando em um cérebro doentio e sem comunicação com o mundo exterior. O Sr. Aluísio Azevedo descrevendo ponto por ponto, incidente por incidente a vida psíquica de Madá, desviou-se tanto do naturalismo como se desviaria da fisiologia quem descrevesse as funções do habitante de um planeta conhecido.<sup>127</sup>

Embora pareça contraditório, o intuito do crítico não era o de aniquilar o romance de Aluísio Azevedo, nem o naturalismo. Apontando os defeitos, ele buscava advertir os jovens escritores. Estes se executassem as correções necessárias, a nova escola realista poderia ser próspera. Por isso, o articulista reconhece o valor de *O homem*, destacando-a como um exemplar de esperança e incentivo para os romancistas de amanhã, da *nova geração* literária.

*O homem* é o único romance brasileiro, nestes últimos anos, que é naturalista e como tal leva vantagem sobre muitos dos conhecidos nos tempos do romantismo no Brasil, está feito o maior elogio ao romancista. Fugindo ao mau vezo das comparações, não diremos que o autor de *O homem* é o Zola brasileiro. O Sr. Aluísio Azevedo tem bastante espírito para preferir o seu próprio nome, por mais que admire o incomparável naturalista. Há quase quatorze anos, dizíamos nós, 'depois do movimento literário de 70 em que tomou parte o popular Castro Alves, as letras têm continuado sem ser (...), porém, sob uma fórmula nova, ou de acordo com uma ideia diretora, ou desenvolvimento de uma dessas teses que reformam a literatura, quando não reformam toda a arte. Há de tudo nesse resultado de quatorze anos. Imita-se o classicismo fóssil, e romantismo ridicularizado. Há fantasistas à Dumas, declamadores à Hugo, libertinos à Musset. São quatorze anos de fermentação; é tempo de surgir alguma coisa, senão definitiva ao menos definida. O que vai aparecer? Não vamos certamente retroceder. Em literatura como em ciência não há ressurreição; o que foi, foi. (...) ao Sr. Aluísio Azevedo caberá sempre a glória de ter sido a guarda avançada de uma geração que aí vem próxima ou talvez longe ainda, mas que será uma geração realmente nova.<sup>128</sup>

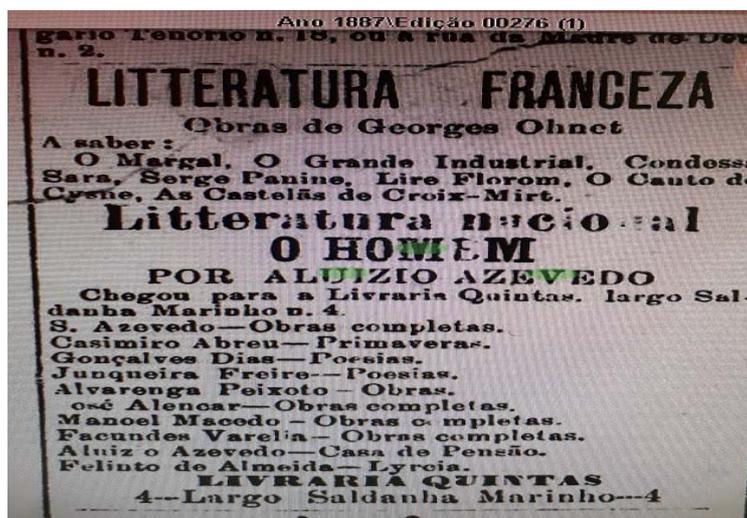
Em 3 de dezembro, o *Jornal do Recife* (edição 276) estampa o anúncio do novo romance na página 4 do periódico:

---

<sup>127</sup> *Idem.*

<sup>128</sup> *A Semana*, Rio de Janeiro, Edição 157, 26/11/1887, p. 4-6. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 11/07/17.

Figura 12 - anúncio



Legenda: *O homem* divulgado no Jornal do Recife.

Fonte: *Jornal do Recife*, Recife, Edição 276, 03/12/1887, p. 4. Disponível em:  
 <<http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 11 jul. 2017.

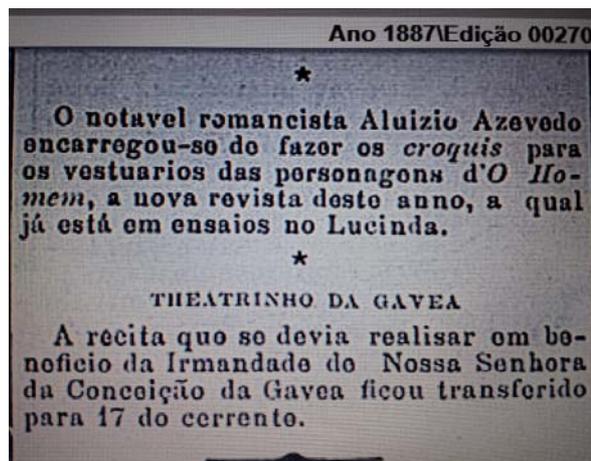
Em 4 de dezembro (edição 1155), *O Paiz* divulga texto sobre *O homem*, assinado por J. Rodrigues Guião (datada em 21 de outubro - São Paulo). Para o articulista, o sucesso de uma obra literária pode ser medido considerando a reação de dois segmentos: a da crítica especializada e a do leitor comum. *O homem* conseguiu agradar a ambos, daí a explicação da sua notória extração. A crítica literária lançou “lisonjeiros encômios” ao livro e a “crítica popular” o comprou, prova de que “caiu no gosto do público”. Contudo, J. Rodrigues afirma ter sido o cientificismo do romance mal compreendido entre os leitores comuns. O excesso de realismo de algumas cenas acrescido de um “lirismo frenético e nervoso” e um “subjetivismo romântico” contribuíram para ser interpretado como a “síntese da imoralidade”. Sendo esse o verdadeiro motivo da popularidade da obra, resultado da pouca educação do povo somada ao calor dos trópicos atuantes nos corpos brasileiros. Com essas afirmações, o crítico admite que, mesmo tratando-se de um “estudo bem observado do histerismo”, o livro foi entendido e apropriado como escrita licenciosa. Outro ponto merecedor de destaque é a audácia do articulista ao promover o autor maranhense, chamando-o de “nosso primeiro romancista”. Rodrigues Guião assim como Honório Pinto de *O Espírito-Santense* (como vimos páginas atrás) desconsidera os escritores brasileiros consagrados anteriores a Aluísio, concomitantemente responsabiliza, de maneira positiva, o naturalista pela “modificação do espírito literário” nacional.

Acabo de ler *O Homem*, a última produção literária do nosso primeiro romancista, Aluísio Azevedo. A crítica literária já sacramentou essa obra, prodigalizando-lhe os mais justos e lisonjeiros encômios; o público já manifestou a sua opinião num silêncio aprovador, comprando o livro. As obras literárias têm dois estalões por onde medem a sua força, a sua importância: o da crítica científica e o da crítica popular ou opinião pública. Pelo fato de serem protegidas simplesmente pela crítica literária e científica, as obras literárias não conseguem perpetuar-se; mais do que isso, é de mister que receba também o beneplácito da opinião popular, que ‘caia no gosto do público’. O último trabalho de Aluísio Azevedo recebeu a consagração das duas manifestações da crítica nacional- da crítica literária e da crítica popular. (...) Nesse romance excessivamente realista e de elevada intuição científica, mais uma vez soube Aluísio Azevedo tirar proveito do seu largo espírito de observação, entornando nas páginas do seu trabalho a vida real, como ela palpita na sociedade. Por vezes, o realista parece aberrar do seu alvo espalhando em diversas páginas um lirismo frenético e nervoso, um subjetivismo romântico muito pronunciado. Mas isso longe de tirar a importância da obra, dá-lhe mais relevo e torna-a mais agradável; a perspicácia do observador que se revela do princípio ao fim do romance, parece que por vezes se oculta por detrás destas peanhas de flores e trepadeiras fantasiadas pelo romancista, mas não desaparece completamente. (...) O autor d’*O Homem* para não tornar monótono o seu romance com a brutalidade da ciência, espalhou por ele as pérolas de seu lirismo, as perfumosas flores da sua ardente imaginação, fazendo estorcer-se e vibrar florestas, nos rios, nos campos, a vida apaixonada e ardente numa concupiscência devoradora e nervosa, sob a ação fecundante do sol. (...) Magdá, a protagonista desse romance, é um estudo bem observado de histerismo, que o autor da *Casa de Pensão* segue passo a passo em todo o seu desenvolvimento, em todos os seus períodos característicos, servindo-se neste estudo dos métodos fisiológicos e psicológicos, métodos da escola realista. (...) Excessivamente científico, o romance de Aluísio Azevedo não teria recebido o aplauso do público em geral, se não fora a dose carregada de realismo que ele teve o cuidado de aplicar nos principais capítulos da obra. O realismo, interpretado estupidamente pelo populacho como a síntese da imoralidade, tem nesse fato a causa da sua popularidade. O Zé povinho pouco se importa com a elevada intuição científica da escola realista, nem quer saber quais os métodos usados por ela, o que ele quer é imoralidade; efeito da corrupção social talvez. Entre nós, principalmente, em que a educação do povo é quase nula, a sua instrução diminuta, em que o clima ardente de algumas regiões, comunica ao indivíduo o calor da *bestialidade* da *animalidade*, o romance realista já tomou pé, depois de ter vogado por algum tempo nas ondas da adversidade. O baque estrondoso da escola romântica trouxe o susto, o pânico e depois a paralisia literária em quase todas as nações do velho e novo mundo. Hoje, porém, já o susto passou, as nações já encaram com desassombro as modernas concepções realistas. Na literatura brasileira, cabe a Aluísio Azevedo o principal papel na modificação do espírito literário. O autor do *Mulato* foi injetando pouco e pouco em doses graduadas no espírito do povo o gosto pelas obras de arte, enxertando nele com o auxílio do seu talento e trabalho, os saborosos frutos do Zolismo. (...) N’*O Homem* há páginas descritas com brilho e fogo, que são pura imitação de Zola. (...) Enquanto esperamos pela nova obra que, segundo disse o próprio autor, será atrevidamente realista, vamos aplaudindo com toda a força dos nossos pulmões e das nossas mãos o autor d’*O Homem*. Viva o Aluísio Azevedo!<sup>129</sup>

Em 10 de dezembro, no “Correio dos Teatros”, do *Novidades* (edição 270) é comunicado que os ensaios para a *revista* de ano de 1887, “O Homem”, já haviam começado.

<sup>129</sup> *O Paiz*, Rio de Janeiro, Edição 1155, 04/12/1887, p. 2. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 09/07/17.

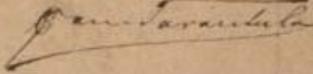
Figura 13 – Aluísio Azevedo prepara os croquis para a Revista O homem.



Legenda: reclame para a *Revista* de ano *O homem*.

Fonte: *Novidades*, Rio de Janeiro, Edição 270, 10/12/1887, p 2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

Figura 14 – *O homem* anunciado em Portugal.

<p>SCIENCIAS, LETRAS, ARTES E OFFICIOS</p> <p>Recebemos o novo cartaz que a acreditada fablica de bolachas de Eduardo Antonio da Costa mandára fazer na lytographia Guedes.</p> <p>Esse trabalho é pela sua execução um soberbo exemplar da industria portugueza, aprezoando os productos de outra industria tambem portugueza e por igual largamente desenvolvida.</p>  <p>TRAÇOS E ILLUMINURIAS, por D. Julia Lopes de Almeida.</p> <p>Tão raras são em Portugal as senhoras iniciadas no culto da litteratura, que constitue sempre para nós motivo de admirações e de enthusiasmos o apparecimento de algum trabalho d'esse genero devido ao labor do sexo gentil; admirações e enthusiasmos que duas vezes se justificam, quando esse trabalho tenha o valor incontestado que resalta do volume devido á penna da gentil auctora dos <i>Traços e illuminurias</i>.</p> 	<p>O HOMEM, por Aluizio Azevedo.</p> <p>É um romance architectado com muito engenho e que constitue um curioso estudo da vida brasileira, pondo em relevo um typo de historica esplendidamente modelado. O estylo é correctissimo e d'um sabor litterario fóra do commum.</p>  <p>Sob' MAGNOLIAS, por Luiz Trigueiros.</p> <p>Uma duzia de contos muito originaes, muito bem escriptos e como que rescedentes, na sua fórma deliciosa, ás emanações extranhas da suave flor que lhes serve de titulo.</p> <p>Prefacia este bello livro uma curta mas valiosa apreciação do distincto escriptor e illustrado crítico o sr. Alfredo Gallia.</p>  <p><b>PAN-TARANTULA</b></p> <p>Cançonetas e monologos – Melos de transporte, A Pulga, a Lagartixa, Lili, Do outro lado.</p> <p>Resto das edições</p> <p>Veja-se o anuncio na capa.</p>
--	---

Legenda: *O homem* é anunciado internacionalmente na revista *Pontos nos ii*. O destaque da propaganda é a tese médica presente na obra.

Fonte: Semanário humorístico ilustrado, lançado em 1885. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/FichasHistoricas/Pontosii.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

Em 18 de dezembro, a *Gazeta de Notícias* (edição 352) e o *Diário de Notícias* (edição 922) divulgam a aprovação pelo Conservatório Dramático, com o parecer favorável de Machado de Assis, da *Revista de ano* de 1887 “O Homem”, escrita por Artur Azevedo e Moreira Sampaio, com previsão de estreia no Teatro Lucinda. Notável é a deferência gozada pelo escritor de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881), detentor da palavra final sobre o que seria exibido nos principais tablados da corte. Os vestuários e adereços para a peça, composta por 10 cenários, foram produzidos por Aluísio Azevedo.

Os dez quadros em que se divide a *Revista* são estes: Sala em casa de um conselheiro, peça D. Pedro II, a baía do Rio de Janeiro, no dia da partida do Imperador, praça da Aclamação na parte não ajardinada, o peristilo do palácio da imprensa, o interior do novo gabinete Português de leitura, salão de Teatro S. Pedro, tendo ao fundo a estátua de Antônio José, o Éden-concerto, vista de sala e a magnífica apoteose O amor.<sup>130</sup>

A “Gazeta Literária” de *A Semana* (edição 157), no último dia do ano de 1887, traz um ensaio crítico denominado “Falso Naturalismo”, no qual o articulista Octavio Mendes discorre sobre o romance *La Terre*, “o mais obscuro”, de Émile Zola. De todos os livros do escritor francês, este impressionou muito o crítico pelo grande talento do naturalista. No entanto, ao término da leitura, diz ter sido acometido ao mesmo tempo de uma “enorme admiração” e tristeza, por conta de algumas cenas dignas de “linguagem de um bordel”. Jamais de um romance naturalista.

Vê o leitor que é sem limites o meu entusiasmo pelo grande chefe da escola naturalista. Entretanto, confesso sem reboço, ao acabar de ler *La Terre*, ao mesmo tempo que uma enorme admiração se apossava de mim; sentia-me triste, e vou dizer o porquê. Cenas há na *Terre* e não poucas, que podem coadunar-se perfeitamente com a linguagem de um bordel, mas nunca com as páginas de um livro, mesmo que esse livro se diga e de fato o seja naturalista. Dos romances de Zola, *La Terre* é um dos que mais forte impressão sobre mim exerceram, mas ao mesmo tempo é, com certeza, o mais obscuro. E não me parece que a obscenidade seja elemento imprescindível de um romance naturalista.<sup>131</sup>

Assim como J. Rodrigues Guião, o articulista Otacvio Mendes acredita ser o romantismo um movimento ultrapassado. Os novos tempos na literatura já pertenceriam à

<sup>130</sup> *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, Edição 922, 18/12/1887, p. 1. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 30/06/17.

<sup>131</sup> *A Semana*, Rio de Janeiro, Edição 157, 31/12/1887, p. 2. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 29/06/17.

“verdade”, ou seja, ao naturalismo. Alguns poucos ainda leem os autores “mentirosos” e “imorais (mais que Zola)” pertencentes à velha escola porque era de “bom tom” fazê-lo. Na visão do articulista, o “triunfo completo” do naturalismo dependeria da sua separação entre o “verdadeiro” e o “falso”. Entre a dicotômica “face limpa” x “face suja”, lamentando a preferência do mestre francês pela segunda. Isso tornava o seu alcance literário restrito, não podendo dirigir-se a todos: “homens e mulheres, velhos e moços”. Se a pena de Zola se voltasse apenas para a “face limpa”, na opinião do crítico, a vitória da nova escola realista seria plena porque poderia ser lida por “todos”. Optando pela segunda, a sua ficção ficava sujeita ao rótulo “leitura para homens”, conforme aconteceu com os romances *Nana* e *La terre*, entendidos, no imaginário da época, como escrita “pornográfica”. Convém lembrar que o escritor francês teve de ir a público e se explicar na justiça inúmeras vezes para se defender da acusação de escritor imoral, obsceno e pornográfico. Esta resenha é mais uma comprovação de que muitos livros naturalistas eram percebidos dessa maneira.

Que o futuro, e quiçá mesmo já o presente da literatura pertences à escola realista, é fato que se não discute. E isto porque a verdade sempre triunfou e o naturalismo quer dizer a verdade na literatura. Todos os espíritos da atualidade, excetuando apenas meia dúzia de velhos rotineiros e outra meia dúzia de mulheres romanescas, *precieuses ridicules*, na frase de Molière, já aceitaram a fórmula naturalista. Ninguém que tenha uma verdadeira compreensão do que deve ser o romance lê hoje Lamartine, Dumas ou Victor Hugo, senão porque *noblesse oblige*: a época é de outros. E isto por quê? Porque Lamartine, Dumas e Hugo, como romancistas, são pura e simplesmente mentirosos, e alguns deles mesmo imorais, muito mais do que o é Zola nos seus arrojados romances. Eles ainda têm um pequeno grupo de adeptos, mas isto é apenas um engano transitório. Daqui a dias o triunfo mais completo há de coroar os esforços dos revolucionários, e o naturalismo levantará seus arraiais no mesmo terreno em que outrora levantou os seus e decrépita, a moribunda escola romântica. Mas por isso mesmo que triunfo é indiscutível, precisamos acentuar bem qual o verdadeiro e qual o falso naturalismo, afim de não perdermos completamente o fruto da vitória. A natureza tem duas faces: a face limpa e a face suja. Por que o grande monografista dos *Rougon-Macquart* há de timbrar em estudar exclusivamente a segunda? A propaganda que ele impulsiona com o seu enorme talento deve dirigir-se a todos: homens e mulheres, velhos e moços. Estudando a face boa, a face limpa da natureza e modelando por ela os seus romances, eles poderão ser lidos por todos: entretanto que, restringindo-os à face má, à face suja, terá que sujeitá-las ao rótulo: *leitura para homens*. É a propaganda sendo restrita, a vitória nunca será completa! E Zola é tão comovente e tocante quando ele o quer! A sua pena possui todos os encantos, todas as seduções. Para que não empregá-los na feitura exclusiva de livros que possam ser lidos por todos? Pois quem escreve *Une page d'amour* e *L'OEuvre* precisa por acaso escrever as páginas que tornam *Nana* e *La Terre* livros exclusivamente para homens?<sup>132</sup>

<sup>132</sup> *A Semana*, Rio de Janeiro, Edição 157, 31/12/1887, p. 2. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 29/06/17.

Por fim, o crítico se queixa ser justamente a “face suja” da escrita de Zola, a copiada por outros naturalistas. De maneira indireta, ele classifica *O homem* também como “leitura para homens”, bem como fez o articulista do periódico *The Rio News*.

E esta aberração do espírito de Zola já tem produzidos maus frutos. Entre nós Aluísio Azevedo escreveu *O homem* e em Portugal, Eça de Queiroz escreveu *A Relíquia*. Quando o genial romancista reconhecerá o seu erro e, emendando-o, tornar-se-á o genuíno sucessor de Balzac, o chefe da verdadeira escola naturalista?<sup>133</sup>

Como vimos, a “agressiva” promoção publicitária do livro, iniciada em fins de 1886, coadunada por Aluísio Azevedo e seu grupo contou com: anúncios precocemente divulgados na imprensa, conferência literária, panfletagem manual, pequenas intrigas, almoços, recepções, poemas laudatórios a Aluísio e críticas favoráveis ao romance - redigidas pelos próprios amigos do romancista (espalhados por vários estados do país). Dessa forma, percebemos que o sucesso de vendas do livro não foi uma eventualidade: houve enorme esforço para o feito.

Reparamos, ainda, que o montante de textos críticos divulgados sobre a narrativa de Magdá no trimestre do seu lançamento atendiam a finalidades diferentes. Os textos escritos pelos parceiros de Aluísio destacavam, conscientemente, duas características: a licenciosidade e o cientificismo da obra. Embora eles soubessem do perigo da estratégia, assumiam o risco para aumentar a vendagem do livro. São os casos dos textos de Arthur Azevedo, de Ferreira de Araújo, de Coelho Neto, dentre outros. Todavia, nem todos os amigos de Aluísio adotaram esse jogo duplo. Honório Pinto e os conterrâneos do maranhense, P. Bessa e A. Brito, por exemplos, assinalaram tão somente os aspectos cientificista e/ou pedagógico do romance. Apesar dessa diferença, os dois grupos visavam à vitória da nova escola realista.

Havia também as críticas preocupadas em verificar se o romance obedecia aos preceitos naturalistas de maneira profícua. Elas se concentravam no “estudo de caso” da narrativa, nos seus “erros” e “acertos” com relação à abordagem das teorias científicas. Para esses críticos, *O homem* exigia reparos, como por exemplo, mais equilíbrio na crueza da representação do realismo de algumas cenas. Essa percepção pode ser verificada na crítica de Otacvio Mendes, de Aderbal de Carvalho, de Tito Lívio de Castro, de “Gersan” (articulista de *A Democracia*), entre outros.

---

<sup>133</sup> *Idem*.

No último grupo, estão os textos detratores de *O homem* e do naturalismo. Para esses articulistas, de visão inflexível, os romances naturalistas eram imorais. Caso das críticas dos anônimos do *Jornal do Commercio* (edição 283), da *Gazeta da tarde* (edição 233), do *The Rio News* (edição 29), do *Diário de notícias* (edição 882) e do *Cidade do Rio* (edição 53).

### 3 A CONSAGRAÇÃO LITERÁRIA DE ALUÍSIO AZEVEDO

#### 3.1 A Revista de ano *O homem*

Escrita por Artur Azevedo e Moreira Sampaio, montada pela empresa Braga Júnior & Companhia, a revista dos acontecimentos do ano de 1887 *O homem* foi também uma das estratégias empregadas pelo grupo de Aluísio Azevedo para manter o foco das intenções sobre o livro que nomeia a peça. Os periódicos engajaram-se em divulgá-la com anúncios, resenhas e textos críticos em comparação com o romance. Em 6 de janeiro de 1888, a *Gazeta nacional: órgão republicano- RJ* (edição A05-1) publica: “O acontecimento de maior monta durante a semana foi sem dúvida a exibição cênica do ‘O homem’, revista do ano de 1887”<sup>134</sup>. Um dia antes, a *Gazeta de Notícias* (edição 5) trazia crítica pontuando as diferenças entre o romance e a revista, e os motivos políticos que obrigaram os roteiristas a não abordarem determinados acontecimentos importantes ocorridos em 1887. Segundo o articulista, a encenação só apresentaria o “esqueleto do livro”:

O ano passado em revista não foi dos mais fartos em acontecimentos próprios para serem comemorados no palco. Os poucos que mais se prestaram à sátira e ao comentário que mais agrada as plateias, e que são aqueles que se referiam à política, encontraram na censura da polícia tais disposições que os autores tiveram de os afastar do seu plano. A falta deste elemento, de êxito certo, aumentou as dificuldades dos autores da revista, que tiveram de preencher tal lacuna, recorrendo à exibição de acontecimentos de somenos importância. O esqueleto do *Homem* é tirado do romance do mesmo título, de Aluísio Azevedo. O conselheiro Pinto Marques e Magdá percorrem toda a cidade do Rio de Janeiro, em procura de um homem que cure os histerismos de Magdá. É este o pretexto para que as duas figuras principais da peça vão encontrando no seu caminho os principais acontecimentos do ano, até que se depare o homem salvador. (...) Tais elementos e sendo o *Homem* absolutamente inofensivo no que respeita a alusões, não admira que se conserve por muito tempo no palco Lucinda, onde se exhibe hoje mais uma vez, público lá está todas as noites a encher o teatro, de onde sai satisfeito e alegre.<sup>135</sup>

---

<sup>134</sup> *Gazeta nacional: órgão republicano*, Rio de Janeiro, “Revistas de artes”, Edição A05-1, 05/01/1888, p. 2. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 29/05/17.

<sup>135</sup> *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, Edição 5, 05/01/1888, p. 2. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 23/06/17.

A adaptação do romance naturalista para os palcos foi possível graças ao parecer favorável dado por Machado de Assis, censor do Conservatório Dramático da capital do antigo império, desde a década de 1860. Entretanto, a julgar pela sua preferência estética literária, que ele expunha em artigos, o teatro em revista e os romances naturalistas não lhe agradavam por vários motivos.

Conforme conta Faria (2001), o escritor de *Dom Casmurro* (1899) construiu carreira no teatro muito jovem, com dezesseis ou dezessete anos, e acompanhou de perto os primeiros anos da formação teatral literária no Brasil. Escreveu inúmeros trabalhos de crítica sobre a arte dramática. Para Machado, os objetivos do Conservatório Dramático não poderiam ficar restritos à censura do que era considerado imoral para a sociedade. O teatro precisava de reforma. Era muito pobre de realizações importantes do ponto de vista estético e um mero passatempo das massas. Por isso, defendeu o teatro realista e civilizador. As peças deveriam retratar os costumes da vida social brasileira, tendo como objetivo “melhorar” as condutas dos indivíduos por meio da crítica moralizadora.

No cargo de censor acerca do que subiria à cena ou não, os pareceres dados por Machado de Assis deveriam basear-se nas funções do Conservatório Dramático, a saber:

1. Não devem aparecer na cena assuntos, nem expressões menos conformes com o decoro, os costumes, e as atenções que em todas as ocasiões se devem guardar, maiormente naquelas em que a Imperial Família honrar com a sua Presença o espetáculo;
2. O julgamento do Conservatório é obrigatório quando as obras censuradas pecarem contra a veneração à Nossa Santa religião, contra o respeito devido aos Poderes Políticos da Nação e às Autoridades constituídas, e contra a guarda da moral e decência pública. Nos casos, porém, em que as obras pecarem contra a castidade da língua, e aquela parte que é relativa à Ortoépia, deve-se notar os defeitos, mas não negar a licença (FARIA, 2001, p. 112).

Como se pode imaginar, era uma tarefa árdua transpor um romance naturalista para o tablado. Muitas cenas tinham de ser suprimidas ou modificadas para atender às disposições impostas pelo Conservatório. Além do mais, Machado estava empenhado em tornar o teatro mais literário (FARIA, 2001). Isso também se constituía num empecilho para as adaptações, pois muitos dos romances naturalistas eram considerados, à época, de baixa qualidade estética.

No ano de 1859, Machado escreveu um folhetim expondo as suas críticas a respeito das funções da instituição teatral. O único ponto discordante era o último parágrafo (transcrito

anteriormente) da segunda disposição. O romancista entendia ser uma limitação imposta ao censor, que deveria ter o poder de julgar também o mérito das peças e proibir aquelas indignas de serem exibidas por falta de atributos literários. O órgão deixava de fora a finalidade intelectual, não exercendo assim a “função civilizadora” tão reivindicada pelo romancista. Quanto à censura imposta acerca das questões políticas, sociais e religiosas, estas não o incomodavam. Se tivesse que censurar uma peça por esses motivos, faria sem problemas. As suas preocupações voltavam-se, sobretudo, para o aspecto estético.

Nas décadas de 1860 e 1870, Machado de Assis, José de Alencar e outros intelectuais importantes à época criticaram intensamente as peças cômicas e musicadas que ganharam o gosto do público. As queixas baseavam-se na falta de preocupações artísticas e de ensinamentos morais e civilizatórios. Na opinião deles, o teatro havia se transformado em puro entretenimento, pois a plateia era fisgada pelo riso fácil e exibição de mulheres bonitas e seminuas. O protesto dos homens das letras não impediu outro gênero popular se firmar: as *revistas de ano*, no início da década de 1880. O revistógrafo brasileiro mais produtivo foi Artur Azevedo. Escreveu 19 peças num período de duas décadas. Destas, apenas uma revista foi inspirada em obra naturalista, *O homem*. Esse tipo de espetáculo visava:

Passar em revista os principais acontecimentos do ano anterior. Tudo que foi importante ou que obteve repercussão – um fato político, um crime, uma invenção, a criação de um jornal, a falência de um banco, uma obra literária, um espetáculo teatral, a epidemia etc. – é personificado em cena e ganha tratamento cômico, algumas vezes de alcance crítico ou satírico (FARIA, 2001, p. 161).

Assim como a “opereta” ou a “mágica”, a *revista de ano* era também considerada um gênero distante da literatura. Era entretenimento acrescido de licenciosidade. Quando Artur Azevedo e Moreira Sampaio adaptaram *O homem* para o teatro, o livro homônimo à peça já havia causado bastante polêmica na imprensa. Isso provocou grande interesse do público. Como vimos no capítulo anterior, muitos articulistas destacaram o aspecto indecoroso do romance. Contudo, ao passar pelo crivo do Conservatório, a peça subiu à cena castamente “vestida”. Foram suprimidos todos os sonhos picantes de Magdá. Em 7 de janeiro de 1888, *A Semana* (edição 158), na sessão “Teatros e Diversões”, expõe o motivo pelo qual a *revista* dos acontecimentos do ano de 1887, “O Homem”, conseguiu êxito de público na sua estreia, em 3 de janeiro de 1888:

A curiosidade despertada pelo apimentado título desta revista teatral, atraiu tantos espectadores ao Éden-Teatro no dia de estreia, que bem se pode dizer que houve mais do que enchente, - houve transbordamento, senão verdadeira apoplexia de público. O romance de Aluísio Azevedo, que deixou muitos leitores e habitués de nossos teatros com o bico doce e a suspirar por mais, foi o pretexto para a conhecida viagem episódica em torno dos acontecimentos do ano.<sup>136</sup>

Como acontecia na França na adaptação dos romances de Zola para o teatro, as partes mais quentes eram cortadas (FARIA, 2001). O sucesso de público de *O homem* no teatro, no primeiro mês de apresentações, deu-se porque as pessoas foram atraídas pelo escândalo do romance. Apesar das partes mais “interessantes” estarem suprimidas, Magdá percorrendo os 10 cenários da peça à procura de um “Homem” mantinha o sexo como principal fio condutor da narrativa.

Críticos e intelectuais acreditavam haver uma impossibilidade enorme de se adequar ao palco todos os aspectos dos enredos naturalistas, por causa da licenciosidade. Esse foi o principal motivo de o naturalismo ter tido uma existência curta nos tablados cariocas, segundo Farias. A ousadia da escola, as situações abordadas, seus personagens e a linguagem se mostravam impróprios de entrarem em ação por causa dos códigos morais aceitáveis pela sociedade do período.

Urbano Duarte (1855-1902), crítico importante da década de 1880 e pouco conhecido nos dias de hoje, apontou como primeira dificuldade o aproveitamento no teatro da força narrativa e das descrições minuciosas de espaços, personagens e ações. A segunda, ficava por conta da imoralidade “identificada com a abordagem fisiológica da sexualidade, até certo ponto suportável na página impressa de um romance, mas impensável na representação teatral” (FARIA, 2001, p. 210). Já Araripe Júnior (1848-1911), ao falar sobre o assunto, preferiu deixar de lado a pretensa imoralidade do naturalismo. Apontou a impossibilidade de se reproduzir em cena a vida como ela é, com todos os seus movimentos triviais e antidramáticos característicos dos enredos naturalistas. Outro obstáculo na opinião do crítico dizia respeito à plateia, exausta demais (por conta das atribuições do dia a dia), não estando propensa a apreciar espetáculo sério, pesado e minucioso.

Nesse sentido, os autores da peça *O homem* souberam tratar com leveza um assunto pesado para uma comédia (FARIA, 2017). Com tiradas cômicas capazes de arrancar gargalhadas do público, a *Revista* traçava um final feliz para a histérica Magdalena, ingrediente exigido pela convenção do gênero cômico. Na peça, ao contrário do romance,

---

<sup>136</sup> *A Semana*, Rio de Janeiro, Edição 158, 07/01/1888, p. 2. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 23/06/17.

Magdá e Fernando não são irmãos. Ele é filho do Dr. Lobão e não morre. Fernando reencontra a protagonista ao retornar de Portugal; a mãe dele revela ter percorrido toda Lisboa à procura de uma mulher para o filho, por recomendação médica. Polemicamente, no romance e na peça, o sexo aparece como necessário para a boa saúde, tanto da mulher como do homem. Já o Dr. Lobão, como no romance, é apresentado como áspero e boçal, acrescido o defeito de “charlatão”. Sua figura não impõe respeito, no livro e na peça, mostrando como o discurso médico podia ser criticado até mesmo na obra naturalista. *A revista* ficou em cartaz até início de março de 1888, percorrendo vários teatros da corte e de São Paulo.

É notável também a dimensão da influência exercida por Aluísio Azevedo, Artur Azevedo e o grupo de intelectuais a que estavam alinhados, na imprensa durante o fim do império no Rio de Janeiro (MELLO, 2007). Além de terem seu nome como consagrados homens das letras e como romancista (caso do autor de *O cortiço*), desfrutavam também de forte prestígio na esfera do teatro, em particular Arthur de Azevedo. Este escreveu diversos roteiros teatrais, mas sem valor literário para a historiografia, por causa do seu caráter de entretenimento. Essas peças permanecem esquecidas (FARIA, 2001).

Figura 15 – anúncio da Revista *O homem*

THEATRO LUCINDA  
 COMPANHIA DE OPERETAS ERIGIDA POR ADOLFO A. DE FARIA  
**HOJE SABBADO 28 DE JANEIRO HOJE**  
**GRANDE NOVIDADE**  
 NOVO ACTO DA REVISTA "O HOMEM"  
 INTITULADO  
**CONGRESSO DE FAZENDEIROS**  
 Personagens: José, creóllo, Colás; Conselheiro, Maclado; Corsari Camello, Bahía; Barão de Passanha, Mattos; Major Chico da Encruzilhada, Santos Silva; Dr. Barbino, Germano; Capitão Freitas, Phebo; Comendador Tapoca, José Maria; Antonio Springa, Egento; Balbino Espiga, Louro; Magdá, Helena Cavallier; escravos, fazendeiros, etc.  
 Entre os números de musica do novo acto, figuram um lindissimo **côro de fazendeiros**, de Costa Junior; **coplas de José Creóllo**, de Simões Junior; um **Fango** de Abdon Milanes, e um **Jongo** de Gomes Carlino.  
 A revista de Arthur Azevedo e Moreira Sampaio  
**O HOMEM**  
 será agora representada toda completa, com o novo acto, ficando com 4 actos, 16 quadros, um monólogo preliminar e diversas apothecoses  
**2ª REPRESENTAÇÃO**  
 Continuum no 3º acto os diálogos deslumbrantes de **Faz Electra** e todos os outros grandes attractivos nos diversos actos da peça, como o lundú do pescador, lundú da Julia Madeira, a Zennucca, Jota Hespanhola, lundú final do 3º acto.  
 Esplendidos scenarios, entre os quizes o Gabinete Portuguez de Leitura, a partida de SS. MM. Imperiaes para a Europa e a brilhante apothecose representando — **O ABDO**. Os bilhetes no theatro. Preço e hora do costume.  
 Amanhã domingo, 29 — sz 4 1/2 da tarde, uma unica representação da grande revista O HOMEM. Os bilhetes desde já á venda no theatro.

Legenda: 24ª representação da Revista *O homem* no Teatro Lucinda.  
 Fonte: *Gazeta de notícias*, Rio de Janeiro, Edição 28, 28/01/1888, p. 4.  
 Disponível em: < <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 29 jun. 2017.

### 3.2 *O homem* continua na boca da imprensa em 1888

A *revista* de acontecimentos do ano de 1887 colaborou para que se mantivesse a polêmica em torno do livro *O homem*, ao longo de 1888, culminando na aparição da sua 4ª edição, em setembro deste mesmo ano. Conquanto as atenções dos críticos estivessem voltadas para comparações entre o livro e a *revista*, em janeiro de 1888, duas notas assinadas por Edmundo de Barros são publicadas na *Revista da Família Acadêmica* (edição 4) com foco no último livro de Aluísio Azevedo<sup>137</sup>. Na primeira, o articulista volta a louvar a obra. Ele já havia feito isso sem lê-la, em outubro de 1887. São claras as intenções publicitárias por trás do elogio.

Tarde, e mesmo assim – mais por um compromisso do que por julgar-me com a erudição precisa e a mão bastante leve para *fazer estilo*, agradando assim as exigentes atenções que se dignem baixar até mim, venho dar minha opinião sobre um livro que já afirmei ser ‘o proto-monumento da verdadeira forma de literatura no Brasil.’<sup>138</sup>

Já na segunda nota, o articulista atribui a pouca idade de Aluísio o fato de ele escrever mais que refletir cuidadosamente sobre o “estudo de caso” proposto. Considera o assunto escolhido importante, mas “melindroso”, lamentando não ter sido tratado com observações mais sérias, pois o romance resvala da ciência para o licencioso (ele diz isso de maneira indireta). Daí as críticas negativas e rejeições. Quanto ao título, é bastante adequado porque apenas “O Homem” seria a cura para a moça. O articulista entende ser o sexo necessário para o bem-estar físico e mental da protagonista, tese defendida pelo romance. O posicionamento de Edmundo de Barros é o mesmo do segundo grupo de críticos (vistos no capítulo I). A narrativa de Magdá precisaria de “reparos” para atender adequadamente os preceitos da nova escola.

O último romance experimental de Aluísio Azevedo estuda o caso patológico, - o histerismo hereditário em uma donzela. O homem, que é nesse caso o grande fator, cuja presença é cura ou paliativo e cuja ausência enlouquece ou mata, foi o título

<sup>137</sup> Não é possível precisar as páginas corretas desses dois textos. A Hemeroteca marca o primeiro na página nº 11, mas no documento aparecem duas marcações: nº 105 e nº 2. Já o segundo texto a Hemeroteca marca como nº 13. Mas, no documento aparece a página nº 107. Com relação à data, ambos os textos aparecem assinados em 25/01/1888, embora a data da revista seja 01/02/1888. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 31/05/17.

<sup>138</sup> *Revista da Família Acadêmica*, Rio de Janeiro, Edição 4, 25/01/1888, p- 105. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 15/05/17.

escolhido; não podia ser melhor. E O Homem um desses assuntos que, por muito melindrosos quão belos e úteis, por trazerem à imaginação do poeta um terreno vastíssimo e, por assim dizer, quase inexplorado, deviam ser tratados com amor idêntico ao de Virgílio pela ‘Eneida’ ou ao dos Goucourt pelas frases coloridas e sonoras. Não foi assim tratado O Homem. A prova não está em ser ele um só volume de trezentas e setenta páginas: seu talentoso autor, jovem ainda, numa idade que obriga o gênio a produzir mais do que refletir, - não esteve por se entregar a lucubrações mais serias e longas; daí os senões que pode haver em tão importante obra.<sup>139</sup>

Passado o furor da *revista*, os articulistas retomam as atenções para o livro *O homem*. O pontapé inicial é dado por “Eloy, o herói”, pseudônimo de Artur Azevedo, em 23 de fevereiro de 1888, no *Novidades* (edição 41). Encantado com as primeiras impressões da escritora portuguesa Maria Amália Vaz de Carvalho a respeito de Aluísio Azevedo e do seu último romance, publicadas no jornal *O Paiz*, transcreve-as no *Novidades*<sup>140</sup>. Artur apostava que a romancista fizesse crítica positiva à obra para contrastar com os ataques dirigidos ao naturalista na imprensa brasileira. Era interessante para a imagem de Aluísio ser elogiado por uma mulher portuguesa (das letras) e de opinião influente no seu país. Na visão dela, o Brasil começava a ter uma literatura própria graças ao naturalismo e ao escritor maranhense. Mas precisaria vencer as dificuldades da “natureza luxuriante e brutal” da sua fase introdutória. A estudiosa faz essa observação considerando as teorias científicas em voga à época. O posicionamento geográfico do país na região dos trópicos impeliria calor nos corpos, daí a explicação para a volúpia retratada em *O homem*. Por isso, ela diz guardar alguns “senões” ao livro, os quais esclarecerá em breve. Notável é o empenho de “Eloy, o herói” para alçar o irmão como grande nome da literatura nacional em todas as chances que tinha. Assim, ele inicia a resenha:

Não posso resistir ao desejo de transcrever nesta coluna as seguintes palavras, extraídas de uma carta escrita a *O Paiz* pela exímia escritora portuguesa Maria Amália Vaz de Carvalho: “Aluísio Azevedo, o poderoso, o extraordinário escritor, que eu tenho deveras remorsos de não ter conhecido há mais tempo, mandou-me o seu estranho livro – potente e admirável, tão imprevisto e tão novo, que me deixou verdadeiramente assombrada – intitulado *O Homem*. Que vida enorme lateja nas veias desse país moço, a que está marcado um futuro tão longo e tão belo! Vencer a fatalidade esmagadora dessa natureza luxuriante e brutal – ante a qual o homem como que fica enlanguescido e efeminado – vencer as dificuldades que uma literatura na fase embrionária encontra sempre, para atinar com a sua fórmula definitiva, com a sua característica feição inconfundível e fazer um livro de tão

<sup>139</sup> *Revista da Família Acadêmica*, Rio de Janeiro, Edição 4, 25/01/1888, p- 107. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 07/05/17.

<sup>140</sup> Não localizamos o texto original publicado no *O Paiz*. Mas é possível lê-lo também na *Pacotilha*, Maranhão, Edição 72, “Letras – Cartas femininas”, 13/03/1888, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 03/05/17.

grandioso sopro, e de tão largo e forte estilo como este, que li há pouco, é deveras para encher de esperanças o mais cético. O Brasil tem desde muito escritores admiráveis, mas começa a ter agora uma literatura sua – o que não é positivamente a mesma coisa. Nós, portugueses, já tivemos a nossa literatura. Hoje temos apenas alguns grandes escritores, cujo cosmopolitismo de espírito e de estilo é incontestado e incontestável. Desejo consagrar a minha carta, ao livro de Aluísio Azevedo. É um caso de patologia feminina o que ali é tratado, e embora a minha admiração pelo escritor seja enorme, não me é tão simpático o assunto do seu estudo, nem me parece tão definitivamente adquirido pela ciência o fato de que ele se fez cruel e por vezes soberbo analista, para que eu não tenha de pôr muitas restrições no meu aplauso, e muitas interrogações na minha crítica”. Elogio tão competente, tão entusiasmado e, sobretudo, tão espontâneo, há de consolar o Aluísio das diatribes da Gazetilha. O nosso romancista deve pagar com língua de palmo o crime inaudito de ter muito talento; mas o que lhe vale é que de vez em quando grandes lufadas de louvor, sopradas de muito longe – e de muito alto – dispersarão a manada infeliz os detratores atônitos.<sup>141</sup>

Em 05 de março de 1888, é publicada a primeira parte do artigo sobre *O homem*, de Maria Amália Vaz de Carvalho, n’*O Paiz* (edição 1246). Simultaneamente, ela analisa o romance e reflete sobre as mudanças ocorridas no campo literário. Também aborda a questão do papel do escritor moderno e a função da literatura. Conforme se nota, o termo “moderno”, aparece diversas vezes nesta pesquisa, associado ao naturalismo 30 anos antes da “Semana de Arte Moderna”.

A romancista inicia o artigo afirmando não se sentir à vontade para opinar a respeito de assunto tão delicado (a histeria feminina), principalmente para uma mulher. Apesar disso, afirma não se poder furtar à bem-sucedida obra executada por Aluísio Azevedo, autor de reconhecido talento:

Prometi no outro dia falar aqui do livro de Aluísio Azevedo – O Homem. Quase me arrependo da promessa, tão melindroso, para uma apenada mulher é o assunto de que aquele livro trata. Tal é, contudo, a pujança de talento juvenil que ele revela, que muito embora me desagrade o tema deste estudo, não posso deixar de ser profundamente sensível à sua magistral e poderosa execução. Aluísio Azevedo é alguém, e nos tempos que vão correndo, ser alguém é o que se torna sumamente difícil.<sup>142</sup>

No momento seguinte, fala a respeito do público que passou a ter acesso aos impressos no período em questão: o povo não letrado. Por esse motivo, a literatura teria perdido a sua “aura”, não estando mais destinada apenas “às elites”.

<sup>141</sup> *Novidades*, Edição 41, ano 1888, 23/02/1888, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 09/05/17.

<sup>142</sup> *O Paiz*, Rio de Janeiro, 05/03/1888, Edição 1246, p. 2-3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 11/05/17.

(...) o público, que hoje devora avidamente os livros novos, os jornais, as revistas, os tratados especiais, é um público plebeu, azafamado, que vive a vapor, que precisa do instruir-se no intervalo de dois negócios, o de comover na meia hora que todas as noites destina para esse fim sentimental antes de adormecer. (...) a literatura perdeu o seu tom frívolo, adquiriu a independência que raramente tinha, deixou de ser apenas um entretenimento da elite requintada, que dela fazia o seu privilégio mais querido e o seu gozo mais disparatado.<sup>143</sup>

Ela entende terem sido essas mudanças inelutáveis, mas não positivas. Com a democratização da literatura, inúmeros problemas foram incorporados a ela. Essas ocorrências teriam a ver com a facilidade do acesso aos impressos e com as transformações sociais vividas no período. A escritora recorda que, antes do naturalismo, a matéria a ser contada nos livros eram os “feitos heroicos, ações belas, cometimentos arrojados”, lidos por um “seleto auditório”, e não pelo povo iletrado<sup>144</sup>. Uma das maneiras de desqualificar o naturalismo era compará-lo à escola precedente. Ela tem preferência pelos objetos literários eleitos pelo romantismo, por representarem a sublimação idealizada dos seres humanos, embora entenda estarem superados.

mas alcançando virtudes que não tinha, despiando-se dos pecados originais que a contaminavam, foi logo eivada por outros defeitos igualmente graves, que o tempo e as transformações das sociedades lhe trouxeram. Dantes, os homens que escreviam só o faziam para nos narrar feitos heroicos, ações belas, cometimentos arrojados; para pôr de pé, diante do olhar encantado do seu seletto auditório, nobres figuras de uma altivez romanesca, de um desinteresse estoico, de um valor sublimado, de uma formosura além da humana. As pessoas de imaginação escolhiam então dentre aqueles heróis tão simpáticos, capazes talvez de belos crimes dramáticos, mas inteiramente inaptos para qualquer ação relés – o herói que mais lhes quadrava a fantasia, e tentavam imitá-lo de longe, na vida real, tendo de antemão a certeza de que só muito remotamente podiam vir a assemelhar-se-lhe.<sup>145</sup>

Para Maria Amália, a escola romântica, mesmo com todas as suas imperfeições, não era grosseira como o naturalismo se propunha a ser, corrompendo o indivíduo pela nova fórmula: “de sintética que era fez-se analítica até a minudência fastidiosa e secante”<sup>146</sup>. Essa observação é a mesma crítica ao descritivismo, à “estética do inventário” feita por Machado. Além disso, para a portuguesa, os escritores “modernos” estariam apenas preocupados em representar os “casos de maior miséria moral dos menos esclarecidos” e o seu lado

<sup>143</sup> *O Paiz*, Rio de Janeiro, 05/03/1888, Edição 1246, p. 2-3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 11/05/17.

<sup>144</sup> *Idem*.

<sup>145</sup> *Idem*.

<sup>146</sup> *Idem*.

“asqueroso”<sup>147</sup>. Isso era inaceitável, pois a literatura deveria se limitar aos assuntos “nobres”, como as grandes personagens ou paixões:

Esta concepção falsa, um tanto infantil da literatura de imaginação, tinha muitos defeitos, é certo, mas não tinha pelo menos o grave defeito de corromper, devassidão dos instintos mais perversos, pela propagação dos sentimentos mais asquerosos, o senso moral dos leitores menos esclarecidos e mais ingênuos. (...) hoje os personagens de romance ou de um drama já nos não inspiram o inocente desejo de lhes imitar as virtudes nem a heroicidade crônica. A literatura democratizou-se como tudo o mais. De sintética que era fez-se analítica até a minudência fastidiosa e secante. Assim como a ciência estuda o micróbio-bicho, o romance estuda o micróbio-homem. Sumiram-se para sempre nos bastidores da arte moderna os grandes personagens e as grandes paixões. Tudo que é pequeno, tudo que é mesquinho e reles, incaracterístico ou feio, humilde segundo a natureza e humilde, segundo a sociedade – eis o que atrai principalmente o escalpelo impaciente desse fisiologista de nossa espécie, que é o escritor moderno. Que importa que o cadáver seja raquítico e feio, ao carabui de hospital, que o estende sobre a banca do gabinete anatômico e lhe desfibra os músculos, lhe dilacera as vísceras e lhe sonda as entranhas ainda palpitantes? o romancista de hoje é o carabui da literatura. E assim como no hospital só veem morrer os mais pobres, os mais desgraçados, os mais miseravelmente viciosos, assim também na literatura atual só se estudam e analisam os casos de maior miséria moral, de mais funda e irremediável pobreza orgânica, de mais repugnante e doloroso aspecto!<sup>148</sup>

Em seguida, critica o exagerado interesse dos naturalistas pelos “casos patológicos”, assunto desinteressante para quem lê literatura, e rejeita a ideia, difundida pelo naturalismo, de que o “homem médio” seja “um repositório das mais baixas e repugnantes paixões”, segundo Amália<sup>149</sup>. Ao “defender” os menos favorecidos, nota-se a repulsa dela pela percepção materialista de mundo dos escritores “modernos”, por mostrarem as coisas e as pessoas como elas são na sua forma mais primitiva, sendo, portanto, indignas de representação literária. Ademais, nessa parte do artigo, fica perceptível que a escritora portuguesa não concordava com a tese cientificista do romance. A necessidade do coito, experienciada por Magdá, deveria ser tratada como o “estudo das exceções e das anomalias humanas”, e não como uma “exigência da carne” de todas as mulheres.

Casos patológicos! Casos patológicos e mais casos patológicos! E se ao menos dissessem que os deleitava o estudo das exceções e das anomalias humanas! Mas não. – O homem médio é assim, é o que eles dizem. E, portanto, o que nos cumpre é estudar o homem médio. Em primeiro lugar, o que eu nego é que a média da humanidade seja um repositório das mais baixas e repugnantes paixões! Pelo contrário. Os simples são quase sempre melhores que os complicados. Não tem arrosos de nobreza nem ímpetos de heroicidade, mas também não têm as ambições que perverte, nem as paixões violentas que desnorream. Depois, dado mesmo que a

<sup>147</sup> *Idem.*

<sup>148</sup> *O Paiz*, Rio de Janeiro, 05/03/1888, Edição 1246, p. 2-3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 11/05/17.

<sup>149</sup> *Idem.*

maioria dos homens constitua ou esse rebanho de feras em que não destaca uma única rés boa, ou essa multidão de anônimos incaracterística, monotonamente avergada ao peso de umas leis que outros fizeram, obedecendo passivamente a preconceitos, que mal compreendem, não é esse o rebanho vil e mau, não é essa turba multa sem relevo e sem acentuação própria, que nos pode interessar a nós.<sup>150</sup>

Em 11 de março, o colaborador da *Revista da Família Acadêmica* (edição 6), Aníbal E. Cardoso, alega ser obrigado a escrever sobre *O homem*, embora tenha plena consciência de que a sua opinião vá se transformar em reclame para o autor, fato não desejado (justificativa reiterada pelos articulistas da época). Por causa dos elogios lidos a respeito da última obra de Aluísio Azevedo, na própria revista em que ele colabora, é forçado a dar o seu parecer por não partilhar dos posicionamentos favoráveis veiculados ao livro.

(...) hoje aqui me trazem, duas palavras prometidas ao valor de um livro. (...) por ocasião do aparecimento do último romance de Aluísio Azevedo, nesta escola discutiu-se o seu valor e comentou-se o acontecimento. Não sendo de minha natureza, conservar-me estranho aos movimentos quaisquer que se produzem em torno de mim, manifestei, a alguns colegas, a intenção de ler o livro e acerca dele dizer alguma coisa. Meditando, porém, um pouco sobre o estado atual da sociedade brasileira, e especialmente da capital do Império, concluí que não o devia fazer: poucos ignoram que falar, publicamente, em abono ou desabono de um livro no Rio de Janeiro, é fazer reclamo em benefício de seu autor. – Eu não o desejava. Infelizmente apenas acabava de fazer a leitura da obra, encontrava nas páginas desta revista uma crítica a ela que, embora pouco explícita, deixava, contudo, transparecer o enorme elogio que se lhe pretendia fazer. Obrigado a velar pelos conceitos aqui exarados, já porque este orgãozinho de publicidade nasceu no seio desta escola, já porque a ele estou ligado por colaboração, foi aquilo motivo para me desmover de meu último propósito; a tal respeito: em concurso de razões é natural o predomínio da mais forte.<sup>151</sup>

Sob qualquer ângulo de avaliação, o livro é merecedor de censura (caso de polícia) e não de admiração, na visão do crítico. A sua rejeição à obra tem a ver com o aspecto licencioso, elemento proibido numa obra de arte. As disputas literárias operadas nesse período são notáveis. O colaborador alfineta a deferência gozada por Aluísio no meio letrado. Para ele, é desmerecida.

Tendo como menos prejudicial o reclamo que agora faço do que o deixar passar em julgado que esta revista tem, para tal produção, palavras de louvor, me considere obrigado a protestar aqui mesmo nestas páginas. Um tal protesto que tem por fim fechar o turbulo aceso por nosso colega junto ao altar do romancista, seria completamente desvirtuado se, como meio, analisasse a obra por todas as fases que deve comportar uma produção dessa natureza, no século atual. (...) não quero dizer isto que fujo de analisar a obra em questão, não: fá-lo-ei, se for preciso. Por agora, quero que cada um saiba o papel que lhe cabe, acrescentando apenas *que – por*

<sup>150</sup> *Idem.*

<sup>151</sup> *Revista da Família Acadêmica*, “A propósito de crítica”, Rio de Janeiro, Edição 6, 11/03/1888, p. 161-163. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 16/05/17.

*qualquer face que se análise, a obra é merecedora de censura e não de elogio. Após a leitura é esta a conclusão que se pode chegar.*<sup>152</sup>

No momento seguinte, o articulista ataca Maria Amália Vaz de Carvalho por ela ter “glorificado” *O homem* dias antes, em *O Paiz* (no texto transcrito por Artur Azevedo no *Novidades*, edição 41). Ele também faz referência à primeira parte do artigo da escritora sobre o livro publicada n’*O Paiz* (edição 1246), em 05/03/1888. Parece que Aníbal E. Cardoso não percebeu ter sido o elogio da portuguesa direcionado ao talento de Aluísio Azevedo como escritor, não à narrativa de Magdá. Além disso, o crítico manifesta a sua indignação quanto à comparação feita entre a produção ficcional brasileira e portuguesa. Por Vaz de Carvalho exaltar com entusiasmo a primeira, ele rebate sarcasticamente:

Não terminarei sem atender a uma opinião que muito deve valer para algumas pessoas. Refiro-me às cartas de D. Maria Amália, publicadas em *O Paiz*. Confesso que acostumado a ter consideração as sentenças da simpática escritora, fui surpreendido, pelo assombro de que a vi tomada. Foi ele tal que em ato contínuo não nos pode falar da maravilha que a *assombrava*, e que até agora não conseguiu dizer-nos a última palavra. Não se engane a escritora pensando que foi deslumbramento, aquilo que podia ter sido falta absoluta de luz! Como todos os escritores portugueses, que se encarregam de fazer o elogio dos literatos brasileiros, começou ela por chorar as misérias literárias de sua pátria, fazendo recriminações há tempo repetidos, nos quais, parece que percebemos os portugueses sonhando um novo Camões, que venha, como se mais de uma vez fosse possível, criar a língua portuguesa, e o que já me estava habituando a considerar no rol das coisas que por cá se chama chapa. Em pouco, porém, fui advertido de que, com sobeja razão se queixam: tem sido por lá cruel o deus das letras. Eis aqui como cheguei a essa convicção, e como pode chegar todo aquele que pensa: fazemos ideia de uma grandeza qualquer, tomando, para termo de comparação, uma outra, que sendo isso suscetível, nos seja familiar. Acostumados a ver a unidade se conter milhões de vezes na grandeza a medir, só ficamos estupefatos quando a relação entre elas indica realmente uma estranha desigualdade. Assim, por exemplo, para quem não está afeito às comparações astronômicas, a relação entre o volume de uma formiga e a do globo terrestre ou entre um homem e o sistema solar, causaria estupefação. Em literatura a comparação é feita entre literatos e para que o resultado seja assombroso é necessário que a desigualdade toque aos limites lembrados. Ora desde que Aluísio Azevedo, que aliás, não pode presentemente, aspirar a ser o primeiro literato brasileiro, comparado aos de Portugal, os reduz a criaturas infinitesimais, menos que microscópicas, podemos concluir que, em verdade, lá não os há. Nestas condições lamento tamanha desgraça tenha caído sobre Portugal, e implorando para ele melhor sorte envio sinceros pêsames, pedindo-lhe tenha resignação. – Dia de muito é véspera de nada; inversamente deve ser – dia de nada véspera de muito. Amanhã choraremos nossa miséria literária e Portugal terá seus Aluísio Azevedo – seja-lhe isto um bálsamo.<sup>153</sup>

---

<sup>152</sup> *Idem.*

<sup>153</sup> *Revista da Família Acadêmica*, “A propósito de crítica”, Rio de Janeiro, Edição 6, 11/03/1888, p. 161-163. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 16/05/17.

Na segunda parte do artigo de Maria Amália, publicada em *O Paiz* (edição 1262) em 21 de março de 1888, chama ela atenção para a polêmica advertência de *O homem*, comentada por outros críticos (ver capítulo II). Alega realizar apenas uma das partes do programa proposto pelo autor no prêmio. Passa então a refletir sobre o que viria a ser verdade e o que a arte julga ser a verdade, tornando a se queixar da matéria eleita pelos naturalistas: “misérias que mais afligem a civilizada espécie humana”<sup>154</sup>, lamentando o fato de Aluísio Azevedo pertencer à escola da moda. O excerto a seguir sintetiza bem a opinião dos escritores dominantes, como Machado de Assis e José Verissimo. Na concepção dos dois, o intuito do naturalismo era provar que “o mal” existe no mundo. Todavia, esse seria assunto “inadequado” para a literatura. A ideia da arte autêntica como “refúgio” de “aspirações idealizadas” é perceptível também na crítica detratora de Machado a *O primo Basílio* (1878), vista no capítulo I. Da mesma forma que Maria Amália, os escritores condenavam a estética, mas eram capazes de reconhecer o talento dos naturalistas, como Zola e Aluísio Azevedo. A portuguesa considera a história de Magdá uma “chaga pustulenta do corpo social” e define o naturalismo como “escola de desesperada tristeza”, associando o sexo à tristeza e ao “mal”, quando na realidade o argumento do romance era de que ele era essencial para a alegria e boa saúde. Vaz de Carvalho não aceitava ser a literatura diminuída pelos assuntos “baixos” escolhidos pelos romancistas “modernos”. Por outro lado, Mário e Maricota (protagonistas de *O aborto*, ver capítulo IV) têm outra percepção sobre *O homem*. A leitura “não autorizada” feita pelos dois jovens sobre o romance é de aprendizagem e fonte de prazer. As duas percepções com relação aos romances naturalistas (a dos escritores dominantes e a dos namorados) são possíveis (CHARTIER, 1988), no entanto a historiografia canônica autoriza apenas a perspectiva do primeiro grupo.

Amo a verdade na arte, amo a verdade, quer dizer – amo a sinceridade em tudo. O que seja propriamente a verdade não sei; nenhum de nós sabe. Cada pessoa a vê por seu modo, e cada um destes modos subjetivos de a encarar é um aspecto que ela tem. (...) neste momento o que a arte julga a verdade é a constatação fria, sistemática, imperturbável das misérias que mais afligem a civilizada espécie humana. Não é já um refúgio a arte. A imaginação já não serve para nossas aspirações irrealizadas, formar um mundo melhor e mais iluminado pela felicidade e pelo amor. A literatura propôs-se a provar-nos que o mal existe, o que é incombatível para nós. A fatalidade das coisas, a miséria irredutível do nosso destino, a tristeza, as chagas mais pustulentas do corpo social estendido sobre o mármore da banca anatômica, e desvendado até aos seus escaninhos mais ocultos: eis o que a arte se encarrega de traduzir na sua forma prestigiosa, duradoura e bela! Pertence a esta escola de

<sup>154</sup> *O Paiz*, Rio de Janeiro, Edição 1262, 21/03/1888, p. 2-3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 11/05/17.

desesperada tristeza o escritor de um talento extraordinário, ao qual a literatura brasileira deve, entre outros livros, de certo e igual gênero, o livro que recebi, o que li com o prazer mesclado de amargura que quase todos os artistas modernos nos inspiram.<sup>155</sup>

A escritora comenta os conflitos do enredo de *O homem*. Para ela, o fato de o conselheiro Marques fazer viver sob o mesmo teto, na intimidade do cotidiano, a filha legítima “educada por aquele processo romântico” e o filho bastardo seria algo inverossímil, porque o pai da moça acabaria por confessar a sua culpa. Nenhum ser humano teria essa conduta irresponsável. Esse fato se constituía numa “falha” da história. Em consonância com o modo de pensar da sociedade à época, a portuguesa não recrimina o adultério cometido pelo conselheiro. Ao contrário, ela trata-o com naturalidade, como se fizesse parte da “natureza” do homem não resistir às “fraquezas”:

(...) Magdá é uma burguesinha, filha do Conselheiro Marques, e educada por aquele processo romântico a que se devem todas as anônimas preguiçosas, todas as mulheres incompreendidas, todas as heroínas de novelas erótico-sentimentais; Magdá tem uma inclinação por um moço que foi educado por seu pai, perto dela, na sua íntima e permanente convivência de todos os dias. Entre esses dois seres, moços, felizes, livres, que o destino parece ter criado de propósito para se unirem um dia, levanta-se quando menos se espera, este pequeno obstáculo. Fernando, o companheiro de infância e de adolescência de Magdalena, é nem mais nem menos do que o seu próprio irmão, irmão bastardo, fruto dos clandestinos amores do Conselheiro Marques. Este Conselheiro é tolo! Ninguém educa ao pé da filha um rapaz, numa intimidade de todos os momentos, excitante e perigosa, sem nunca dar a perceber a um ou a outro os laços de estreito parentesco que, unindo-os, os tornavam um para o outro defeso. Ninguém se expõe a ter de confessar a sua culpa, quando essa culpa, excessivamente agravada, já constitui uma desgraça irremediável para as duas vítimas! Compreendo que o Conselheiro tivesse uma fraqueza; qual é o homem, que a não tem, que a não teve, que não está para a ter?!... O que realmente se não compreende, o que passa os limites do verossímil naturalista, é que ele faça viver ao lado de sua filha moça, vigorosa, habituada à satisfação dos menores caprichos, um rapaz que ela julga poder considerar como noivo, que ela de criança se habitua a estremecer apaixonadamente, com denguiques e mimos de rapariga afeita a ser feliz e a ser obedecida em tudo. Quando Magdalena sabe que entre ela e o querido do seu coração, o eleito da sua paixão juvenil, existe um abismo que nenhum poder humano transpõe, procura resignar-se, depois de uma luta mental, de que o romancista nos deixa adivinhar, bem que muito incompletamente, as incomportáveis agonias. Fernando parte para longe, e morre sem tornar a ver a irmã.<sup>156</sup>

Maria Amália passa a analisar a evolução da “doença” de Magdá. Um médico especialista em histeria trataria o caso com seriedade, investigando as causas e os sintomas. Por isso, o Dr. Lobão teria o dever de dar mais atenção ao quadro gravíssimo da filha do

<sup>155</sup> *O Paiz*, Rio de Janeiro, Edição 1262, 21/03/1888, p. 2-3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 11/05/17.

<sup>156</sup> *Idem*.

conselheiro. Mas isso não ocorre na narrativa. Como “cronista médico”, Aluísio Azevedo falha (mais uma vez), pelo proceder incorreto do Dr. Lobão. A assertiva da escritora corrobora para a nossa hipótese, pois a representação do médico como um indivíduo boçal estaria distante da imagem de cientista respeitado:

Começa aqui a delinear-se e a desenvolver-se o caso de que Aluísio Azevedo se fez cronista médico. O abalo moral que sacode profundamente o organismo são e perfeito da robusta rapariga determina nela uma histeria complicada, rara, interessantíssima no gênero, cuja evolução lenta, progressiva, estudada segundo os preceitos mais rigorosos da ciência médica, nós vamos seguindo, com atenção por assim dizer dolorosa! Compreende-se que um especialista das doenças históricas ou das doenças mentais, um Charcot ou um Maudsley, encontrando na sua clínica este caso excepcional, tratasse de discriminar-lhe miudamente as causas determinantes, e verificasse com exatidão médica, com precisão científica, com implacável poder de análise, todos os sintomas da doença que eram chamados a estudar, a diagnosticar, a tratar enfim. Tendo de acompanhar a sua desventurada enferma desde os prelúdios mal definidos de uma doença desta ordem, até a crise final, que é o homicídio perpetrado por impulsão, quer dizer – tendo de descrever os vários períodos de uma loucura parcial, que remata no crime, o médico ou os médicos tinham o dever restrito de ser exatos, minuciosos, desapiedados na verificação das causas patológicas que levam a este efeito, do domínio absoluto da patologia. Pena é, porém, que um artista se julgasse adstrito a dever igual, e que nos desse na sua heroína apenas a doente, a doente irresponsável, inconsciente, presa lamentável e triste de uma enfermidade, que é por sua natureza irredutível ao esforço da natureza humana.<sup>157</sup>

Partindo do imaginário dominante de que a literatura deva servir a algum propósito, a escritora questiona: qual seria o interesse da representação do caso da histeria de Magdá na ficção naturalista? O homem vivendo sob as forças ocultas das leis do cientificismo (determinismo, hereditariedade, etc.), o caso da filha do conselheiro ilustraria os efeitos dessas leis no organismo do indivíduo, resultando daí a sua importância. A romancista portuguesa se mostra disposta a aceitar os argumentos científicos como válidos na natureza, na sociedade. Mas não os admite na arte, pois nesta deve-se contar histórias de “feroz resistência” aos “instintos”, e não a rendição a eles, como na pornografia.

Que interesse de arte ou de moral pode haver em caso destes? Admitida mesmo as modernas teorias deterministas, dado mesmo que o livre arbítrio, tal como o homem antigamente o concebia – fazendo depender desta ou daquela doutrina a sua religião, a sua moral, a sua legislação, a sua política, subordinando a ela todas as outras concepções do seu espírito; dado mesmo que o livre arbítrio não exista, em todo o caso, o que nos interessa em uma vida de homem ou de mulher, é a luta entre os fatores diversos de que é resultante o seu destino. Embora a vontade não possa reagir eficazmente contra as circunstâncias que a assoberbam, embora o meio atue fortemente sobre o indivíduo, embora a influência atávica tenha um predomínio

<sup>157</sup> *O Paiz*, Rio de Janeiro, Edição 1262, 21/03/1888, p. 2-3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 11/05/17.

incontestável no temperamento, embora a lei de hereditariedade seja quase sempre iniludível, a luta da vontade contra estes elementos ou heterogêneos, o seu triunfo definitivo ou a sua derrota inevitável, o combate da razão armada por tantas forças de ordem elevada e complexa, contra a feroz resistência dos instintos, o drama que se passa no interior de cada organismo, entre as tentações que o solicitam e os princípios adquiridos que o sustentam: - eis o interesse capital que, para qualquer um de nós, tem o espetáculo de uma vida humana.<sup>158</sup>

Embora reconheça a função dos romances naturalistas, esses livros não agradam à autora porque os seus objetos literários não teriam a capacidade de enobrecer o homem, causariam apenas piedade naqueles que os leem.

Um inconsciente ou um enfermo excitam-nos a piedade fácil, que se dá a todas as misérias sem remédio, mas não nos inspira nem nos sugere aquela ordem de emoções, mais nobre e mais fecunda, que os grandes dramas da paixão, do temperamento e da consciência, acordam no nosso coração.<sup>159</sup>

Apesar disso, Maria Amália Vaz de Carvalho acredita não ser dever da crítica censurar o livro de Aluísio Azevedo pelo tema escolhido para exercer as suas faculdades de análise. Afirma aceitar a obra mesmo com os seus inúmeros defeitos e com os “processos artísticos” não consentidos por ela. Provavelmente, a portuguesa refere-se às partes licenciosas da trama. Ademais, argumenta que a crítica (da época) estando mais flexível e menos impositiva, estaria passando a considerar também o gosto individual do crítico. Ela reitera serem seus aplausos dirigidos ao talento do maranhense, não à obra.

Aceitamos a obra tal qual é, e admitido o ponto de partida, vejamos o modo por que a intenção do escritor corresponde a sua execução. Seria lisonja pouco aceitável e pouca digna dizer que não tem defeitos, e defeitos graves, o livro de que venho falando. Mas que belezas admiráveis não compensam esses defeitos! (...) Ele tem processos artísticos com os quais não simpatizo nem concordo (...). A crítica moderna deixou de ser um corpo de doutrina dogmática e autoritária para ser a livre expressão do gosto individual de quem critica: é sob este ponto de vista que eu aplaudo com entusiasmo o talento vigoroso e pujante do romancista brasileiro, sem me cingir incondicionalmente ao modo por que ele aplica e aproveita.<sup>160</sup>

Finalmente, a escritora põe-se a falar a respeito dos sonhos de Magdá. Pela forma como foram descritos, denunciam o poeta existente em Aluísio Azevedo. É possível que ela afirme isso por seu caráter onírico. Já os “delírios” da moça são considerados “perigosos e completos”, por estarem os atos sexuais descritos na íntegra. Podendo exercer má “influência”

<sup>158</sup> *O Paiz*, Rio de Janeiro, Edição 1262, 21/03/1888, p. 2-3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 11/05/17.

<sup>159</sup> *Idem*.

<sup>160</sup> *Idem*.

sobre as leitoras, que passariam a agir como a filha do conselheiro. A autora chama de “perversão doentia” os desejos carnis de Magdá. Essa era uma tentativa de negar o direito sexual à protagonista:

Os sonhos da pobre histérica, inconscientemente possuída pela obsessão carnal, que lhe perverte as faculdades intelectuais, que lhe exaure a força física, que anula nela a razão e a vontade, esses sonhos são um esplendor de forma, e têm a iluminá-los um tal vigor de fantasia, numa tal exuberância de paixão, que denunciam em Aluísio Azevedo, ao par do naturalista, que ele quer ser, o poeta que realmente é. Será possível, e é neste momento ao fisiologista que eu estou me dirigindo – será possível que ao lado de alucinações tão veras, perigosas e completas, Magdalena, a infeliz louca, conservasse o poder de vontade que corporalmente a separasse sempre *d’O Homem* – o homem sua tentação, o seu delírio, seu sonho e sua perversão doentia? Que incoerência é esta, num escritor tão namorado do documento humano?<sup>161</sup>

Maria Amália tentou ser cautelosa ao opinar sobre *O homem*. É notável o esforço para mostrar-se aberta aos novos ideais naturalistas dominantes nas obras literárias europeias e brasileiras. Como vimos, ela concorda com a existência das teorias científicas no mundo, mas não na literatura. Empenha-se em ser compreensiva com as mudanças ocorridas no romance, entendidas como resultado das transformações sociais da época. Mas não é capaz de esconder a sua visão elitista de arte, a sua inclinação à escola romântica, o seu conservadorismo e a sua rejeição ao naturalismo. Assim como o crítico Aníbal E. Cardoso da *Revista da Família Acadêmica*, ela não aceita a estética realista-naturalista como legítima.

### 3.3 *O homem* e a questão dos direitos autorais no Brasil do final do oitocentos

Em 15 de março de 1888, na revista literária *Notas à margem* (edição 7), Valentim de Magalhães, proprietário da folha, conta ter encontrado Aluísio Azevedo certa noite e, na ocasião, este lhe revelou que o periódico *Nono Distrito* da Paraíba do Sul (interior do Rio de Janeiro) havia publicado *O homem* em folhetins sem o seu consentimento. O articulista narra todo o caso e atribui ao Imperador Pedro II a falta de leis protetivas dos direitos autorais de artistas e de escritores brasileiros. Convém lembrar que, em 1879, Manuel Pinheiro Chagas (1842-1895), escritor português, escreveu uma carta aberta ao mesmo Imperador, com intuito

<sup>161</sup> *O Paiz*, Rio de Janeiro, Edição 1262, 21/03/1888, p. 2-3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 11/05/17.

de denunciar os abusos de que os escritores portugueses eram vítimas no Brasil. O português reivindicava mecanismos legais para a celebração de contrato de propriedade literária entre os dois países, indicando ser a resistência do monarca influenciada pelas opiniões de Alexandre Herculano (1810-1877) exaradas num folheto, publicado em 1851, intitulado *Da propriedade literária e da recente convenção com a França*. Neste, o escritor justifica o seu argumento com o mito romântico do escritor condenado a uma miséria gloriosa, enquanto editores e livreiros viveriam na opulência. Além disso, refuta a ideia presente no termo “propriedade literária”, porque estaria associada à ideia de mercadoria. Para Herculano, a genialidade e a inspiração de escritores não tinham preço e por isso não poderiam ser comercializadas. O debate sobre o assunto que acontecia na Europa repercutia no Brasil, pois aqui também a lei não protegia seus escritores, gerando inúmeros problemas.

Até 1889 não existia convenção para regulamentar as relações entre o Brasil e Portugal. A primeira tentativa séria de regulamentação franco-brasileira fracassou em 1891. As obras de escritores europeus eram traduzidas, adaptadas e difundidas no Brasil sem que estes recebessem o menor direito autoral. Uma massa enorme de textos – cuja difusão era ainda mais fácil, pois os editores, diretores de jornais ou de teatro podiam aproveitar, no plano publicitário, o sucesso dos autores da Europa – constituía uma concorrência desleal para os escritores brasileiros (MÉRIAN, 2013, p. 333).

Enquanto os escritores brasileiros se viam prejudicados, preteridos por escritores franceses e portugueses, diretores de teatro e editores se aproveitavam da situação para capitalizar. Estes não precisavam pagar os direitos autorais e propaganda de obras europeias que já eram sucesso. Influenciado pelas ideias de Alexandre Herculano, o governo imperial do Brasil não movia um passo para efetivar mudanças legais no cenário autoral, e os debates sobre a questão dos direitos intelectuais na imprensa da época tornavam-se cada vez mais constantes. Valentim Magalhães, revoltado com a situação desagradável pela qual passava o amigo Aluísio Azevedo, expõe todo o acontecido na sua revista.

Por falar em homem, abre-se aqui oportuno ensejo de dizer o que ao de Aluísio Azevedo acaba de suceder. Encontrando-me com ele, Aluísio, umas das últimas noites, em um teatro, mostrou-me um jornal em que se iniciava a publicação, em folhetim, d’*O Homem*, dizendo-me:

- Vê que pouca vergonha! Publicam-me o romance em folhetim, sem ao menos me pedirem licença.
- Então não te preveniram, nem nada?
- Nada. Nem *água vai*. É um caso grave este, porque envolve prejuízos reais, e que devia ser tratado na imprensa.
- Dá-me cá a folha. Escreverei dele nas *Notas*.

- Em vão gritou o panfletista das *Guêpes*, com um bom senso tão singelo e corriqueiro que parece de Calino, para se poder fazer compreendido, reunindo em uma *pawvre petite phrase* o resultado de longas reflexões: “Meus senhores, olhem, ouçam, atendam, ponderem: *A propriedade literária é uma PROPRIEDADE.*”

Os países que falam a língua portuguesa fizeram ouvidos moucos. Aqui, principalmente, e, ao que parece, com o supremo assentimento do Imperador, a propriedade literária ainda não é uma propriedade.

Quer dizer: *O Homem*, que é um livro feito por Aluísio Azevedo, com a atividade de *seu* cérebro, com as suas ideias, com o seu trabalho, e escrito pela *sua* mão, com a *sua* tinta, o *seu* papel e a sua *pena*, - *O Homem*, que todos reconhecem ser “um romance do Sr. Aluísio Azevedo”, não é tal do referido senhor. É tanto dele como de todo mundo. É, por exemplo, do *Nono Distrito*, nova folha que se publica na Paraíba do Sul, que entra em ação com esta divisa: “Tudo pela verdade” e que, logo no seu primeiro número, começou a publicar, no rodapé, o já famoso romance do autor da *Casa de pensão*, sem lhe ter comprado o direito de reproduzi-lo, sem haver dele obtido licença para fazê-lo; exatamente o mesmo que se o dito romance houvesse sido escrito pelo *Nono Distrito*!

A redação teve, além disso, o despejo de fazer ao romance a seguinte vigorosa *reclame*, mas ao romance *publicado na sua folha*, sendo, portanto, todos para ela os bons frutos da referida *reclame*:

“O NOSSO FOLHETIM. – Julgamos prestar homenagem às letras pátrias, dando como nosso primeiro folhetim um romance brasileiro. *O homem*, a última novidade literária, de que é autor o talentoso romancista Aluísio Azevedo, estamos certos agrada aos nossos leitores, desejosos sem dúvida de conhecer a produção que tantos aplausos mereceu da sociedade que lê, quantas discussões tem levantado no mundo que escreve.”

Imagine o redator do *Nono Distrito*, um sujeito que, ao passar por uma fábrica de chapéus, se apoderasse de um dos melhores, dos expostos à porta, pusesse-o à cabeça, usasse-o, e, sendo enfim preso, explicasse à autoridade o seu procedimento por estas palavras: - “É verdade que tirei da porta da fábrica de chapéus do queixoso e soberbo castor, que tantos aplausos mereceu da sociedade que tem cabeça mas não tem chapéu, quantas discussões tem levantado no mundo que tem chapéu mas não tem cabeça; é também verdade que o tirei sem comprá-lo e sem ao menos pedir licença ao dono para me presentear a mim próprio com ele. Saiba, porém, V.S. que, apoderando-me deste belo *casquête*, julguei prestar uma homenagem à indústria nacional.”

Pois foi isso, exatamente isso, o que fez, *mutatis mutandis*, o redator do *Nono Distrito*, pegando d’*O Homem* e publicando-o no seu jornal sem dar nenhuma satisfação ao autor. S.S. julgou prestar uma homenagem às letras pátrias, mas não percebeu que a prestava com... chapéu alheio. Não quero fazer a esse jornalista a injúria de julgá-lo ignorante do princípio hoje aceito na legislação dos mais cultos povos – que o artista e o escritor têm direito de propriedade sobre os seus e os quadros ou suas óperas, sobre as suas obras, enfim, como o marceneiro sobre os móveis, o sapateiro sobre os pares de botas, o chapeleiro sobre os chapéus que manufaturam e expõe à venda. Em um velho livro de Thiers sobre a propriedade (\*) encontram-se concisa e claramente expostos os fundamentos desse direito. Aí se prova que a primeira das propriedades do homem é ele próprio, a sua pessoa, o seu cérebro, as suas mãos, as suas faculdades físicas e intelectuais, sua alma e seu corpo; depois estabeleceu-se que essa primeira propriedade é a origem de todas as outras, que do exercício das faculdades do homem nasce uma segunda propriedade, *que tem o trabalho por origem*, e que a sociedade consagra no interesse universal, e, finalmente, que *o trabalho é o verdadeiro fundamento do direito de propriedade*.

(\*) *De la Propriété*, par M.A. Thiers. Nouvelle Edition Paris, 1868.<sup>162</sup>

<sup>162</sup> *Notas à margem*, Rio de Janeiro, Edição 7, 15/03/1888. Na revista, a paginação vai de “207 a 212”; já na Hemeroteca, o texto aparece na p. 20. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 02/06/17.

Na concepção de Valentim Magalhães, a produção literária era um tipo de “propriedade”, por ser originada do trabalho. Por isso equipara o escritor às profissões de marceneiro, chapeleiro e sapateiro. Um rebaixamento inaceitável no imaginário clássico-romântico, que unia alguns princípios do classicismo – a obra “bem-feita” e a raiz na epopeia – com preceitos românticos, como o artista como “gênio” e o “nacional” como critério de autenticidade. O próprio Valentim negaria ser o trabalho igual, em outras conversas e círculos. A ocupação do escritor era mais “nobre”, por isso mais merecedora ainda de respeito e reconhecimento. No entanto, a analogia era necessária. Independentemente do ofício exercido por um trabalhador, este deveria ser naturalmente dono do seu labor.

O caso vivido pelo romancista maranhense era uma escandalosa comprovação das vulnerabilidades a que estavam sujeitos artistas e escritores. A falta de ética profissional do periódico interiorano impressiona Valentim. A obra lá é anunciada “O nosso folhetim”, como se fosse um produto literário originado no *Nono Distrito*. Na visão do editor, ele estaria prestando “homenagem às letras pátrias”. O descaramento da folha só revelava uma verdade inaceitável, resumida na assertiva do articulista: “O Homem (...) é tanto dele [editor do *Nono Distrito*] como de todo mundo”.

No momento seguinte, Valentim elabora um exercício hipotético para ilustrar a situação injusta. Pede ao leitor que imagine um sujeito roubando um objeto (calças ou uma garrafa de vinho, por exemplos) fabricado pelo suor do trabalho do outro. Aquele imediatamente será apontado como um ladrão por sua prática condenável. Por outro lado, a mesma “punição” não é aplicada a quem rouba trabalho intelectual de outrem. O texto de Valentim é de março de 1888 (dois meses antes da abolição), por isso a crítica à escravidão é demolidora e faz trocadilho com o título do romance.

Porque razão seria o trabalho intelectual, que é o mais nobre, o mais belo, o mais valioso, posposto ao trabalho manual, simplesmente mecânico? Inibido de gerar os mesmos direitos que este? Porque razão, moral ou jurídica, se considera gatuno o desgraçado que furta um par de calças ou uma garrafa de vinho, e não é considerado tão gatuno como aquele espertalhão que imprime e vende um livro que foi pensando pelo *meu* cérebro e escrito pela *minha* mão? Ou aquele que o publica em seu jornal, impedindo assim que eu venda um certo número de exemplares? Ignoro essa razão, e daria de presente a propriedade de todas as minhas obras, feitas e por fazer, a quem pudesse dar-me. Creio piamente que pela cabeça do redator do *Nono Distrito* não passou a ideia de que houvesse cometido uma violação da propriedade alheia, publicando *O Homem* sem comprar ou conseguir graciosamente do seu dono – o autor ou o editor – o direito de fazê-lo. É isso que me indigna e me entristece. No Brasil ainda existe o direito de propriedade dos legisladores maiores. No Brasil ainda existe o direito de propriedade sobre o homem e ainda o não há sobre o livro! Que lástima!

Uma nota cômica para fechar este assunto triste. No artigo de fundo, no artigo-programa do *Nono Distrito*, escreveu a redação o seguinte: “Não daremos pasto a discussões pessoais. Inexoráveis quando o ato de qualquer autoridade, por mais alta que seja a sua hierarquia, for iníquo ou injusto, saberemos sempre respeitar o homem. A imprensa tem o seu decoro, a sua honra e nós não a violamos jamais”.

*Saberemos sempre respeitar o HOMEM...*

E logo abaixo, no rodapé, o *Nono Distrito* dá esta prova irrefragável do seu respeito pel’ *O Homem*: publica-o sem pedir licença nem dar satisfação ao dono. Entretanto, “a imprensa tem o seu decoro, a sua honra”, o *Nono Distrito* “não o violará jamais!”. Peço emprestada a Paula Ney a sua exclamativa célebre para encerrar de modo razoável este capítulo: - É enorrme!<sup>163</sup>

A reprodução “pirata” de *O homem* significava que o nome do literato maranhense já havia se consolidado no cenário das letras nacionais. Era certeza de vendas. Para o editor do periódico *Nono Distrito*, valia a pena a audácia em fazê-lo, pois os escritores, desprotegidos judicialmente, não teriam a quem recorrer nos casos de replicação ilegal de suas obras.

Em 21 de março de 1888, a seção “Livros, folhetos, etc.” do *Novidades* (edição 63) traz resenha promocional da revista *Notas à Margem* nº 7, de Valentim Magalhães. A pauta destaca o caso de pirataria ocorrido com *O homem*: “O que pensa o *Nono Distrito* acerca da propriedade literária... com o chapéu do Sr. Aluísio. Direito dos sapateiros às suas botas e do escritor aos seus livros. O que diz o velho Thiers a respeito”. Como se observa, jornalistas e intelectuais se uniam na causa e empenhavam-se em manter vivo o debate sobre a questão dos direitos autorais para pressionar o governo imperial a tomar providências.

Figura 16 - anúncio



Legenda: *O homem* podia ser adquirido no próprio estabelecimento do primeiro editor. Fonte: *Gazeta de notícias*, Rio de Janeiro, Edição A00117, 26/04/1888, p.4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 17 nov. 2017.

<sup>163</sup> *Notas à margem*, Rio de Janeiro, Edição 7, 15/03/1888. Na revista, a paginação vai de “207 a 212”; já na Hemeroteca, o texto aparece na p. 20. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 02/06/17.

### 3.4 Aluísio Azevedo – o corifeu do naturalismo brasileiro

Passados sete meses desde o lançamento de *O homem*, artigos, notas e anúncios a respeito do livro (com citações diretas e indiretas) continuavam aparecendo nas folhas da imprensa. Mas esse fato não era mera casualidade. Essa era uma forma do grupo de Aluísio Azevedo mantê-lo na mídia para impedir que outro escritor se destacasse mais e passasse a assumir a posição de “maior naturalista brasileiro”. A partir deste momento, percebemos que os articulistas se aproveitavam do espaço “novidades literárias” para destacar Aluísio dentre os demais escritores. Em 31 de maio de 1888, o *Diário de Notícias* (edição 1083), na sessão “Semanais”, traz resenha dos livros lançados até aquele momento, vibrando com a glória alcançada nas letras pátrias. Até março de 1888, o romancista havia fechado um contrato com a Garnier para edição de *O Cortiço*. No informe a seguir, é comunicado que *O coruja* e *O mulato* ganharão reimpressões.

O *Ateneu*, de Raul Pompeia, apareceu por estes dias em livro. Já está concluída a impressão do *Suplício de uma mulher*, de Ferreira Leal. Horácio de Carvalho deu começo aos trabalhos tipográficos do *Cromo*. Está pronto, e é de esperar que a *Cidade do Rio* publique brevemente em folhetins o *Quilombo*, do Coelho Neto. Da Europa devem vir não só dois livros quase novos e quase desconhecidos de Aluísio Azevedo – *O Coruja* e *O Mulato* – como também *O Cortiço*, do mesmo e da *Carne*, de Júlio Ribeiro. Alcindo Guanabara procura editor para o *Vencido*. E tudo isto, sem falar em outros prometidos livros que estão se elaborando e dos quais mais ou menos já tem ciência o público. Acentua-se, pois, e de mais para mais, o anunciado movimento romancista no ano da graça de 1888, que já figura gloriosamente nos anais políticos do Brasil e que deverá ocupar posição saliente na história inicial da nossa literatura.<sup>164</sup>

Valentim Magalhães escreve para a seção “Notas à margem”, da *Gazeta da tarde*, a sua impressão a respeito de *O ateneu* (1888), de Raul Pompeia (1863-1895), lançado havia pouco naquele ano. O artigo está dividido em duas partes: a primeira publicada em 04 de junho de 1888 (edição 125) e a segunda, em 05 de junho de 1888 (edição 126). Nesta última, o crítico faz uma comparação interessante entre o estilo literário de Aluísio Azevedo e o de Raul Pompeia, cotejando as obras *O homem* e *O ateneu*.

<sup>164</sup> *Diário de notícias*, Rio de Janeiro, Edição 1083, 31/05/1888, p.1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 29/06/17.

Na percepção de Valentim Magalhães, o literato maranhense é um fisiologista, mais propício à observação externa. A narrativa de Magdá parece “brilhar como a luz do sol” com suas páginas francas e violentas. É comparada a um quadro de Édouard Manet (1832-1883), por traduzir a vida com sua técnica realista, seguindo a estética de Zola. Já Raul Pompeia voltado à observação interna, reluz “como a luz elétrica”, da mesma maneira que a energia passa por dentro de fios encapados. Por isso, *O ateneu* é um “estudo psicológico”, paradoxalmente um realismo “comedido” e “ousado”, assim como as ilustrações de Paul Gavarni (1804-1866). Essas diferenciações partem da relação “determinista”, feita pelo articulista, entre a compleição física dos autores e o caráter de suas obras.

Que estranho contraste faria este romance com *O homem*, de Aluísio Azevedo, lidos um em seguida do outro! O homem é um caso patológico, a histeria de uma mulher. É um romance de fisiologia, de observação externa, violento, franco, impetuoso, retilíneo, bulhento, escarlate. Tem uivos de desejo e desespero e brados de paixão: umas páginas flamejam, outras escorrem sangue. Um quadro de Manet. *O ateneu*, o contrário, é um estudo psicológico: a autópsia do espírito de um pedagogo industrial. É um romance de observação interna. Comedido, ousado, mais justo, insinuante, curvilíneo, sonoro, sem estrépito, furta-cores. Tem ciclos de confidências brejeiras e gargalhadas de troça. Muitas páginas cintilam como malacacheta, algumas escorrem líquidos inconfessáveis. Uma charge de Gavarni. O homem parece brilhar como a luz do sol. O ateneu como a luz elétrica. Estes dois romances têm maneiras opostas, índoles contrárias, oposição patente nas suas próprias pessoas. Aluísio é robusto, desempenado, vistoso, testo e pesado, conquanto elegante e delicado. Tem uma cabeça grande e poderosa e belos olhos rasgados, que olham de frente e tem a visão ampla e direta. Pompeia é sanguíneo, mas magro, de pouco corpo, meio acurvado, andando um pouco de lado, leve, ligeiro, discreto e fugidio, cabeça pequena, olhos míopes, apertados atrás de lunetas, olhando de soslaio e tem a visão estreita, mas percuciente e profunda. Daquele devem-se se esperar obras fortes, musculosas, explosivas, singelas, bem firmes e bem postas de pé. Deste é natural que venham obras complexas, nervosas, vibrantes, caprichosas e coleantes. *O ateneu* o confirma. Todos os fatos narrados são frutos de observação, foram apanhados na fragrância da vida, mas passaram pelo cadinho da ironia do autor e saem refinados em agudeza e causticidade (...).<sup>165</sup>

Em 16 de agosto de 1888, o *Novidades* (edição 177) publica resenha, na primeira página da folha, para exaltar a produtividade literária que vivia a capital do antigo império em 1888. Finalmente os escritores teriam passado a produzir e o público, por sua vez, a ler. Ao fazer reclame dos novos lançamentos do ano, o articulista destaca os livros de Aluísio Azevedo (mesmo não contando com título novo publicado em 1888). A intenção do articulista era atribuir ao “corifeu do naturalismo brasileiro” os louros colhidos no cenário literário. Alguns dos livros citados na resenha são de autoria de amigos do maranhense (Pardal Mallet,

<sup>165</sup> *Gazeta da tarde*, Rio de Janeiro, Edição 126, 05/06/1888, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 17/06/17.

Coelho Neto e Alcindo Guanabara). A Laemmert & Cia, importante editora do período, é mencionada porque significava prestígio para o escritor:<sup>166</sup>

Este ano de 1888 é extraordinariamente fértil para a literatura nacional. Estamos atravessando uma fase realmente, excepcional em tudo e por tudo. Parece que subitamente entrou por todos os espíritos a convicção de que era uma vergonha o nosso atraso e o definhamento de nossas letras, de modo que os escritores entraram a trabalhar e o público denodadamente começou a ler. Sem falar de Aluísio Azevedo, o ilustre e glorioso chefe do movimento naturalista brasileiro, que já publicou *O Homem*, está escrevendo *O Cortiço* e espera de Paris *O Mulato* e o *Coruja* refundidos de todo, estão anunciados e são esperados, dentro de pouco, três outros romances brasileiros a saber: *O Icarial*, de Pardal Mallet, de que daremos em breve um esplêndido trecho aos nossos leitores e que estará à venda dentro de dois meses; *O Quilombo*, de Coelho Neto, um romance magnífico, talhado com muito amor e muita arte; *Vencido!* do nosso colega A. Guanabara, que será editado pela casa Laemmert & C., o que aparecerá para o fim do ano, talvez. Anunciam-se também as *Novelas* do Eduardo Salomonde, um escritor exuberante, de grande vigor de forma e com um estilo profundamente acentuado e a *Carne* de Júlio Ribeiro de que se diz muito bem. Além de tudo isso, já veio à lume o livro de escrita de Silvio Romero, o grande mestre de quem todos nós, os moços, recebemos ensinamentos e estímulo. Um ano fecundo, não há dúvida.<sup>167</sup>

Em 19 de agosto de 1888, o jornal católico *O Apóstolo*, que anunciou nove meses antes (ver capítulo II) a conferência de Coelho Neto sobre *O homem*, chama a atenção na sua seção “Movimento Literário” para um reclame do *Novidades* (edição 177 – visto anteriormente) sobre a aparição de novos romances de Aluísio Azevedo e Pardal Mallet (1864-1894). Importante frisar que a igreja católica se levantou inúmeras vezes contra os romances naturalistas, os quais eram vistos como indecentes e perigosos para sociedade. O articulista afirma considerar digno os jovens letrados estudarem e produzirem obras para engrandecer a literatura nacional, mas se tais livros anunciados forem iguais a *O homem* ou ao *Lar* (1888), é melhor não serem publicados. Acusa os dois escritores de não terem orientação literária nem conhecimento sobre o meio, mas admite estarem esses romances destinados a excessivas vendas. A censura do crítico aos dois livros, sobre a histeria feminina, é feita por causa do seu aspecto obsceno.

Movimento literário – O *Novidades*, de quinta-feira, anuncia um extraordinário movimento literário, até o fim deste ano, esperando em breve novos romances de Aluísio Azevedo, Pardal, etc. É louvável e bonito que a mocidade trabalhe, estude e produza, honrando as letras pátrias com obras que nos recomendem; mas, se tais livros anunciados são iguais ao *Homem*, de Aluísio, ou ao *Lar*, de Pardal, será

<sup>166</sup> Resenha também publicada na *Pacotilha*, Edição 241, 05/09/1888, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 21/07/17.

<sup>167</sup> *Novidades*, Rio de Janeiro, Edição 177, 16/08/1888, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 28/06/17.

melhor que eles não apareçam. Os dois autores não têm orientação literária, e sem imaginação, sem conhecimentos do meio em que vivem, penetraram nos lugares mais imundos onde extraíram a tinta para escrever as cenas mais torpes, os quadros mais vergonhosos, os lugares mais comuns, as revelações mais sedícias. Os dois autores em seus escritos não têm forma, nem fundo. Uma imitação muito indigna e ridícula da escola realista francesa e nada mais, são os tais romances, que hoje estão condenados a serem vendidos a peso. Se o movimento literário anunciado for de livros iguais àqueles, só podemos lamentar a degradação da nossa literatura, como a falta de gosto, de imaginação, e os míseros conhecimentos dos nossos literatos que, presumindo aprenderem alguma coisa nos romances ruins franceses, julgam distinguir-se dando à luz filhos tão raquíticos. Lamentamos a nossa literatura; e aos literatos dizemos, parodiando o Sr. João Alfredo: cresçam e apareçam.<sup>168</sup>

Em 02 de setembro de 1888, o periódico interiorano *Vassourense* (edição 36), da cidade de Vassouras (RJ), publica uma resenha assinada pelo pseudônimo Lactício, datada em “Corte – Agosto de 1888”, acerca dos lançamentos literários do ano. O articulista, da mesma forma como fez o jornalista do *Novidades* (edição 177), reivindica o posto de líder da nova escola realista para Aluísio Azevedo. Como sabemos, isso não era gratuito. Também aparecem na resenha: Pardal Mallet, Coelho Neto, Valentim Magalhães, Olavo Bilac e Luiz Murat, todos pertencentes ao grupo do maranhense.

Antes de terminar e já que me ocupo de letras, não posso deixar de referir-me, embora por alto, ao nosso movimento literário que, este ano, se anuncia brilhante como nunca. Aluísio Azevedo, o incontestável e incontestado chefe da escola naturalista no Brasil, tem em preparos uma nova edição inteiramente refundida d’*O Mulato* e d’*O Coruja*; Pardal Mallet, um literato de fina tempera, vai publicar dentro de dois meses mais um romance – *O Icarial*; Valentim Magalhães, o operoso e festejado homem de letras, tem no prelo um livro de contos, e Alberto Silva, o delicado poeta das Matinais, pretende brindar-nos com um poemeto de sua lavra. Além do *Vencido*, teremos ainda nada menos de três estreias: a de Olavo Bilac, um dos nossos melhores e mais festejados poetas, que só agora, porém, publica o seu primeiro volume de versos; a de Osório Duque-Estrada, jovem e inteligente cultor das musas, cuja obra será prefaciada pelo grande Luiz Murat; e, finalmente, a de Coelho Neto, o fantasioso conteur d’*A Vida Moderna*, e da *Cidade do Rio*, que está escrevendo um romance de costumes – *O Quilombo*. E venha-nos depois dizer o Sr. Dr. Silvio Romero que os nossos moços escritores vivem entregues à madraçaria lorpa dos cafés da rua do Ouvidor.<sup>169</sup>

No dia seguinte, 03 de setembro de 1888, a *Gazeta de notícias* (edição 246) comunica que *O homem*, *O coruja* e *O mulato* seriam reeditados pela Garnier, com impressão em Paris, sendo *O cortiço* lançado pela mesma editora. O articulista destaca também o intenso trabalho racional realizado por Aluísio Azevedo na produção dos seus livros. Essa argumentação era necessária para desconstruir o mito do escritor movido pela “inspiração”. O imaginário

<sup>168</sup> *O Apóstolo*, Rio de Janeiro, Edição 96, 19/08/1888, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 30/06/17.

<sup>169</sup> *Vassourense*, Vassouras -RJ, Edição 36, 02/09/1888, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 20/06/17.

romântico sobre a arte contribuía para que a legalização dos direitos autorais não avançasse. Por isso, o crítico “desenha” a imagem do maranhense como um escritor burguês que vive do seu trabalho: a escrita.

A casa Garnier acaba de receber as amostras do *Homem* e do *Coruja*, cujas edições devem chegar em breve. Para a Europa já seguiram os originais do *Mulato* que foi completamente refundido, e deve ficar concluído em breve *O cortiço*. Pondo de parte o valor intrínseco de semelhantes livros, considerando-os apenas pelo lado material, eles demonstram uma verdade que já começa a aparecer no espírito de todos – o grande trabalho de Aluísio Azevedo. Esse rapaz, que parece viver simplesmente a vida de todo o mundo, é um escritor metódico, com horas certas de trabalho em cada dia, uma espécie de bom burguês pacato, incapaz de entregar-se a todo e qualquer divertimento sem ter cumprido primeiramente o seu dever, sem ter ido à sua repartição – à sua secretaria. E a notícia de todos esses livros, que devem aparecer brevemente, uns sobre outros, virá acentuar muito fortemente esta feição de operário laborioso sob a qual há sempre o intuito de não considerar o artista.<sup>170</sup>

Neste mesmo dia, *o Cidade do Rio* (edição B000197) publica anúncio semelhante aos anteriores aqui expostos. Neste, o articulista destaca o grande sucesso de *O homem*, exprimindo o desejo de ver repetido o feito com *O cortiço*.

Deve aparecer em breve *O mulato*, de Aluísio Azevedo. O romance do laborioso escritor maranhense foi refundido e burilado, de sorte que, conservando o seu sabor original de obra brasileira, possui ao mesmo tempo a contextura cuidada, a mais delicada forma, sendo verdade pelo fundo de observação e deleitando pela moldura. É para admirar que o romancista maranhense consiga dar prontos, em menos de um ano, dois romances de fôlego – *O Homem* e *O Cortiço*, prestes a sair e refundir *O Mulato*, *O Coruja* e a *Casa de Pensão*. Poucos literatos conhecemos da força operosa de Aluísio, e dedicado artista, o adorável companheiro, e o puro e meticuloso caráter que todos estimam e procuram pelos seus dotes de espírito moral. Desejamos sinceramente ao bom amigo um sucesso, pelo menos igual ao do *Homem*, para o seu próximo *Cortiço*.<sup>171</sup>

A partir de 04 de setembro de 1888, um artigo de Germano Hasslocher, bacharel em Direito e jornalista, é publicado em três edições (201, 202 e 203) na *Gazeta da tarde* para analisar *A carne*, de Júlio Ribeiro (na opinião do crítico, o “mais notável romance brasileiro”). No entanto, dedica a primeira parte do texto (edição 201) para atacar Aluísio Azevedo, acusando-o de fazer “uma pornografia muito repugnante”. O articulista nega haver no Brasil discípulos à moda de Émile Zola. Os naturalistas daqui teriam buscado somente o escândalo, e por isso produziram “uns livros tolos, nojentos, imorais, sem fundo algum, meros portadores

<sup>170</sup> *Gazeta de notícias*, Rio de Janeiro, Edição 246, 03/09/1888, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 03/08/17.

<sup>171</sup> *Cidade do Rio*, Rio de Janeiro, Edição B000197, 03/09/1888, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 04/08/17.

de uma cena porca, mal descrita”. A argumentação do crítico parece sem razão, dado que Zola foi muitas vezes acusado de escritor “pornográfico”. Influenciado pela propaganda feita pelo grupo de Aluísio na imprensa, Hasslocher aponta-o como o “mestre” do “pseudo-naturalista” brasileiro. Por isso, o autor de *O homem* era o mais perigoso entre eles.

Pardal Mallet, que teve o seu talento como escritor contestado pelo periódico católico *O Apóstolo*, é elogiado (com ressalvas) e comparado a grandes romancistas, como Fiódor Dostoievsky (1821-1881), pelo articulista da *Gazeta da tarde*. Ao se concentrar em *A carne*, o crítico coteja-a com *A terra*, de Zola. A aproximação das obras não ocorre em virtude do seu caráter licencioso – elemento que saltava aos olhos de críticos, livreiros e leitores não especialistas da época – mas não os de Hasslocher. Este avalia os dois livros pelo valor literário de cada.

Trata-se de um romance naturalista. A escola que tem hoje por chefe Emílio Zola, não encontrou ainda, no Brasil, quem escrevesse uma obra vasada no seu verdadeiro molde. Alguns pretenciosos, desses que fazem estudos nas salas dos cafés, nas calçadas da rua do Ouvidor, têm tido o descoco de, com ridículas caricaturas de romances, onde é antes de tudo explorada a perversão moral dos que não têm amor à arte e vivem exclusivamente do prazer bestial que proporcionam as cenas de escândalo, imaginam que o naturalismo já conta uma boa dúzia de exemplares entre nós. Capacitam-se de que fazem sucesso com uns livros tolos, nojentos, imorais, sem fundo algum, meros portadores de uma cena porca, mal descrita. E feito isto dizem-se discípulos de Emílio Zola. É assim que o Sr. Aluísio Azevedo, que, primeiro aos seus próprios olhos, passa por escritor naturalista, conseguindo quando muito desmoralizar a escola e inspirar, aos que não conhecem Zola, um horror por esse mestre que se afigura a essa gente como um ente perverso, um debochado, que até nos discípulos revela o quanto é perigoso para a sociedade, é apontado como o corifeu desse pseudo-naturalismo, que outra coisa não é senão uma pornografia muito repugnante. Conheço tudo quanto este senhor tem escrito e, francamente, o digo, não encontro nas páginas de seus muitos livros, uma só que preste. Não sou bastante ignorante para não saber de onde vêm certos trechos de valor que salpicam aqui e ali os muitos capítulos tolos que enchem seus romances. E nem se quer tem estilo; e quando um escritor sente dificuldade em escrever, é preciso que seja um Balzac, para que o valor extraordinário do que diz torne insensíveis os defeitos da forma. Não sou injusto; não escrevo apaixonadamente como *parti-pris*. Não; não deixo influenciar-me ou por simpatia ou pelo sentimento contrário, nem tão pouco por qualquer ruga resultante da convivência com esse ou aquele escritor. Sou o primeiro a fazer justiça ao talento real de um outro moço que também se dedica ao naturalismo – o Sr. Pardal Mallet, sem falar de Raul Pompeia, o autor do livro extraordinário – *O ateneu* –, nem de Domício da Gama, risonha esperança do naturalismo. Tem Mallet inúmeros defeitos, porém todos suscetíveis de correção. Moço, muito moço ainda, é extravagante quando escreve. Ainda assim conheço páginas suas que são o mais seguro penhor dos seus sucessos futuros, desde que tome uma orientação firme. Num de seus volumes – *Meu Álbum* – há a análise psicológica de um homem gasto, que é uma perfeição. Tem, no meu fraco entender o Sr. Pardal Mallet, a qualidade de evocador em tão alto grau como Dostoievsky e Iluysman's — Mas... Falemos do Sr. Júlio Ribeiro. Quando acabei de ler a *Carne*, não pude conter-me. Fiquei fora de mim. Achei aquilo simplesmente sublime! Deixei que a primeira impressão, a do prazer sem igual que me causou aquela leitura, acalmasse-me para, friamente, analisar a obra magistral do escritor paulista.

É temeridade da minha parte, bem sei, fazer a crítica de semelhante trabalho, que considero o mais notável romance brasileiro até hoje publicado. Procurando um dos livros de sucesso incontestável com o qual pudesse eu comparar a *Carne* – lembrei-me da *Terra* de Emílio Zola, e dei a preferência ao de Júlio Ribeiro. Não pensem que comparo as duas obras quanto à semelhança de tese ou assunto; não, eu falo em absoluto, sob o ponto de vista do valor intrínseco de cada uma. É como se eu dissesse que preferia o *Dom Quixote* de Cervantes ao Gil Blas de Lesage.<sup>172</sup>

A opinião detratora de Germano Hasslocher obriga Aranha Minor, pseudônimo de Alcindo Guanabara (1865- 1918), a publicar no *Novidades* (edição 194), em 06 de setembro de 1888, um texto em resposta ao crítico, sob o título “Protesto”. O objetivo era salvaguardar a reputação literária de “quem introduziu entre nós o romance naturalista”. A alcunha “escritor pornográfico” colocaria em risco a imagem de romancista “sério” de Aluísio Azevedo. Por isso, Guanabara evoca a opinião positiva da crítica especializada sobre o maranhense. Silvio Romero o considerou superior a Eça de Queirós. Araripe Júnior dispensou enorme tempo para escrever uma série de artigos sobre o autor de *O homem* (ver capítulo I). Essas eram provas de que Aluísio era um grande escritor<sup>173</sup>. Por fim, o crítico deslegitima a opinião do detrator por este considerar *A carne* superior à *La Terre*.

O nosso colega da *Gazeta da tarde* que começou ontem a fazer a apologia de *A Carne*, o último romance de Júlio Ribeiro, não foi generoso, nem sequer justo com o nosso grande romancista Aluísio Azevedo. Antes de tudo, é preciso que se tenha em vista que não serão esses ataques injustos contra a mocidade literária de hoje que conseguirão desanimá-la ou dar-lhe batalha. Dizer, fazendo-se eco de quanta calúnia os medalhões propalam, que a atual geração literária vive nos cafés e não abre livro nada prova, senão o mesquinho espírito de quem o diz. Nem sequer irrita porque é cediça a acusação: provoca desdém. A *Gazeta da tarde* tem tido na sua redação ou como seus colaboradores quase todos, ou pelo menos os mais distintos membros dessa plêiade literária, e nessa ocasião necessariamente não acreditava que eles fossem os pulhas que hoje proclamam. O que se refere diretamente a Aluísio Azevedo naquela catilinária é de uma injustiça flagrante. Podem negar-lhe tudo, menos que foi ele quem introduziu entre nós o romance naturalista como ele o entende e sente. Acusá-lo de não ter estilo depois das belíssimas páginas do *Homem*, é de uma má vontade tal, que faz crer que o escritor da notícia – que, aliás, praticou a incorreção de se não assinar -, tem motivos particulares para odiá-lo. É essa a impressão do leitor ao ver que se lhe nega tudo, absolutamente tudo. Aluísio Azevedo tem merecido da parte dos críticos de nossos melhores referenciais e a mais detalhada análise. Silvio Romero não considera Eça de Queiroz superior a ele: disse-o claramente no prólogo de um livro de versos de Osório Duque-Estrada. Alencar Araripe escreveu nesta folha uma série brilhantíssima de artigos de crítica sobre ele. Pode, portanto, o Aluísio pôr de lado a opinião do crítico anônimo da *Gazeta da tarde* que cotejando *A Carne* de Júlio Ribeiro e a *Terra* de Zola dá a preferência àquela coisa que só pode provocar ao criterioso filólogo paulista um erguer de

<sup>172</sup> *Gazeta da tarde*, Rio de Janeiro, Edição 201, 04/09/1888, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 13/06/17.

<sup>173</sup> O texto de Alcindo Guanabara foi republicado no *Cidade do Rio*, Edição 201, “Sessão alheia”, em 07/09/1888, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 01/06/17.

ombros desdenhosos. Mas nós é que não queremos que passe sem um protesto este ataque injusto a um rapaz de mérito incontestável e a toda a geração literária que honra a este país de medíocres e de lorpas.<sup>174</sup>

No mesmo 06 de setembro de 1888, o periódico juiz-forano *O Pharol* (edição 204) divulga (na primeira página) um poema de Raimundo Corrêa empreendendo reclame sobre *O homem* de Aluísio Azevedo. Notável o empenho dos amigos para manter o foco das atenções sobre o naturalista e o seu último romance, mesmo quase um ano após o seu lançamento. O poema é um elogio ao florescer da mocidade das mulheres, fase em que tudo nela mais agrada por já estar apta ao casamento e à sexualidade. Como Magdá não possui um marido, resta-lhe reprimir os seus desejos carnaís em sonho.

A juventude

A Aluísio Azevedo

Do amor a vaga sensação primeira,  
Primeiro alvor dilúculo da idade,  
O brando rescender da virgindade  
Mais brando que o da flor da amendoeira;

O espírito, a beleza e a castidade  
- Rara violeta que invisível cheira;  
A ingênua prece – música fagueira –  
Tudo que há na mulher que mais agrada;

Tudo nesta estação se atila e apura;  
A moça sonha e o seu sonhar fulgura  
No olhar de luz e de umidade cheio;

Da tez lhe fulge a transparência rara  
E, qual fruto de neve, aponta a clara  
Protuberância olímpica do seio.<sup>175</sup>

<sup>174</sup> *Novidades*, Rio de Janeiro, Edição 194, 06/09/1888, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 07/06/17.

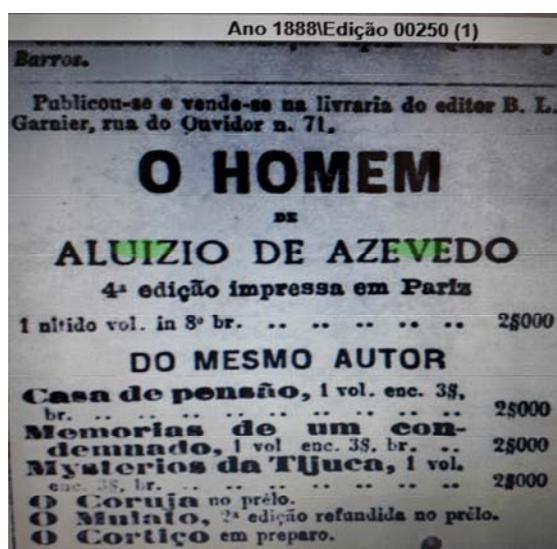
<sup>175</sup> *O Pharol*, Juiz de Fora, Edição 204, 06/09/1888, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 28/06/17.

No dia seguinte, 07 de setembro de 1888, o *Cidade do Rio* (edição 201) cumprimenta Aluísio Azevedo pelo lançamento da 4ª impressão do seu último romance:

A casa Garnier começou ontem a expor à venda a 4ª edição do *Homem*, o conhecido e popular romance do chefe do naturalismo brasileiro. Aluísio Azevedo – o incansável trabalhador, tem desses triunfos assim, que protestam solenemente contra as injustas acusações que de constante lhe fazem.<sup>176</sup>

Ainda nesse dia, o *Jornal do Commercio* (edição 250) divulga:

Figura 17 – anúncio



Legenda: 4ª edição de *O homem*.

Fonte: *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, Edição 250, 07/09/1888, p. 5.

Disponível em: <<http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 02 jul. 2017.

Em 08 de setembro de 1888, no *Diário de notícias* (edição 1183), sai a segunda resposta ao texto de Germano Hasslocher, de autoria de Artur Azevedo. O irmão de Aluísio tripudia a crítica detratora com a aparição da 4ª edição de *O homem*, impressa na França sob o selo da Garnier, assim como outros títulos do autor. Isso era um acontecimento extraordinário na carreira do naturalista. Então, o revistógrafo aproveita a oportunidade para promover *O cortiço*:

A violenta descompostura publicada numa folha da tarde contra Aluísio Azevedo, na qual menos se notava o desejo de criticar o romancista que o de deprimir o

<sup>176</sup> *Cidade do Rio*, Rio de Janeiro, Edição 201, 07/09/1888, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 02/07/17.

indivíduo, coincidiu com o aparecimento do *Homem*, publicada em França por conta do editor Garnier. O Aluísio deve responder ao seu detrator com o mutismo da Agência Favas; essa quarta edição se encarregou da resposta. Brevemente chegarão as edições francesas do *Mulato* (completamente refundido, do *Coruja* e da *Casa de pensão*; os espere) e brilhante romancista trabalha efetivamente no seu sétimo romance, *O cortiço*, obra vigorosa, mas culta, moderna, que vai causar, espero, profundo e prolongado efeito.<sup>177</sup>

Como temos visto ao longo desta trajetória histórica, operava-se uma ação consciente de caráter impositivo, empreendida pelo grupo de Aluísio Azevedo na imprensa, para o estabelecimento do maranhense como o maior expoente do naturalismo no cenário literário brasileiro. Nesse processo, eram necessárias “brigas”, intervenções e reafirmações constantes. Essa foi a maior promoção publicitária realizada por eles. É também um dos fatores que contribuiu para o autor de *O cortiço* ser um dos únicos naturalistas mantidos na historiografia.

### 3.5 Germano Hasslocher retira todo o mérito de *O homem*

Motivado pelas réplicas de Alcindo Guanabara e Artur Azevedo, Germano Hasslocher decide analisar detidamente *O homem*, a fim de provar que faltaria ao livro qualidade literária e haveria equívocos quanto aos dogmas da escola naturalista. Para isso, ele retira do escritor maranhense os méritos estético, artístico e técnico, afirmando: “escreve mal, muito mal”. Essa coleção de textos era uma forma de resistência às imposições de poder do grupo de Aluísio Azevedo.

Não é possível saber em quantas partes exatamente está dividido o longo artigo publicado na *Gazeta da tarde* (edições 208, 209, 210, 212, 215 e 219), no período de 12 a 20 de setembro de 1888. Supomos que a continuação do texto, prometida por Germano Hasslocher na edição 219, acerca da análise dos sonhos eróticos de Magdá não tenha ido para as páginas do jornal visto não estar presente nas edições subsequentes.

Na primeira parte do artigo, de 12 de setembro de 1888 (edição 208), o articulista ironiza a advertência de *O homem* por não encontrar no livro “a verdade na arte” prometida pelo autor. Para ele, trata-se de uma obra de “carregação”, isto é, de qualidade inferior; logo

---

<sup>177</sup> *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, Edição 1183, 08/09/1888, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 02/07/17.

Aluísio não podia ser seguidor de Zola. O mérito da originalidade também não era possível, porque histórias sobre históricas já existiam. Por esses motivos, a narrativa não resistiria à “crítica severa e imparcial”. Essa última afirmação era uma provocação aos amigos do maranhense para colocar em dúvida o julgamento favorável de cada um deles ao livro, já que estariam empenhados em fazer do livro um sucesso. Hasslocher ridiculariza o comportamento dos dois jornalistas que se excederam para defender Aluísio Azevedo. Nega haver motivos pessoais implicados na sua opinião, por isso promete não citar o nome do maranhense. Reivindica o direito de expressar-se sem censuras, “ninguém pode contestar-me o direito de externá-lo, nem tão pouco eu aos outros o de refutá-lo”. Assim, argumenta que, apesar do naturalista gozar posição de prestígio nas letras pátrias, isso não poderia isentá-lo de opiniões negativas. Ademais, o título do livro é desaprovado porque generaliza um caso que deveria ser tratado como exceção, “não abrange o conjunto”. Nesse aspecto, ele partilha da mesma visão de Maria Amália Vaz de Carvalho, José Veríssimo e outros críticos. Essa afirmação revelava a negação à mulher do seu direito sexual, pensamento comum dentro do imaginário da época. O comportamento lascivo de Magdá era inaceitável. Esperava-se dela decoro e castidade.

O *HOMEM*. Romance de Aluísio de Azevedo – (4ª edição) – Editores: B. L. Garnier & C. – Impresso no Havre. I. O autor prefacia sua obra com estas palavras: “Quem não amar a verdade na arte e não tiver a respeito do Naturalismo ideias bem claras e seguras, fará, deixando de ler este livro, um grande obséquio a quem o escreveu”. Eu amo a verdade na arte e suponho ter a respeito do Naturalismo ideias bem claras e seguras, o que basta para nem poder fazer o obséquio que pede o autor. Por isso li *O Homem*. Verifiquei, porém, que fui iludido quanto a verdade na arte que esperava encontrar no livro, que será tudo, menos naturalista. Proponho-me, pois, a demonstrar que o Sr. Aluísio não é discípulo de Zola; que escreve mal, muito mal: que *o Homem* não passa de uma obra de carregação, sem mérito, nem o da originalidade e que a reputação do autor é muito contestável, não resistindo obras tais como a que tenho sob os olhos, a uma crítica severa e imparcial. Neste pressuposto começo. Devo, porém, antes dizer duas palavras que sirvam de protesto ao que por aí se assoalha a meu respeito, com relação ao ponto de vista em que me coloco na análise do escritor brasileiro. Não é resposta nem ao articulista pseudônimo do *Novidades* que pressurosamente chamou-me anônimo quando apreciei ligeiramente o Sr. Aluísio por ocasião de meus artigos sobre Júlio Ribeiro, nem a Eloy o Herói que me imputa o desejo de deprimir seu irmão. No primeiro esperava uma retração espontânea, quando reconheceu que o autor da crítica da *Carne* assinava-se, tanto mais que era isso um dever de lealdade e cavalheirismo, qualidades essas que, segundo consta-me, possui em elevado grau; quanto ao segundo perdoe-lhe o desabafo e o ridículo de seu papel. Os laços de sangue a tudo autorizam e não serei eu que vá atirar-lhe a primeira pedra pelo excesso de dedicação fraternal. Lembro da fábula da perdiz e do caçador e passo de largo. Direi, pois, à guisa do introito, para não deixar passar sem protesto a pecha de apaixonado, que atirarão a este trabalho, a julgar pelos antecedentes, duas palavras: Eu vejo diante de mim uma obra sujeita ao critério do público, uma coisa que lhe pertence. Analiso-a, examino-a página por página, estudando-lhe a estrutura para depois formar um conceito. Uma vez formado este, ninguém pode contestar-me o direito de externá-lo, nem tão pouco eu aos outros o de refutá-lo. Supondo, como já disse, ter

ideia exata do naturalismo e o amor da verdade na arte, sou obrigado, uma vez que nego qualidades tais ao “Homem”, de justificar os motivos que a isso induzem-me. Fá-lo-ei, esquecendo o autor para só lembrar-me de sua obra. Não provoço polêmicas, não as quero, mas isto não importa em estar disposto a não sustentar o que disser. Se me for possível, doravante, não escrever o nome do autor, ser me há isto agradável, para o mais possível pôr-me a salvo de acusações injustas como a de querer deprimi-lo. O título do romance é – *O Homem*. Prescindimos de refutar a improcedência desse título que se refere ao detalhe e não abrange o conjunto. Como é ponto de controvérsia ponho de parte a questão, não deixando de assinalar que me desagradou tal título, por impróprio aos meus olhos. Vejamos a obra.<sup>178</sup>

Apesar de o articulista ter afirmado que não citaria o nome de Aluísio Azevedo, inicia a segunda parte do texto, de 13 de setembro de 1888 (edição 209), fazendo exatamente isso. Para ele, o autor maranhense não é um escritor naturalista (reitera isso pela terceira vez) e o maior problema do romance em questão constitui-se na ausência de um elemento essencial do naturalismo: o determinismo. O princípio basilar dessa teoria nega o livre arbítrio e entende ser o agir do homem resultado de suas “paixões, desejos, instintos e circunstâncias em que o mesmo se acha”. Seguindo tais diretrizes, o comportamento “ninfomaniaco” de Magdá descrito na obra foi um equívoco do autor, porque ela só poderia ter herdado “a moral e os bons costumes” dos seus ascendentes burgueses. Mas Aluísio preferiu imputar “vontade própria” na protagonista, ferindo a regra característica do naturalismo.

Hasslocher discorre longamente sobre o determinismo, exibindo conhecimento extraído de *Le romans naturaliste* (1883), de Ferdinand Brunetière (1849-1906), um dos grandes críticos franceses da época. Já Zola é mencionado como um atencioso entendedor da tese determinista, por isso soube usá-la corretamente. No entanto, Aluísio Azevedo a teria ignorado.

Primeira proposição: O Sr. Aluísio Azevedo não é naturalista. O naturalismo exige como condição essencial o DETERMINISMO. A teoria que nega o livre arbítrio estabelece como princípio fundamental o seguinte: o proceder do homem é a consequência de suas paixões, desejos, instintos e circunstâncias em que o mesmo se acha. Emílio Zola compreendendo esta teoria que aceita sem restrições, obedece a seus princípios, admitindo como provada a hereditariedade psicológica. Pensa o ilustre escritor que, do mesmo modo que os germens de um mal físico transmitem-se de geração em geração, o homem traz consigo, ao nascer, os germens do que se chama em linguagem metafísica *moral* de seus ascendentes. Os progressos da ciência aos tempos modernos fizeram da psicologia e fisiologia uma só coisa, tornando a primeira dependente da segunda, diferenciando-se somente quanto às manifestações. Mera questão de palavras para subdivisões. Brunetière, um dos grandes críticos atuais de França, apreciando a teoria que aceita e segue Zola, diz em

---

<sup>178</sup> *Gazeta da Tarde*, Rio de Janeiro, Edição 208, 12/09/1888, p.2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 10/07/17.

sua obra: *Le romans naturaliste*: “O que há de comum entre o determinismo e o indeterminismo e o romance ou arte dramática? Acreditamos que todo homem faz seu próprio destino, que é o próprio artista de sua ventura e o desasado e criminoso ator de seu infortúnio. É um modo de conceber a vida. Mr. Zola, pelo contrário, acredita que, segunda a famosa expressão – o vício e a virtude são produtos como o vitríolo e o açúcar – somos uma matéria maleável que as circunstâncias ajeitaram ao acaso de suas combinações”. Aconselha Brunetière por isso a Zola de deixar de escrever para o teatro, por que esse vive da ação e agir é combater, lutar contra as pessoas ou revoltar-se contra o domínio das coisas. Para demonstrar a sua tese, o ilustre escritor entre em uma série de divagações todas contraproducentes. É assim que, falando nas circunstâncias que podem influir para a modificação da *vontade*, cita o exemplo da resistência absoluta, tenaz, indomável de certos caracteres. Quando não fosse isto uma prova eloquentíssima do quanto é verdadeira a teoria do determinismo, o mundo geológico viria em nosso socorro, mostrando-nos que existem matérias minerais como o diamante, que não são maleáveis: e como o mundo *moral* obedece aos mesmos princípios, nele encontram-se caracteres que lhe correspondem. Por isso, determinismo define o homem como uma amálgama de paixões, ideias, instintos, e tendências que determinam os atos, esses determinando por sua vez consequências infalíveis que reagem sobre o indivíduo para o seu bem ou para o seu mal. Aquilo que aos inimigos desta escola parece o resultado da vontade própria não passa de uma ilusão. Tomam os efeitos pelas causas, e por uma sucessão de ideias vêm a sustentar, como recurso extremo, que o homem pode suscitar dentro de si causas determinantes de seus atos. Esquecem-se que se envolvem num círculo vicioso, que quanto mais procurarem abrir, mais os comprime. Aceito, portanto, o determinismo como característico do naturalismo, a regra em literatura exige: “que o espírito abranja o sistema que o encadeamento das causas e efeitos formula.”<sup>179</sup>

No texto do dia seguinte, 14 de setembro de 1888 (edição 210), Germano Hasslocher continua a dissertar a respeito do determinismo, tomando a protagonista de *O homem* como objeto de análise. No intuito de comprovar que o autor do livro não desenvolveu a tese de maneira precisa, compara Magdá com outros personagens perfeitamente talhados nesse aspecto, como Madame Bovary (1856), de Gustave Flaubert (1821-1880). Este “conduz sua heroína, através das mínimas circunstâncias, até à queda”. Posto isso, a ausência da exposição das personalidades, desde a infância, da filha do conselheiro e de Fernando constitui falha grave de Aluísio Azevedo, dado que o determinismo obrigaria trazer à tona as personalidades deles formadas pelas experiências vivenciadas desde a tenra idade. Esse fato contribui para a inverossimilhança da atração sentida um pelo outro, porque foram criados como irmãos. Por outro lado, o autor teria acertado quanto ao motivo desencadeador da histeria na protagonista, segundo o guia de estudo sobre o tema consultado pelo crítico. Mas com relação aos sonhos, estes dão “lugar a muitas considerações”. Sobre os fatos da narrativa em si, a viagem de Fernando após tomar conhecimento da tragédia familiar é inconcebível, pois o filho não teria

<sup>179</sup> *Gazeta da Tarde*, Rio de Janeiro, Edição 209, 13/09/1888, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 10/07/17.

mais motivos para afastar-se. Por isso, o autor tomou o “efeito”, mesmo não existindo mais “a causa que o determinava”.

Hasslocher afirma estar o histerismo do livro apresentado como “pretensões” de um estudo científico. Logo, *O homem* não poderia ser considerado uma obra bem realizada em virtude dos defeitos pontuados. Ao expô-los, o objetivo do crítico é colocar em dúvida o talento do maranhense e o valor literário do livro. O sucesso de ambos teria sido forjado pelo trabalho propagandístico realizado na mídia carioca pela confraria de Aluísio.

Estudemos segundo estes princípios a heroína do romance, Magdalena, “ou simplesmente Magdá, como em família tratavam a filha do Sr. Conselheiro Pinto Marques”. Há muitas ocasiões em que um personagem, surgindo-nos misterioso, precisamos ir pelo estudo minucioso dos fatos à sua explicação. Tal não se dá com Magdalena, “ou simplesmente” etc... etc. Define-se no primeiro capítulo: É tal qual como o filho de Coralina de Albert Delpi que, conquanto hesite ao conhecer sua mãe, a gente não põe em dúvida por um só momento o que ele vai fazer. A comparação pode intrigar muita gente, mas explica-se. Quero dizer que sendo os dois personagens exibidos desde logo claramente, é permitido, atentas às premissas que nos são dadas, prever uma conclusão lógica. Findo o primeiro capítulo, sabe-se que se tem diante dos olhos uma histérica que volta da Europa. Deu lugar ao mal que a tortura uma paixão contrariada. Trata-se, pois, de ver como é lançada esta Magdá e como é feito seu estudo. O naturalismo, surgindo-nos sob o ponto de vista da harmonia, dá à criatura sua natureza e ao meio seus acessórios, em contraposição ao idealismo que complica um e outro. É assim Mme. Bovary. Flaubert conduz sua heroína, através das mínimas circunstâncias, até à queda; se fosse um idealista poupar-se-ia esta tarefa e viria ocupar-se das colisões de deveres e paixões. A diferença está em ser o primeiro sistema mais complexo, e a concepção mais exata, e o outro ter mais unidade. Temos, pois, o personagem principal, o protagonista apresentado. O romance apresenta-se com pretensões de estudo científico de um caso patológico. Em seguida à introdução vêm algumas citações de homens que se especializaram no estudo dos casos que vão escapar a atenção do leitor. Por enquanto tomo uma, a de Briquet a *Les passions et affections morales tristes, sont les seules qui prédisposent à hystérie* (vem indicada a página do tratado clínico e terapêutico de onde é extraída). Segue-se que o caso de Magdá é um desses. Sofreu uma paixão ou afetação moral triste, de onde sua histeria. Não discuto o princípio, conquanto aquele – *les seules* – de lugar a muitas considerações. Para ir desde logo ao ponto a que quero chegar, dou por aceita “in totum” a definição citada. Criada com um rapaz que ignora ser seu irmão consaguíneo, vota-lhe grande afeto, desde a infância. Um dia, quando pensa chegada a ocasião de unirem-se pelo casamento, é forçoso que saibam ambos da verdade. Magdá resigna-se e começa a ter por Fernando o amor de irmã. Este último, que foi o primeiro a saber do impedimento absoluto que existe entre ambos, impedimento que não deve ser revelado à irmã, resolve partir para a Europa a fim de resolver a dificuldade. Não sente mais por Magdá a atração que sentia antes de conhecer o mistério de sua vida. Circunstâncias, porém, imprevistas forçam o pai de Magdá a contar-lhe tudo, e coisa imprevista! a viagem de Fernando, que fora resolvida para evitar esta confissão, realiza-se do mesmo modo! É o caso de dizer-se que o efeito vinha sem mais existir a causa que o determinava. Da infância de Magdá nada se sabe. Habitou-se desde muito cedo à ideia de que nunca pertenceria a outro homem. Basta-me isto. Que grau tinha o amor que se votaram um ao outro? Trata-se de uma paixão nascida de um desejo súbito, indomável, quando já se é uma criatura completa? Não. Pelo contrário. É um caso bem diverso que vamos analisar. Temos dois entes que atravessaram o período da formação juntos. Cresceram amando-se como irmãos. Outro amor não era possível

que existisse entre ambos até certa idade. A diferença entre os dois eram de cinco anos.<sup>180</sup>

No mesmo 14 de setembro, no *Diário de notícias* (edição 1189), sai nota de Artur Azevedo, sob o seu pseudônimo “Eloy, o herói”, para contestar novamente a edição 208, da *Gazeta da tarde*, escrita por Germano Hasslocher. O irmão de Aluísio volta a tripudiar o jornalista, utilizando o mesmo argumento da nota anterior. As cifras de vendagem do livro são utilizadas como termômetro de sucesso literário do naturalista.

O crítico da *Gazeta da Tarde*, como eu lhe imputasse o desejo de deprimir meu irmão, declara que me perdoa (vejam só que magnanimidade!) o desabafo e o ridículo do meu papel, porque os laços de sangue a *tudo* autorizam. No reparo que fiz a algumas linhas agressivas que, a propósito da *Carne*, esse crítico dirigiu ao Aluísio Azevedo, não invoquei a minha qualidade de irmão, nem o autor do *Homem* precisa que a família defenda de quem quer que seja. Defendi-o como o defenderia se ele não fosse filho de meu pai e de minha mãe, circunstância que, aliás, me honra muito, porque o tenho na conta de um dos primeiros talentos deste país. Não é a primeira vez que o digo, nem será a última. Se o Aluísio fosse um medíocre, não haveria amor fraterno que me cegasse a ponto de pretender impingi-lo pelo avesso. Felizmente não é. Tem apenas dois irmãos, eu e outro que lá está na nossa terra. Ora, o *Homem* tem quatro edições: acredita o crítico da *Gazeta da tarde* que nós dois sozinhos pudéssemos esgotá-las? Ah! Meu caro senhor, quem diz que o Aluísio tem muito talento, quem o defende não sou eu, nem o outro meu irmão, nem meus cunhados; é, em primeiro lugar, o público, em segundo lugar os críticos de boa-fé, e em terceiro lugar a própria má vontade de meia dúzia de eunucos, invejosos de quem pode fazer filhos. Ora aí tem. Eloy, o Herói.<sup>181</sup>

No dia seguinte, 15 de setembro de 1888, o *Novidades* (edição 201) publica um trecho da opinião de Alfredo Pujol, colaborador do periódico interiorano *Vassourense*, a respeito de *O homem*, numa ocasião em que o articulista fazia crítica acerca de *A carne*, de Júlio Ribeiro. A folha só destaca as partes sobre o livro de Aluísio, desprezando o parecer sobre o segundo livro citado. Lembremos que isso não foi feito por acaso.

Para Pujol, o último romance do maranhense influenciou o escritor mineiro a escrever a história de Lenita. Isso é visto como negativo pelo crítico, por causa da excessiva licenciosidade presente na narrativa da filha do conselheiro, considerada inaceitável por ele. Faltaria ao livro os princípios da nova escola realista corretamente abordados: “onde [está] o naturalismo, na dualidade psíquica de Magdá?”. O autor deu atenção extrema aos “sonhos eróticos” da protagonista (descritos “com todos os detalhes”), por isso fugiu à arte “seduzido

<sup>180</sup> *Gazeta da Tarde*, Rio de Janeiro, Edição 210, 14/09/1888, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 10/07/17.

<sup>181</sup> *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, Edição 1189, 14/09/1888, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 12/07/17.

por um caso de histeria”. Nesse aspecto, o crítico partilha da mesma visão de Tito Lívio de Castro (ver capítulo II). Para ambos, o sonho estava fora do “domínio da observação”, isso feria o cientificismo da obra. É importante ressaltar que Pujol era simpático à escola e ao restante da produção ficcional do maranhense, de modo que a desaprovação dele dirigia-se especificamente a *O homem* (Araripe Júnior posicionou-se da mesma maneira, como vimos no capítulo I). Adiante, na edição 203 do *Novidades*, o colaborador do *Vassourense* vai ser a terceira voz a se levantar em defesa de Aluísio, em virtude das opiniões ferrenhas de Germano Hasslocher.

Mesmo as palavras de Pujol sendo adversas ao romance, o trecho a seguir servia como reclame, por isso ele é publicado no jornal. No entanto, o texto é acompanhado de “introdução” e “conclusão” sarcásticas para o leitor saber que o periódico discorda do parecer do articulista.

O ilustre escritor Alfredo Pujol, em um longo e valente artigo de crítica a respeito da *Carne*, de Júlio Ribeiro, publica o seguinte tópico, cujo remate faz acreditar que o talentoso jornalista tem o dom de poder julgar as obras antes mesmo de as conhecer: “Aluísio Azevedo, no *Homem*, apresenta-nos Magdá, cuja nevrose vai à monomania religiosa e à personalidade dupla, terminando na loucura, que arrasta ao homicídio. Júlio Ribeiro, que parece ter concebido a *Carne* depois da leitura do *Homem*, havendo, mesmo, entre os dois romances, íntimas afinidades, - criou Lenita, uma mulher ilustradíssima, que se deixa levar pelos instintos carnis até a prostituição. Onde o naturalismo, na dualidade psíquica de Magdá? A dupla personalidade desta, a sua vida real e a sua vida de sonhos eróticos, são descritas, no *Homem*, com todos os detalhes, com todos os incidentes da vida observável; mas a verdade é que Aluísio Azevedo fugiu à arte, desviou-se da essência do naturalismo, seduzido por um caso de histeria, que repele, em absoluto, o domínio da observação. O que há de *natural*, no *Homem*, é a parte que Aluísio Azevedo ampliou em um novo romance, ainda inédito; é tudo quanto se refere ao *Cortiço*, páginas soberbas, comparáveis às melhores do autor do *Assomoir*”. Ora, se o *Cortiço* ainda não saiu do ovo, e ninguém conhece nenhuma das suas cenas, porque a Aluísio não mostra trabalho antes de pronto, como é que o ilustre crítico sabe que a passagem do capítulo XI do *Homem* acha-se ampliada no seu novo romance inédito?<sup>182</sup>

Em 17 de setembro, na *Gazeta da Tarde* (edição 212), Germano Hasslocher continua a saga do seu exame de *O homem*, retomando o raciocínio das últimas ideias expostas. O articulista compara a histérica Magdá com a Chérie (1884) de Edmond de Goucourt (1822-1896), para provar que a primeira personagem apresenta falhas incontornáveis na sua constituição. A omissão dos acontecimentos da infância dos irmãos (Magdalena e Fernando) consiste em enorme defeito e remete às características da escola romântica e não da

<sup>182</sup> *Novidades*, Rio de Janeiro, Edição 201, 15/09/1888, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 14/07/17.

naturalista. Sendo os protagonistas criados com o afeto de irmãos, não seria natural o “desejo sensual” brotar dessa relação. Por esse motivo, os eventos sucedidos não poderiam se desenrolar de maneira “fantasiada” apresentada por Aluísio Azevedo. O adequado seria, ao tomarem conhecimento da revelação do pai, manifestarem felicidade por saberem-se irmãos.

Por outro lado, se os dois estivessem unidos pelo sentimento da atração, não poderiam ter resistido aos reclames da carne. Magdá seria uma “ninfomaníaca” à procura do seu homem. Este (Fernando) dificilmente lutaria contra os seus “naturais” instintos sexuais. Para o crítico, isso era inverossímil, porque a moça foi educada sob os rígidos códigos morais burgueses e religiosos. Logo, o proceder dela não poderia ser o descrito na narrativa. A história falseou também nesse ponto. Essa mesma percepção pode ser observada nas falas dos críticos de *O aborto*. Por Maricota ser descrita como uma rapariga de “boa família”, o seu comportamento lascivo (ela invade o quarto do primo para fazer sexo) é duramente refutado, entendido como inconcebível por causa da correta educação recebida.

O livro, como já disse, nada se refere à infância de Magdá que denote as tendências do seu temperamento. O autor, prevendo as dificuldades que encontraria, passou por alto esta parte. Seria mais correto, explicando-nos este ponto, Goncourt que produziu a genial Chérie a nos exhibe, para bem fazer compreender aquele tipo de histérica tão completo, tão profundamente estudado desde os seus primeiros anos. Mas como no – *Homem* – o autor julgou-se dispensado de semelhante tarefa, pelo que sei de Magdá, devia ter sido na meninice uma criatura como as outras. Vivendo sempre ao lado de Fernando, o afeto que ligava os dois não podia ser outro senão o de irmã para irmão. Cresceram habituando-se à ideia de que nunca pertenceriam senão um ao outro. É natural que o desejo sensual pouco colaborasse no sentimento da mútua afeição que se votavam, sendo até muito para admirar que chegassem a casar, porque esses amores de infância têm outros desfechos que os violentos impulsos das paixões entre estranhos. Poderia agora discorrer sobre a celebrada teoria metafísica dos instintos e mostrar que dois entes que não se conhecem podem amar-se doidamente sendo irmãos, mas ignorando tal circunstância, enquanto que nunca sentiriam a atração natural em estranhos, se desde a infância se habituassem um ao outro. É a questão de hábito e não de segunda natureza. O caso no romance que analiso é um pouco diverso. Os dois amantes julgam-se livres para o casamento e nessa esperança vão crescendo. Ora, para um naturalista, o estudo desta infância, parece-me, devia ser importante, e não fazê-la importa numa grande falha. Para nós os dois tipos sem que se saiba de onde vêm, e a forma por que nos são dadas, afigurara-se-me um tanto romanesco. É por isto que não admito como natural o abalo produzido pela revelação do pai de Magdá, no espírito desta a menos que não se trate de um caso extraordinário, muito especial, que devia ser descrito para sua aceitação. Vejamos bem esta Magdá. Tomemo-la como uma criança nervosa, cheia de fantasias, de temperamento profundamente impressionista. Ama Fernando desde a infância: seu amor por ele é calmo, refletido, crescido dia a dia a seu lado. Passou por todas as fases da juventude até fazer-se mulher, habituada com o moço. De súbito sabe que ele é seu irmão. Pergunto: esta notícia podia produzir nela uma paixão ou aflição moral! Triste? Não; salvo uma aberração, produto da mais ardente fantasia. É naturalismo no que aquele amor não sofra a mínima alteração. Magdá deveria sentir imenso prazer reconhecer no companheiro constante de seus dias um irmão. Mas dizer que sentiu a falta de um desejo concebido e falho, é cruel antes de

ser absurdo. Se Magdá experimentasse uma impressão desta natureza, há muito então ter-se-ia entregue ao seu Fernando, porque seria uma doente, ninfomaníaca, viveria a cobiçar o amante, e dificilmente este resistiria, vivendo tão intimamente ambos, com todas as felicidades imagináveis. Nada disso se dera. As coisas corriam serena e naturalmente, sem a mínima ocorrência que pusesse em alvoroço desejos menos puros. Penso, pois, que a única consequência da confissão do mistério, feita à moça, era a de tornar-se mais profundo ainda o afeto pelo irmão, que sabia ser do mesmo sangue que o seu. É o que o método determinista impõe. Magdá tinha então dezessete anos. O médico reconheceu que o que lhe faltava era o homem!!! E Fernando! Fernando que resolvera partir quanto antes para fazer-se esquecer da irmã que devia ignorar o segredo de seu nascimento, depois de forçado o pai a tudo lhe narrar e ela pedir-lhe perdão por ter pensado que seu noivo se furtava ao cumprimento de sua palavra. Parte do mesmo modo, exatamente na ocasião em que menos preciso era quando já não havia mais razões para sua retirada. Sim: sejamos lógicos. Se até aquela data, tendo-se como livres, não se haviam excedido, não podia ser agora o receio de uma catástrofe que aconselhava a separação de ambos. Isto é muito fantasiado e nada tem de natural. Partiu e Magdá ficou. Esta escrevia-lhe de irmão para irmão, afetando (?) muita tranquilidade, procurando fazer pilhéria, citando anedotas, dando-lhe notícias do Rio de Janeiro, falando em teatros e cantores.<sup>183</sup>

No dia seguinte, 18 de setembro de 1888, o *Novidades* (edição 203) transcreve um texto de Alfredo Pujol intercedendo por Aluísio Azevedo em virtude da crítica publicada na *Gazeta da tarde* (edição 201), de autoria de Hasslocher. A opinião deste é denominada de “pseudo-crítica”, na introdução do comunicado, para deslegitimar a fala do jornalista que aponta *A carne* como o “único romance naturalista que possuímos”. Pujol não admite passar incólume esse disparate, por isso defende o prestígio literário do amigo maranhense, mencionando os seus “melhores” romances. Numa tentativa de desqualificar o talento de Júlio Ribeiro, o crítico expõe a inferioridade de sua escrita, verificável desde a “deplorável carta que Lenita escreve para Barbos”, passando pelos episódios desconexos da narrativa até as construções gramaticais desastrosas. Pujol desprestigia Ribeiro para exaltar Aluísio, mesmo procedimento adotado por Hasslocher. O trecho a seguir é uma excelente amostra do que estamos contando neste terceiro capítulo.

“A propósito d’*A Carne*”. São do distinto escritor Alfredo Pujol as seguintes palavras acerca da pseudo-crítica que sobre *A Carne* apareceu numa folha das folhas desta capital: ‘Nada disso, porém, vale a crítica da *Gazeta da tarde*, firmada pelo Sr. Germano Hasslocher, bacharel formado e, segundo me confirmam, moço inteligente. *A Carne*, no dizer deste cavalheiro, é o único romance naturalista que possuímos. Aluísio Azevedo, autor do *Mulato*, da *Casa de Pensão*, do *Coruja*, e de tantos outros romances nada vale para o Sr. Germano, e é citado no artigo que escreveu este sobre *A Carne*, apenas para ouvir uns tantos desaforos, pulhas e sem gramática. Contra esse ataque sandeu ao fundador da escola naturalista no Brasil já protestou, com energia, Alcindo Guanabara, o brilhante redator do *Novidades*. Eu limito-me a

<sup>183</sup> *Gazeta da Tarde*, Rio de Janeiro, Edição 212, 17/09/1888, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 12/07/17.

reproduzir um pedacinho interessante, dentre as muitas pilhérias do Sr. Germano Hasslocher: Diz o crítico da *Gazeta da Tarde* que a *Carne*, no seu humilde entender, é preferível, ou superior, - não me lembro do adjetivo - a *La Terre*, de Zola! Qualifica de sábia e de bela a deplorável carta que Lenita escreve a Barbosa, - carta em que aparecem Spinoza, Ramalho Ortigão, a *Casa Garraux*, Gaspar da Silva, caixeiros da Mascotte, textos de Direito Romano, crítica literária, *calembonrgs*, e, para completar a mixórdia, o próprio Júlio Ribeiro; - acha tudo isso belo e sábio, extasia-se diante de expressões como: *começa de cessar*, que reputa *encantadoras e deliciosas*, com um tal entusiasmo, que parece não as ter conhecido antes de empregadas por Júlio Ribeiro... E nesse tom vai a crítica, por aí além...Júlio Ribeiro, que é homem de espírito, só terá um meio de agradecer a crítica do Sr. Hasslocher: - É mandar-lhe o osso, já que o homenzinho tanto gostou da *Carne*. E como se há de regalar, o Sr. Germano! E... para terminar: - Oh crítica fluminense, eu te saúdo!<sup>184</sup>

Em 19 de setembro de 1888, Germano Hasslocher se defende dos ataques de Alfredo Pujol, com nota na *Gazeta da tarde* (edição 214). O articulista tem a compreensão de que atacou “um homem de mérito” bem relacionado no cenário literário e midiático brasileiro. Isso explicava a indignação do grupo de Aluísio, que se apressava para defendê-lo.

O *Novidades* de ontem transcreve umas linhas cheias de desaforos dirigidas a mim, por um tal Alfredo Pujol. Não dou importância nem ao idiota que as traçou, nem ao cretino que tão pressurosamente as transplantou para o *Novidades*. Há pouco tempo este mesmo jornal chamou-me escritor que ‘sob a capa do anônimo atacava um homem de mérito’. No mesmo dia sabia minha assinatura selando a responsabilidade do que eu escrevera. Nem por isso toquei na suposta fibra do cavalheirismo de meu agressor, em cuja existência ingenuamente eu cria. Calou-se. Isto faz com que eu deixe zurrar estes tolos, com quem não discuto, mas a quem não recusarei outro gênero de desforra, desde que o exijam.<sup>185</sup>

No dia seguinte, surge mais uma parte do artigo de Germano Hasslocher (edição 215). Ele volta a argumentar que a heroína de *O homem* saiu da imaginação do autor. Essa afirmativa visava colocar em dúvida o grandioso poder de observação sobre o real do naturalista, tão elogiado pelos amigos críticos do literato. Dessa forma, a narrativa de Magdá não poderia se tratar de um ‘estudo de caso’ sob o olhar da ciência, mas sim de “fantasia”. Hasslocher, assim como Maria Amália Vaz de Carvalho, assinala que o proceder do conselheiro não se explicava. Expor os dois filhos, ignorando serem irmãos, no convívio diário era uma tragédia anunciada. Por isso, a presença desses elementos romanescos aproximava a narrativa aos folhetins de Ponson du Terrail (1829-1871), um mestre no gênero.

<sup>184</sup> *Novidades*, Rio de Janeiro, Edição 203, 18/09/1888, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 15/07/17.

<sup>185</sup> *Gazeta da tarde*, Rio de Janeiro, Edição 214, 19/09/1888, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 15/07/17.

Ao analisar a forma como é trabalhada a “doença” da protagonista no romance, chama-a de ninfomaníaca, porque esse seria o caminhar natural da histeria, motivo este que levava à urgência do casamento, uma imposição social feita somente às mulheres quando os reclames da carne entravam em ação. Mas como Magdá não se interessou por nenhum dos pretendentes, a “doença” cresceu no seu organismo e a dominou. Isso deveria lhe tirar o raciocínio, deixando-a à mercê dos instintos. Todavia, tudo ocorre sem alterações no “seu espírito, suas ideias de virtude, etc, etc.” Por esse motivo, o articulista cita livros de autores que eram sumidades no assunto histerismo e outros exemplos bem-sucedidos de personagens históricas da literatura, no intuito de implicitamente fazer crer o seu leitor que Aluísio Azevedo não teria se dedicado aos estudos completos sobre a “doença” antes de criar a sua Magdá, imaginando desfechos romanescos. Não era a primeira vez que Aluísio estava sendo acusado de não ter feito a “lição de casa” antes de produzir *O homem*. Aderbal de Carvalho, apreciador da nova escola realista e da ficção do maranhense, já o havia feito (ver capítulo I). O objetivo da nota de rodapé (nº 2), ao final do texto, é denotar a falta de conhecimento do maranhense sobre o livro mencionado:

Chegado a este ponto pergunto: É natural este tipo? Esta histeria tão pedantescamente prevenida com a citação de *Briquet*, tem uma outra justificativa? Não é ela uma fantasia tola, sem senso comum? Não há dúvida. O autor precisava de uma histérica e achou que o mais fácil era inventá-la. Tomou uma base absurda e lançou sua Magdá pelo mundo afora, acreditando ter feito obra completa! E tanto é verdade o que digo, isto é, que a histérica em questão não passa de uma fantasia, é que a própria história deste Fernando é coisa ultra-original. Concilie-se isto: o pai de Magdá é um homem sensato, espírito positivo, que sempre segue em linha reta. Este homem tem um filho natural havido antes de seu casamento e não quer que a filha, nem o filho (!) saibam desta aventura de sua mocidade. Até aí só há um reparo a fazer referente ao excesso de escrúpulos deste homem, numa questão aliás tão natural – Mas... *o autor o quis...seja*. Ora, vejamos: se havia escrúpulo a tal ponto, como admitir que este pai levasse aquele rapaz para sua casa sem prever as consequências de sua convivência com a irmã? Sim, se as previsse é claro que o não faria. Não seria mais natural que ele, mesmo não querendo que se soubesse de sua *falta*, educasse este filho fora de casa, passando aos seus olhos como padrinho e que de suas visitas resultasse a paixão de Magdá por ele e vice-versa? Fazer, porém, com que aquele homem invente um romance de naufrágio de padrinho, e sustente a mesma história por muitos anos... ora isto é muito Ponson du Terrail! Já se vê, pois, que Magdá tem uma origem fantasiada. Aquele conselheiro é uma criatura muito original, muito engraçada. Quando a gente menos espera ouve coisas que parecem referir-se a outro tipo e volta a página para ver se realmente é o mesmo. Por exemplo: Magdá acaba de receber a revelação do segredo da vida de Fernando e que entre ambos dá-se uma cena de reconhecimento, o pai, que ali está, que necessariamente devia sentir-se aturdido, sem ação, envergonhado, e que só como o silêncio poderia significar a tempestade que lhe ia na alma volta-se para ambos e com uma *noucha-lance* inexplicável se sai com esta frase realmente rococó: *Então, agora estão feitas as pazes!* (...) Mas, enfim, sigamos. Temos Magdá com sua paixão ou afeição moral triste. Desde o começo o caráter da moléstia é mau. Magdá apresenta sintomas evidentes de ninfomania, uma das degenerescências do

histerismo. Precisa do homem. Urge quanto antes casá-la. Começa a caça ao marido. O conselheiro é incansável. Recebe em casa, dá *sotrèes*, convida meio mundo. Nada; tudo é tempo perdido. Magdá que quer o homem, não se agrada de nenhum – ‘Apareceram-lhe de todas as matizes, desde o *pingue senador do império* (como é chulo, como é baixo isto) até ao *escaveirado amanuense* de secretaria! ‘Todavia, de vez em quando, lhe vinham reações. Precisava acabar com aquilo por uma vez, decidir-se por alguém. E fazia íntimos protestos (!) de resolução e empregava todos os esforços para se agradar (!! ) deste ou daquele que lhe parecia preferível (!!!); mas na ocasião de dar o “sim” hesitava (oh!), torcia o corpo, e afinal não se dispunha por ninguém’. Não era, para ela, por uma questão de AMOR QUE ASSIM PROCEDIA, ERA UMA QUESTÃO DE NÃO FAZER ASNEIRA. E segue discutindo sobre o casamento não como uma ilusão, que o tempo destas causas já passava, mas como questão de interesse de parte a parte, em que os sentimentos não tinham que intervir! Que histérica, que ninfomana! Santo Deus! E pensar que este caso patológico foi escrito depois de lida... a citação de Briquet, depois de um estudo tão profundo, indo o autor mais longe ainda, até estudar outra... citação, a de Quisiain, no seu livro sobre Fremopatias<sup>2</sup>. E ----. Fala a Magdá: “Casava-se pois não! Estava disposta a isso e até compreendia (!) e sentia melhor (ah! Muito) que ninguém o quanto precisava, por conveniência mesma da saúde, arrancar-se daquele estado de solteira que já se ia *prolongando* muito... (tinha já dezoito anos e ainda estava solteira! Mas não queria fazer nenhuma idiotice! De modo que, ela precisava de homem, era uma exigência da carne, o resultado de uma moléstia que devia tirar-lhe o raciocínio calmo, e em seu lugar só gritarem os instintos, mas tudo se dá sem que seu espírito, suas ideias de virtude, etc., etc., sofram a mínima alteração. Piramidal! Nota (1) página 48, penúltima linha! Nota (2) aposto como o autor nem sabe o que quer dizer Fremopatia.<sup>186</sup>

Em 25 de setembro de 1888, a edição 219 da *Gazeta da tarde* traz mais uma parte do texto de Germano Hasslocher, centrada em analisar alguns “tipos” do romance *O homem*, “pretensamente naturalista”. Provocativamente, Hasslocher alega precisar fazê-lo para refutar “os foros que ela [a obra] se arroga”. Para ele, os pretendentes de Magdá não são naturais, pois faltaria a “verdade” neles. O primeiro, descrito como um português de meia-idade tornado rico no comércio com muito trabalho, colore os cabelos e faz a barba de modo perfeito. Tais cuidados estéticos não são aceitáveis pelo crítico. Consumido pelo trabalho até os cinquenta anos, José Furtado da Rocha teria se tornado “indiferente a futilidades dessa ordem”. O segundo concorrente é significativamente mais novo que o primeiro, entretanto possui a saúde frágil. Não dispunha de finanças abastadas. Mas a sua juventude é apontada pelo narrador como uma vantagem sobre o pretendente anterior. Isso incomoda o crítico. O terceiro candidato possui o título de “conde de Vallado” aos seus trinta e cinco anos, todavia é “pobre como o país onde nascera (Portugal)”. A última sentença não procede, segundo o crítico, porque no país citado não haveria “fome”, “indigência” nem “proletariado sofredor como nos demais de Europa”. A mesma falta de “verdade” é apontada no Dr. Lobão por conta

<sup>186</sup> *Gazeta da Tarde*, Rio de Janeiro, Edição 215, 20/09/1888, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 15/07/17.

do seu jeito insolente. Portanto, todos esses personagens teriam sido, na realidade, imaginados pelo autor e não observados no mundo real.

Com esse exame, Hasslocher buscava reunir argumentos embasados para provar que o literato era uma fraude e assim desmantelar a sua estupenda notabilidade literária. Todavia, por levar os preceitos naturalistas à risca quando observa os “tipos” do romance, o crítico deixa fugir de sua análise um elemento característico da ficção de Aluísio Azevedo: o sarcasmo. Por não ser de fácil apreensão, ele é pouco abordado nos estudos sobre o autor até os dias de hoje. A cartilha naturalista exigia impessoalidade por parte do narrador. O sarcasmo era a saída encontrada por Aluísio para criticar sutilmente “tipos” e costumes da época.

Ao final, o crítico promete discorrer a respeito dos sonhos eróticos da protagonista, sobre os quais alega não ter se habituado à “realidade” deles:

Vimos, pois, este destempero que se chama Magdá. Antes de continuar, de entrar no segundo período da história desta mulher, onde o disparate disputa a primazia ao que de mais fantástico é possível imaginar, tocarei nas águas dos tipos deste romance tão pretensiosamente naturalista, para que o público os aprecie e veja se tenho ou não motivos para contestar a obra em questão os foros que ela se arroga. Vejamos os noivos que apareceram, pretendendo a mão de Magdá. O primeiro foi o comendador José Furtado da Rocha, “velhote bem-disposto, orçando pelos cinquenta, mas dando tinta ao cabelo e escanhoando-se com muita perfeição. Era português, e havia-se opulentado no comércio, onde começara brunindo pesos e balanças” (O Homem, página 58). É falso este tipo e portanto nada natural. O português que opulenta-se no trabalho, começando sua vida brunindo pesos e balanças, quando chega aos cinquenta, é um homem sensato, nada tem de ridículo, e está muito longe de ser como um velho que consumiu a mocidade na vida dissoluta e que quer esconder as rugas e os cabelos brancos. Esses são para o primeiro o troféu de um passado honroso que lhe apraz sempre recordar. O homem que chega aos cinquenta, com este comendador Rocha, tendo começado, por simples caixeiro, não adquire estes hábitos, mormente se atender-se que os trabalhos desta natureza tornam o indivíduo muito indiferente a futilidades desta ordem. Não é homem, como diz o romance, que falava em meias palavras em arranjar títulos, deitar palácio, correr a Europa e comprar objetos de arte. Vamos ao segundo: É o Dr. Tolentino. Diz o autor, apresentando-o. “Não tinha a metade do dinheiro do outro, mas *em compensação* era muito mais novo”. Pouco mais adiante umas quatro linhas: “Era ainda jovem e parecia velho (!); extremamente magro, vergado, um pouco giboso, olhos fundos, cavado, cabelo pobre e uma tosse de a cada instante; todo ele estava a pedir, com o seu magro pescocinho, um longo cachenez, bem quente, etc., etc. Não produzia bom efeito, olhando tristemente para a vida por detrás dos seus óculos de míope – cheirava a doença”. Ora aí tem. Pergunto para o que aquele – em compensação que eu grifei, quando se nos diz que este Dr. Tolentino não tinha a metade do dinheiro do comendador? *Naturalíssima* compensação, esta mocidade de moribundo, cheirando a doença! Venha o conde de Vallado. “Trinta e cinco anos. Elegante, loiro, meio calvo, barba rente espetando no queixo em duas pontas de saca-rolha, etc., etc. Um gentleman enfim. “Este, diz o autor, quanto ao vil metal, não tinha *nem pouco*, nem muito. Veja quem: *nem pouco*, nem muito. Logo – era arranjado? Não, não. Era pobre, diz logo adiante o autor, pobre como o país onde nascera (Portugal). Ora vamos lá, se tinha pouco não era pobre, porque pobre é quem não tem nada. Pobre como o país em que nascera? ..... Ora francamente, isto é naturalismo? Onde é que se viu ser natural faltando a verdade? O

autor não reconhece Portugal, nunca estudou as condições daquele país, senão nunca viria sustentar semelhante absurdo. Portugal pobre! Um país onde não há fome, onde não há indigência, onde não há proletariado sofredor como nos demais de Europa. Oh! Ignorância! Oh! Ignorância! De quantos absurdos és tu, mãe! Este fidalgo fazia um cavalo corcovear a rédea tesa. O que é um *tour de force* e bebia cerveja como “qualquer doutor formado na Alemanha”. Que asneira, santo Deus! Vivia à custa de um cavalo puro sangue, com e qual apostava no Prado. Muito engraçado, não há dúvida. E o médico, o Dr. Lobão? Que sujeito impagável! Dirige-se ao conselheiro para perguntar-lhe pela saúde da irmã, dizendo: “E a *barata velha* como vai?” E assim por diante, disparatando a todo momento. Ora, com franqueza, estes tipos são aceitáveis? São naturais? Mas eu não quero encher tempo com estes personagens incidentes? Prefiro entrar na segunda parte do romance, na em que Magdá vive sonhando. Prepara-se o leitor para ouvir o que se passa com esta mulher, durante o sono. Até o presente ainda não pude habituar-me à realidade que tenho sob os olhos. Duvido a todo momento que seja uma ilusão minha. Mas não é, como vamos ver.<sup>187</sup>

É possível que a análise esperada pelos leitores da *Gazeta da tarde* acerca dos sonhos sensuais da filha do conselheiro não tenha sido publicada, pois a Hemeroteca Digital disponibiliza integralmente todas as edições subsequentes do jornal até o fim do ano de 1888, mas nenhuma delas contém a “suposta” continuação do artigo de Germano Hasslocher. Ficou a incógnita sobre a parte mais polêmica de *O homem*.

Em 01 de outubro de 1888, o *Diário de notícias* (edição 1206) publica um artigo dirigido especificamente à crítica literária brasileira. Pelas partes sobreviventes do texto (disponíveis na plataforma digital) é perceptível o descontentamento do articulista com relação à postura dos críticos inclinados à escola romântica. Mesmo dizendo não caber comparação entre as duas escritas de épocas diversas - romantismo x naturalismo -, o crítico manifesta preferência pela segunda. Feitas essas considerações, ele passa a defender Aluísio Azevedo e o seu último romance das palavras inflexíveis de Germano Hasslocher. Essa é a quarta voz a interceder pelo naturalista, em virtude do texto divulgado na edição 201 da *Gazeta da tarde*, no mês anterior (04/09/1888). O curioso é não termos encontrado, na Hemeroteca Digital, respostas do grupo do maranhense à coleção de textos recentes escrita pelo jornalista (vistas anteriormente).

O defensor argumenta que a ficção do amigo - conhecida na Europa - tem estilo próprio, observação, trabalho e estudo. No caso de *O homem*, o autor dispensou enorme tempo com “volumosos tratados de ciência” para retratar um “profundo estudo de patologia”. Além disso, críticos de peso, como Silvio Romero, passaram a se ocupar de sua obra. Por esses motivos e reconhecimento ao “mérito incontestável” de Aluísio, o articulista não poderia

---

<sup>187</sup> *Gazeta da Tarde*, Rio de Janeiro, Edição 219, 25/09/1888, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 15/07/17.

admitir que lhe atirassem “lama” na sua “reputação firmada sobre sólidos alicerces”. Em seguida, de maneira análoga a Figueiredo Pimentel no seu prefácio de *O aborto* (ver capítulo IV), o articulista investe contra a hipocrisia da burguesia. Esta que no mesmo momento proíbe as mulheres de lerem romances da nova escola realista sob o pretexto de serem “ímorais”, permite adentrar no recinto sagrado *Os serões do convento*, livro mais conhecido do gênero pornográfico do período. Essa última afirmação revela que, dentro daquele imaginário social oitocentista, os dois tipos de romances citados eram percebidos como semelhantes.

Críticas e críticos... (...) uma *Gazeta da Tarde*, de Setembro, abandonada sobre a minha estante, deparei com uma crítica feita ao romance *A Carne*, de Júlio Ribeiro, por um dos tais *salellites* dos pretenciosos medalhões e sobre a qual já havia lido um sensato artigo no *Novidades*. O crítico, que não se quis dar a conhecer, conseguiu apenas elogiar o trabalho do ilustrado filólogo e deu vasão ao ódio que parece votar ao grande Aluísio Azevedo. É claro que outra intenção não havia que não de molestar Aluísio, pois para fazer a apologia de um escritor não é absolutamente necessário apontar defeitos em outro, mormente quando esse outro não têm defeitos que possam ser apontados pelo ilustre crítico. Dizer que Aluísio Azevedo não tem estilo próprio, é dar mostras de que não tem o que dizer, é declarar-se fraco. Acusem-no de tudo, porém não digam que o autor do *Homem* não tem estilo. Aluísio tem merecido o estudo dos nossos mais bem conceituados críticos, como Silvio Romero e outros; é bastante conhecido na Europa, onde abalizados publicistas têm-se ocupado dos seus trabalhos, sempre de modo lisonjeiro para ele e, como iniciador do naturalismo no romance brasileiro, ninguém pode, ninguém ousa disputar-lhe o direito de primazia. Dizer que Aluísio Azevedo não trabalha muito é também dar provas de desafeto. Pois a um rapaz que, há poucos anos, encetou a sua carreira e que tem, dadas à luz da publicidade, perto de vinte obras, todas escritas com correção e algumas delas revelando grande observação e conhecimentos que com certeza, não recebeu na *mesa do café*, porém só no gabinete, debruçado sobre os livros, pode-se chamar indolente? Porventura o profundo estudo de patologia a que se deu Aluísio, antes de escrever as verdadeiras páginas do *Homem*, seria fato sem abrir os volumosos tratados de ciência? *O cortiço* brevemente aparecerá e terão os zoilos mais uma prova irrefutável do quanto é estudioso o nosso romancista; terão a prova do minucioso estudo de higiene, que tem feito o incansável, o laborioso e inteligente autor do *Casa de Pensão*. Aluísio Azevedo, disse-o alguém, não carece da nossa defesa, tem a sua reputação firmada sobre sólidos alicerces e nós o repetimos. Mas não é possível deixar um crítico da *Gazeta da Tarde* se atreva a atirar a lama de sua vitrina aos pés (além não atinge) daquele que admiramos pelo seu mérito incontestável, pela grandeza de sua alma. A burguesia estúpida e ignorante, que proíbe a mocidade feminina a leitura de Zola e Eça de Queiroz, franqueando-lhe a livraria de Paulo de Kock; a esses lorpas que vedam ao outro sexo às páginas de Flaubert e Alphonse Karr, deixando permanecer, sobre as mesas da sala, o seríssimo livro de Bocage; a esses, finalmente, que introduzem no lar, *Os Serões do Convento* e que propalam, caluniando, as inverdades que se dizem sobre a moralidade do *Homem* (...).<sup>188</sup>

<sup>188</sup> *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, Edição 1206, 01/10/1888, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 20/07/17.

### 3.6 Os últimos lampejos sobre *O homem*

A um passo de completar um ano do lançamento de *O homem*, o livro ainda é lembrado na imprensa por conta sobretudo dos frutos colhidos. A *Revista Illustrada* (edição 516), de 29 de setembro de 1888, manifesta-se contrariada acerca do aparecimento da 4ª edição de *O homem*. O articulista anônimo elenca os motivos que justificam a sua contestação, embora reconheça a vocação para o romance de Aluísio Azevedo. Todavia, a licenciosidade do livro, atrativo das vendas, é o que mais incomoda o crítico:

O Homem, por Aluísio Azevedo. Temos diante de nós a quarta edição deste romance, impressa em Paris e editada pelo conhecido livreiro Sr. Garnier. O talento de Aluísio Azevedo e a sua vocação para o romance não sofrem contestação. Todavia, julgamos o seu espírito ainda perplexo, sobre o rumo a dar-lhe. Daí essas obras, ora sobrecarregadas de pormenores deprimentes, ora de falta de ação, sem unidade e sem interesse, antes dissertações de gabinete do que estudos do natural. Contamos que Aluísio Azevedo ainda nos dê coisa melhor.<sup>189</sup>

No penúltimo mês de 1888, o *Vassourense* (edição 47), de 18 de novembro, publica na seção “Bibliografia” artigo sobre *A Carne*, de Júlio Ribeiro. Em vários momentos, o crítico a compara com *O homem*, visto que o autor deste teria influenciado aquele quanto à temática e à obscenidade presentes no livro. Percebemos, em virtude da repetição desse argumento, que essa afirmação visava, na realidade, reivindicar para o introdutor do naturalismo no Brasil a boa fase da escola, com novas publicações naturalistas em 1888 e com o surgimento de romances à moda de *O homem*. É possível que, com o lançamento de *A carne*, os amigos de Aluísio terem pressentido grande polêmica, a qual ofuscaria o maranhense. Por isso, apressaram-se em afirmar que a escrita dele tinha sido “copiada”. De acordo com a visão oportunista do crítico, a história de Lenita enriqueceu as letras pátrias, mas isso só se deu graças à atuação do autor de *O cortiço* sobre Ribeiro. Logo, o mérito do acontecimento era indiretamente do primeiro escritor.

Mesmo com as ressalvas apontadas no romance a ser analisado, o articulista apreciou *A carne*, afirmando estar surpreso com o fato de o livro não ter gerado mais “escândalo”, como pensou que acontecesse.

---

<sup>189</sup> *Revista Illustrada*, Rio de Janeiro, Edição 516, 29/09/1888, p. 7. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 03/07/17.

Revelem-nos os srs. Teixeira & Irmão, editores da *Carne*, que tão delicadamente nos ofertaram um exemplar desta importante obra, o fato de só agora emitirmos sobre ela o nosso juízo, e isso mesmo do modo sucinto por que o fazemos, quando, aliás, o último romance de Júlio Ribeiro é digno de mais longo e completo estudo. Apesar de nos não faltarem muitas ocupações de outra ordem, lemo-la duas vezes atentamente; e para darmos notícias deste saboroso livro, com toda a consideração que nos merece, aguardávamos apenas o escândalo que ele naturalmente tinha de despertar em torno de si, escândalo que, entretanto, não foi tão grande como o havíamos com antecipação imaginado. Quando, pouco tempo depois do aparecimento do *Homem*, primoroso romance de Aluísio Azevedo, os jornais de S. Paulo anunciavam ao público que Júlio Ribeiro estava a escrever *A Carne*, o que previmos logo era que entre os dois tinha de haver muitas relações de afinidade. Hoje parece que não nos enganamos em nossas previsões; pelo *Homem* foi inspirada *A Carne*. Sr. Júlio Ribeiro, com esta obra-prima, acaba de enriquecer a literatura, a literatura também deve a Aluísio Azevedo, posto que indiretamente, mais este grande serviço. Os títulos *Homem* (na sua acepção material e vulgar) e *Carne* exprimem claramente, que o espírito das duas obras é idêntico e que os seus autores se dirigiam ambos, por iguais meios, a fins iguais.<sup>190</sup>

Apesar das semelhanças entre as duas obras, o crítico alega ser a protagonista de *A carne* menos verdadeira que Magdá. Esta, por ser descrita como uma moça burguesa obediente aos códigos morais e religiosos, é aceitável por alguns críticos. Lenita é apontada como um tipo inverossímil porque é uma jovem rica, culta, dona das suas vontades, dos seus pensamentos e sexualmente ativa mesmo não sendo casada. As suas atitudes antipatriarcais e demasiadamente libertinas para uma mulher de elite da sociedade conservadora de então foram consideradas audaciosas e irreais, levando os críticos chamarem-na de meretriz (MENDES, 2014).

No momento seguinte, o crítico afirma poder admitir como reais “as extravagâncias históricas de Magdá”, no entanto não acolhe os comportamentos conscientemente lascivos de Lenita. Ele alega faltar o elemento “determinista” (também cobrado em Magdá por Germano Hasslocher, como vimos) no proceder da protagonista de *A carne*, pois “os escandalosíssimos pecados” da amante de Manuel Barbosa eram incompatíveis com a “verdade”. Júlio Ribeiro falhou ao desprezar esse preceito fundamental do naturalismo. Portanto, o seu livro não podia ser classificado como tal.

Interessante observar que Magdá (*O homem*), Maricota (*O aborto*) e Lenita (*A carne*) foram rechaçadas pela crítica oitocentista. Mas o que teria faltado nessas moças para serem amadas e admiradas? Recato. Guardadas as diferenças entre elas, é possível supor que a resistência dos críticos se concentrava no que elas acabavam representando por não agirem de maneira “decente”. Elas eram um perigo para a época porque transgrediam as convenções

<sup>190</sup> *Vassourense*, Vassouras- RJ, 18/11/1888, Edição 47, p. 2-3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 31/07/17.

sociais. Assim, a ausência deste “natural recato próprio” do sexo feminino, reivindicado como fundamental na composição dessas personagens, foi usado como justificativa para a falta de “verdade” das três protagonistas. Esperava-se pudor no agir dessas moças, porque este era um atributo “natural” de toda mulher. Hoje sabemos que essa concepção sexista buscava na realidade controlar o corpo e a sexualidade da mulher, endossando o discurso opressor patriarcal.

O personagem em torno do qual gira todo o enredo e que prende exclusivamente a atenção do leitor é, no Homem, Magdá, é, na Carne, Lenita. Estas duas criaturas são bastante parecidas e sofrem ambas do mesmo mal sem cura. Se, porém, confrontarmos o tipo de uma com a de outra, sentiremos que o de Magdá é muito mais verdadeiro que o da formosa protagonista da Carne. Podemos admitir na realidade as extravagâncias histéricas de Magdá, embora se não tenha visto registrado ainda nos anais da medicina tão extraordinário caso patológico. Mas o estado em que Júlio Ribeiro com tanto esplendor nos pinta a sua Lenita, se não é um estado patológico, porém simplesmente fisiológico, como pretende o autor, julgamo-lo impossível. O observador escrupulosamente fiel à verdade não deve desatender a nenhum dos elementos essenciais e condições mesológicas que colaboram na constituição de cada indivíduo. Cada indivíduo é também um produto do meio em que vive, e ninguém pode fugir e deixar de subordinar-se à influência dos agentes sociológicos, tão poderosos como os biológicos e os físicos. Por isso é que se afirma ser uma segunda natureza a sociedade. Quem, do seio desta destacando um indivíduo qualquer, se propuser a estudá-lo, tem de atentar nas diferentes modificações que o concurso daqueles agentes lhe imprime na natureza primitiva. Todo o caráter é a resultância, não somente do temperamento, da hereditariedade e da sexualidade, mas também da moral, dos costumes e da educação. Nenhum desses elementos, que, por intuscepção ou concreção, entram na formação de um caráter, pode ser desprezado pelo observador. Qualquer obra, que se desviar desta norma de rigorosa observação, deixa de ser verdadeiramente naturalista, deixa de pertencer à grande escola moderna que tem por chefes Flaubert e o imortal autor do *Assomoir* e do *Germinal*. Sob este ponto de vista é que o curioso romance de Júlio Ribeiro tem muito que se lhe diga. A heroína (por eufemismo) da *Carne*, se não é acaso uma enferma, certamente que se acha fora das raias do natural. O meio social em que vivemos não seria capaz de produzir uma mulher como essa Lenita, *poço de ciência* insondável e, sobretudo, prodígio de descoco. Demos de barato que, em nossa sociedade, seja possível a uma mulher adquirir em poucos anos toda essa variada e complexa instrução, com que o autor dotou prodigamente a sua Lenita. Mas como é possível que, apesar do salvo conduto do seu saber e dos princípios de moralidade e casta discrição bebidos no seio de uma família honesta e a respeito desse natural recato próprio de todas as pessoas do seu sexo, a filha do honrado Dr. Lopes Mattoso, se tornasse de repente tão precoce e refinada no vício? Para justificar este fato é que o autor nos pinta ao lado da sua protagonista, vindo dos confins do Paranapanema, mas cheio de seduções, esse Manuel Barbosa, velho debochado a quem se consociara ela tão desbriada e ignobilmente, e a quem, no final desenlace, dirige-se de S. Paulo a longa carta que vai da página 258 à página 268 do livro. Nenhuma mulher pode jamais chegar ao fastígio da impudência em que se patenteia Lenita naquela carta. O pudor feminino não é menos real do que esse incoercível agulhão genésico a que, com tamanho entusiasmo, se refere o autor; e resistir a este não é certamente mais difícil que resistir àquele. Permita-nos o ilustre romancista, que lhe digamos com toda franqueza: - do modo por que saiu das conchas, não se aveio bem com o naturalismo. Para nós o seu romance, aliás primorosíssimo a outros respeito, não constitui um digno espécime da escola, que abraçou. Não se conciliam com a verdade os escandalosíssimos pecados, que a sua gentil heroína

começa a cometer desde a tarde em que, perante o *Gladiador Borghese*, sofreu estranhas fascinações.<sup>191</sup>

Na visão do articulista, o autor de *A carne* era passível da mesma censura que sofreu *O homem* por estar mais interessado em “causar escândalo”. No entanto, no romance de Júlio Ribeiro, a licenciosidade era mais grave porque aparecia de forma mais acentuada:

O que, em suma, nos parece possível é que o autor da *Carne* se deixou dominar com demasia por essa preocupação de causar escândalo, preocupação semelhante a que transparece no *Homem* e que fez Aluisio Azevedo incorrer em censura idêntica. Eis aí o vício congênial desses dois belos romances e que muito mais se acentua na *Carne*, cujas *ficelles* vimos notadas com bastante exatidão em um artigo que, a propósito desta obra e pouco depois do seu aparecimento, publicou em o *Diário Mercantil*, de S. Paulo, o jovem e talentoso escritor Alfredo Pujol, manifestando admirável aptidão para a crítica. Somente em um ponto deixamos de concordar com Alfredo Pujol, e é quando diz que a obra de Júlio Ribeiro não tem sequer mérito literário. Somos dos primeiros a reconhecer, que a *Carne* como romance naturalista, tem, sem dúvida, grandes, fenomenais defeitos (...).<sup>192</sup>

A partir da reconstrução da trajetória histórica do livro *O homem* (apresentada nos capítulos II e III) trouxemos à tona o seu polêmico surgimento e as suas imbricações literárias, publicitárias e políticas. Mas do que uma revisão dos estudos consagrados a respeito do naturalismo e do romance em questão, o nosso objetivo aqui foi o de ressignificar a narrativa de Magdá, tendo em vista que, dentro do imaginário oitocentista, *O homem* na maioria das vezes não foi entendido como um livro de teor pedagógico, conforme a historiografia conta, mas como uma obra imoral cujo alcance deveria estar longe de mulheres, crianças e idosos.

---

<sup>191</sup> *Vassourense*, Vassouras- RJ, 18/11/1888, edição 47, p. 2-3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 31/07/17.

<sup>192</sup> *Idem*.

## 4 O HOMEM APROPRIADO COMO PORNOGRAFIA NO FINAL DO SEC. XIX

### 4.1 O lugar do sexo na literatura naturalista

O termo “pornografia”, para alguns estudiosos, deveria referir-se somente a “escritos sobre prostitutas”, significado extraído de sua raiz etimológica. Por outro lado, outros defendem ter a palavra “pornografia” um significado mais amplo, porque envolve detalhes da atividade sexual transgressores da moral convencional da sociedade, tendo também o intuito de excitar o leitor. Na segunda acepção do termo, aproxima-se das características da pornografia com origem na Europa, entre 1500 e 1800, segunda a historiadora Lynn Hunt. Esse tipo de ficção era frequentemente um veículo que usava o sexo para chocar e criticar as autoridades políticas e religiosas. Já o sentido moderno do termo pornografia só foi definido e difundido no século XIX.

De qualquer forma, o que derivou do termo original “pornografia” foi construído no início do sec. XIX. Com o passar do tempo, a referência à prostituição desapareceu, passando a designar qualquer representação de “coisas obscenas” (MAINGENEAU, 2010, p. 46). Desde então, é essa acepção permanente no imaginário das pessoas até os dias de hoje.

No entanto, no próprio interior daquilo considerado literatura pornográfica existe uma divisão (MAINGENEAU, 2010). Têm-se de um lado as obras com as “sequências pornográficas” e as obras pornográficas propriamente ditas, estas com cenas explícitas de sexo. As primeiras dispõem de trechos derivados da escrita pornográfica, por isso estão predispostas a provocar excitações no leitor. A partir dessa distinção, verifica-se que algumas obras (naturalistas ou não) foram consumidas como pornográficas (e acusadas como tais) por apresentarem eventualmente cenas sequenciais de sexo (exemplos: *O primo Basílio*, de Eça de Queiroz, e *O aborto*, de Figueiredo Pimentel). Esse fato permite ao leitor ir direto ao ponto. Uma vez realizada a leitura e conhecidas as sequências pornográficas, o leitor relê só o que lhe interessa:

A possibilidade de isolar sequências pornográficas possibilita um modo de leitura singular. (...) vários leitores só leem as sequências pornográficas, e desordenadamente. Além do mais, eles frequentemente praticam leituras repetidas da

mesma sequência, por menos que ela seja apreendida como particularmente excitante (MAINGENEAU, 2010, p.53).

Existem distinções também entre escritas “pornográfica”, “erótica” e “obscena”. Tais diferenciações só ganham consistência na metade do sec. XX. É interessante pontuá-las porque esses termos costumam causar confusões por serem de difícil definição, como aponta Maingeneau.

A obscenidade é uma categoria mais abrangente que os outros dois termos. Está ligada à oralidade (riso), malícia, prazer verbal e sexual, além de exigir testemunhas. Sua finalidade não é a representação de atividades sexuais, mas a sua evocação transgressiva em situações particulares. Na obscenidade, o leitor é interpelado como participante de uma maliciosidade coletiva. Os jogos sexuais são pretextos para jogos com a linguagem. A obscenidade foi muito explorada nas narrativas orais, mas também serviu de componente essencial para obras literárias escritas, como as novelas e os romances medievais versificados dos séculos XII e XIII, em sua grande parte provenientes do norte da França.

Já as escritas “pornográfica” e “erótica” são contrapostas. O erotismo tem lugar e valor por suas características: velado, indireto, ligado ao feminino, civilizado, refinado, artístico, criativo, etc. Enfim, é uma espécie de contemplação. Já a pornografia não tem lugar na sociedade. Mas não pretende esconder coisa alguma. É escancarada, direta, ligada ao masculino, grosseira, comercial, chavão, etc. Está associada ao *voyeurismo*. A distinção entre as duas é marcada por uma série longa de oposições. Desta breve distinção pode-se afirmar que o erotismo é aceitável pelos códigos da sociedade. Tem lugar na literatura. Já a pornografia não, pois está condenada a um paradoxo incrível. Ao mesmo tempo que ela existe, é inadmissível a sua existência. A produção da escrita pornográfica é clandestina, sendo o seu discurso atópico. Muito diferente do erotismo, como se vê no excerto a seguir:

(...) o erotismo é um modo de representação da sexualidade compatível, dentro de certos limites, com os valores reivindicados pela sociedade e dado que ele constitui uma espécie de solução de compromisso entre a repressão das pulsões imposta pelo vínculo social e sua livre expressão. Esse não é o caso da pornografia, que não mascara suas tendências sexuais agressivas (MAINGUENEAU, 2010, p. 59).

A escrita pornográfica está fadada à paraliteratura – um conjunto de textos considerados à margem da literatura estabelecida ou dos cânones literários mais respeitados, compreendendo gêneros variados. A literatura “séria” mantém uma relação privilegiada com o

erotismo, porque este tem beleza, sendo sempre tomado por seu caráter estético, num impecável emprego de alegorias, metáforas e outros recursos linguísticos.

Todas essas distinções sobre o assunto dão a ilusória impressão de que cada coisa está em seu lugar, sedimentando um terreno seguro de se pisar. Mas não é bem assim. É muito importante lembrar que essas categorias, quando dizem respeito especificamente à literatura, não têm critérios seguros. O limiar entre o permitido, o não permitido e o tolerado sempre é incerto.

A depender dos lugares e dos momentos, o rótulo “pornográfico” foi colado a produções que, em outros tempos ou em outros lugares, certamente não seriam listadas nessa categoria: foi o que se deu, à época de sua publicação, com *As flores do mal*, de Baudelaire, e *Madame Bovary*, de Flaubert. Eles foram julgados como pornográficos e, conseqüentemente, tratados pela justiça como tais (MAINGENEAU, 2010, p. 61).

No Brasil, a literatura “pornográfica” passou a ser consumida por uma parcela maior da população por conta do aumento da alfabetização e da produção em massa. Antes das duas últimas décadas do século XIX, escritos pornográficos ficavam restritos aos homens cultos. Com o início do processo de modernização no país foi possível a democratização à leitura de todos os tipos (EL FAR, 2004).

Nesse imenso universo de livros populares que se proliferaram nos anos finais do século XIX, ganharam especial interesse pelos leitores os chamados “romances para homens” e as narrativas de sensação. Estas, eram histórias com ações, envolvendo cenas de impacto, de emoção, pouco convencionais na rotina do dia a dia (EL FAR, 2004, p. 202), como assassinatos chocantes, por exemplo.

Já os “romances para homens”, conforme o nome sugere, eram direcionados exclusivamente – e convenientemente – ao público masculino, e proibidos para as mulheres de “boa família” por causa dos possíveis “efeitos” que poderiam exercer sobre o caráter delas. Influenciadas por essas leituras, as moças e senhoras passariam a executar comportamentos pouco condizentes com os bons costumes. Todavia, essa interdição era driblada graças à sede de vendas dos livreiros e ao interesse das mulheres. Elas compravam os “romances para homens” às escondidas dos pais e maridos. A proibição acontecia por conta dos pressupostos morais da época, não havendo respaldo legal para isso.

Nesse período, no Brasil, os escritores naturalistas mantinham-se informados sobre os estudos científicos europeus em voga, bem como sobre a produção literária de Zola, grande

mestre do naturalismo francês, dentre outros. Muitas vezes, os romancistas empregavam nas histórias termos técnicos para discutir patologias, determinismos, hereditariedades e outras teorias científicas no intuito de explicar o comportamento do ser humano pela observação. Por conseguinte, o resultado eram narrativas de caráter híbrido, já que nesse processo, misturavam-se ciência, literatura e licenciosidade.

No seu compromisso com a verdade, os chamados “estudos de caso” naturalistas procuravam mostrar pela observação fiel da realidade os instintos mais primários das personagens, dando vazão às narrativas de encontros eróticos e sexualizados, como é o caso de *O homem*. Esses tipos de livros provocavam intensos debates nos jornais (conforme visto nos capítulos II e III). Os críticos literários acusavam os escritores de produzirem pornografia em nome da estética naturalista, como aconteceu, por exemplos, com os brasileiros Aluísio Azevedo, Júlio Ribeiro e Figueiredo Pimentel. No final das contas, as polêmicas criadas em torno dessas narrativas científicas picantes acabavam por promovê-las ainda mais, aguçando a curiosidade de leitores e leitoras.

Os romances naturalistas considerados impróprios por seu caráter lascivo passavam imediatamente à categoria de “livros para homens”, por isso sendo proibidos às mulheres. Isso acontecia independentemente das opiniões dos autores dessas obras, que tentavam a todo custo defendê-las desse tipo de acusação. Em contrapartida, na percepção de editores, críticos e leitores, muitas dessas obras pertenciam mesmo à estante de livros pornográficos por explicitarem o contorno dos corpos, cenas de sedução e sexo, bem como diálogos que enfatizavam os prazeres desfrutados pelas personagens. Sobre livros consumidos como pornográficos, Dominique Maingeneau afirma:

Determinado número de textos são objetos de um consumo pornográfico, sem que o autor tenha tido essa intenção. Por sinal, é nesse intervalo que atua a censura, que não hesita em classificar como “pornográficos” textos que os autores afirmam não considerar como tais (MAINGENEAU, 2010, p. 67).

Nesse contexto, é possível depreender os motivos dessas obras estarem “esquecidas”. Estudos recentes sobre o universo da escrita pornográfica e a Hemeroteca Digital, disponível na rede desde 2012, têm ajudado a reparar e a entender as causas desse “desdém”, por conseguinte o desaparecimento delas. As respostas dessa mudança de perspectiva de análise revelam que o sumiço desses romances tem menos a ver com a falta de qualidade estética do

naturalismo, argumento utilizado até hoje pelos estudos tradicionais, senão por ferirem os bons costumes morais em voga e por despertarem no leitor sensações proibidas.

#### **4.2 O papel dos livreiros do Oitocentos na difusão do naturalismo**

A figura do livreiro e o papel das livrarias contribuem para melhor compreensão do significado de uma novela, de um “romance de sensação” ou de um texto pornográfico, no final do século XIX. Além do conteúdo intrínseco dessas obras, outros fatores devem ser levados em consideração, como os mecanismos de confecção e distribuição desses livros, bem como a publicidade em torno deles (CHARTIER, 1994). Todos esses elementos ajudam a entender como essas narrativas ficcionais foram apropriadas pelo público leitor, que muitas vezes ignorava a intenção pedagógica desses romances, isto é, não entendia ou não estava interessado no cientificismo, consumindo-os de maneira descompromissada, buscando somente entretenimento ou prazeres no âmbito sexual.

No afã das vendas, os livreiros utilizavam-se dos mais interessantes estratagemas, pois atuavam ao mesmo tempo como comerciantes e publicitários, influenciando na vendagem dos títulos. O naturalismo, no Brasil, contou com um mercado editorial em expansão. Nesse processo de popularização do livro, os editores ficavam atentos aos textos escandalosos que pudessem gerar interesse nos consumidores, opiniões acaloradas nos jornais e polêmica nos círculos letrados. Certamente essas obras garantiriam ótimos lucros aos livreiros (MENDES, 2016).

A “B. L. Garnier” oferecia ao público o melhor do cânone literário; representava uma potência no mercado livreiro do final dos Oitocentos, reunia unicamente produção de um seletto grupo de intelectuais. E assim alcançou um lugar singular no mercado editorial carioca. Quando passou a editar livros, continuou com a mesma estratégia, publicando apenas obras de escritores que já haviam alcançado prestígio intelectual ou consagração literária (EL FAR, 2004). Portanto, os escritores novos ou desconhecidos não tinham espaço na proeminente Garnier.

No período, um livro recebia a tiragem de mil exemplares, mas dependendo da fama do escritor e da publicidade (intencional ou não) esse número poderia subir quatro ou cinco

vezes, constituindo-se um verdadeiro *best seller* para a época (MÉRIAN, 2013). Entre os fatores colaborativos para o feito estavam o agressivo trabalho de marketing realizado pelos livreiros com anúncios feitos nos jornais, enfatizando o caráter licencioso das obras e a repercussão das discussões de intelectuais nos jornais sobre os títulos que exageravam nas cenas eróticas. O sucesso de *O homem* se deu, em grande parte, em virtude do segundo fator. Embora o grupo de Aluísio Azevedo destacasse o erotismo do livro para divulgá-lo, jamais admitiriam (autor e amigos) que a narrativa de Magdá tratava-se abertamente de “pornografia”. Eles sabiam os limites permitidos pela moral burguesa. Provavelmente, por essa razão, os livreiros não tenham anunciado *O homem* como “romances para homens”, pois não há registros na Hemeroteca Digital.

O escritor maranhense foi muito lido mesmo num Brasil com 80% de analfabetos, as suas obras chegavam a diversas províncias do território nacional (conforme visto nos capítulos II e III). No entanto, especificamente, a situação da capital do antigo império era muito diferente do restante do país. O número de pessoas alfabetizadas aumentava por conta do cenário econômico, político e social do Rio de Janeiro, que contava, a partir de 1890, com mais da metade da população como leitoras em potencial, conforme afirma Alessandra El Far (2004). Existiam muitos leitores ávidos por novidade. Isso ajuda a entender, como foi possível a rápida saída dos exemplares da primeira e da segunda edição de *O homem*, dentro de um mês.

#### 4.3 O baú do Mário de *O Aborto*, de Figueiredo Pimentel

Além das passagens eróticas lidas como sequências pornográficas (ver 4.4) presentes na narrativa de *O homem* e as fontes primárias, um outro elemento ajuda o leitor de hoje a entender como foi possível esse livro ter sido apropriado como escrita pornográfica: um romance também desaparecido e ignorado pela historiografia literária, denominado *O aborto* (1893) de Figueiredo Pimentel (1869-1914). Como era comum as obras naturalistas citarem-se umas às outras, criando um incessante diálogo, surge mais uma prova. Citar livros que teriam inspirado a criação de sua história parecia ser quase um compromisso com a verossimilhança dos acontecimentos. Sobre isso, Alessandra El Far afirma:

(...) a grande diversidade de “livros para homens” em circulação no Oitocentos, indistinta ao primeiro olhar, era composta de obras que dialogavam entre si, que difamavam as regras morais em voga e ironizavam o contexto social, político e religiosos da época (EL FAR, 2004. p. 201-202).

Por conseguinte, *O homem* é citado em *O aborto*, dentro e fora da narrativa. Este livro foi publicado primeiramente em folhetim, em 1889, no jornal *Província do Rio* em Niterói, com o título *Artigo 200*, por referir-se ao Código Criminal do Império que proibia o aborto. A história escrita em 10 dias, resultado de uma suposta aposta, pelo novato literário (contando apenas com seus 19 anos), causou enorme polêmica e reclamações por parte do público conservador niteroiense por narrar as aventuras de uma moça alegre e namoradeira. Ela vive intensamente sua sexualidade com o primo Mário. Os encontros sexuais culminam na gravidez indesejada de Maricota, protagonista do romance. Então o rapaz, recém-formado em Farmácia, tem a ideia de acabar com a situação inoportuna dando um abortivo à moça. Na história, Mário possui um baú onde esconde os seus livros considerados licenciosos pela sociedade da época, os quais não podem ser estampados na estante da sala. Entre eles, encontra-se o romance mais “científico” de Aluísio Azevedo. À certa altura da narrativa, Maricota se depara com os livros licenciosos acomodados clandestinamente no baú:

Remexendo os livros do moço, encontrara alguns romances. Eram *O homem*, de Aluísio Azevedo; *O crime do padre Amaro*, de Eça de Queirós; *Esposa e virgem*, de Belot; *Nana*, de Emilio Zola; as *Volúpias*, de Rebelais; e mais outros. Devorou-os sofregadamente, às ocultas da mãe, aprendendo nele coisas completamente ignoradas, e reparando em vários episódios que não compreendia bem, mas onde pressentia grandes imoralidades. Apreciava-os somente pelo lado da bandalheira (PIMENTEL, 2015, p. 72).

O fato de uma moça como Maricota ler os livros encontrados “somente pelo lado da bandalheira” é bastante significativo. A personagem e o autor representam em certa medida como era realizada a apropriação dessas obras pelos jovens da sociedade da época. Eles não estavam nem um pouco interessados no cientificismo ou no teor pedagógico. Ademais, conforme descreve o narrador, a moçoila compreendia nos romances encontrados algo terrível que deveria manter-se oculto. Ela percebia as “grandes imoralidades” presentes na coleção.

Na primeira edição de *O Aborto*, lançada em 1893, Figueiredo Pimentel informa o público sobre a censura imposta à história de Maricota, quando publicada em folhetim em 1889. Por isso, a edição é acompanhada de uma dedicatória, denominada pelo autor de “prefácio indispensável”. Há também uma espécie de “advertência”, onde se lê: “Ao

Figueiredo Pimentel II, para ler quando chegar à puberdade” (na certa para informar o público sobre a classificação indicativa do livro). Na dedicatória à Exma. Sra. D. Margarida Eufrásia Barreto Cavalcanti de Albuquerque, Pimentel escreve:

V.ex.<sup>a</sup>, afrontando frente a frente a sociedade burguesa e cheia de preconceitos em que vivemos; açacanhando as mentiras convencionais de uma civilização atrasada e estúpida, consentiu que eu vos dedicasse este livro – colocando-me, assim, sob o patrocínio do vosso nome virtuoso, digno, respeitado – depois da leitura que dele voz fiz, capítulo por capítulo, página por página, linha por linha, palavra por palavra. A história de *O aborto* despertou-vos uma justa e natural curiosidade. Quisestes lê-la. Mulher de espírito, inteligente, instruída, v. ex. Se riu quando vos relatei isso mesmo que, mais adiante, num Prefácio indispensável, conto àqueles que me lerem. V. ex. Foi crítico severo e imparcial do meu trabalho; V. ex.<sup>a</sup> achou-o digno de publicação. ex. foi crítico severo e imparcial do meu trabalho; V. ex. achou-o digno de publicação. Agora, pouco me importa que ele seja pechado de pornográfico, imoral, bandalho. Para mim, será até uma honra e uma glória: Emílio Zola, *Eça de Queirós*, Aluísio Azevedo, Pardal Mallet – todos os naturalistas – para este público besta, que lê os *Serões de convento* e vê operetas, são também pornográficos, imorais e bandalhos (PIMENTEL, 2015, p. 21).

Se havia, ainda, alguma hesitação por parte do leitor de hoje sobre o fato de *O homem* ter sido apropriado como livro bandalho, a dedicatória transcrita anteriormente serve para encerrar tal incerteza. O jovem escritor, visivelmente irritado com a sociedade “estúpida” e “cheia de preconceitos”, acaba por apontar o dedo para outros escritores tachados como “pornográficos”, mas que diferentemente dele gozam de prestígio nos círculos literários (VIEIRA, 2015). Isso explicaria certa tolerância por parte dos críticos com os romancistas consagrados. Além do mais, para Figueiredo Pimentel, somente indivíduos com hábitos questionáveis de leitura, habituados a ler *Os serões do convento*, julgariam seu livro imoral. Essa relação, feita para negar o parentesco entre o naturalismo e a pornografia, confirmava aos olhos do público, as semelhanças entre os livros e suas práticas textuais.

Além de excitar, os livros de Mário eram fontes de conhecimento de iniciação ao sexo para os personagens. A presença expressiva de obras naturalistas no baú: os brasileiros *O homem* e *A carne* (1888), de Júlio Ribeiro, o português *O crime do padre Amaro* (1875), de Eça de Queirós (1845-1900); e o francês *Nana* (1880), de Zola, confirma a percepção de que a ficção naturalista era confundida como literatura licenciosa. Esses romances eram corriqueiramente anunciados pelas livrarias nas seções de “Livros para homens”, ao lado de títulos conhecidos desse público, como *Os serões do convento*, também presente no baú do primo de Maricota. A ficção naturalista “era anunciada, vendida e lida como histórias realistas sobre sexo e intimidades corporais” (MENDES, 2016a, p. 343).

Apesar de Figueiredo Pimentel defender sua obra em várias ocasiões, a opinião dos críticos na imprensa da época, quando da publicação de *O aborto*, foi unanimemente negativa, pois Figueiredo Pimentel não atendia às regras do naturalismo sério, desviando-se para o aspecto pornográfico e “sensacionalista” da estética (VIEIRA, 2015). O perigo dessa obra constituía-se pela audácia do enredo, descrevendo os encontros sexuais de Maricota, moça de família que desejava ser igual à prostituta Nana (de Zola) e invadia o quarto do primo pela madrugada para fazer sexo. As atitudes da jovem desafiavam as convenções morais da casta sociedade niteroiense. A obra foi um verdadeiro escândalo, sendo alvo constante de comentários desaprovados pelos críticos literários.

Tanto *O aborto* quanto *O homem*, quando citados nos manuais, são obras apontadas sem importância para a historiografia tradicional dos séculos XX e XXI, bem como a maior parte das obras naturalistas. Um dos argumentos é a carência de legitimidade estética do naturalismo. Afinal, supor que a razão científica pudesse ter alguma coisa a ver com a arte, como quer o naturalismo, era um grande equívoco (MENDES & CATHARINA, 2015). Por isso, muitas dessas obras naturalistas “esquecidas” estão desaparecidas e são bem difíceis de serem encontradas hoje. Curiosamente muitas delas permaneceram durante décadas como *best-sellers* nas livrarias do Rio de Janeiro.

Inacreditavelmente, *O aborto* vendeu 6 milheiros nos três primeiros meses de sua publicação (números expressivos para a época) e permaneceu décadas entre “os mais vendidos”, mas desapareceu ao longo do século XX. Recentemente (2015) esse romance ganhou uma reedição publicada pela editora 7 Letras com a organização dos professores Leonardo Mendes (UERJ) e Pedro Paulo Garcia Ferreira Catharina (UFRJ), inaugurando a Coleção *Os pequenos naturalistas*. O objetivo dos estudiosos é recuperar textos ignorados pelos manuais de estudos literários brasileiros. Para melhor compreensão de *O aborto* no seu contexto histórico, o volume conta com apresentação, notas, posfácio, documentos históricos e glossário.

O resgate desses livros é muito importante porque significa refletir sobre as escolhas ideológicas e políticas feitas pela historiografia, bem como retirar da invisibilidade escritores naturalistas considerados “menores”, mas tão talentosos e capacitados quanto os que entraram para os manuais e permanecem nas prateleiras das livrarias até hoje, formando o mais importante cânone literário nacional.

#### 4.4 O homem – diálogos com a escrita pornográfica

O *homem*, romance naturalista apropriado como escrita pornográfica, acomodava-se em um dos quatro tipos de literatura de vertente licenciosa, dividida em: 1) Romances libertinos e ingleses (sec. XVIII); 2) Pornografia anticlerical portuguesa e francesa (sec. XVIII e XIX); 3) Romances naturalistas portugueses, franceses e brasileiros contemporâneos; e 4) Ficção pornográfica contemporânea portuguesa e brasileira. Embora escritos com finalidades diferentes, todos foram utilizados pelo leitor como objetos capazes de provocar prazeres físicos. A partir da tradição libertina, a pornografia contemporânea e o romance naturalista se construíram:

compartilhando temas e configurações narrativas, tais como a personagem da mulher dona do seu destino, a centralidade do corpo e do sexo, o anticlericalismo e o *voyeurismo*, assim como a elocução calma e distanciada, tomada ao discurso científico, que evitava julgar (MENDES, 2016, p. 177).

Apesar da licenciosidade, a propaganda da estética realista-naturalista deixava claro que o seu intuito era o de analisar, a partir da “pura” observação o comportamento dos indivíduos, baseado nas teorias científicas. Por isso é incomum as obras naturalistas serem associadas imediatamente com a tradição libertina pornográfica ou com os tipos surgidos depois dela. O fato de o naturalismo ser a favor da prática do sexo (argumento científico) retratando a histeria feminina de forma realista, não quer dizer que os romancistas da nova escola foram os primeiros a abordar o assunto. A histeria era tema da literatura licenciosa antes da ascensão do cientificismo oitocentista. O assunto aparece em *Os serões do convento*, (mostrando como fazia sentido guardar *O homem* junto com ele, em *O aborto*) especificamente no conto “Remédio infalível” e “De como a abadessa do convento de... festejou o milagroso Padre S. Antônio”, os quais compõem a obra, de M.L. (apesar das siglas, não se conhece a verdadeira autoria. O anonimato dos autores era uma característica das escritas pornográficas).

Serviu como tema também para contos pornográficos contemporâneos, como “Divino esposo” de *Volúpias: 14 contos galantes* (1886), de Rabelais (pseudônimo do escritor português Alfredo Gallis (1859-1910)), e para “A vara de condão” de *Álbum de Caliban* (1897-8), de Caliban (pseudônimo de Coelho Neto (1864-1934)). Diferentemente do

tratamento dado ao tema pela ficção naturalista, tanto a pornografia contemporânea como a anticlerical vão falar do assunto de maneira leve e descontraída, transmitindo a mensagem de que o sexo é necessário para a manutenção da saúde, capaz de restituir a vida. O celibato forçado às mulheres seria antinatural e cruel, e dessa imposição surgiria a “doença” histérica. Com excesso de realismo, o naturalismo trataria do assunto de maneira difícil e constrangedora para as mulheres.

A personagem central de *O homem* é Magdá, descrita no início da trama como uma moça alegre. Após o pai lhe revelar ser o amor de sua vida o seu meio irmão, e da morte do mesmo, ela passa a viver sob profunda prostração. O médico familiar, Dr. Lobão, diagnostica a histeria. Então a moça passa por vários graus do desenvolvimento da “doença”, chegando até a loucura. O romance defende a tese de que a histeria é provocada em virtude da interdição do sexo à mulher. Critica as convenções sociais e religiosas que impediam as moças e senhoras de boa família viverem a sua sexualidade, isso só era permitido a elas dentro do casamento. Não estando na situação de casadas, ficavam proibidas, surgindo então a doença nervosa.

A preocupação do pai em casar a filha aumenta por conta da idade e das orientações clínicas do médico. Este prescreve o sexo como necessário para a manutenção da saúde da moça. Do começo ao fim da narrativa, o médico força o pai a casar Magdá, pois essa seria a única maneira de pôr fim à “doença”. “Casamento é um modo de dizer, eu faço é questão é do coito! Ela precisa de homem!” (AZEVEDO, 1959, p. 43), dizia o médico. Como moça de boa família, Magdalena precisava da instituição do casamento, pois tendo um marido, teria um homem para aplacar os reclames do corpo.

Todas as cenas de sexo, tão cobiçadas pelo leitor comum do final do oitocentos, acontecem apenas dentro dos sonhos da protagonista. Já no primeiro devaneio, aparecem as “sequências pornográficas”, trechos propensos a provocar excitações no leitor (MAINGENEAU, 2010). Magdá se vê novamente no alto da pedreira – local em que havia subido, na sua existência real, “por curiosidade”, junto com o pai para observar os braços da pedreira na labuta. Lá em cima, sente-se mal por conta da sua frágil condição física desencadeada pela histeria, e tem de ser carregada abaixo nos braços do pedreiro Luis. Esse acontecimento desperta na protagonista vontade incontrolável de fazer sexo. A partir de então, o cavouqueiro passa a ser “o homem” de Magdá nos sonhos (uma das leituras depreendidas do título do livro, tão criticado entre os articulistas da imprensa à época). O morro, no sonho, parece ser bem mais alto que na realidade é; a moça não sente o chão e o seu corpo começa a

cair para frente, mas é prontamente agarrada pelos braços musculosos de Luis. Ele a envolve junto do seu peito nu. Os dois voam infinitamente. Com medo, a moça aperta-se cada vez mais forte ao rapaz, estreitando os dois mais e mais:

A moça procura com ânsia unir-se bem ao corpo do cavouqueiro; quer que os seus peitos lhe fiquem bem colados ao peito; quer que os seus braços sintam em toda a extensão a carne das espáduas do homem; que a sua barriga se ajuste à dele e que as suas coxas lhe apalpem os rins (AZEVEDO, 1989, p. 71).

O casal começa a descair no ar e se entregam ao calor de intensos beijos:

Então os seus olhos desmaiam de gosto; as suas narinas arfam com mais força, porque ela não pode respirar pela boca, que está tomada pela outra boca. Um arrepio percorre-lhe o corpo agitando-o até na mais pequenina fibra; e o seu sangue enlouquece; e suspiros quebram-se-lhe na garganta, desfazendo-se em gemidos (Idem).

Por fim, o ato sexual é consumado. O autor o descreve delicadamente, não economizando nas metáforas:

E estreitam-se mais. E unem-se mais. E unem-se. E confundem no ar os membros enleados e trêmulos. O cavouqueiro soluça, arqueja; ela já não tem uma só parte de si em que não o sinta. E, de improviso, um violento sopro da vida a invade toda, esquentando-a por dentro, penetrando-lhe as vísceras, soprando-lhe nas veias um calor estranho, alheio, que a ressuscita e faz saltarem-lhe dos olhos lágrimas de gozo (idem).

Assim que Magdá realiza a sua primeira cópula em sonho, o Sr. Conselheiro Pinto Marques (o pai da moça) aparece e a repreende: “dar-se-á a um trabalhador da mais baixa espécie!... É inacreditável!” (AZEVEDO, 1989, p. 72). A partir desse momento, os dois travam um diálogo que dificilmente aconteceria na vida real. Primeiro, Magdá pede desculpas, depois resolve se explicar utilizando-se de argumentos cientificistas em voga: “foi a minha natureza; foi a minha carne; foram os meus sentidos!...” (AZEVEDO, 1989, p. 73). Mas o pai não dá ouvidos. Farta da grosseria burguesa do Conselheiro, a moça enfim reúne coragem e cresce diante das indagações do pai. Reage ao ser questionada sobre não ter aceitado nenhum dos pretendentes que lhe apareceram. Aos olhos de Magdá, todos eles têm defeitos: “um velho”, outro é “um defunto”, o terceiro é “um libertino”. Para ela, os aspirantes à sua mão não atuariam nela a vontade de fazer sexo. Por isso, ela os rejeita e “vai viver em

permanente estado onírico, sobretudo em estado de idealização erótica” (BULHÕES, 2003, p. 84).

Magdalena conquista uma espécie de independência após a sua primeira relação sexual. Contudo, não é uma autonomia legal, profissional ou social, impossíveis para uma mulher na sociedade da época. Mas ela começa a pensar por si só. Em *Sexo dá o que pensar*, Robert Darnton traz uma reflexão muito pertinente sobre o sexo: o conhecimento carnal oferece material inesgotável para o pensamento das pessoas, sobretudo quando ele se manifesta em narrativas, romances eróticos ou pornográficos, por exemplos. O sexo é um dispositivo que revela o funcionamento interno das coisas por ser algo concreto, palpável, pois ele ajuda as pessoas a extraírem o sentido das coisas que as cercam. Isso é evidente no comportamento de Magdá após a sua primeira relação sexual, embora isso aconteça somente em sonho.

No segundo encontro idílico com o cavouqueiro, os dois estão num lugar paradisíaco. Após um extenso diálogo, o casal entrega-se aos prazeres da carne novamente:

E seus lábios uniram-se de novo aos dele, e seu corpo de novo estrebuchou na relva em convulsões de amor. Em volta a natureza festejava aquelas núpcias com uma orquestra em surdina de beijos e arrulhos. Um crescendo ansiar de suspiros estalados ia-se formando lentamente; até que, de súbito, um geral espasmo se apoderou de toda a montanha, levantando-lhe pela raiz a cabeceira verde. Encrespou-se-lhe o dorso (AZEVEDO, 1989, p. 94).

Numa ocasião em que se alimentam com frutas da floresta, o homem pergunta à Magdá se ela gostaria de comer da manga ao mesmo tempo com ele e isso provoca nela um imenso prazer: “E, uma vez deitados, começaram, com o rosto muito unidos, a chuchurrear a manga, como se mamassem ao mesmo tempo por uma só teta. Magdá sentia com isto uma volúpia indefinível” (AZEVEDO, 1989, p. 94). É possível que o leitor comum do final do oitocentos tenha se excitado mesmo com as cenas em que não eram narrados os atos de sexo em si. Simplesmente o emprego de palavras remetentes ao universo erótico já eram suficientes para provocar nesse leitor algumas sensações. Como são os casos dos trechos do quarto sonho de Magdá, na ocasião o homem atravessa para a Ilha dos Segredos com a moça nos braços. Ao chegarem a terra, ele a despe dos trajes molhados. Por sua vez, ela fica envergonhada:

Podemos ficar à nossa plena vontade, fazer o que bem quisermos; rolar nus e abraçados por estes tabuleiros de relva; entregar-nos a todos os delírios do amor; enlouquecer de gozo! Só Deus nos espreita, e Deus foi quem te fez para mim, para que eu te goze e te fecunde, minha flor! (AZEVEDO, 1989, p. 94).

O pedreiro continua a despi-la:

Magdá cruzou os braços sobre os peitos – ele acaba de lhe arrancar afinal a camisa – e fechou os olhos, toda vexada e retraída. Mas depois, sentindo nas carnes o olhar ardente que a queimava, porque o moço permanecia a contemplá-la, embevecido e mudo, torceu-se logo sobre o quadril esquerdo, repuxando para esconder a sua mimosa nudez as largas parras de um tinhorão que havia junto (AZEVEDO, 1989, p. 114).

Ao perceber que a moça continua envergonhada com a própria nudez, a jovem tenta esconder o corpo de Luis. Ele declara:

Por que escondes o semelhante? Por que abaixas os olhos? Deixa-me abraçar-te bem! Assim! Toda inteira, toda nua, que eu sinta na minha carne, a carne do teu corpo! Cinge-me nos teus peitos! Aperta-me! Mais! Mais ainda! Magdá – um beijo... Dá-me um bei...Ah! (idem).

Outra passagem merecedora de atenção pelo seu caráter “pornográfico anticlerical” é quando a Dona Camila, tia de Magdá e solteira madura, ensina uma oração para a sobrinha. A moça sofre por não ter conseguido um casamento, por isso não pode pôr fim às comichões da carne. A oração é tão obscena que chega a entontecer a moça “com a sua dura sensualidade ascética” (AZEVEDO, 1989, p. 128). Numa sociedade extremamente católica e pobre de representações de sexo e nudez, as estátuas adquiriam forte apelo erótico (MENDES, 2016). Assim, o discurso religioso com as suas imagens e símbolos eram utilizados como porta de entrada para o exercício da imaginação erótica. Na tentativa de livrar-se do pecado, “a entrega à religiosidade é, ao contrário, expressão do desejo: a imagem do Cristo é o corpo de homem, objeto do desejo de Magdá” (BULHÕES, 2003, p. 87). Obediente ao conselho da tia, Magdalena profere, dentro do seu quarto, durante horas a fio, ajoelhada defronte da imagem de Jesus Cristo nu, a oração:

Amado do meu coração, espero-te esta noite no meu sonho, deitada de ventre para cima, com os peitos bem abertos, para que tu me penetres até ao fundo das minhas entranhas e me ilumines toda por dentro com a luz do teu divino espírito! (AZEVEDO, 1989, p. 42).

É certo que esse romance, no estilo distinto de Aluísio Azevedo, contém número menor de cenas relacionadas à atividade sexual se comparado a outras obras naturalistas consumidas como pornográficas no mesmo período, mas isso não importava aos leitores. Eles poderiam lê-las repetidamente, pois buscavam somente as partes obscenas, desprezando todo resto (MAINGENEAU, 2010).

Veremos agora como é realizado o tratamento sobre o tema da histeria na ficção pornográfica contemporânea. Sob o pseudônimo de Rabelais, Alfredo Gallis utilizou-se do potencial pornográfico da história da santa espanhola Teresa D'Ávila (1515-1582) no conto "O divino esposo", do volume *Volúpias: 14 contos galantes*, publicado em São Paulo em 1886, um ano antes de *O homem* (MENDES, 2016b). As imagens de Cristo como marido e amante vinham do barroco e aparecem nos escritos da santa. O conto traz o caso da histérica Teresa de Jesus, do mosteiro de Ávila, que encontra em sonhos a consumação dos seus desejos carnis. Os sintomas da "doença" na freira e a forma dela lidar com eles são semelhantes aos da história de Magdá.

A madre Teresa de Jesus passa a sofrer com as exigências da "carne" tardiamente, aos 33 anos. Para apaziguar as comichões, Teresa passa horas de joelhos rezando com o olhar amoroso e fixo no Cristo pendurado na cruz dentro da sua cela. A prática religiosa surtia efeito contrário, visto que a alma de Teresa "evolava-se às luminosas regiões do êxtase no fervor piedoso da oração" (RABELAIS, 1886, p. 61). Nesse estado, a religiosa passava dias, ingerindo apenas pão seco e bebendo água. Isso levou o seu organismo a começar a "vibrar violentamente sob o império daquela fraqueza que lhe excitava o cérebro" (RABELAIS, 1886, idem). Sem força e sem vontade, arrastava-se dentro de seu aposento, mas sem nunca desviar os olhos do Jesus de marfim. Envolvida nesse êxtase promovida pela imagem de Cristo desnudo, sonhou romances com o filho de Deus, no qual se tornaria a sua esposa.

Em sonhos, num ambiente celestial, dois anjos preparam Teresa para o seu casamento com Cristo. Então a moça é guiada para um salão de porfírio e prata. Um anjo de grandes asas a recebe sorrindo e diz-lhe: "Sejas bem-vindas, ó casta esposa do Senhor" (RABELAIS, 1886, p. 63). Teresa se casa, o Senhor pega-lhe as mãos e lhe dá na fronte o beijo nupcial, tomando-a por esposa perante toda a corte. Ao término da cerimônia, o esposo leva Teresa por um caminho aveludado em que ia se ouvindo a música dos anjos até esmorecer. Agora devidamente casados, a intimidade entre os dois finalmente está autorizada. A freira pode finalmente contemplar Cristo inteiramente nu, em "sua plena formosura (...) aparecia-lhe completamente despojado dos seus vestidos" (RABELAIS, 1886, p. 67). A recém-casada

caminha entusiasmada em direção ao esposo, e ele também caminha para ela. Os dois, por fim, entregam-se aos desejos da carne:

E Teresa sentia-lhe a respiração muito suave e perfumada próximo da sua. Os seus olhos cerravam-se-lhe ao brilho esplendoroso daqueles olhos divinos; sentiu o doce contato dos braços, do rosto e do busto, estremeceu ao toque daqueles lábios celestes, depois... um calor intenso e dulcíssimo percorreu-lhe a carne lasciva e pecadora e abismou-se numa torrente de delícias incompreensíveis, extraordinárias, nunca sonhadas e jamais gozadas, como se um filete de lava divina lhe jorrasse do coração inflamando-lhe todos os órgãos sensuais. O seu leito de nuvens agitava-se brandamente, e ela sentia nos braços, palpável, terreno, humano e tépido, o corpo muito macio e odorífero do pálido Jesus, que a estreitava ao coração segredando-lhe eternos madrigais de amor (RABELAIS, 1886, *Aventuras Galantes*, “O Divino Esposo”, p. 68).

A freira desperta em sua cela “cheia dum temor profundo e de uma devoção fanática” (RABELAIS, 1886, p. 69). Este desfecho pós-sonho é parecido com a forma com que Magdá acorda dos seus devaneios luxuriosos. As duas protagonistas, tomadas pelo sentimento de “culpa” e autoflagelação, ficam ainda mais devotas. Embora o desfecho de “O divino esposo” seja previsível (por ser Teresa freira), não é pessimista e trágico como o final de Magdalena. Além disso, o leitor facilmente ignoraria os conflitos morais vividos pela madre, focando apenas nas núpcias dos recém-casados.

Já o miniconto “A vara de condão” de *Álbum de Caliban* (1897-8) de Caliban, publicado 11 anos depois de *O homem*, serve para provar que o tema da histeria feminina era, preferencialmente, pauta pornográfica. A narrativa traz a história da linda princesa Abdura. Assim como Magdá, passava os dias “sem dizer palavra, sem fazer um gesto, muda, imóvel, melancólica...?” (CALIBAN, 1897-8, p. 29). Nem os sábios podiam ajudar na difícil situação da moça, comenta o narrador. Até que, num belo dia, surge um médico atraente na cidade e o sultão é avisado. De início, a história se parece com a da filha do Conselheiro, pois nas duas o médico aparece para resolver o “problema” que vem causando a prostração por qual passam as duas moças de nacionalidades diferentes.

Se em *O homem*, o médico é um sujeito velho, rude, austero e representante da verdade, em *A vara de condão*, o médico é um homem jovem e lindo. Isso sugere que ele mesmo “em pessoa” poderia ser a solução para a “doença” da moça e não os seus conhecimentos sobre medicina. A malícia tem início nessa revelação. Quando indagado pelo pai da princesa sobre o necessário para pô-la curada, o médico só lhe exige que o deixe passar uma noite na câmara de Abdura. O leitor logo entende “as segundas intenções” por trás do

pedido do atraente médico. O sultão autoriza a entrada dele nos aposentos da princesa triste. Então o lindo jovem “tomou-lhe as mãos, que eram de gelo, beijou-lhe a boca, que era cheirosa, e ...” (CALIBAN, 1897-8, p. 31). As reticências sugerem o crescendo de afetos, intimidades e prazeres consumados dentro da câmara entre Abdura e o moço médico. Na manhã seguinte, o pai encontra a filha radiante com um lindo sorriso no rosto. Ao vê-la assim, a tranquilidade do sultão é restabelecida e a alegria “na corte foi grande e de muitos dias” (CALIBAN, 1897-8, p. 31). Após encher o médico de presentes em agradecimento pela benfeitoria à sua filha, o rei quis saber o segredo da sua medicina. A resposta do jovem arranca risos do leitor:

– (...) tudo está em uma vara de condão que me deu minha mãe; não há melancolia que resista ao seu encanto e, quem uma vez experimenta o seu benefício, nunca mais a quer deixar, tanto que, se disserdes à princesa que vou partir, ela talvez se enfureça e desespere. – Dizes então que não há melancolia que resista à tua vara? – Não há, senhor... (CALIBAN, 1897-8, p. 31-32).

O sultão, intrigado com a soberba do médico e com o seu “método infalível”, pergunta-lhe inocentemente se ele não seria capaz de fazer desaparecer a sua tristeza também. O médico responde:

– É impossível, senhor. – Impossível! Por quê? – Porque... para salvar a princesa a minha vara deu quanto podia dar e agora tenho tanto poder como vosso humilde eunuco que ali está a contemplar-nos mudo e imóvel. Perdoai-me, senhor, mas é de todo impossível... é de todo impossível (CALIBAN, 1897-8, p. 31-32).

No diálogo final, há mais uma dose de humor e descontração, deixando evidente que a “vara de condão” do título refere-se ao membro do médico, sendo este o remédio certo capaz de curar a melancolia da moça. O jovem, tendo utilizado todo o potencial de sua “vara” com Abdura na noite anterior, não estaria ainda em condições de usá-la novamente, desculpa esta utilizada para se livrar do pedido do sultão. Diferentemente de Magdá, o final de Abdura é feliz, sem traumas e sem o peso do cientificismo naturalista para tratar do assunto.

Dentro da categoria “pornografia anticlerical”, a obra *Os serões do convento* salientava “os principais acontecimentos em torno da libido desenfreada das freiras, noviças e madres superiores” (EL FAR, 2004, p. 230), bem como criticava a fragilidade das normas sociais e religiosas impostas às internas. Não possuía como objetivo primeiro excitar o leitor, embora fosse apropriada para este fim. O anticlericalismo foi durante séculos uma marca de

literatura licenciosa, bem antes de o “romance científico” do século XIX reivindicar o posicionamento.

Livro mais antigo que os outros aqui estudados, foi publicado pela primeira vez em Lisboa, na década de 1850. Aluísio Azevedo, Caliban (Coelho Neto) e a maioria dos letrados do circuito luso-brasileiro conheciam o livro pornográfico mais bem-sucedido do período (EL FAR, 2004). Por isso, é bastante possível que Aluísio e Caliban tenham se inspirado no conto “Remédio infalível”, que integra *Os serões do convento*, para escreverem sobre o escandaloso tema da histeria feminina.

*Os serões do convento* descortinam um mundo clerical hipócrita e impossível de se dar na prática. Mostra que ambientes de clausura, composto por pessoas do mesmo sexo, eram propícios para o florescimento de desejos sexuais e para a consumação de prazeres não permitidos pela sociedade e pela instituição católica. O livro traz histórias narradas por freiras que, de forma natural, aparecem ingerindo bebidas alcoólicas e falando sobre a necessidade do sexo. Envolvem-se umas com as outras (homossexualidade feminina) e se masturbam (“enquanto nós nos resolvemos nas nossas camas sozinhas, sem podermos adormecer” (M.L., 1850, p. 47-63).

A vida sem sexo é associada pelas freiras a uma existência triste. As próprias irmãs admitem a necessidade do sexo como forma de refrigério para os corpos, após um dia inteiro de obrigações. Uma interna confessa que os serões são necessários, por isso não haveria razão de se sentirem culpadas por tal prática. Reunidas dentro do quarto para o serão da noite, o cômodo era tomado por “liberdade”. Consoante com a tradição libertina, o sexo aparece associado ao livre pensar e ao exercício de um direito humano (DARNTON, 1996).

O livro é acompanhado de uma “introdução”, na qual o narrador avisa prontamente o leitor de os mosteiros se tratarem, na realidade, de local “onde a natureza comprimida rebentava com mais violência, onde a castidade nos votos recatava mistérios inesgotáveis de voluptuosidade” (M.L., 1850, p. 5-10), em virtude da imposição dos rígidos mandamentos religiosos sobre a vida de monges e monjas. Por isso, esses lugares se transformam em “centro da mais irresistível atração, e uma vertente misteriosa de idealidade sensual” (M.L., 1850, idem). Com essas afirmações, o narrador busca denunciar a falsa castidade dos membros que coabitam conventos, e simultaneamente desconstruir a imagem de lugar “santo”, porque esses recintos são os que mais impulsionam os comportamentos lascivos, decorrentes da repressão da carne.

Na visão do narrador, as instituições sociais, baseadas em postulados religiosos, desejam mudar a “natureza” do ser humano, privando-o de um direito natural: o sexo. Esse é o mesmo argumento científico utilizado na ficção naturalista para tratar da histeria. Em ambientes de clausura, como os conventos, a interdição provoca a cólera que corrói as jovens internas. Por isso, elas não têm outro remédio a não ser se entregarem ao que pode trazer, de alguma forma, “liberdade sexual”. Interessante notar que o narrador elenca “os sonhos, que ninguém doma”, (asilo de Magdá em *O homem*), como uma dessas maneiras.

No hábito, que repulsa pelo respeito, está a virgindade que protesta. Felizmente para ela, como último refúgio contra a desesperação, no meio de tanto cativo, fica-lhe para a liberdade, o pensamento; o desejo; a imaginação; a solidão do aposento e da noite; os sonhos, que ninguém doma; os gostos, que, mesmo onde os não semeiam, se produzem espontâneos; e, enfim os tacites recursos da simpatia do infortúnio, a amizade, que, na moeda que tem, paga, como pode, as dívidas do amor (M. L., 1850, p. 5-10).

Ao revelar tratar o livro de uma manuscrito de 50 anos, extraído das memórias secretas de um ancião, que viveu num convento de senhoras na província do Minho, em Portugal, o narrador alega publicá-lo para fazer “à moral um bom serviço, provando, pela milésima vez, aos pais e educadores, o perigo que pode haver em se contrariarem os seus sentimentos naturais” (M.L., 1850, idem). Essa ideia é também defendida pelos escritores naturalistas.

O serão da vez, em “Remédio Infalível”, conta a história de uma abadessa que caiu em profunda prostração. Vivia triste, sem um mísero sopro de vida, abatida pelos sintomas da histeria. O convento, pasmado com o estado da abadessa, já havia feito “jejuns, promessas, orações (...) já não havia remédio que se não havia tentado” (M.L., 1850, idem), sem nada alterar o estado da moça. A freira estava cada vez pior. A junta médica também não conseguiu solucionar o caso da religiosa. “Confessaram também que, para o tratamento daquela enfermidade, davam em seco” (M.L., 1850, idem). Até o capelão, que tinha talento para exorcismos, lembrou-se de benzer a moça, e “exconjurou, tornou a exconjurar, nove dias a fio, e nada!” (M.L., 1850, idem).

Chamaram então uma curandeira. Ela lia cartas, cerrava malefícios, arranjava casamentos, dentre outras proezas. Quando a mulher viu a enferma declarou ser o problema de fácil solução e que os médicos e o exorcista eram uns estúpidos. O remédio proposto à abadessa triste era sucesso garantido: “um homem, e bem forçoso, quando não dois” (M.L., 1850, p. 47-63). Todos ficaram confusos com a solução apontada pela velha, mas, não

havendo outro recurso e sendo a morte o pior de todos os males na opinião dos que acompanhavam o caso, logo seria posto em prática o tratamento receitado.

Num jogo linguístico sugerindo malícia e provocando risos no leitor, é destacada novamente a ideia de que a vida saudável está associada à vida sexual ativa. E saúde não tem preço: “Explicam-lhe se não poderá aviar ela mesma [a curandeira] o remédio que receitou, mandando o homem, ou quantos forem precisos, sem olhar os gastos, porque a saúde não há dinheiro que a pague” (M.L., 1850, idem). Sob sigilo absoluto, apareceram os sujeitos contratados para a execução da operação. “Voltou [a curandeira] nesse mesmo serão com três mocetões, de olhos vendados” (M.L., 1850, p. 47-63).

Antes de “passarem” os moços para a abadessa enferma, as outras nove freiras presentes tomaram “os remédios” antes da doente, de forma revezada. Na noite seguinte, vieram seis outros. A abadessa ficou convencida de que a “medicação” não era tão ruim como ela havia suposto. Assim “escolheu para o seu tratamento os dois que melhor lhe tinham enchido o olho” (M.L., 1850, idem). Nesse conto são os homens a fazerem o papel de “objetos sexuais”. A objetificação do corpo masculino em histórias pornográficas, ainda que escritas por homens, representava um desafio ao patriarcado porque dava “poder” às mulheres, subvertendo as relações sexuais homem x mulher. Timidamente, essa inversão também pode ser vista em *O homem*, quando Magdá passa a contemplar diariamente, do alto da janela do seu quarto, o corpo vigoroso do cavouqueiro Luis na labuta da pedreira. É o corpo do homem o objeto desejado pela moça.

Cumprida a terapêutica sugerida pela curandeira, “não havia em toda a casa senão saúde e alegria” (M.L., 1850, idem). Como a revista de Artur Azevedo e Moreira Sampaio, *Os serões do convento* apresentavam um caso de histeria feminina com final feliz, em contraste com os trágicos romances naturalistas. Em “Remédio Infalível”, não há mortes, não há loucura, não há tragédia. O sexo é sinônimo de vida, e não de dor e sofrimento.

Outro conto que aborda a questão do histerismo no mesmo livro é o “De como a abadessa do convento de... festejou o milagroso Padre S. Antônio”. No entanto, diferentemente de “Remédio Infalível”, não existe propriamente uma “doente” na trama. A história traz a Madre D. Maria da Natividade, uma matrona de “quarenta anos, mas fresca, e ainda apetitosa” (M.L., 1850, p. 15-30), conhecida por sua conduta exemplar dentro do monastério “nunca se lhe ouviu palavra que não fosse espiritual” (M.L., 1850, idem), mas o narrador a entrega “o olho e o buço não mentiam,... o seu *agnus dei* não havia de ter sido pouco festejado” (M.L., 1850, idem). A descrição, com linguagem galante, da religiosa

madura tem intuito de reclamar o universo erótico ao mesmo tempo em que denuncia a hipocrisia da sua castidade.

Assim como Magdá e a madre Teresa de Jesus (do conto “O divino esposo”), a abadessa é atraída sexualmente por imagens religiosas. Ela tinha o “bem-aventurado S. Antônio” em pingente no pescoço, entre os seios, também o possuía “em vulto na cela, defronte da cama, para ver logo ao acordar, e contemplá-lo ainda antes de adormecer” (M.L., 1850, *idem*). Como nas histórias das protagonistas citadas, novamente o discurso religioso e suas imagens e símbolos aparecem para acessar a imaginação erótica dos personagens e do leitor. O narrador descreve o santo como uma obra-prima possuidora de tudo que podia cativar o coração e a libido feminina. A genitália da estátua é realçada como o maior objeto de desejo da mulher.

robutez, virilidade das formas, fisionomia amante, um olhar, que se iluminava do coração; um sorrir, que, se tivesse palavras, não podiam ser senão de afeto; o burel e a corda não eram elegantes, mas a sua mesma aspereza, a tonsura monástica, o desalinho regular de todo aquele composto seráfico, revelavam um grande tesouro, acumulado lá dentro, de fervores naturais e de potência; adivinhava-se que só por virtude se desfigurava para fugir das mulheres; que mais poderosa sedução para uma mulher? finalmente, a criancinha nua, que o afagava cini filho, e que ele acarinhava como pai, tão repolhuda, tão alva, tão corada, tão loira, com rosas por face, botão de rosa por boca, e olhos de azul celeste, punha remate à tentação (M.L., 1850, p. 15-30).

De modo contrário ao que se espera da conduta de religiosas, as madres se embebedam dentro do convento. Houve festa, “dia do simpático Paduano” e todas as irmãs festejaram. Depois de vários brindes, a soror Margarida de S. Antônio, uma das “mais travessas e maliciosas da casa”, fizera “uma quebra na devoção”, propondo um brinde para todos os presentes e para o santo do seu nome. De forma ardilosa, ela enche “de excelente vinho do Duque o copo da presidente” (M.L., 1850, *idem*), provavelmente para a madre superiora não perceber os excessos das irmãs naquela noite. A matrona entra em estado de embriaguez facilmente pois estava em jejum, prática cultivada por ela. Antes que as irmãs da festa percebessem o lamentável ocorrido com a abadessa (por ser ela a madre superiora das demais), a mestra de cerimônia Margarida e a soror Tereza de Jesus, a quem o autor denomina de “irmã discreta”, interviram reservadamente na situação. Esta, tentando ludibriar a abadessa alcoolizada para tirá-la do recinto, pediu-lhe que a acompanhasse ao corredor, pois havia “coisa urgente, ... particular” (M.L., 1850, *idem*). A abadessa, então, tenta ajudar a “irmã discreta” com o seu problema. Num instinto maternal próprio do ofício,

a abadessa aperta a mão da irmã que havia lhe pedido ajuda e tenta, forçosamente, fazer a jovem sentar-se em seu colo. Para quem assistia à cena de longe, parecia estarem ambas de saliência “– Madre abadessa, disse-lhe ela em voz sumida, apertando-lhe também a mão, enquanto a matrona com a outra por baixo da mesa lhe fazia cócegas nas coxas” (M.L., 1850, *idem*).

Soror Tereza de Jesus, visando evitar os buchichos, atrai a abadessa para a cela, inventando que haviam roubado o seu santinho. Encaminharam-se as duas para o recinto, seguidas pelas demais religiosas, curiosas. Ao verificarem o estado crítico da matrona, “despiram-na até as roupas brancas, e deitaram-na” (M.L., 1850, p. 15-30). No quarto abafado, a madre ébria e nua iniciou a contar os seus casos amorosos. As ouvintes olhavam-se maravilhadas e não interrompiam os relatos, “não só pelo gosto que lhes dava o picante daquelas narrativas, senão também porque cada uma delas pressentia quanto a quebra da autoridade superior poderia para futuro redundar-lhe em proveito particular” (M.L., 1850, *idem*), para o caso de elas poderem utilizar tais confissões comprometedoras como barganha.

A maliciosa “irmã discreta”, antevendo uma oportunidade, pede para que todas as presentes deixem o quarto, orientando-as para que dessem a desculpa na festa de a matrona ter sido acometida por dores de cabeça, precisando por isso se recolher. Na sequência, soror Tereza de Jesus tranca o quarto por dentro “para evitar que alguma serva descobrisse mistério; e para melhor ocultar” (M.L., 1850, *idem*) a cena. Depois, deita-se no leito, tira a imagem de S. Antônio do seio da matrona e tenta impedir a oração “tão abrasada” repetida em voz alta pela abadessa. A “irmã discreta”, abraçando-a, pede-lhe permissão para dormirem juntas. A madre ébria exige por condição que a “irmã discreta” se dispa também, pedido não acatado de pronto, de modo que a abadessa impõe a ordem “por santa obediência”, utilizando de sua autoridade. Soror Tereza de Jesus, temendo algum tipo de punição, “sujeitou-se”. Acalmadas as almas e despídos os trajes, entregaram-se carnalmente uma a outra: “Beijaram-se; conversaram baixo, que era todo o empenho da prudente encobridora; disseram e fizeram tudo quanto pedia o espírito que dominava a situação, e não tardaram a adormecer nos braços uma da outra” (M.L., 1850, *idem*).

Na manhã seguinte, as duas acordam mais íntimas, “conheciam-se por dentro e por fora, e já se tratavam por tu” (M.L., 1850, *idem*). Então a “irmã discreta”, antes de retornarem ao “hábito” e ainda sentadas na cama, cada uma com o braço enlaçado no pescoço da outra, e a mão “descaída a acariciar seios que também vinham despertando”

(M.L., 1850, idem), expôs à abadessa os “sucessos da véspera”. Quis convencê-la de quanto lhe era necessário mudar a linguagem e o comportamento com as súditas, porque muitas já sabiam do seu “segredo”. Isso poderia arruinar a sua autoridade como madre superiora perante as outras. O conselho era para a abadessa manter “nas aparências” o mesmo comportamento casto de sempre. No entanto, Soror Teresa de Jesus acha prudente lembrar a matrona que a “santidade a não livrara de ser mulher, e a virgem do Senhor só o seria se tivesse nascido com algumas dúzias de virgindades sobressalentes” (M.L., 1850, idem). Com essa afirmação ela alegava que antes de serem “santas”, eram mulheres com suas “necessidades” fisiológicas, e por isso não havia motivo para lutarem contra a carne. Mesmo argumento utilizado nos romances naturalistas.

Quando abriram a porta da cela, as madres entraram procurando saber como a matrona passou a noite. Esta alegou que não havia pregado os olhos. Soror Tereza de Jesus confirmou o ocorrido, interrompendo a outra:

É verdade (...), só eu que a acompanhei para a não deixar sozinha, entregue a sua agitação nervosa, só eu é que sei a força das convulsões por que este corpinho passou. É impossível que o leito não esteja desconjuntado. Se não fossem umas fricções que nos ocorreram como remédio, não tínhamos chegado a sossegar um minuto. Eu por mim entendo que se não era coisa do inimigo, foi ataque histérico; pois bem sabemos nós todas o que os malditos histéricos produzem. Eu já disse a senhora abadessa, que enquanto esta noite me lembrar, não me torna a dormir sozinha (M.L., 1850, p. 15-30).

A resposta da “irmã discreta” arranca risos do leitor por este saber a verdade dos acontecimentos. Mais tarde, as duas irmãs encontram-se às escondidas para planejarem futuras operações clandestinas, de mãos apertadas uma a outra. Assim como em “Remédio infalível”, a lição do conto é a de que o sexo, por ser inerente à natureza humana, é indispensável para uma vida saudável, de forma que “hábito” algum pode conter os instintos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aceitamos o proposto por Chartier (1990), observar *O homem* com o olhar dos agentes envolvidos na criação dos seus sentidos, no momento de sua primeira recepção, e ressignificamos a obra. Esse caminho nos possibilitou entender que o sentido pedagógico atribuído a história da filha do conselheiro pela historiografia não é errado, mas não é único. Conforme vimos, o leitor comum se apropriou do romance como escrita “pornográfica” e os articulistas (homens das letras) perceberam-na também dessa forma. Entretanto, a historiografia universaliza como leitura “autorizada” somente a realizada por Machado, Veríssimo e os críticos replicadores de suas ideias. Ao fazer isso, outros sentidos (também verdadeiros) foram desconsiderados.

Propusemos, no primeiro capítulo desta pesquisa, uma revisão da opinião da crítica tradicional sobre o naturalismo no intuito de provar que, por ela estudar as obras da estética pelo “paradigma do controle”, elas foram interpretadas como pedagógicas. Percebemos, ainda, que a hostilidade à escola se deu principalmente porque a historiografia entendeu o seu aspecto licencioso como um “rebaixamento” da literatura. Isso levou os críticos a se oporem incisivamente ao movimento para defender a reputação das letras nacionais. Contudo, justamente a obscenidade desses livros atraía as vendas, conforme admitem Urbano Duarte e Nelson Werneck Sodré.

Isso esclarece as várias evidências encontradas de que *O homem* e outros romances da estética eram naquela sociedade do final do oitocentos especialmente valorizados pelo jovem leitor não especializado, que fazia leitura desinteressada pelo cientificismo (e até pelo enredo e pela tragédia), desaparecendo a “patologização” do sexo e da personagem feminina. Isso não é ser negligente com o estudo teórico sobre o histerismo no romance, mas entender que, mesmo presente, a patologia podia ser ignorada pelo leitor. Vimos o testemunho do crítico Araripe Júnior (moço à época) e seus amigos da imprensa quando entraram em contato pela primeira vez com os escandalosos romances de Eça de Queiroz. Para eles, ler as obras do escritor português foi uma experiência liberalizante e não “controladora”, como afirma a crítica tradicional. Por outro lado, não existem evidências de que alguém aprendeu a ser “recatado” lendo tramas naturalistas.

Como vimos, o argumento pedagógico não recebeu o apoio de todos os homens de letras, mas ele era essencial para a respeitabilidade da instituição literária, uma das batalhas

dos escritores no período (regulamentar o direito autoral, criação de uma associação brasileira de letras, reconhecimento do ofício como profissão digna, melhor remuneração, etc). Por isso, a historiografia desconsiderou a opinião de críticos e escritores não convencidos sobre a finalidade pedagógica da ficção naturalista. Esse posicionamento não interessava ao grupo dominante que escreve a história da literatura brasileira. As negativas de Machado de Assis e de José Veríssimo quanto a esse aspecto (e outros) bastaram para atestar o fato e servem como autoridade, até os dias de hoje, para deslegitimar as obras naturalistas.

No intuito de mudar essa percepção negativa a respeito do romance em questão e do naturalismo, no segundo capítulo, fizemos a reconstrução da trajetória histórica do livro *O homem*, conforme nos propõe Chartier (1990), ao revisitarmos os anos 1886 e 1887. Isso só foi possível graças a Hemeroteca Digital, importante aliada nesta pesquisa. As fontes primárias nos permitiram ter acesso à rede de relacionamento da cultura letrada brasileira registrada na imprensa quando do surgimento de *O homem*. O estudo da primeira recepção nos autoriza a propor uma leitura antipedagógica da obra, que opta deliberadamente por selecionar determinadas passagens do livro para serem lidas, relidas e recontextualizadas pela imaginação erótica do leitor (MAINGUENEAU, 2010), servindo ao mesmo tempo como fonte de conhecimento e autoexcitação. Por meio das fontes, passamos a compreender como foi possível a narrativa de Magdá ter sido apropriada como escrita “pornográfica” pelos leitores comuns, independentemente da audaciosa divulgação publicitária de sentidos ambíguos executada por Aluísio Azevedo e seu grupo. Apesar de eles saberem do perigo da estratégia, assumiam o risco para aquecer o comércio do livro. Independentemente da propaganda, aos olhos do leitor comum (não conhecedor das teorias científicas em voga) a obscenidade da obra se agigantava perante o estudo do “caso patológico”, como fica em evidência no artigo de J. Rodrigues Guião e de “Gersan”, articulista do periódico *A democracia*. Para os articulistas mais hostis à estética, o naturalismo era pura e simplesmente “pornografia” disfarçada de ciência, consoante ao que identificamos na opinião dos críticos anônimos do *Jornal do commercio* e do *The News Rio*, dentre outros. Esses posicionamentos servem para mostrar que o leitor comum tinha razões de sobra para se apropriar dos livros naturalistas como leitura licenciosa.

No terceiro capítulo, prosseguimos na revisitação ao ano de 1888 e constatamos que *O homem* fazia parte de um grande empreendimento literário de tons políticos. Tratava-se de um bem-sucedido projeto artístico-empresarial orquestrado pelo próprio autor juntamente com os seus amigos intelectuais da imprensa (de várias partes do país), seu irmão, Artur Azevedo, e

outros agentes envolvidos (editor, críticos, jornalistas, ilustrador, diretor de teatro, cenógrafos, atores, dentre outros) que se esforçaram intensamente para que as atenções se voltassem para o livro e se mantivessem ao longo de meses. O projeto “coletivo” visava à construção e consolidação de um campo literário genuinamente nacional cujos envolvidos reivindicavam para Aluísio Azevedo o posto de maior escritor do naturalismo brasileiro.

Esses elementos nos levam a inferir que *O homem* não é um romance de Aluísio Azevedo, no sentido do imaginário romântico de arte – a obra que se move do seu autor/criador como um milagre da inspiração –, mas um projeto artístico-empresarial, em que o literato maranhense ocupava lugar de destaque. O intenso trabalho que ele e seu grupo empreenderam nesse processo se justificava porque eles pretendiam ocupar o campo literário e garantir seu sustento. Os produtos resultantes desse projeto (livro e peça teatral) agradaram porque os seus criadores, Aluísio Azevedo, Artur Azevedo e Moreira Sampaio, eram cultos e inteligentes, e sabiam o limite permitido para que a licenciosidade fosse, em certa medida, aceita dentro da ficção sem que os seus autores perdessem a respeitabilidade burguesa, essencial para a manutenção da reputação de artistas “sérios”. Por esse motivo, o escritor maranhense jamais admitiria que houvesse “pornografia” em *O homem*, uma explicação para o fato de não haver anúncios de livreiros divulgando-o como “romances para homens”. A julgar pela grande influência do autor e seus amigos, é possível que tenham se esforçado para impedir a caracterização assumida de *O homem* como obra licenciosa, pois sabiam que muitas pessoas entendiam os romances naturalistas como próprios da obscenidade (utilidade que se convertia facilmente em eficiente reclame para o comércio), explicação para o caráter dúbio da certa campanha publicitária do livro, que foi sucesso de vendas e possibilitou o romancista entrar para o rol de escritores editados pela L.B. Garnier. *O homem* não foi o responsável direto pelo nome do autor ter se tornado o maior da literatura naturalista brasileira, mas contribuiu decisivamente para a realização dessa conquista.

No quarto capítulo, mostramos, com base nos estudos teóricos sobre a escrita “pornográfica”, como foi possível os romances naturalistas terem sido percebidos dessa maneira dentro do imaginário daquela conservadora sociedade oitocentista. Mostramos também que a leitura “não autorizada” dos romances naturalistas feita pelas personagens Maricota e Mário em *O aborto* e por seu jovem autor, Figueiredo Pimentel, é mais uma comprovação de que *O homem* e a coleção de livros escondida no baú foram apropriados como licenciosos, pelo seu teor “imoral”. Tal percurso de leitura estabeleceu o paralelo do romance de Aluísio Azevedo com livros pornográficos populares no período, como *Os serões*

*do convento*, *Volúpias: 14 contos galantes* e *Álbum de Kaliban* revelando como essas obras dialogavam entre si, compartilhando os mesmos temas, representações e estruturas narrativas. Para o primeiro leitor de *O homem*, a história da “filha do conselheiro” tinha várias ressonâncias com a escrita pornográfica, por isso o seu lugar não poderia ser na estante da sala de uma casa de família.

Graças às fontes levantadas, trouxemos à tona duas histórias desconhecidas sobre *O homem* e o seu autor, nas quais notamos que os seus movimentos, debates e batalhas (não necessariamente literárias, mas políticas) atravessam a história do aparecimento de uma obra e revelam a verdadeira forma como ela é percebida e como circula na sociedade de seu tempo (BOURDIEU, 1996). Não há como falar sobre *O homem* sem falar do seu primeiro tipógrafo, de Artur Azevedo (que articulou em várias frentes para que o livro fosse um fenômeno de crítica e de vendas), de Moreira Sampaio, Valentim Magalhães, Coelho Neto, Araripe Júnior, José Veríssimo, os cenógrafos e artistas da revista “O homem”; os proprietários dos teatros em que a peça foi representada; os donos dos periódicos; e o livreiro Garnier - que consagrou Aluísio Azevedo ao acolhê-lo como autor da editora. Todos esses “agentes” participaram do processo de criação de sentido do livro *O homem*. E o leitor, fundamental nesse processo, trabalhou com todos os seus sentidos em circulação naquela sociedade. Um deles foi a acepção licenciosa, que circulava discretamente e jamais assumida publicamente, mas reconhecida e mantida na ficção, em notas, advertências e jogadas publicitárias.

Quando admitimos a história do surgimento de *O homem* e os seus meandros como legítimos, a pergunta crítica deixa de ser “O que esse texto significa?” e passa a ser “Como esse texto chegou até aqui?”, “Como adquiriu esse ou aquele sentido ou reputação?”, “Como e por que os textos são consagrados ou esquecidos?”. Ao fazermos essas perguntas, passamos a focar na materialidade do texto e não mais tomá-lo como entidade linguística incorpórea, como fazemos tradicionalmente no curso de Letras. Ao mudarmos a direção do nosso olhar, passamos a compreender os reais motivos de uma obra, como a história da filha do conselheiro, ter sido relegada pela historiografia, não chegando aos nossos dias.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Leandro Thomaz de. *Literatura Naturalista, Moralidade e Natureza*. 2013. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária) – Instituto de Estudos de Linguagem, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2013.
- ARARIPE JÚNIOR, Tristão de Alencar. *Araripe Júnior: Teoria, crítica e história literária*. Org. Alfredo Bosi. Rio de Janeiro: LTC; São Paulo: Edusp, 1978.
- AZEVEDO, Aluísio. Aluísio Azevedo: ficção completa em dois volumes. Org. Orna Messer Levin. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2005.
- \_\_\_\_\_. *O homem*. São Paulo: Martins, 1989.
- BAGULEY, David. *Naturalist fiction. The entropic vision*. Cambridge: Cambridge UP, 1990.
- BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. 43. São Paulo: Cultrix, [19--].
- BIBLIOTECA Brasileira Guita e José Mindlin. Disponível em: <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4893>>. Acesso em: 07 jun. 2017.
- BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- BULHÕES, Marcelo. Leituras de um livro obscuro. In: RIBEIRO, Júlio. *A carne*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002. p. 9-59.
- \_\_\_\_\_. *Leituras do desejo. O erotismo no romance naturalista brasileiro*. São Paulo: Edusp, 2003.
- CÂNDIDO, A. *Sílvio Romero: crítica: teoria, crítica e história literária*. Rio de Janeiro: LTC; São Paulo: Edusp, 1978.
- \_\_\_\_\_. Introdução. In: Azevedo, Aluísio. *Filomena Borges*. 7. ed. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1960.
- \_\_\_\_\_. *Sílvio Romero: teoria, crítica e história literária*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Edusp, 1978.
- CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Ed. UnB, 1994.
- \_\_\_\_\_. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.
- CARVALHO, Aderbal de. *O naturalismo no Brasil*. Livraria Contemporânea. Júlio Ramos & C. Editores. Maranhão, 1894.
- CATHARINA, Pedro Paulo. Revendo o naturalismo. In: MELLO, Celina Maria Moreira de & CATHARINA, Pedro Paulo Garcia Ferreira (Org.). *Cenas da literatura moderna*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2010. p. 71-90.

\_\_\_\_\_. Estética naturalista e configurações da modernidade. In: MELLO, Celina Maria de; CATHARINA, Pedro Paulo Garcia Ferreira (Org.). *Crítica e movimentos estéticos: configurações discursivas do campo literário*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006. p. 105-136.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. 3. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda., 1989.

COUTINHO, Afrânio. *A literatura no Brasil – Era realista era de transição*. Co-direção: Eduardo de Faria Coutinho. 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: Global, 1997.

DARNTON, Robert. “Sexo dá o que pensar”. *Libertinos libertários*. Organização: Adauto Novaes. São Paulo: Cia das Letras, 1996. p. 21-42.

DUARTE, Urbano. O naturalismo. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, 2. fase, ano 2, tomo 4, 1880.

EL FAR, Alessandra. *Páginas de sensação. Literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924)*. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

FANINI, Angela Maria Rubel. *Os romances-folhetins de Aluísio Azevedo: Aventuras periféricas*. 2003. Tese (Doutorado em Teoria Literária) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2003.

FARIA, João Roberto. *Ideias teatrais – O século XIX no Brasil*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2001. (Coleção textos; 15).

\_\_\_\_\_. (Org.). *Teatro de Aluísio Azevedo e Emílio Rouède*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

\_\_\_\_\_. Artur Azevedo e a revista de ano: *O homem. O eixo e a roda*, Belo Horizonte, v. 26, n.2, p. 229-251, 2017.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade. A vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

HEMEROTECA Digital Brasileira. Disponível em:  
<<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: 07 jun. 2017.

HUNT, Lynn. *A invenção da pornografia: obscenidade e as origens da modernidade*. São Paulo: Editora Hedra, 1999. p. 9-46.

JACOB, Margaret. O mundo materialista da pornografia. In: HUNT, Lynn (Org.). *A invenção da pornografia: obscenidade e as origens da modernidade*. São Paulo: Editora Hedra, 1999. p. 169-215.

KENDRICK, Walter. *The secret museum: pornography in modern culture*. New York: Viking, 1987.

LAMONICA, Lucas de Castro. *Filomena Borges: romance, imprensa e política*. Dissertação (Mestrado em História e Historiografia Literária) – Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, Campinas, 2015.

MAINGUENEAU, Dominique. *O discurso pornográfico*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

MARTINS, Ana Luiza Martins, DE LUCA, Tânia Regina (Org.). *História da imprensa no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. A modernidade republicana. *Revista Tempo*, Niterói RJ, n. 26, p. 15-31, 2009.

\_\_\_\_\_. O sorriso da intrusa: a ideia de República como cultura democrática e científica. In: *A república consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

MENDES; CATHARINA. Apresentação. *Dossiê Naturalismo*. *Revista Solettras*, Rio de Janeiro, n. 30, 2. Sem. 2015. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/soletras/search/advancedResults?subject=Naturalismo>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

MENDES, Leonardo. Biblioteca do solteirão: o livro pornográfico nas conexões Brasil-Europa no final do século XIX. In: ABREU, Márcia (Org.). *Romances em movimento: a circulação transatlântica dos impressos (1789-1914)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2016a.

\_\_\_\_\_. Livros para homens: sucessos pornográficos no Brasil no final do século XIX. *Cadernos do IL*, Porto Alegre, n. 53, p. 173-191, 2016b.

\_\_\_\_\_. Júlio Ribeiro, O naturalismo e a dessacralização da literatura. *Pensares em Revista*, São Gonçalo-RJ, n.4, p.26-42, jan/jul.2014.

MÉRIAN, Jean-Yves. *Aluísio Azevedo: vida e obra (1857-1913)*. Trad. Claudia Poncioni. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

M. L. (pseud.). *Os serões do convento*. Lisboa: Typographia do Bairro Alto, [19--]. 3 v.

MURARI, Luciana. *Brasil, ficção geográfica: ciência e nacionalidade no país D'os Sertões*. São Paulo: Annablume, Belo Horizonte. Fapemig, 2007.

PEREIRA, Lucia Miguel. *História da literatura brasileira: prosa de ficção: de 1870 a 1920*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988.

PIMENTEL, Alberto Figueiredo. *O aborto*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015.

RABELAIS (pseud. Alfredo Gallis). *Volúpias: 14 contos galantes*. São Paulo: Livraria Teixeira, 1893.

RAMOS, Ana Flávia Cernic. *Política e humor nos últimos anos da monarquia: a série “Balas de estalo” (1883-1884)*. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

REAL Gabinete Português de Leitura. Disponível em: <<http://www.realgabinete.com.br/>>. Acesso em: 07 jun. 2017

ROMERO, Silvio. *Retrospecto Literário, História da Literatura Brasileira*. 3. ed. Livraria José Olympio Editora, Rio, 1943. v. 5.

SANTANA, Maria Helena. *Literatura e Ciência na ficção do século XIX: a narrativa naturalista e pós-naturalista portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2007.

SANTOS, Cristian José Oliveira. *Padres, beatas e devotos: figuras do anticlericalismo na literatura naturalista brasileira*. Tese (Doutorado em Teoria Literária e Literaturas) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2010.

SEREZA, Haroldo Ceravolo. *O Brasil na Internacional Socialista: Adequação da estética, do método e da temática naturalistas no romance brasileiro do século XIX*. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

SILVA, André Luiz Barros da Silva. Romance da histeria : o homem e as transformações na arte e na psiquiatria nos anos 1889. *Revista Cultura Crí-ti-ca*, São Paulo, n. 13, p. 64, 2011.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da literatura brasileira*. 10. ed. Rio de Janeiro: Graphia, 2002.

SÜSSEKIND, Flora. *As revistas de ano e a invenção do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986. p. 7.

VIEIRA, Renata Ferreira. *Uma penca de canalhas: Figueiredo Pimentel e o naturalismo no Brasil*. 2015. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <[http://www.bdtd.uerj.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=8482](http://www.bdtd.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=8482)>. Acesso em: 07 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. Figueiredo Pimentel e o romance O aborto (1893): uma história pouco conhecida do naturalismo no Brasil. *Revista Soletras Dossiê Naturalismos*, Rio de Janeiro, n. 30, 2. Sem. 2015. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/soletras/search/advancedResults?subject=Naturalismo>>. Acesso em: 16 abr. 2017.

VERÍSSIMO, J. *José Veríssimo: Teoria, crítica e história literária. Seleção e apresentação de João Alexandre Barbosa*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Edusp, 1977.

\_\_\_\_\_. *História da literatura brasileira: de Bento Teixeira, 1601 a Machado de Assis, 1908*. Introdução de Heron de Alencar. 4. ed. Brasília, DF: Editora UnB, 1963.

**ANEXO** - Tabela de Periódicos consultados na Hemeroteca Digital BrasileiraHemeroteca Digital Brasileira. Fundação Biblioteca Nacional: <<http://bndigital.bn.gov.br/>>

<b>PERIÓDICO</b>	<b>CIDADE</b>	<b>EDIÇÃO</b>	<b>DATA</b>	<b>PÁGINA</b>
<i>A Democracia</i>	Rio de Janeiro-RJ	39	18/10/1887	p. 4.
<i>A Democracia</i>	Rio de Janeiro-RJ	40	02/11/1887	p. 3-4.
<i>A Democracia</i>	Rio de Janeiro-RJ	41	13/11/1887	p.2-3.
<i>A Semana</i>	Rio de Janeiro-RJ	99	20/11/1886	p. 1.
<i>A Semana</i>	Rio de Janeiro-RJ	102	11/12/1886	p.3.
<i>A Semana</i>	Rio de Janeiro-RJ	130	25/06/1887	p. 5.
<i>A Semana</i>	Rio de Janeiro-RJ	144	01/10/1887	p. 6.
<i>A Semana</i>	Rio de Janeiro-RJ	145-146	15/10/1887	p.1 e p.4.
<i>A Semana</i>	Rio de Janeiro-RJ	147	22/10/1887	p.4 e p. 5.
<i>A Semana</i>	Rio de Janeiro-RJ	152	26/11/1887	p. 4-6.
<i>A Semana</i>	Rio de Janeiro-RJ	157	31/12/1887	p. 2.
<i>A Semana</i>	Rio de Janeiro-RJ	158	07/01/1888	p.8.
<i>Cidade do Rio</i>	Rio de Janeiro-RJ	14	11/10/1887	p. 1.
<i>Cidade do Rio</i>	Rio de Janeiro-RJ	53	21/11/1887	p. 3.
<i>Cidade do Rio</i>	Rio de Janeiro-RJ	B00197	03/09/1888	p.1.
<i>Cidade do Rio</i>	Rio de Janeiro-RJ	201	07/09/1888	p. 1.
<i>Diário de Notícias</i>	Rio de Janeiro-RJ	848	05/10/1887	p.2.
<i>Diário de Notícias</i>	Rio de Janeiro-RJ	853	10/10/1887	p.2.
<i>Diário de Notícias</i>	Rio de Janeiro-RJ	855	12/10/1887	p.1.
<i>Diário de Notícias</i>	Rio de Janeiro-RJ	856	13/10/1887	p. 2.
<i>Diário de Notícias</i>	Rio de Janeiro-RJ	882	08/11/1887	p.1.

<i>Diário de Notícias</i>	Rio de Janeiro-RJ	922	18/12/1887	p. 1.
<i>Diário de Notícias</i>	Rio de Janeiro-RJ	1083	31/05/1888	p.1.
<i>Diário de Notícias</i>	Rio de Janeiro-RJ	1183	08/09/1888	p.1.
<i>Diário de Notícias</i>	Rio de Janeiro-RJ	1189	14/09/1888	p.1.
<i>Diário de Notícias</i>	Rio de Janeiro-RJ	1206	01/10/1888	p.3.
<i>Diário de Pernambuco</i>	Recife-PE	67	21/03/1888	p. 8.
<i>Diário de Pernambuco</i>	Recife-PE	68	22/03/1888	p. 8.
<i>Diário de Pernambuco</i>	Recife-PE	69	23/03/1888	p. 8.
<i>Diário de Pernambuco</i>	Recife-PE	80	07/04/1888	p. 8.
<i>Diário de Pernambuco</i>	Recife-PE	81	08/04/1888	p. 8.
<i>Diário de Pernambuco</i>	Recife-PE	82	10/04/1888	p. 8.
<i>Diário de Pernambuco</i>	Recife-PE	83	11/04/1888	p. 8.
<i>Diário de Pernambuco</i>	Recife-PE	90	19/04/1888	p. 8.
<i>Gazeta Nacional: órgão republicano</i>	Rio de Janeiro-RJ	A05-1	05/01/1888	p.2.
<i>Gazeta de Notícias</i>	Rio de Janeiro-RJ	273	30/09/1887	p. 2.
<i>Gazeta de Notícias</i>	Rio de Janeiro-RJ	275	02/10/1887	p. 1.
<i>Gazeta de</i>	Rio de Janeiro-RJ	284	11/10/1887	p. 1.

<i>Notícias</i>				
<i>Gazeta de Notícias</i>	Rio de Janeiro-RJ	286	13/10/1887	p. 1.
<i>Gazeta de Notícias</i>	Rio de Janeiro-RJ	288	15/10/1887	p. 1.
<i>Gazeta de Notícias</i>	Rio de Janeiro-RJ	289	16/10/1887	p. 1-2.
<i>Gazeta de Notícias</i>	Rio de Janeiro-RJ	290	17/10/1887	p. 1.
<i>Gazeta de Notícias</i>	Rio de Janeiro-RJ	292	19/10/1887	p. 2.
<i>Gazeta de Notícias</i>	Rio de Janeiro-RJ	296	23/10/1887	p.1 e p.2.
<i>Gazeta de Notícias</i>	Rio de Janeiro-RJ	302	29/10/1887	p. 2.
<i>Gazeta de Notícias</i>	Rio de Janeiro-RJ	309	05/11/1887	p. 2.
<i>Gazeta de Notícias</i>	Rio de Janeiro-RJ	352	18/12/1887	p. 2.
<i>Gazeta de Notícias</i>	Rio de Janeiro-RJ	5	05/01/1888	p. 2.
<i>Gazeta de Notícias</i>	Rio de Janeiro-RJ	28	28/01/1888	p. 4
<i>Gazeta de Notícias</i>	Rio de Janeiro-RJ	A00117	26/04/1888	p.4.
<i>Gazeta de Notícias</i>	Rio de Janeiro-RJ	246	03/09/1888	p. 1.
<i>Gazeta da tarde</i>	Rio de Janeiro-RJ	167	25/06/1887	p. 2.
<i>Gazeta da tarde</i>	Rio de Janeiro-RJ	224	03/10/1887	p. 1.
<i>Gazeta da tarde</i>	Rio de Janeiro-RJ	230	10/10/1887	p. 1.

<i>Gazeta da tarde</i>	Rio de Janeiro-RJ	233	13/10/1887	p.2.
<i>Gazeta da tarde</i>	Rio de Janeiro-RJ	125	04/06/1888	p. 2.
<i>Gazeta da tarde</i>	Rio de Janeiro-RJ	126	05/06/1888	p. 2.
<i>Gazeta da tarde</i>	Rio de Janeiro-RJ	201	04/09/1888	p. 3.
<i>Gazeta da tarde</i>	Rio de Janeiro-RJ	208	12/09/1888	p.2.
<i>Gazeta da tarde</i>	Rio de Janeiro-RJ	209	13/09/1888	p.2.
<i>Gazeta da tarde</i>	Rio de Janeiro-RJ	210	14/09/1888	p.2.
<i>Gazeta da tarde</i>	Rio de Janeiro-RJ	212	17/09/1888	p.2.
<i>Gazeta da tarde</i>	Rio de Janeiro-RJ	214	19/09/1888	p. 3.
<i>Gazeta da tarde</i>	Rio de Janeiro-RJ	215	20/09/1888	p.3.
<i>Gazeta da tarde</i>	Rio de Janeiro-RJ	219	25/09/1888	p.2.
<i>Gazeta da tarde</i>	Rio de Janeiro-RJ	225	04/10/1887	p.1.
<i>Gazeta da tarde</i>	Rio de Janeiro-RJ	231	11/10/1887	p. 2.
<i>Gazeta da tarde</i>	Rio de Janeiro-RJ	233	13/10/1887	p.1.
<i>Gazeta da tarde</i>	Rio de Janeiro-RJ	A00240	20/10/1887	p.2.
<i>Gazeta da tarde</i>	Rio de Janeiro-RJ	A00248	29/10/1887	p.2.
<i>Gazeta da tarde</i>	Rio de Janeiro-RJ	202	05/09/1888	p. 3.
<i>Gazeta da</i>	Rio de Janeiro-RJ	203	06/09/1888	p. 2.

<i>tarde</i>				
<i>Gryphus</i>	Rio de Janeiro-RJ	9	1886	p. 6.
<i>Jornal do Commercio</i>	Rio de Janeiro-RJ	269B	27/09/1887	p. 4.
<i>Jornal do Commercio</i>	Rio de Janeiro-RJ	283	12/10/1887	p. 1.
<i>Jornal do Commercio</i>	Rio de Janeiro-RJ	296	23/10/1887	p. 4.
<i>Jornal do Commercio</i>	Rio de Janeiro-RJ	250	07/09/1888	p. 5.
<i>Jornal do Recife</i>	Recife-PE	242	23/10/1887	p. 2.
<i>Jornal do Recife</i>	Recife-PE	276	03/12/1887	p. 4.
<i>O apostolo</i>	Rio de Janeiro-RJ	114	09/10/1887	p.2
<i>O apostolo</i>	Rio de Janeiro-RJ	96	19/08/1888	p.2.
<i>O Cruzeiro</i>	Rio de Janeiro-RJ	119	30/04/1878	p.1.
<i>O Espírito Santense</i>	Vitória-ES	87	29/10/1887	p. 2-3.
<i>O Espírito Santense</i>	Vitória-ES	88	02/11/1887	p. 4.
<i>O Espírito Santense</i>	Vitória-ES	89	05/11/1887	p. 2.
<i>O Paiz</i>	Rio de Janeiro -RJ	1101	11/10/1887	p.1.
<i>O Paiz</i>	Rio de Janeiro -RJ	1110	20/10/1887	p.1.
<i>O Paiz</i>	Rio de Janeiro-RJ	1155	04/12/1887	p. 2.
<i>O Paiz</i>	Rio de Janeiro -RJ	1246	05/03/1888	p. 2-3.
<i>O Paiz</i>	Rio de Janeiro-RJ	1262	21/03/1888	p. 2-3.
<i>O Pharol</i>	Juiz de Fora-MG	232	12/10/1887	p.1.
<i>O Pharol</i>	Juiz de Fora-MG	241	21/10/1887	p.1.
<i>O Pharol</i>	Juiz de Fora-MG	204	06/09/1888	p.1.
<i>Novidades</i>	Rio de Janeiro-RJ	211	29/09/1887	p.1.

<i>Novidades</i>	Rio de Janeiro-RJ	212	30/09/1887	p.1.
<i>Novidades</i>	Rio de Janeiro-RJ	214	03/10/1887	p. 1.
<i>Novidades</i>	Rio de Janeiro-RJ	217	06/10/1887	p. 1.
<i>Novidades</i>	Rio de Janeiro-RJ	219	08/10/1887	p. 1.
<i>Novidades</i>	Rio de Janeiro-RJ	220	10/10/1887	p. 1.
<i>Novidades</i>	Rio de Janeiro-RJ	226	17/10/1887	p. 2
<i>Novidades</i>	Rio de Janeiro-RJ	270	10/12/1887	p.2.
<i>Novidades</i>	Rio de Janeiro-RJ	41	23/02/1888	p. 1.
<i>Novidades</i>	Rio de Janeiro-RJ	B00060	17/03/1888	p. 1.
<i>Novidades</i>	Rio de Janeiro-RJ	61	19/03/1888	p. 2.
<i>Novidades</i>	Rio de Janeiro-RJ	62	20/03/1888	p.2.
<i>Novidades</i>	Rio de Janeiro-RJ	63	21/03/1888	p. 1.
<i>Novidades</i>	Rio de Janeiro-RJ	64	22/03/1888	p.2.
<i>Novidades</i>	Rio de Janeiro-RJ	65	23/03/1888	p.2.
<i>Novidades</i>	Rio de Janeiro-RJ	69	28/03/1888	p. 2
<i>Novidades</i>	Rio de Janeiro-RJ	177	16/08/1888	p. 1.
<i>Novidades</i>	Rio de Janeiro-RJ	194	06/09/1888	p. 2.
<i>Novidades</i>	Rio de Janeiro-RJ	201	15/09/1888	p. 1.
<i>Novidades</i>	Rio de Janeiro-RJ	203	18/09/1888	p. 1.
<i>Notas à margem</i>	Rio de Janeiro-RJ	7	15/03/1888	p. 20.**
<i>Pacotilha</i>	São Luís-MA	265	15/10/1887	p. 3.
<i>Pacotilha</i>	São Luís-MA	279	29/10/1887	p.2.
<i>Pacotilha</i>	São Luís-MA	283	03/11/1887	p. 2.
<i>Pacotilha</i>	São Luís-MA	292	12/11/1887	p. 3.
<i>Pacotilha</i>	São Luís-MA	72	13/03/1888	p. 2.
<i>Pacotilha</i>	São Luís-MA	91	02/04/1888	p.2.
<i>Pacotilha</i>	São Luís-MA	140	22/05/1888	p. 2.
<i>Pacotilha</i>	São Luís-MA	241	05/09/1888	p. 3.

<i>The Rio News</i>	Rio de Janeiro-RJ	29	15/10/1887	p. 4.
<i>Revista da Família Acadêmica</i>	Rio de Janeiro-RJ	1	25/10/1887	p. 34 e p.36
<i>Revista da Família Acadêmica</i>	Rio de Janeiro-RJ	4	01/02/1888	p. 105.
<i>Revista da Família Acadêmica</i>	Rio de Janeiro-RJ	4	25/01/1888	p-107.
<i>Revista da Família Acadêmica</i>	Rio de Janeiro-RJ	6	11/03/1888	p. 161-163.
<i>Revista Illustrada</i>	Rio de Janeiro-RJ	466	30/09/1887	p. 3.
<i>Revista Illustrada</i>	Rio de Janeiro-RJ	516	28/09/1888	p. 7.
<i>Revista Illustrada</i>	Rio de Janeiro-RJ	468	22/10/1887	p. 4 e p.6.
<i>Revista Illustrada</i>	Rio de Janeiro-RJ	516	29/09/1888	p. 7.
<i>Vassourense</i>	Vassouras -RJ	36	02/09/1888	p. 1.
<i>Vassourense</i>	Vassouras -RJ	47	18/11/1888	p. 2-3.

Real Gabinete Português de leitura: <<http://www.realgabinete.com.br/>>

<i>Pontos nos ii,</i>	Lisboa-POR		10/12/1887	p. 387.
-----------------------	------------	--	------------	---------